

**Estudo comparativo entre o perfil linguístico do falante urbano do  
Lubango e do Huambo e suas implicações no ensino do Português**

**Arsénio da Silva Cruz**

**Tese de Doutoramento em Estudos Portugueses/Especialidade de  
Ensino do Português**

**Dezembro de 2013**



**Estudo comparativo entre o perfil linguístico do falante urbano do  
Lubango e do Huambo e suas implicações no ensino do Português**

**Arsénio da Silva Cruz**

**Tese de Doutoramento em Estudos Portugueses/Especialidade de  
Ensino do Português**

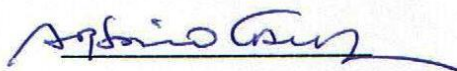
**Dezembro de 2013**





Declaro que esta tese é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

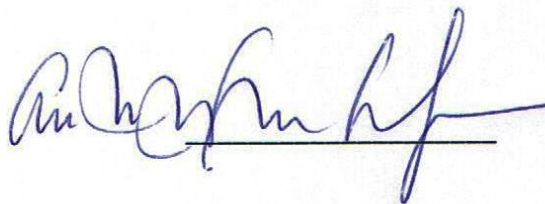
O candidato,



Lisboa, 15 de dezembro de 2013

Declaramos que esta tese se encontra em condições de ser apreciada pelo júri a designar.

A orientadora,



A coorientadora,



Lisboa, 15 de dezembro de 2013



Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Estudos Portugueses/Especialidade Ensino do Português, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Ana Maria Mão-de-Ferro Martinho Carver Gale e coorientação da Professora Doutora Margarida Fernandes Ventura.

Com o apoio de:



**INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DE EDUCAÇÃO DO HUAMBO**



*Para*

*o André e a Tatiana.*



## **AGRADECIMENTOS**

Ao Prof. Doutor Miranda Lopes Miguel, ex-Director-Geral do ISCED do Huambo e atual Diretor Nacional do INAGBE de Angola, pela amizade e toda a ajuda prestada;

Às minhas orientadoras, Prof.<sup>a</sup> Doutora Ana Martinho, da Universidade Nova de Lisboa, e Prof.<sup>a</sup> Doutora Margarida Ventura, do Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla, pelo carinho, competência e total disponibilidade no acompanhamento do trabalho;

Aos alunos Alberto Lucunde, Dinis Vandor, Ismael Maurício e Mauro Rosales do ISCED do Lubango e Acácio Malinga, Augusto dos Santos e Leocádia da Silva do ISCED do Huambo, pela prestimosa colaboração dada na recolha dos dados.

A todos, o meu BEM-HAJAM.





## RESUMO

Este trabalho visa definir o perfil linguístico do falante do perímetro urbano do Lubango e do Huambo, relacionando-o com fatores económicos e sociais e identificando possíveis implicações no ensino do Português. Procurou-se responder à questão: *quem fala o quê, na cidade do Lubango e do Huambo?* Os dados foram obtidos a partir de 2000 inquéritos realizados junto da população urbana residente nestas cidades das regiões centro e sul de Angola. Do ponto de vista metodológico, é um trabalho correlacional. Foram testadas duas hipóteses de trabalho e efetuadas algumas análises exploratórias a partir de variáveis não contempladas na mesma, com vista à recolha e tratamento de dados de opinião suscetíveis de interesse para completar o perfil sociolinguístico do falante urbano das cidades citadas. Cerca de 65% da população estudada no perímetro urbano do Lubango e do Huambo apresenta o Português como língua materna. Observou-se uma clara tendência para o aumento do Português enquanto língua materna, sustentada pela maioria dos jovens urbanos que o apresentam como primeira e, em 22% dos casos, única língua que dominam. As línguas nacionais são, pelo contrário, mais faladas pela população de segmentos etários mais envelhecidos e, regra geral, oriundos do mundo rural – fatores que ditam a diminuição destes falantes. Paralelamente, observou-se uma fraca apetência dos jovens pelo estudo e uso das línguas nacionais, bem como um grande desconhecimento, por parte da população em geral, das línguas estrangeiras – sendo, no entanto, o Inglês a língua estrangeira mais usada e estudada, sobretudo em ambiente escolar. O trabalho concluiu que o melhor domínio da Língua Portuguesa está relacionado com o mais elevado nível socioeconómico, o maior nível de escolaridade, a menor idade, a pertença ao sexo masculino, e a proveniência do litoral urbano, mas não se registaram interações significativas com a raça, nem com o grupo etnolinguístico e a religião.

Ao nível das implicações para o ensino do Português, tem o mérito de contribuir com dados quantitativos, com valor estatístico, cuja leitura aponta para a conveniência de distinguir o ensino rural do ensino urbano. Recomenda que se estenda este estudo ao ensino rural e ao ensino de adultos e conclui pela utilidade de, na área urbana, se optar pela metodologia de ensino do Português como língua materna e não como língua segunda, dado o perfil linguístico dos alunos analisados, que, maioritariamente, não só o apresentam como língua materna, como revelam, comparativamente, um ainda mais fraco domínio e conhecimento das línguas nacionais.

As conclusões apresentadas e os dados exploratórios obtidos são inéditos, aportando novas pistas de reflexão sobre a realidade linguística local.

PALAVRAS-CHAVE: Angola, Perfil Linguístico, Português, Huambo, Lubango



## ABSTRACT

This thesis aims at defining the linguistic profile of urban residents of Lubango and Huambo, relating it with economic and social factors and identifying the possible implications onto the teaching of Portuguese language. It aims at answering the following question: *who speaks what in Lubango and Huambo cities?* The data collected originated in questionnaires conducted among the population living in the urban areas of these central and Southern regions of Angola. From a methodological point of view, this work can be considered co-relational. Some hypotheses of this work were tested and also some exploratory analyses were carried out in order to gather and deal with the data about the sociolinguistic profile of the urban speaker of these above-mentioned cities. About 65% of the population studied in this research in urban areas of Lubango and Huambo has Portuguese as mother tongue. A clear tendency to an increase in the people who have adopted Portuguese as their mother tongue has been observed, and it is backed by the great number of youngsters living in the cities who have also adopted Portuguese as their first and, in most cases, the only language they can speak. The national languages are, on the contrary, widely spoken by the older population that comes from rural places - a factor which cuts short the number of speakers. In parallel, it was observed a weak interest in the young people to learn and use national languages as well as a great unfamiliarity with foreign languages by the population in general – notwithstanding that English Language has become the most studied and used one, mainly at school. The thesis has reached the conclusion that the more advanced linguistic competence of Portuguese language is related with the higher economic status and higher educational level, with age, with gender and with the geographic origin, but there is no indication that the race and the ethnolinguistic group or religion one belongs to is relevant.

As for its implications on the teaching of Portuguese language, the merit goes of the figures in the quantitative data, which points to the necessity of distinguishing the rural education from the urban.

It recommends, therefore, that this study should be extended to the rural places and to the adult education and concludes that it is useful to opt for a methodology of teaching Portuguese as a mother tongue and not as a second language in the urban areas due to the linguistic profile of the students under study, who in most cases have Portuguese as their mother tongue.

These conclusions and exploratory data which were obtained here are original research and point to new paths for the reflection on this local linguistic realities.

KEY WORDS: Angola, linguistic profile, Portuguese, Huambo, Lubango.



## ÍNDICE

<b>AGRADECIMENTOS.....</b>	<b>IX</b>
<b>RESUMO .....</b>	<b>XI</b>
<b>ABSTRACT .....</b>	<b>XIII</b>
<b>ÍNDICE.....</b>	<b>XV</b>
<b>LISTA DE ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS .....</b>	<b>XIX</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>I. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>13</b>
1.1. ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO-POPULACIONAL.....	15
1.1.1. Angola: dados gerais.....	15
1.1.2. A Província da Huíla e a cidade do Lubango.....	28
1.1.3. A Província do Huambo e a cidade do Huambo .....	34
1.2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO .....	60
1.2.1. Revisão da literatura.....	60
1.2.2. Conceitos-chave .....	75
<b>II. APRESENTAÇÃO DO ESTUDO .....</b>	<b>83</b>
2.1. METODOLOGIA.....	85
2.1.1. Preliminares da investigação .....	85
2.1.2. Tipo de Investigação .....	87
2.1.3. População e amostra .....	88
2.1.4. Hipóteses .....	96
2.1.5. Variáveis estudadas .....	97
2.2. INSTRUMENTOS .....	100
2.2.1. Descrição do QPSDL.....	100
2.2.2. Descrição do QOL .....	106
2.2.3. Análises estatísticas .....	108
2.3. RESULTADOS .....	108
2.3.1. Resultados da subamostra do Lubango e sua interpretação .....	109
2.3.2. Resultados da subamostra do Huambo e sua interpretação .....	123
2.3.3. Comparação dos resultados do falante de Língua Portuguesa no Lubango e no Huambo .....	138
2.4. ANÁLISES EXPLORATÓRIAS.....	155



2.4.1. Monolinguismo ou bilinguismo .....	155
2.4.2. Língua materna, língua segunda e línguas estrangeiras: domínio, frequência e contexto social de utilização .....	157
2.4.3. Opinião sobre o nível de condições de acesso à formação na área das línguas e à cultura no Lubango e Huambo.....	167
2.4.4. Canais de televisão mais vistos e língua preferida na audição dos programas de rádio e televisão.....	169
2.4.5. Variante preferida: Português Europeu ou Português Brasileiro .....	172
2.4.6. Opinião sobre a importância, estatuto e dimensão da LP, em paralelo com as LN e LE .....	175
2.4.7. Grau de conhecimento público das principais instituições, nacionais e internacionais, que direta ou indiretamente estão ligadas à LP e às LN. ....	178
2.5. SÍNTESE DOS RESULTADOS .....	181
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>185</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>191</b>
<b>ÍNDICE TEMÁTICO .....</b>	<b>203</b>
<b>ÍNDICE DOS GRÁFICOS .....</b>	<b>209</b>
<b>ÍNDICE DAS TABELAS .....</b>	<b>211</b>
<b>ÍNDICE DAS FIGURAS .....</b>	<b>213</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>I</b>
APÊNDICE A - CORRESPONDÊNCIA PREPARATÓRIA DA INVESTIGAÇÃO .....	III
APÊNDICE B – PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO E LINGUÍSTICO (PSDL) .....	XIX
APÊNDICE C – LISTAGEM DE TRABALHOS DE GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO SOBRE A LP EM ANGOLA NO PERÍODO PÓS INDEPENDÊNCIA.....	XXVII
<b>ANEXOS .....</b>	<b>XLVII</b>
ANEXO 1 - DADOS OFICIAIS .....	XLIX
ANEXO 2 – TABELAS DO SPSS.....	LXXI





## LISTA DE ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS

AMH	Administração Municipal do Huambo
AML	Administração Municipal do Lubango
ANGOP	Agência Angola <i>Press</i>
CFB	Caminhos de Ferro de Benguela
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
<i>DSTV</i>	<i>Digital Satellite Television</i>
DTL	Dicionário de Termos Linguísticos
ENAD	Escola Nacional de Administração
EU/EU	União Europeia
FAPLA	Forças Armadas Populares de Libertação de Angola
FALA	Forças Armadas de Libertação de Angola
FAA	Forças Armadas Angolanas
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
GPH	Governo Provincial da Huíla
GPH	Governo Provincial do Huambo
IC (ou ICA)	Instituto Camões (Portugal)
IILP	Instituto Internacional da Língua Portuguesa
INEA	Instituto Nacional de Estatística de Angola
IMA	Instituto Machado de Assis (Brasil)
INAGBE	Instituto Nacional Angolano de Gestão de Bolsas de Estudo
INL	Instituto Nacional de Línguas
IPAD	Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento
IPQ	Instituto Português da Qualidade
ISCED	Instituto Superior de Ciências da Educação
ISO	<i>International Standardization Organization</i>
IST	Instituto Superior da Tundavala
IURD	Igreja Universal do Reino de Deus
JA	Jornal de Angola
L2	Língua Segunda



LE	Língua Estrangeira
LM	Língua Materna
LN	Língua Nacional
LO	Língua Oficial
LP	Língua Portuguesa
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PB	Português Brasileiro (norma gramatical brasileira)
PDM	Plano Diretor Municipal
PE	Português Europeu (norma gramatical europeia)
PIDE/DGS	Polícia Internacional de Defesa do Estado/Direção Geral de Segurança
PNUD	Plano de Desenvolvimento das Nações Unidas
QPSDL	Questionário do Perfil Sociodemográfico e Linguístico
QOL	Questionário de Opinião Linguística
RDA	República Democrática de Angola
RPA	República Popular de Angola
RTP	Rádio Televisão Portuguesa
SADC	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
SPSS	<i>Statistical Package for the Social Sciences</i>
SIC	Sociedade Independente de Informação
TPA	Televisão Pública de Angola
UA	União Africana
UAN	Universidade Agostinho Neto
UL	União Latina
ULA	Universidade Lusíada de Angola
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
UPRA	Universidade Privada de Angola



## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por título: *O perfil linguístico do falante urbano do Lubango e do Huambo e suas implicações para o ensino do Português*. Sabemos ser o título um rótulo que – se ajustado ao que designa – encaminha com objetividade e firmeza para o conteúdo que epigrafa. É o que se espera deste, embora tal não dispense umas breves palavras preliminares, com o intuito de o esclarecer nos seus elementos constituintes, cautelosamente ponderados em função do fim que se perseguiu. Em primeiro lugar, o título remete para uma área de estudo que, não obstante roçar o âmbito da sociolinguística, opta em definitivo pelo do Ensino do Português – mais por opção pessoal do que por imperativo interno do estudo. Ambas as áreas seriam admissíveis, embora a segunda se ajuste melhor ao teor do mesmo e ao que tem sido a minha atividade profissional durante as duas últimas décadas, ambicionando esta investigação, por isso, ser epílogo da mesma e contribuir para a melhoria do ensino do Português nas zonas geográficas focadas neste estudo: Lubango e Huambo, em Angola.

Um segundo olhar sobre esta designação da tese revela que tem uma redação compósita, na qual se distinguem um título e um subtítulo. O primeiro refere-se, como veremos, ao núcleo fundamental da investigação (centrado na definição do perfil sociolinguístico dos falantes urbanos destas duas cidades do centro e sul de Angola), constituindo, por assim dizer, o centro do trabalho; o segundo, em clara subordinação ao primeiro e nele contido, aponta para a utilidade dos dados recolhidos e das conclusões encontradas no enfoque do ensino do Português (seja como língua materna, língua segunda ou língua estrangeira), nas áreas urbanas do território angolano pesquisadas. Por isso, as implicações a ter em conta para o ensino local do Português não foram isoladas ou separadas, dado que a leitura integral e cuidada do trabalho remete necessariamente para uma visão compósita das mesmas.

### **O objeto**

Se por tese entendermos o seu sentido etimológico de proposição ou afirmação (do Grego, *thésis*), então, o que aqui se defende tem a ver, sucintamente, com o perfil do falante urbano do Lubango e do Huambo - cidades que no seu conjunto se estima

agregarem cerca de 10% da população urbana de Angola - exposto na perspetiva de um docente de LP, empenhado na busca da melhoria do ensino da mesma. Apresentam-se dados originais, fruto de um demorado processo de recolha e tratamento dos dois mil questionários aplicados em igual número no Lubango e no Huambo – cidades que distam mais de 400 km entre si, e em condições nem sempre fáceis, ao longo de quase quatro anos. A realização desta pesquisa aproveitou o período final da minha missão como leitor do Instituto Camões junto do ISCED do Lubango - atualmente designado ISCED da Huíla, mudança resultante da profunda e ainda recente reforma do subsistema universitário angolano - e o início de outra, junto do ISCED do Huambo. Este ininterrupto convívio e trabalho de mais de uma década em terras angolanas permitiram um conhecimento mais sereno e profundo da realidade local do que aquele que, porventura, teria sido possível através de um estudo feito à distância ou de curtas passagens. Nem assim foi o suficiente, pois a realidade em estudo é extensa, complexa e mutável exigindo continuados esforços e avultados gastos. Fruto do clima de paz instalado no país, a partir de 2002, e das políticas de apoio ao ensino em curso no país, cremos que os trabalhos de investigação se multiplicarão e, com eles, a melhor compreensão desta realidade. Este apresenta-se, apenas, como primícia de melhores e vindouros frutos.

Espera-se que a receção destes resultados provoque algum desassossego e, oxalá, debate. Seria gratificante e sinal inequívoco da crescente importância da reflexão linguística em Angola, bem como ponto de partida para - numa perspetiva dialética hegeliana - se constituir em negação propiciadora de novas sínteses, consubstanciadas em estudos posteriores e mais perfeitos, preferencialmente levados a cabo por docentes e investigadores locais. A controvérsia inventiva será mais amiga do progresso e do conhecimento do que a mimese veneradora.

Pretendeu-se que o tema e os resultados do trabalho ora apresentados se ajustassem ao período de reflexão nacional que há já uns anos se respira em torno da implementação da Reforma do Sistema Educativo em Angola e as implicações que trouxe relativamente à introdução da escolarização em línguas nacionais. A corroborar a importância e atualidade deste tema importa citar o discurso pronunciado pelo Senhor Presidente da República de Angola no ato de abertura do *III Simpósio Nacional*

*da Cultura*, que teve lugar em Luanda, no dia 11 de Setembro de 2006, no qual afirmou:

**Devemos ter a coragem de assumir que a Língua Portuguesa, adotada desde a nossa Independência como língua oficial do país e que já é hoje a língua materna de mais de um terço dos cidadãos angolanos, se afirma tendencialmente como uma língua de dimensão nacional em Angola.<sup>1</sup>**

Estas palavras, vindas do mais alto dignatário da nação, assumem um relevo maior. De facto, um dos motivos que presidiu à escolha deste tema foi a perceção da crescente importância da Língua Portuguesa no contexto nacional e, de modo específico, no Lubango e no Huambo, embora nem sempre reconhecida pelos falantes. Por outro lado, o desconhecimento da dimensão real e particularidades da Língua Portuguesa - e das outras línguas aqui faladas, sejam nacionais ou estrangeiras - tem a ver não só com a falta de dados de fácil acesso e credíveis, mas também com resistências, individuais ou coletivas, conscientes ou inconscientes, aos mais variados níveis. Um dos níveis que facilmente se pode identificar – até pelo efeito inibidor ou multiplicador que tem – é o da governação. Ao longo dos treze anos vividos em Angola, frequentes vezes os meios de comunicação social (em particular a TPA e o JA) transmitiram mensagens de altos responsáveis, e de diversas tutelas, dando conta de uma realidade linguística que não se encontra nas estatísticas disponíveis, por nós consultadas, reportando-se, quase sempre, a períodos passados da história de Angola ou a amplos setores rurais da sociedade, geralmente envelhecidos, tomando o todo pela parte – e criando, assim, pela influência que exercem bem como pelo respeito que merecem, uma imagem sociolinguística que já não corresponde à realidade – sem a necessária atualização das quase quatro décadas que distam da independência do país.

Também em outros sectores externos se assiste a semelhante desfasamento, mesmo por parte de quem, em outros tempos, haja possuído um profundo conhecimento desta área. A Angola de hoje pouco tem a ver com a Angola do tempo colonial. Operou-se uma profunda metamorfose. As diferenças despontam a todos os níveis e também ao linguístico. É nossa convicção – fácil, aliás, de fundamentar

---

<sup>1</sup> [http://www.mpla-angola.org/discur\\_cult.php](http://www.mpla-angola.org/discur_cult.php) [Consultado em 20.07.2008]

estatisticamente – que em Angola se fala presentemente mais e melhor o Português do que há 40 anos atrás. Escasseiam números seguros mas, provavelmente, Angola poderá estar a caminho de vir a tornar-se em breve (se não o for já) o segundo país lusófono com mais falantes de LP como LM. Relativamente à sua proficiência qualquer juízo se torna mais temerário do que o que acabamos de tecer sobre a quantidade. O sistema escolar angolano funciona com regularidade e nunca foi suspenso, mesmo nos piores momentos da guerra civil que assolou o país. As dificuldades foram enormes e os resultados nem sempre os mais desejáveis. Contudo, – e acaso pelas dificuldades sentidas ou pela necessidade de assegurar a comunicação entre pessoas de tão diferentes e deslocadas populações, o Português (oral) foi-se impondo paulatina e pacificamente. Hoje, o grande desafio é a escolarização da juventude, que representa mais de metade deste país. Apesar das imensas dificuldades que subsistem - à dimensão do grande país que é - a realidade está a mudar em todos os domínios, nomeadamente no da crescente consolidação e domínio da língua oficial. Em maio de 2013 começou, em sete províncias, o Censo Piloto da População e Habitação como preparação do há muito anunciado Recenseamento Geral de 2014. Não nos foi possível, obviamente, beneficiar dos dados que aportará. Estamos, porém, convencidos de que irão ao encontro das conclusões aqui exaradas, apesar da natureza diversa dos seus objetivos fundamentais, que não são propriamente do foro linguístico. Se assim não acontecer, um novo e promissor campo de investigação e de debate público se abrirá em torno da radiografia social que dele resulte.

Do ponto de vista pessoal, constituiu fator de motivação e possibilidade de aprendizagem a minha longa permanência nos ISCED da Huíla e do Huambo, como já referi, na qualidade de leitor do IC<sup>2</sup>, onde tive a oportunidade de (con)viver e mergulhar no modo de pensar e de sentir locais. Considero, assim, esta uma oportunidade de retribuir a dádiva e devolvê-la a quem a merece, brindando o presente estudo a estas duas cidades e instituições, singularmente ao Huambo, por motivo do primeiro centenário da sua fundação (1912-2012), associando-me, desta forma, a tão excecional evento.

---

<sup>2</sup> Assim - e por vezes a sigla ICA - impropriamente designado por comodidade, pois ao longo desta permanência em Angola e da elaboração deste trabalho vimos por três vezes mudados o seu logotipo e designação. À sua Direção agradeço, porém, a compreensão e estima sempre dispensados.



## O Problema

O problema que determinou o presente trabalho reside no desconhecimento e grande carência de dados fidedignos recentes relativos ao mapa etnolinguístico<sup>3</sup> de Angola, em geral, e das províncias da Huíla e do Huambo, em particular. Os dados que existem ou são muito antigos – reportando a uma realidade que nas últimas três décadas se alterou profundamente – ou são muito fragmentários e pouco fiáveis devido ao clima de grande perturbação social em que foram recolhidos – sobretudo por organismos internacionais e visando objetivos e áreas muito específicas da sua atuação.

Ao invés do que já foi feito em certos espaços lusófonos (como, por exemplo, Brasil e Portugal ou, caminhando apressados nesse sentido, Cabo Verde e Moçambique), em Angola está por fazer um levantamento sistemático e específico da realidade linguística do país, na sua vasta, complexa e rica manifestação. Existem dados parcelares, certamente válidos e porventura atuais, mas carecem de um estudo mais amplo que lhes dê consistência no conjunto em que se inserem.

Pretendeu-se, com esta tese, passar do plano da divagação ao da reflexão sistemática sobre a realidade linguística angolana, de modo a contribuir para a progressiva correção do atual discurso que sobre a mesma se faz - discurso por vezes recheado de imprecisões, opiniões pessoais e conjeturas ao sabor de interesses pessoais ou passageiros, da mais variada índole. Não sendo um trabalho perfeito nem acabado, justificar-se á, porém, se trouxer algum inconformismo e debate, ainda que seja em âmbitos restritos e académicos, mas passíveis de, no futuro, se alargarem à sociedade em geral. Aqui refletiu-se tão só sobre duas cidades do sul de Angola. Contudo, abre a possibilidade de se ampliar a outros espaços urbanos, ainda por esquadriñar, bem como inspirar o seu prolongamento ao espaço rural.

---

<sup>3</sup> Mantenho a designação, embora me pareça discutível – a deste como a de alguns outros conceitos que oportunamente referirei ao longo do trabalho – face às profundas mudanças que se operaram na configuração linguística do país. Devido à descomunal migração (forçada ou não) de populações - registada nas últimas décadas, mas já iniciadas com a prática dos contratados, na época colonial - cada vez se torna mais difícil defender este binómio identificador: etnia/língua. Na diáspora constata-se que a etnia, cuja base é genética, resiste; a língua, mais facilmente desaparece. E, à miscigenação linguística, parece corresponder idêntica miscigenação étnica, no plano nacional.

A divulgação desta pesquisa contribuirá para um conhecimento mais objetivo e próximo da realidade em foco, podendo mesmo constituir um útil instrumento de orientação para futuras diretivas pedagógicas e atuações culturais, em função do conhecimento mais adequado do público a que se dirige. De facto, na área da(s) língua(s), como em qualquer outra área do saber humano, impõe-se um prévio e aprofundado diagnóstico da realidade antes de se tomar qualquer medida conducente à sua transformação e uso. Assim, acredita-se que os primeiros beneficiários deste trabalho poderão ser, em princípio, os agentes educativos e culturais cujo âmbito de ação se relaciona com o tema tratado: políticos, professores, profissionais da comunicação social, dinamizadores culturais e outros interessados.

Do ponto de vista teórico, este trabalho insere-se num processo de reflexão e pesquisa para estabelecer e/ou atualizar o mapa linguístico nas cidades do Lubango e do Huambo. Do ponto de vista prático, almeja o mérito de ensaiar uma metodologia que se possa alargar a outras áreas, urbanas (e rurais), com vista ao conhecimento linguístico total do país.

### **Objetivos**

Neste sentido, o trabalho pauta-se pelos seguintes objetivos:

- Enquadrar teoricamente a reflexão sobre a atual situação da Língua Portuguesa em Angola;
- Estabelecer pontos de discussão e de estudo objectivos;
- Contribuir para um melhor conhecimento da realidade sociolinguística da cidade do Lubango e do Huambo, capitais das províncias da Huíla e do Huambo, respetivamente;
- Determinar estatisticamente o número de falantes que têm o Português como LM ou L2 e o seu grau aproximado de proficiência;
- Correlacionar as variáveis estudadas com vista a definir o perfil linguístico do falante urbano do Lubango e do Huambo;
- Aprofundar, numa perspectiva sociolinguística, os estudos já iniciados pelos respetivos governos das províncias da Huíla e do Huambo;

- Exercitar a metodologia para futuros trabalhos congêneres e complementares;
- Contribuir para a melhoria e aumento da investigação científica sobre temas locais;
- Oferecer instrumentos de análise que permitam a melhoria do ensino local da LP;
- Levantar pistas de reflexão para investigações futuras e complementares desta.

### **Metodologia**

Partindo da carência de informação atrás referida, pretendeu-se neste estudo correlacional estabelecer alguns dados atuais e cientificamente adquiridos sobre *quem fala o quê* no perímetro urbano da cidade do Lubango e do Huambo. Por outras palavras, pretendeu-se definir o perfil sociolinguístico destes falantes urbanos e - na impossibilidade material de alargar a pesquisa a outras capitais de província do país - procurou-se obter localmente dados estatisticamente fiáveis sobre que línguas se falam, em que percentagem e com que estatuto; e quais os falantes que têm a Língua Portuguesa como língua materna e/ou como língua segunda – para além de outros dados exploratórios suscetíveis de auscultar e atualizar a situação linguística do Lubango e do Huambo, no que se refere ao uso de línguas nacionais e de línguas estrangeiras.

A investigação decorreu ao longo dos anos de 2007 a 2013. Para a realização da mesma, socorremo-nos de dois instrumentos de recolha de dados – o questionário do perfil linguístico e socioeconómico (QPSDL) e o questionário de opinião linguística (QOL).<sup>4</sup> Foram aplicados em conjunto por razões logísticas de melhor aproveitamento dos meios humanos e financeiros disponíveis, mas sem prejuízo do rigor e qualidade procurados. A população total é constituída por todos os falantes do perímetro urbano das cidades do Lubango e do Huambo. Foi constituída uma subamostra para cada uma destas cidades, aplicando-se um método aleatório estratificado, tomando como referência a proporção da população estimada para cada um dos bairros (ou áreas

---

<sup>4</sup> Cf. Apêndice B.

administrativas) das mesmas. Foram recolhidos 2.000 inquéritos: 1.000 no Lubango e outros 1.000 no Huambo, com a ajuda de alunos de instituições universitárias locais e o conhecimento das autoridades político-administrativas e académicas.

Optou-se por um modelo de investigação correlacional a partir da determinação da população e das subamostras encontradas para cada uma das cidades – procurando-se sempre um equilíbrio formal e de tratamento entre ambas. Foram definidas duas hipóteses de trabalho (que se vieram a confirmar parcialmente) e as respetivas hipóteses nulas.

Para o tratamento e análise dos resultados estatísticos, correlacionais e exploratórios dos dados, recorreu-se ao programa informático *IBM SPSS Statistics for Windows*, versão 20.0. No processamento do texto, usou-se o programa *Microsoft Office Word* 2007.

### **Estrutura**

O trabalho apresenta-se estruturado em duas partes. A primeira parte constitui a moldura teórica para a apresentação do estudo e está organizada em dois capítulos. No primeiro capítulo, faz-se um enquadramento geral do tema, fornecendo-se algumas referências necessárias sobre a localização geográfica das cidades estudadas: o processo de colonização da Huíla, e as principais características sociodemográficas da cidade do Lubango; a fundação da cidade do Huambo e as suas particularidades - resultantes de um longo e trágico processo de metamorfose -, com o objetivo de as situar no tempo e no espaço e permitir uma melhor compreensão da opção pelo instrumento de recolha e de análise aplicados, bem como dos dados coligidos. Neste primeiro capítulo, de carácter introdutório, procurou-se dar uma panorâmica sobre o centro e o sul de Angola, visando o leitor cujo conhecimento destas paragens é incipiente. Neste sentido, privilegiou-se a simplicidade e a visão pessoal, sobre a investigação inédita de aspetos transversais e dinâmicos, embora menores, do tema. No segundo capítulo, procedeu-se à revisão da literatura publicada e disponível sobre esta questão. Uma das principais dificuldades detetadas consistiu na escassa e desatualizada documentação disponível. Mais do que monografias, encontraram-se pequenas publicações tangenciais ao tema e produzidas em contexto de congressos, simpósios e jornadas ou artigos de revistas. A informação encontrada na *Internet*

revelou-se igualmente fragmentária e pouco fidedigna, porquanto apresenta uma grande repetição de dados e a omissão das fontes. Apesar da parca reflexão editada ao longo das décadas de 80 e de 90, regista-se, no entanto, um crescente número de publicações a partir do ano 2000, devido em parte a trabalhos de graduação académica – dos quais se ressentem a falta de uma base de dados nacional, pelo menos para dissertações de mestrado e teses de doutoramento. Termina o capítulo com uma breve revisão e fixação conceptual dos termos mais empregues ao longo do trabalho, mas, uma vez mais, com o intuito de fixar apenas o seu sentido mais consensual, arredando qualquer polémica ou interpretação própria: Língua Materna (LM), Língua Segunda (L2), Língua Nacional (LN) e Língua Estrangeira (LE) – apresentados como prolegómenos do estudo e fatores de colocação do mesmo. A simplicidade adotada visou facilitar a mais fácil compreensão e transmissão dos conceitos utilizados nos instrumentos de recolha, permitindo a sua igual intelecção por parte dos vários intervenientes. A segunda parte é integralmente preenchida pela apresentação do estudo e interpretação dos seus resultados e pelas conclusões e sugestões finais. Segue-se a bibliografia, os índices, os apêndices e os anexos, que acompanham o estudo principal, por opção. Procurou-se assim, num só volume, facilitar a consulta dos dados referidos no corpo do trabalho, uma vez que o maior esforço e, talvez a maior valia, se encontrem na recolha e tratamento estatístico dos mesmos. Foram – tal como os paratextos de carácter opcional - restringidos ao essencial, de forma a manter o fácil manuseamento do presente volume.

Houve a preocupação de respeitar as *Normas para a Elaboração de Teses de Doutoramento*, em vigor na FCSH da Universidade Nova de Lisboa; e, também, o compromisso de - no essencial e salvaguardando pequenas exceções ditadas por anteriores aprendizagens de âmbito académico na área das Humanidades – se observar as normas de referências bibliográficas ditadas pelo Instituto Português da Qualidade (IPQ), organismo normalizador nacional. Particularmente a Norma Portuguesa 405 (NP 405), baseada na normalização internacional ISO 690 de 2010<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> UNIVERSIDADE DE ÉVORA, *Guias: referências bibliográficas: NP 405*, 2012. [Em linha]. Évora: Biblioteca Geral da Universidade de Évora. [Consultado a 10 de dezembro de 2013]. Disponível na Internet: <http://www.bib.uevora.pt/np-40/>

Quanto aos gráficos, optou-se pela introdução dos mesmos no texto, e não em anexo, para facilitar a leitura dos dados apresentados - havendo a intenção confessa de guardar um certo equilíbrio formal entre as duas partes, que se traduziu em semelhante número de páginas de cada uma delas. Tal só foi possível devido a um necessário sacrifício de aspetos que poderiam ter merecido outro espaço. Contudo, a sua explanação alargaria este estudo para além dos limites aconselhados, sem que os proveitos diretos para o tema definido o justificassem.

Em situações omissas, seguiram-se práticas comuns, com base nos conselhos das orientadoras da tese e em leituras realizadas.

Após muita ponderação e com alguma resistência, adotou-se na redação final a ortografia proposta pelo *Novo Acordo Ortográfico*, de 1990-, apesar da sua não ratificação por parte de Angola e, naturalmente, por parte do público angolano, primeiro ou principal destinatário desta investigação.

Relativamente aos topónimos e termos etnolinguísticos usados em Angola, a escolha revelou-se mais polémica devido à falta de legislação clara a este respeito, no período posterior à independência do País. Por isso, optou-se por respeitar sempre que possível a grafia da norma europeia do tempo colonial, supondo-se ainda em vigor, dado não ser conhecida outra oficial que a tenha revogado<sup>6</sup> e o facto de Angola ainda não ter ratificado o Novo Acordo Ortográfico - ainda que o tenha subscrito e nele colaborado<sup>7</sup>. A dupla grafia de alguns termos que, por vezes conscientemente, se verifica e manteve no texto visa alertar para a necessidade de refletir superiormente e, se necessário, legislar sobre este domínio público, de forma a clarificar os

---

<sup>6</sup> Não nos referimos, obviamente, à legislação produzida em relação às LN e à normalização dos seus alfabetos. Referimo-nos, sim, à ausência de legislação linguística produzida pela República de Angola, num contexto de independência e absoluta autonomia, em relação à LP como LO do país. Para todos os efeitos, parece manter-se o enquadramento linguístico legal herdado.

<sup>7</sup> É, porém, com agrado e muita esperança numa futura revisão do mesmo, que se assiste em Angola à multiplicação de intervenções e sinais adversos ao mesmo. Quiçá (e oxalá) Portugal nela encontre a força e a dimensão que na hora certa faltou para exigir maior racionalidade e bom senso na revisão deste acordo - sem com isso negar a importância, utilidade e atualidade do mesmo. É (mais) um sinal claro do potencial linguístico deste país lusófono. A este propósito, é também ilustrativa (e parece-nos que bem sintonizada com a sociedade angolana a que pertence), a entrevista a Amélia Mingas publicada em 10.10.2013 no semanário *Nova Gazeta*, de Angola, e com remissão para a sua reprodução integral em: <http://ilcao.cedilha.net/?s=mingas> (consultado em 10.11.2013)

procedimentos e a definir e uniformizar a grafia de alguns termos do chamado “Português de Angola”.





## **I. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**



## 1.1. ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO-POPULACIONAL

A inserção deste capítulo no início do trabalho visa fornecer alguns dados relevantes para o enquadramento geográfico-populacional do estudo que se lhe segue. Reveste, por isso, um carácter preliminar, com dois objetivos: o de constituir antecâmara do estudo propriamente dito (Cap. 2); e o de proporcionar um conhecimento simples sobre algumas particularidades do centro e do sul de Angola, especificamente do Huambo e do Lubango, que ajudem à colocação do tema, utilizando uma terminologia cara a Ruy Duarte de Carvalho<sup>8</sup>. Não se busquem aqui inovações porque o objetivo é apenas o de expor com algum detalhe, modéstia e perspectiva pessoal (baseada na vivência) os espaços a estudar. Houve recurso a bibliografia, mas sempre selecionada em função de opções e de uma visão singular do espaço e da história ditada pela observação atenta e empenhada dos mesmos, durante mais de uma década.

### 1.1.1. Angola: dados gerais

Angola, país formalmente independente desde 11 de Novembro de 1975, apresenta uma vasta área geográfica e uma população relativamente reduzida para o espaço de que dispõe. De facto, para os 1.246.700 km<sup>2</sup> que constituem o território, estima-se que a população se aproxime dos 20 milhões de habitantes<sup>9</sup>. O último censo

---

<sup>8</sup> CARVALHO, Ruy Duarte de, *Vou lá visitar pastores*, Lisboa, Ed. Cotovia, 1999, p.35. Grande intelectual angolano recentemente falecido e a quem presto aqui a minha singela homenagem, pelo homem e pelo criador que foi.

<sup>9</sup> Os números consultados não coincidem. Todas as fontes apresentam estimativas que oscilam entre os 12 e os 20 milhões de habitantes. *O Anuário Católico de Angola e São Tomé*, de 1999, apresenta uma estimativa de 17 498 010 habitantes para Angola (dos quais 8 267 079 seriam católicos). Constitui uma das estimativas mais altas, mas, a atender à seriedade da CEAST e ao contacto próximo e organizado da Igreja Católica com as populações, deve merecer alguma atenção. Cf. CONFERÊNCIA EPISCOPAL DE ANGOLA E SÃO TOMÉ, *Anuário Católico de Angola e São Tomé: 1999 - Ano do Pai*, Luanda, Ed. da CEAST, 1999, p. 657. A corroborar esta suposição, aduz-se a estimativa mais recente apresentada pelo Centro de Estudos, Pesquisa e Desenvolvimento da ENAd, com base nos resultados de oito milhões, 397 mil e 244 eleitores recenseados pelo Consórcio Técnico Eleitoral em 2008. Segundo esta estimativa, o total da população aproximar-se-á dos 21 milhões de habitantes, distribuídos maioritariamente pelos grandes centros urbanos (55%).

Cf. <http://www.macaub.com.mo/pt/2009/02/10/6523/> [Consultado em 20.5.2013]. Em maio de 2013 teve início o projeto piloto, em sete províncias de Angola, como preparação do anunciado *Recenseamento Geral da População e Habitação*. Certamente que trará novidades, incluindo no campo linguístico.

realizado data da década de 70 e apontava, então, para 7 milhões de habitantes. Ao longo do processo de descolonização que se seguiu, o território perdeu um considerável número de habitantes (quer devido ao processo de repatriamento de portugueses, quer devido ao conflito armado que logo se instalou e permaneceu durante mais de duas décadas). Apesar de tudo, a população angolana tem apresentado um grande índice de crescimento, estimando-se que quase tenha triplicado o seu número a partir da data da independência. O relatório de *Desenvolvimento Humano 2007/2008*, do PNUD, reportando valores de dois anos antes, estimava em 16.100.000 habitantes a população. Contudo, não há valores certos, devido à inexistência de censos recentes. A taxa de crescimento anual situa-se em 2,8%<sup>10</sup>. Pelo que, se considerarmos as melhorias que se estão a introduzir depois do fim do conflito armado, é muito possível que não sejam necessárias mais duas décadas para que a população angolana duplique de novo.

Segundo o mesmo relatório, são apontados 21.900.000 habitantes para 2015<sup>11</sup>. Caso esta melhoria alcance todos os sectores da sociedade e, em particular, o da educação, facilmente se percebe a importância e potencial que este país encerra em termos linguísticos. Quaisquer valores que se apontem serão sempre estimativas, mais ou menos próximas e acertadas, mas apenas isso. Dados fidedignos só os que resultarem do Recenseamento Geral de 2014. Ainda assim, regista-se - pela sua relativa atualidade e maior autoridade - os dados publicitados pelo Diretor do INEA que apontam a cifra rigorosa de 18 576 568 angolanos, em 2012. «A mesma projeção avança que em 2015 Angola terá 20,4 milhões de habitantes» mais de um quarto dos quais concentrado na província de Luanda.<sup>12</sup>

Geograficamente, Angola confina a norte e a leste com a República Democrática do Congo, a leste com a Zâmbia, ao sul com a Namíbia e, a oeste, com o Oceano Atlântico. No enclave de Cabinda partilha as fronteiras com a República do Congo, a norte, e com a República Democrática do Congo, a leste e a sul.

---

<sup>10</sup> PNUD, *Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008. Combater as alterações climáticas: Solidariedade humana num mundo dividido*, Coimbra, Ed. Almedina, 2007, p. 2248.

<sup>11</sup> *Ibidem*.

<sup>12</sup> Cf. [Jornal semanário] *Expansão*, sexta-feira, 17 de Agosto de 2012, n.º 179, p. 2.

Do ponto de vista estratégico, Angola ocupa um espaço de grande importância para a difusão do português em África, cujo potencial de expansão é muito significativo, em particular no hemisfério sul. Segundo estimativas da ONU, este espaço registará grandes mudanças sociodemográficas. «Para além dos PALOP, cuja população crescerá para 58 milhões em 2025 e para 83 milhões em 2050, regista-se uma crescente procura da aprendizagem do português nos diversos sistemas de ensino dos países que integram a SADC, com particular destaque para a África do Sul, a Namíbia e o Zimbabwe».<sup>13</sup> Esta reflexão, dez anos depois, confirma-se e continua válida.

Internamente, o território apresenta uma grande diversidade de povos e línguas. Aliás, a configuração linguística do país parece indissociável da sua base etnolinguística. Angola encontra-se ainda num estágio de consolidação enquanto nação. Nela coexistem forças centrípetas e centrífugas, com fortes raízes históricas e étnicas que, um século e pouco depois da Conferência de Berlim (de onde provêm as atuais e geométricas fronteiras), ainda não foram totalmente desfeitas. É, no entanto, admirável o percurso desde então realizado (com especial ênfase no período pós-independência) e o sentimento de patriotismo ou de pertença nacional que qualquer angolano hoje manifesta, «de Cabinda ao Cunene», tendo em conta os vários reinos (por vezes inimigos) dum passado ainda não muito longínquo - e que, de alguma forma, ainda subsistem em determinadas formações político-partidárias cuja base de sustentação, mais do que ideológica, parece ser sobretudo étnica - ou, no dizer de Agostinho Neto, tendo em conta que «Angola é uma nação de ex-nações».<sup>14</sup>

Angola apresenta, pois, um complexo mapa etnolinguístico, onde nem todas as línguas e povos têm o mesmo peso demográfico ou dimensão territorial. As principais línguas faladas no espaço angolano são de origem banta<sup>15</sup>: a norte, o Quimbundo<sup>16</sup> e o

---

<sup>13</sup> COUTO, Jorge, *Língua Portuguesa: Perspectivas para o Século XXI*, Lisboa, Instituto Camões, 2002, p. 5.

<sup>14</sup> Alocução de Agostinho Neto na União dos Escritores Angolanos, em Janeiro de 1976. Citado por: COELHO, Sebastião, *Angola - História e Estórias da Informação*, p. 25.

<sup>15</sup> Como regra geral, e sem qualquer intencionalidade que não seja linguística, ao longo do texto optou-se pela grafia anterior à independência, uma vez que se torna mais fácil de fixar a partir dos instrumentos normativos e da legislação existente. Chama-se desde já a atenção para o facto de, adiante, se fazer referência e uso de outras formas de grafar os mesmos conceitos, nomeadamente em citações de autores que as usam.

Quicongo; e ao centro/sul, o Umbundo. Para além destas três, consideradas a mais representativas em termos de falantes (e denominadoras dos respetivos grupos étnicos: Ambundo, Bacongo e Ovimbundo) há ainda a registar uma série de outras línguas nacionais de origem banto e não banto, particularmente ao sul de Angola, onde predominam os grupos etnolinguísticos: Kwisi, Ovahelelo, Ovanyaneka e Ovakwanyama.<sup>17</sup>

Pela designação de sul de Angola entende-se o vasto território constituído pelas províncias da Huíla, Namibe, Cunene e Cuando Cubango, cujas cidades capitais são, respetivamente, Lubango, Namibe, Ondjiva, e Menongue. Ao contrário do norte - onde a presença dos portugueses remonta ao século XV (com especial destaque para a aliança estabelecida com o reino do Congo) e sempre se manteve com alguma continuidade histórica - o sul, embora conhecido desde o tempo de Diogo Cão<sup>18</sup>, só muito tardiamente (final do séc. XIX) foi objeto efetivo da colonização portuguesa, em parte forçada pela voracidade alemã e inglesa que ameaçava tomar posse efetiva destes territórios, caso Portugal o não fizesse antes. De facto, a natureza da maioria dos povos do sul, nómadas e refratários à servidão, deixavam os portugueses indiferentes, do ponto de vista comercial<sup>19</sup>. Como afirma F. Cerviño Padrão:

**Durante séculos a presença portuguesa na região delimitada pelos ex-distritos de Moçâmedes, Huíla, Cunene e Cuando Cubango, caracterizou-se por uma colonização ambulatória da responsabilidade de “funantes”, na maioria degredados, de alguns missionários e de uma ou outra missão de exploração de carácter oficial ou privado.**<sup>20</sup>

---

<sup>16</sup> Utiliza-se intencionalmente a grafia em uso, não por desconhecimento da proposta dos novos alfabetos nacionais, nem porque se considere mais correta, mas tão só com o intuito de chamar a atenção para o vazio legal que atualmente se verifica neste campo da ortografia angolana, causador de ambiguidades que urge corrigir. Há termos, nomeadamente topónimos, que se encontram grafados, supostamente em língua oficial portuguesa (e incluso em documentos oficiais) de duas ou três formas diferentes, por exemplo: Cuanza/Kuanza/Kwanza, Caáma/Kahama, Cahama Cunene/Kunene, Kubata/cubata, kimbundu/quimbundo, etc.

<sup>17</sup> FERNANDES, João; NTONDO, Zavoni, *Angola: Povos e Línguas*, Luanda, Ed. Nzila, 2002, p. 57.

<sup>18</sup> O Pe. Cadornega dá notícia da viagem de Soares Lasso até à proximidade do Cunene, antes de 1639. Cf. CADORNEGA, António de Oliveira, *História Geral das Guerras Angolanas*, vol. III, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1941, p. 72.

<sup>19</sup> PÉLISSIER, René, *História das Campanhas de Angola - Resistências e Revoltas*, 2 vols., 2ª ed., Lisboa, Ed. Estampa, 1997, p.81.

<sup>20</sup> PADRÃO, Fernando Cerviño, *A colonização do Sul de Angola: 1485 - 1974*, Mira-Sintra, Gráfica Europam Lda., 1998, p.23.

A colonização do sul, à semelhança do que aconteceu no resto do território angolano, partiu do litoral em direção ao interior e mais por pressão externa e por reação perante o perigo real da perda do predomínio histórico do que por acção resultante de um projeto nacional. De facto, «todos os estabelecimentos de África foram sempre sacrificados em relação ao Oriente e, posteriormente, ao Brasil, muito mais rendosos para a Coroa».<sup>21</sup> À exceção de uns raríssimos visionários com responsabilidades de governação - dos quais cumpre incluir Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, Paiva Couceiro, Norton de Matos e Vicente Ferreira, entre poucos mais - a política da metrópole sempre viu Angola como fornecedora de mão-de-obra barata, numa primeira fase, e de matérias-primas, numa segunda fase, posterior à abolição da escravatura. Não se estranha, por isso, que no final do século XIX a presença portuguesa em Angola fosse, no dizer de Pélissier, «amorfa, oficiosa e, por vezes, caótica»<sup>22</sup>.

Já na última metade do século XVIII se começava em Portugal a antever o perigo que recaía sobre Angola, mercê da cobiça cada vez maior por parte das outras potências europeias, que contestavam a legitimidade de potência colonizadora assente nos direitos históricos, por parte de Portugal. A primeira tentativa planeada de expansão do povoamento para leste pode datar-se de 1769, ano em que o Governador D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho, conhecedor já da boa fama do clima do Planalto da Huíla, aí providenciou o estabelecimento de uma capitania que, sob a designação inicial de Alba Nova, veio a dar origem à atual comuna da Huíla. Passados poucos anos, parece que a capitania foi temporariamente abandonada, por motivos que se desconhecem<sup>23</sup>.

Em 1785, o Governador de Angola, Barão de Moçâmedes, preocupado em acautelar a efetiva ocupação do sul de Angola, envia duas expedições, a partir de

---

<sup>21</sup> *Ibidem*, p. 32.

<sup>22</sup> PÉLISSIER, René, *História das Campanhas de Angola - Resistências e Revoltas*, 2 vols., Lisboa, Ed. Estampa, 1986, p.70. CRUZ e SILVA, Rosa (Coord.), *Angola e o seu Potencial: História*, Luanda, Ministério da Cultura de Angola, 1997. Noutra perspetiva, mais da Geografia Humana do que da História, mas partilhando a mesma visão global negativa da colonização portuguesa, pode citar-se: RIBEIRO, Orlando, *A Colonização de Angola e o seu Fracasso*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1981. No mesmo registo crítico, mas quase roçando a inconveniência e a parcialidade, pode ler-se a obra de BENDER, Gerald Jerry, *Angola sob o domínio português. Mito e realidade*, Luanda, Nzila, 2004.

<sup>23</sup> DIAS, Gastão Sousa, *A cidade de Sá da Bandeira*, Ed. da Câmara Municipal, 1957, p. 12.

Benguela: uma por mar e a outra por terra. A primeira, aportando na antiga Angra do Negro, logo a rebatiza com o nome de Moçâmedes, em homenagem ao Governador em exercício; a segunda, realizada por via terrestre e capitaneada por Gregório José Mendes, chegou também a Moçâmedes mas, no seu regresso a Benguela, passou pelo Planalto da Huíla, do qual faz uma descrição em termos favoráveis. Os relatórios das missões registam manifestos sinais da passagem de portugueses por ali, mas não a sua presença, ao tempo.<sup>24</sup>

Depois do estabelecimento, aparentemente sem continuidade, da povoação de Alba Nova, a primeira tentativa consistente de colonização do sul (abaixo dos reinos de Benguela e dos do Planalto Central) remonta ao desembarque na costa de Moçâmedes de uma pequena colónia de portugueses, liderados por Bernardino Freire, oriunda da cidade de Pernambuco, que fugiam dos violentos altercados ali registados contra alguns portugueses, em 1848, na sequência da independência do Brasil.

Seguiram-se outras levas mas, por falta dos meios necessários e de uma estratégia definida por parte do Governo da Metrópole, não tiveram os efeitos desejados. Assim, à colónia dos brasileiros seguiu-se outra de algarvios, oriundos fundamentalmente de Olhão que, a partir de 1860, deram um impulso inestimável às atividades piscatórias, tendo permanecido até ao presente como a principal fonte de riqueza da província. A eles se deve também o estabelecimento das colónias de Porto Alexandre (atual Tômbwa) e a da Baía dos Tigres, um ano depois.<sup>25</sup>

Por volta de 1850, mais ou menos consolidada a presença portuguesa no litoral, o Governo da Metrópole resolveu acelerar o povoamento do interior, por pressão estrangeira e por julgar que ali havia importantes jazidas de cobre. Para este efeito, o Marquês de Sá da Bandeira, paladino-mor do povoamento do sul de Angola, tenta várias soluções para criar uma colónia agrícola próxima de Moçâmedes (Huíla): em 1857, com a instalação da colónia de Kruss (constituída por 12 alunos da Casa Pia e 29 colonos alemães); e em 1858 com o envio da Companhia Agrícola de Moçâmedes. Ambas redundaram em fracasso devido à falta de enquadramento oficial e, pelo que

---

<sup>24</sup> PADRÃO, Fernando Cerviño, *op. cit.*, p. 44.

<sup>25</sup> *Ibidem*, p.86.



se depreende dos relatórios da época, devido também à fraca natureza dos portugueses enviados:

**Ex-cabos de esquadra, ex-degredados por crimes infamantes, ex-soldados da mesma condição e natureza do crime, outros ex-praças da extinta companhia colonial, de maus costumes e incorrigíveis do seu princípio, são os que constituem a pequena povoação da Huíla, alguns cumprindo ainda sentenças.**<sup>26</sup>

Completamente desenraizados e desenquadrados institucionalmente, estes colonos tiveram que socorrer-se dos expedientes possíveis para sobreviver. «Os portugueses cafrealizados, já antes radicados na Huíla, viram as suas fileiras engrossadas».<sup>27</sup>

Bem diferente desta parecia ser a composição da colónia de *boers* que, por esta mesma altura, a partir de 1880, data da guerra entre os ingleses e *boers* na África do Sul, começaram a afluir em número crescente ao território angolano. Em 1 de Outubro de 1880, por despacho do titular do Ministério da Marinha e Ultramar, Visconde de São Januário, são criadas as condições legais para o estabelecimento da numerosa colónia *boer* de São Januário - em atenção ao titular da pasta ministerial - na Humpata. Dois anos depois é inaugurada pelo Governador de Moçâmedes, Coronel Nunes da Mata, acompanhado do seu Ajudante de Campo, Alferes Artur de Paiva, a quem nomeia seu representante junto dos *boers*. Estes, agradecidos pela hospitalidade recebida e portadores de uma experiência, cultura e religião diferentes, em pouco tempo criaram infraestruturas e mostraram resultados muito positivos que

---

<sup>26</sup> FELNER, Alfredo de Albuquerque, *Angola. Apontamentos sobre a colonização do planalto da Huíla e do litoral de Moçâmedes*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1940. *Apud* PADRÃO, Fernando Cerviño, *op.cit.*, p. 98. É interessante constatar como, um século depois, O. Ribeiro perfilha a mesma opinião relativamente ao fracasso da colonização de Angola e apresenta uma descrição acrimoniosa da cidade de Sá da Bandeira, que faz recordar a anterior: «Sá da Bandeira era a “capital do pífilo”, rica apenas de maledicência e de macas (querelas), levantadas por tudo e por nada, num ambiente chicaneiro que dava triste ideia do nível moral e intelectual dos “povoadores brancos”». Cf. RIBEIRO, Orlando, *A colonização de Angola e o seu fracasso*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1981, p. 175. Ainda hoje a matriz moral duvidosa destes colonizadores pioneiros, não só do sul mas de todo o território de Angola, é um tema recorrente e digno de maior estudo. Incluso na independência de Angola se recorreu a similares práticas. Muitos dos soldados que integraram alguns dos exércitos dos movimentos de libertação com assento na assinatura no Tratado do Alvor não se livram da fama de serem presos a cumprirem pena de delito comum nas cadeias. Parece-nos que há hoje no tecido social comportamentos profundamente arraigados (de ordem ética) que não se explicam só como sequelas da guerra; quiçá o contrário.

<sup>27</sup> PADRÃO, Fernando Cerviño, *op. cit.*, p. 97.

contrastavam claramente com a situação estagnada da colónia portuguesa. «Daí - refere F. Cerviño Padrão - ao desencadear de uma campanha de intrigas denegrindo a atuação dos *boers* com reflexos em Luanda, foi um passo».<sup>28</sup> Apesar dos esforços despendidos por Artur de Paiva e, posteriormente, pelo Governador Paiva Couceiro, a colónia *boer* desagregou-se paulatinamente e acabou por não ter os resultados que o seu início augurava. Uma vez mais, e na sua forma inimitável e sincera, de quem ama e conhece profundamente esta terra, Fernando Padrão regista o facto, lamentando ter sido assim que:

**Por falta de visão, de tato e de pura negligência, o Sul de Angola perdeu alguns milhares de indivíduos extraordinariamente dotados, metódicos e empreendedores que, multiplicados, integrados e miscigenados com colonos e angolanos, com a marcha implacável do tempo, teriam talvez transformado, por forma e consequências imprevisíveis os planaltos de Caconda e da Huíla e as planuras pastoris do Cunene.**<sup>29</sup>

Com o propósito de contrabalançar esta experiência da colónia de São Januário e dar-lhe um cunho mais nacional, Sá da Bandeira e Pinheiro Chagas envidaram esforços, na Metrópole, para continuar a colonização do sul de Angola. Desta vez, recorreu-se a colonos madeirenses: gente trabalhadora e habituada à dureza da ilha. Teoricamente, tudo estava previsto: assinavam um contrato na Madeira, com direito a um subsídio diário, assistência médica e medicamentosa, ferramentas e sementes, além da concessão do terreno, e passagem gratuita, ao fim de seis anos. Na prática, porém, quase nenhum apoio lhes foi dado. E assim - diz Albuquerque Felner - «a colónia dos madeirenses de 1884 foi mais infeliz do que a dos portugueses de Pernambuco, em 1849».<sup>30</sup>

Sob a direção de Câmara Leme, a colónia de Sá da Bandeira consegue implantar-se à custa de muitos sacrifícios e estabelecer-se como base para a posterior pacificação ou dominação militar do sul de Angola e do seu povoamento branco. Em 1901 é elevada a vila e cabeça do novo distrito da Huíla (criado por desmembramento

---

<sup>28</sup> *Ibidem*, p. 107.

<sup>29</sup> *Ibidem*, p. 125. Fernando C. Padrão viveu em Angola durante as décadas de 60 e 70, onde desenvolveu intensa atividade junto do Gabinete do Plano do Cunene, como Chefe do Departamento de Ação e Promoção Social.

<sup>30</sup> FELNER, Alfredo de Albuquerque, *op. cit.*, p. 100. Citado por: PADRÃO, Fernando Cerviño, *op. cit.*, p. 129.

do distrito de Moçâmedes) e, em 31 de Maio de 1923, agraciada a cidade - no mesmo dia em que o caminho-de-ferro atingira finalmente o Planalto.<sup>31</sup>

A par desta lenta penetração civil, muitas vezes inconsequente e quase sempre desenquadrada de qualquer política colonizadora bem planeada, há a considerar o concurso de outros dois importantes pilares institucionais: a ação pacificadora do exército e a ação civilizadora das missões (católicas e protestantes).

Relativamente à ação militar, importa salientar a sua dureza e extensão, quer no tempo, quer no espaço. De facto, as campanhas do sul tiveram o seu início em 1885, no seguimento da Conferência de Berlim e da assinatura do *Ato Geral* - que, na expressão de F. Padrão, «obrigavam Portugal a andar depressa e bem»<sup>32</sup> - e terminaram em 1915, após a rendição da Alemanha ao exército sul africano e o subjugo dos povos ovambo. Foram trinta anos de lutas constantes entre o exército português e os povos das regiões do sul e do leste de Angola - que atualmente constituem as províncias da Huíla, Cunene e Cuando-Cubango. De todos, o povo mais difícil de subjugar foi o cuanhama, devido ao seu valeroso e indomável caudilho, o soba Mandume, que sempre contou com o apoio logístico dos alemães no fornecimento de armas mais modernas, interessados que estavam em ocupar as terras reivindicadas por Portugal a sul.

Alguns documentos, então produzidos, justificam estas incursões pela necessidade de Portugal repor a soberania num território que, suposta e historicamente, lhe pertenceria. Do mesmo parecer, porém, não eram ingleses e alemães, ao sul, nem franceses e belgas, a norte - para quem o critério de ocupação histórica pouco valia. Importava mais a sua ocupação e colonização efetiva, que Portugal, com a grave crise económica, política e social que grassava na Metrópole e com a exiguidade de meios humanos, técnicos e financeiros de que dispunha, estava longe de poder assegurar em tamanhos e tão dispersos territórios africanos<sup>33</sup>. Incapaz de defrontar-se no terreno com países mais poderosos e abastados, a Portugal pouco

---

<sup>31</sup> DIAS, Gastão Sousa, *op. cit.*, p. 37. O mesmo procedimento se encontra na criação – neste caso *ab nihilo* – da cidade do Huambo, coincidindo com a chegada do comboio ao Planalto Central.

<sup>32</sup> PADRÃO, Fernando Cerviño, *op. cit.*, p. 153.

<sup>33</sup> LUCAS, Maria Manuela, «Organização do Império», in: MATTOSO, José (Dir.), *História de Portugal*, vol. 5, Lisboa, Ed. Estampa, 1993, p. 306.

mais restava que socorrer-se dos instrumentos diplomáticos de que dispunha para, através deles, tirar proveito das antinomias existentes entre os signatários do *Ato Geral*, em particular entre os franceses, ingleses e alemães. É exemplo paradigmático destas negociações (embora infecundas) o conhecido mapa cor-de-rosa, apresentado nas várias chancelarias europeias, através do qual Portugal pretendia ver reconhecido o seu direito aos territórios que uniam, por terra, Angola a Moçambique. Esta pretensão cedo esbarrou nos interesses ingleses que não tiveram qualquer pejo em enviar o célebre *ultimatum* aos seus “mais antigos aliados”. Enquanto, na Europa, as negociações se faziam em atapetadas secretarias, o exército português, no sul, progredia num terreno hostil e difícil em sucessivos avanços e recuos, com poucos recursos, e enfrentando vigorosos exércitos locais, muitas vezes melhor armados, graças ao apoio dos alemães ou à falta de escrúpulos de funantes portugueses.

Só em 1915 se tomam medidas enérgicas para pôr termo a uma situação que deixava a soberania portuguesa mal colocada, no plano interno e externo. O Governo incumbiu, então, o general Pereira d'Eça - que acumulará pela primeira vez as funções de Governador-Geral de Angola com as de Comandante-Chefe do exército - de organizar uma expedição com o objetivo de resolver definitivamente os problemas da fronteira sul de Angola: dominar os cuanhamas e repelir os alemães. Tendo entretanto beneficiado da rendição dos alemães da Damaralândia às tropas sul-africanas do general Botha, tal empresa foi meticulosamente preparada e culminou com a tomada de Ondjiva (N`Djiva), quartel-general do soba Mandume. Este, acossado pelas tropas, incendiara-a antes da sua tomada e pusera-se em fuga. De acordo com uma das versões mais verosímeis da sua morte,<sup>34</sup> parece ter sido encurralado pelas tropas sul africanas no lugar de Ehole (Namacunde), onde se suicidou, para evitar cair vivo nas mãos dos seus inimigos. Foi decapitado e o seu corpo enterrado longe, num local que ainda hoje é lugar de reverência para os cuanhamas.

O desaparecimento de Mandume significou, para os portugueses, o domínio dos povos ovambo e o encerramento dos conflitos no sul passando finalmente a

---

<sup>34</sup> Relatada pelo Padre Carlos Mitelberguer que era, segundo F. Padrão, profundo conhecedor das línguas e culturas dos povos ovambo. Cf. PADRÃO, Fernando Cerviño, *op. cit.*, p. 245.

vigorar as fronteiras do sul de Angola<sup>35</sup> negociadas na Convenção Luso-Alemã, em 1886, e mantidas sem qualquer alteração pelo novo Estado angolano a partir de 1975 - ainda que com elevado custo de vidas humanas (angolanas e, desta vez, cubanas<sup>36</sup>), particularmente durante as sangrentas batalhas contra o exército sul-africano, nos mesmos sítios onde, quase um século antes, haviam caído tantos portugueses e autóctones.

Em paralelo com esta dominação militar, outra mais pacífica acontecia pela mão dos missionários. À semelhança do que era prática no resto do império português (e havia sido praticado em território angolano, desde que Diogo Cão a ele aportara em 1485), onde à Igreja sempre coube desempenhar um papel civilizador nos novos territórios anexados, também na colonização do sul de Angola lhe esteve reservado análogo papel, embora com algumas particularidades dignas de registo. Em primeiro lugar há que assinalar as mudanças políticas que se haviam operado a partir do século XVIII. Em Portugal, duas decisões políticas tiveram importantes repercussões no plano missionário: a expulsão dos jesuítas, em 1759, pelo Marquês de Pombal; e, quase um século depois, a lei da desamortização de 22 de Junho de 1866, publicada pelo governo liberal de Fontes Pereira de Melo, que expulsava do país grande número de ordens, congregações e institutos religiosos e lhes confiscava os bens. O encaixe do capital realizado de forma alguma compensou a perda de tão importante e experimentado sector da sociedade na área da educação. E assim, uma medida inicialmente pensada para resolver um problema interno do continente veio criar outros fora dele, tendo enormes repercussões nos territórios africanos a colonizar, nomeadamente em Angola. A esta amputação interna sucede, no plano internacional, uma outra mudança com implicações também para a capacidade colonizadora de Portugal: trata-se da já referida Conferência de Berlim e dos articulados que os países signatários do Ato Geral

---

<sup>35</sup> Sobre esta matéria, veja-se o pequeno e elucidativo artigo de APARÍCIO, Alexandra, «O último reino independente de Angola e a fixação da fronteira sul (1910-1929)», in: SANTOS, Maria Emília Madeira (Direção), *A África e a instalação do Sistema Colonial (c. 1885 – c. 1930) – III Reunião Internacional de História de África*, Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, 2000, pp.221-230.

<sup>36</sup> É interessante, a este propósito, a leitura da recente e curta narrativa da batalha do Cuíto Cuanavale, travada há 25 anos e contada por um dos intervenientes na mesma. Cf. SIERRA, Lázaro Cárdenas, *Angola e África Austral*, Luanda, Mayamba, 2010. A este relato pode opor-se a leitura, em outra perspetiva e com testemunhos nem sempre coincidentes da parte soviética, de José Milhazes, *Angola: o princípio do fim da União Soviética*, Lisboa, Nova Vega, 2013.

(a maioria deles protestante) fizeram assinar. É o caso da inserção de um artigo que determinava a obrigação de se conceder total liberdade de culto, religião e ensino aos povos autóctones. Foi a porta de entrada das missões protestantes em domínio português, tradicionalmente católico e - excetuando talvez o caso dos jesuítas no Brasil - em total convivência com o poder estabelecido, como, aliás, continuaria a suceder a partir de 1940, mediante a assinatura da Concordata entre Portugal e a Santa Sé e do Acordo Missionário.

É um capítulo da História de Angola ainda por desbravar<sup>37</sup>, contudo avultam referências ao diferente papel político que as missões católicas e protestantes desempenharam em Angola e noutros países limítrofes. E se é verdade que às missões católicas se pode facilmente apontar o dedo pela sua colação excessiva à ideologia dominante (de onde lhes vinha grande parte do orçamento), também é verdade que as missões protestantes da mesma forma (embora em dimensão mais diminuta e numa situação de maior constrangimento) serviram outros interesses pelos quais seriam também supostamente financiadas.<sup>38</sup> Basta observar, por exemplo, o elevado número de resistentes ao regime colonial que estudaram nas missões protestantes: entre os quais avultam Agostinho Neto e Jonas Savimbi, entre muitas figuras de renome, alguns já falecidos e muitos outros ainda vivos. Do lado católico é justo igualmente referir a plêiade de estudantes e seminaristas que, tendo passado pelas missões, hoje integram o aparelho de estado ou se encontram nas mais diversas instituições e áreas da sociedade angolana.

No sul de Angola, a presença religiosa recapitula o processo da penetração europeia. Também ele (se excetuarmos a presença de alguns padres degredados ou missionários aventureiros e solitários de séculos anteriores) se orientou do litoral para o interior, acompanhando o progressivo estabelecimento das colónias. Da parte católica, constata-se que os grandes núcleos populacionais que se iam constituindo (Moçâmedes, Capangombe, Huíla, Sá da Bandeira, Humpata, S. Pedro da Chibia, Pereira d'Eça,...) eram servidos principalmente pelo clero secular, muitas vezes

---

<sup>37</sup> ALVES, Carlos Alberto de Jesus, *Angola: As Missões Religiosas e os Nacionalistas, 1961-1975*. (Dissertação de mestrado apresentada na Universidade de Lisboa, em 2001).

<sup>38</sup> Cf. Documentos existentes na Torre do Tombo referentes às atividades das mesmas minuciosamente descritas nos relatórios enviados pelos agentes da polícia (PIDE/DGS e não só).

autóctone, enquanto nas zonas rurais do interior se instalava o clero regular, através das missões. As primeiras missões católicas fundadas no sul de Angola pertencem à Congregação dos Padres do Espírito Santo (C.S.Sp.), mais conhecidos por espiritanos, inicialmente de origem francesa, mas progressivamente engrossados com maior número de portugueses e desde a sua origem subsidiadas pelo Estado. Em 1881, fundam a Missão da Huíla,

**Num terreno de 2.000 hectares, para esse fim concedido pelo governo, tendo-lhe sido passada autorização para o estabelecimento de casas de educação e ensino dos naturais, bem como para a criação de uma granja, que servisse de escola aos educandos e para a produção de géneros para o consumo da própria missão.**<sup>39</sup>

É este o figurino que, normalmente, se aplicava à fundação de qualquer missão, apoiada pelo Estado, com vista à “educação e ensino dos naturais”. Ainda hoje a missão da Huíla é a mais importante e imponente da região sul, sendo a casa-mãe de todas as outras missões espiritanas que se seguiram: a Missão do Humbe (1882); a Missão do Cuanhama (1884) a Missão de Cassinga (1885); a Missão do Jau (1889); a Missão do Tchivinguiro (1892); a Missão da Quiita (1894); a Missão do Munhino (1898); a Missão do Chiapepe ou Santo António dos Gambos (1900); a Missão do Chipelongo (1900); a Missão do Humbe (restabelecimento, em 1909, da antiga fundada em 1882); a Missão da Mupa (1913, reaberta em 1923); a Missão da Omupanda (1928, nas instalações da antiga missão protestante alemã); a Missão do Quipungo (1930); a Missão do Lubango (1935); a Missão do Cuamato (1940).<sup>40</sup> Os acontecimentos então operados, particularmente a introdução de um sistema político de carácter marxista, levou à quase total inoperacionalidade das mesmas. Destas que foram enumeradas e de outras pertencentes a outros institutos e congregações religiosas, restam apenas três missões na Arquidiocese do Lubango e sete na diocese de Menongue<sup>41</sup>. A diocese de Ondjiva não conta presentemente com nenhuma, o que é compreensível dado o ter sido palco de violentíssimos confrontos armados durante os quais os sul-africanos arrasaram completamente a antiga cidade de Pereira D’Eça, não deixando pedra sobre pedra. Os edifícios que hoje a povoam são de arquitetura

---

<sup>39</sup> DIAS, Gastão Sousa, *op. cit.*, p. 29.

<sup>40</sup> *Ibidem*, p. 30-31.

<sup>41</sup> CONFERÊNCIA EPISCOPAL DE ANGOLA E SÃO TOMÉ, *Anuário Católico de Angola e São Tomé...*, p. 659.

totalmente nova e de nítida influência namibiana, na traça arquitetónica e nos materiais usados.

Apesar do seu relativo apagamento atual, as missões desempenharam um relevante papel na primeira metade do século XX, como postos avançados no processo do povoamento europeu no sul de Angola (sofrendo, por isso, frequentes contrariedades). Paralelamente, deram um grande contributo para o fomento rural junto das populações autóctones e para a educação básica, profissional e, até, secundária das mesmas através das escolas da missão e dos seminários (Huíla e Jau), que funcionaram como verdadeiros liceus rurais para os estudantes que, sobretudo pela sua origem humilde e baixo estatuto socioeconómico, não tinham acesso aos da cidade. Curiosa e paradoxalmente, muitos desses alunos (protestantes e católicos) e ex-seminaristas são hoje importantes quadros da sociedade angolana: políticos, magistrados, professores, empresários, advogados, militares, entre outros. A maioria dos que frequentaram os liceus e as escolas comerciais ou industriais saiu do país depois de 1975.

As missões protestantes<sup>42</sup>, pelo menos durante o tempo colonial, sempre estiveram numa situação de maior aperto por dois motivos fundamentais: em primeiro lugar, porque eram de outra confissão religiosa, que não a católica; e, em segundo, porque eram, na sua maioria, constituídas por estrangeiros e oriundos de países contestatários do poder colonial. No sul de Angola merecem destaque as missões de Caluquembe, Chambagala e Bunjei pelo importante contributo (ainda hoje notável) que dão na área da Educação e da Saúde.

### **1.1.2. A Província da Huíla e a cidade do Lubango**

A província da Huíla (Fig. 1) localiza-se a sudoeste do território angolano e confina a norte com as províncias de Benguela e Huambo, a nordeste com a província do Bié, a sudeste com a província do Cuando Cubango, a sul com a província do Cunene e a sudoeste com a província do Namibe. Ocupando uma área de 78,879 km<sup>2</sup>,

---

<sup>42</sup> Esta designação é cómoda, mas pouco precisa. No Sul de Angola, em geral, e no Lubango, em particular, estão representadas várias confissões luteranas, entre as quais se destacam a IESA (Igrejas Evangélicas do Sul de Angola), a IECA e a Igreja Metodista.





africana, que assolou a vizinha província do Cunene, e de modo particular a sua capital, Ondjiva. Os namibianos da *SWAPO* instalaram, então, a sua base nos municípios circundantes ao Lubango (Chibia, Humpata) - o que originou alguns ataques pontuais a diversas estruturas e equipamentos da província e o bombardeamento da estrada da Leba. Em 1992 registaram-se novos conflitos, desta vez internos, entre as forças da UNITA e as FAA, cujo epicentro no Planalto Central se traduziu num clima de instabilidade e combates nos municípios a norte da Huíla, que obrigou as suas populações a procurarem abrigo seguro nas cidades do interior sul (Lubango) e do litoral (Luanda, Benguela, Lobito e Namibe).

A província da Huíla (centro nevrálgico do sul de Angola) apresenta uma grande diversidade linguística e cultural, devido à sua localização raiana entre povos bantos e não bantos. Nela se encontram - respeitando a nova terminologia adotada pelos autores citados<sup>44</sup> - a norte, o grupo etnolinguístico Ovimbundo (predominante nos municípios de Caconda, Caluquembe, Chicomba, Chipindo, Quilengues e Quipungo, bem como nas províncias limítrofes de Benguela, Huambo e Bié); a este, o Tchokwe e o Vangagela (com maior presença nos municípios de Cuvango e Jamba); a sul, o Ovakwanhama (com maior incidência no município dos Gambos); e o Ovanyaneka a oeste (Chibia, Humpata e Cacula), onde convive com o Ovahelelo (predominante na província do Namibe). No entanto, para referir localmente estes grupos etnolinguísticos, prevalece ainda a designação comum, porventura menos correta do ponto de vista científico, mas com maior arraigo: Umbundo, Ganguela, Quioco, Quanhama, Nhaneca-humbe, Herero - e os não-banto (entre os quais, para além de pequenas comunidades Koisán, há a considerar os descendentes de europeus,<sup>45</sup> que aqui são em número avultado, por comparação com as restantes províncias de Angola).

O estabelecimento de populações europeias no planalto da Huíla foi ditado pela sua privilegiada localização geográfica e pela bondade do seu clima. Não se estranha, por isso, que tenham sido os colonos madeirenses, habituados às altas escarpas da ilha, os primeiros a fixar-se neste recôncavo elevado a quase dois mil

---

<sup>44</sup> FERNANDES, João; NTONDO, Zavoni, *Angola: povos e línguas*, Luanda, Ed. Nzila, 2002, p. 57.

<sup>45</sup> *Ibidem*, p. 101.

metros acima do nível do mar. Apesar da sua temperatura amena - cuja média anual se aproxima dos 20 graus centígrados - atingem-se temperaturas muito baixas durante a época do cacimbo, particularmente durante a noite e na zona mais elevada da Humpata.

Como atrás foi referido, data de 1884 a chegada da colónia dos madeirenses que, sob orientação de Câmara Leme, ali se instalou e floresceu, apesar das adversidades e grandes fadigas por que passou. Em pouco tempo foi elevada a vila, capital de distrito, (1901) e pouco depois a cidade (1923), com o nome de Sá da Bandeira - em homenagem ao grande promotor da colonização do sul de Angola. Duas décadas depois, Orlando Ribeiro descreve-a nos seguintes termos:

**Tinha a atraente aparência de uma cidadezinha provinciana do Norte, a que não faltava o coreto no meio do jardim. Depois foi-se enchendo pouco a pouco de edifícios pretensiosos e, neste mundo de brancos isolados, criou-se um ambiente de intriga e maledicência.**<sup>46</sup>

Este “depois”, que é possível situar a partir do final dos anos 50, estabelece uma efetiva viragem na configuração da cidade. Durante as duas décadas seguintes - graças ao desenvolvimento das povoações rurais limítrofes, ao aumento da vinda de colonos e ao impulso dado pelas ligações ferroviárias bem como pela abertura de novas vias rodoviárias a ligá-la às cidades vizinhas - Sá da Bandeira não parou de crescer. «Verificou-se, como noutras cidades angolanas, uma proliferação dos serviços e comércio, o desenvolvimento da indústria e, naturalmente, um forte crescimento demográfico e urbano».<sup>47</sup> Data deste período a maioria das infraestruturas que ainda hoje a cidade aproveita: escolas (desde primárias à universidade), hospitais, arruamentos, prédios e moradias, instalações desportivas e de lazer, etc.

A independência de Angola, em 1975, marca um novo ciclo de mudança porque à independência se seguiu um longo período de conflitos internos que obrigaram a grandes deslocações da população. A província da Huíla em geral, e a cidade do Lubango, em particular, poucos ataques sofreram, pelo que se tornaram centros de acolhimento para as populações em fuga. O número de habitantes cresceu exponencialmente. No entanto, este aumento populacional não foi precedido nem

---

<sup>46</sup> RIBEIRO, O., *op. cit.*, p. 126.

<sup>47</sup> GOVERNO DA PROVÍNCIA DA HUÍLA, *Plano Diretor da Cidade do Lubango 2003-2020: Caracterização Urbana*, vol. 4/10, p.7.

acompanhado das devidas alterações urbanísticas e, efetuado sem qualquer controlo, conduziu não só à ocupação (muitas vezes por moradores rurais carentes das mais rudimentares noções de urbanidade) das casas abandonadas pelos colonos, como à proliferação desenfreada de bairros na periferia que, sem qualquer ordenação urbanística, nem qualidade arquitetónica, são hoje um dos grandes quebra-cabeças dos responsáveis pelo ordenamento da cidade.

Os acontecimentos de 2002, com a assinatura dos acordos de paz em Lusaca, inauguraram um novo período na vida da cidade. Resultante deste novo espírito - embora fruto de um anterior enquadramento estratégico e legal<sup>48</sup> - surge o *Plano Diretor da Cidade do Lubango: 2003-2020* (em abreviatura, PDL) que substitui e atualiza os dois projetos que o antecederam, o primeiro de 1957 e o segundo de 1988.

O PDL traduz as profundas mudanças operadas na cidade, a partir da década de 70, «decorrentes da recomposição da população urbana, da reconfiguração da malha urbana e da reorganização das estruturas político-administrativas».<sup>49</sup> De facto, a cidade parece mas não é a mesma. O seu tecido humano alterou-se completamente. Já não basta referir, como fez Orlando Ribeiro, que Sá da Bandeira era uma cidade de brancos que por eles e para eles foi concebida e executada.<sup>50</sup> Nos últimos trinta anos a população decuplicou e rejuvenesceu-se, em claro contraste com as infraestruturas que se degradaram a tal ponto que chegam a ser quase inoperativas algumas (v.g. a iluminação pública); e com a estrutura urbana qualificada que se encontra envelhecida e completamente cercada por uma teia de construções anárquicas relativamente recentes. É sobre este cenário que o PDL pretende atuar, requalificando-o e estabelecendo as bases necessárias para um futuro crescimento urbanístico equilibrado.

---

<sup>48</sup> De facto, foi iniciado em 2003, mas «a sua elaboração emana do Plano de Desenvolvimento Estratégico para a Província da Huíla (2000-2005) e do quadro legal aprovado a 24 de Março de 2004, pela Assembleia Nacional - *Lei do Ordenamento do Território e do Urbanismo*». GOVERNO DA PROVÍNCIA DA HUÍLA, *Plano Diretor da Cidade do Lubango 2003-2020: Caracterização Urbana*, vol. 4/10, Lubango, Ed. Governo da Província da Huíla, 2004, p. 3.

<sup>49</sup> *Ibidem*, p. 7.

<sup>50</sup> RIBEIRO, Orlando, *op. cit.*, p. 181. Similar rutura, mas mais brutal, se passou na cidade do Huambo, como veremos adiante.

Considerando a natureza contrastiva do presente trabalho, importa referir – ainda que brevemente - a presente situação socioeconómica da cidade, uma vez que sobre ela assentará a interpretação dos dados recolhidos. O PDL destaca quatro aspetos fundamentais na caracterização da atual situação socioeconómica da cidade. São eles:

1. Grande acréscimo da população residente e da densidade populacional, verificado sobretudo nas últimas duas décadas;
2. Transformação da estrutura etária da população residente;
3. Degradação do tecido económico local e diversificação das fontes de rendimento (economia paralela);
4. Infraestruturas sociais degradadas e desajustadas à população atual.<sup>51</sup>

Segundo os autores deste estudo, há a considerar três fases na evolução urbana do Lubango. A primeira fase situa-se entre os anos 30 e 70 do séc. XX. Durante este período, a taxa de variação anual da população não excedeu 40%. De 1970 a 1987 e de 1987 até 2002 (data do estudo) temos a segunda e terceira fase «que se caracterizam pelo grande aumento populacional, com taxas de variação progressivamente mais elevadas – 231% e 316,9%, respetivamente».<sup>52</sup> Esta tendência de crescimento deverá manter-se, atendendo a vários fatores identificados:

1. Aumento da população urbana;
2. Decréscimo da natalidade;
3. Decréscimo da mortalidade infantil;
4. Aumento da taxa de sobrevivência entre a população jovem não ativa e a população em idade ativa;
5. Estabilização ou decréscimo da taxa de fecundidade<sup>53</sup>.

Em termos gráficos, a população do Lubango apresenta uma estrutura piramidal equilibrada, na qual se podem identificar dois grupos: população jovem e população ativa. A população jovem, com menos de 25 anos, constitui a maioria. Em relação à população em idade ativa, distinguem-se dois segmentos: o da população

---

<sup>51</sup> GOVERNO DA PROVÍNCIA DA HUÍLA, *op. cit.*, p. 31.

<sup>52</sup> *Ibidem*, p. 31.

<sup>53</sup> *Ibidem*, p. 32.

urbana residente, «composta por indivíduos naturais ou vindos de outras cidades que habitam e trabalham no espaço urbano»; e o da população rural instalada, «constituído por indivíduos que migraram do campo para a cidade e que se fixaram em termos físicos (através de construções precárias) e económicas (por via de biscates, do mercado informal e de pequenos negócios) no espaço urbano».<sup>54</sup> Este segmento populacional é o principal responsável pelo grande aumento das construções anárquicas e de má qualidade que constituem cerca de 84,8% da malha edificada urbana, contra 15,2% das construções em alvenaria, dotadas de infraestruturas, ainda que degradadas.

Como se verá oportunamente, aquando da apresentação dos resultados do questionário realizado, esta configuração (urbana e rural) da população do Lubango tem reflexos linguísticos, quer ao nível da língua materna de cada grupo, quer ao nível do maior ou menor domínio da Língua Portuguesa.

### **1.1.3. A Província do Huambo e a cidade do Huambo**

De modo diferente do que acontece na Huíla - e em outras províncias cuja denominação é diferente da sua cidade capital - a designação de Huambo (Fig. 2) aplica-se tanto ao território que constitui a província quanto à sua cidade sede, onde se concentra a maioria dos serviços dependentes do Governo Provincial, o maior empregador da região. Em relação à dita província da Huíla – com que confina a sul – é mais pequena. Tem onze municípios, que são: Huambo, Bailundo, Caála, Catchiungo (ex-Bela Vista), Ekunha, Londuimbale, Longonjo, Mungo, Tchicala-Tcholoanga (ex-Vila Nova), Tchindjenje e Ucuma (ex-Cuma). Confina, ainda, com as províncias de Kwanza-Sul, a norte; Bié, a este); e Benguela, a oeste).

---

<sup>54</sup> *Ibidem*, p. 34.

**Figura 2 - Localização Geográfica da Província do Huambo**



Fonte: PORTAL DA ANGOP<sup>55</sup>

Sendo uma das províncias menos extensas de Angola, com apenas 34.270 km<sup>2</sup>, é, paradoxalmente, uma das mais densamente povoadas. Antes da independência era a segunda mais populosa, caracterizando-se, então, pelo elevado número de trabalhadores (contratados) que se deslocavam para as mais diversas áreas e atividades (piscatórias e agrícolas, entre outras) em todo o território angolano e mesmo para o exterior – quer para países vizinhos de Angola, quer para outros territórios colonizados por Portugal, sobretudo para as roças do cacau, em S. Tomé e Príncipe. Nos anos conflituosos que se seguiram à independência, a província do Huambo e quase todas as outras ao seu redor sofreram um grande desmembramento das suas infraestruturas e habitantes. A própria cidade foi alvo de constantes

---

<sup>55</sup> [http://www.portalangop.co.ao/angola/pt\\_pt/noticias/provincias/huambo.html](http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/provincias/huambo.html) [Consultado a 11.11.2013]

transfusões populacionais, à medida que mudava de dono, ora a UNITA, ora o MPLA. Só a partir de 2002, com o desaparecimento físico do carismático líder da UNITA e o posterior acordo de Luena, que pôs fim ao conflito armado e estabeleceu as bases de um governo estável, foi possível devolver a paz ao Huambo, província e cidade, iniciando-se desta forma um paulatino regresso de muitos que haviam saído por causa do conflito; outros ficaram pelos destinos escolhidos e já nem ponderam voltar à terra de origem. Assim, a província tem vindo a repor progressivamente os anteriores níveis de população, mas longe dos números que, comparativamente ao resto do território, apresentava antes da eclosão do conflito armado, origem da grande diáspora ovimbunda operada. Este êxodo forçado da população teve implicações linguísticas que ainda não foram estudadas. Uma delas parece ser a, chamemos-lhe assim, crescente “umbundização” do sul de Angola. De facto, a simples observação dá conta da maior presença deste povo e desta língua não só no sul de Angola como também em todos os territórios e cidades que elegeram como refúgio. Em Luanda, apesar da distância, é conhecida a importância de certas zonas ou bairros maioritariamente de etnia ovimbunda – como é o caso de Viana, Kikolo e Cacuaco, entre outros. O mesmo fenómeno aconteceu em outras cidades de Angola, com maior ou menor dimensão e consciência de tal. Concomitantemente ou derivada desta, outra consequência se observa – e parece confirmar-se nas análises realizadas na segunda parte deste estudo – o singular dinamismo e o elevado crescimento (comparativamente a outras LN) que o Umbundo regista, apenas superado no contexto nacional pelo Português.

A constituição jurídica da província do Huambo foi tardia e respondeu ao incremento da cidade de Nova Lisboa que, em 1934, é designada para sede do então criado Distrito do Huambo, que fazia, então, parte da Província de Benguela. Em simultâneo, também a Santa Sé deu conta deste crescimento criando novas dioceses católicas e designando o respetivo titular episcopal, D. Daniel Gomes Junqueira, C.S.Sp. - «que o Papa Pio XII nomeou, em 7 de Janeiro de 1941, Administrador Apostólico de Nova Lisboa e de Silva Porto, ambas criadas pela Bula *Solemnibus Conventionibus*, de 7 de Maio de 1940, fruto do acordo missionário entre Portugal e a Santa Sé».<sup>56</sup>

---

<sup>56</sup> Cf. <http://sacerpov.blogspot.com/2012/04/5.html> [Consultado a 14.04.2013].



São várias as possibilidades de abordar os principais marcos históricos desta cidade e província - e todas válidas, desde que devidamente justificadas. A que se apresenta funda-se nas sucessivas mudanças toponímicas que a cidade registou ao longo do tempo, desde a sua criação até à atualidade, marcando três períodos claramente diferentes. Assim, temos um primeiro e breve momento fundador que abarca a origem da cidade do Huambo até à mudança de nome para Nova Lisboa (de 1912 a 1928); segue-se-lhe um segundo momento sob a designação de Nova Lisboa até à independência da província ultramarina (1929-1975) que, à semelhança do verificado com outros topónimos do norte ao sul de Angola, ditou o seu regresso à designação autóctone e primigénia de Huambo; e, por último, um terceiro momento sob a presente designação de Huambo, que abarca 1975 até à atualidade. O mesmo processo se verificou em outras vilas e cidades de Angola, nomeadamente no Lubango onde a designação de Sá da Bandeira teve parecida sorte da de Nova Lisboa/Huambo.

Pareceu-nos, de facto, que a cada mudança de nome correspondeu uma singular mudança de tempo e contextos, suscetível de identificar marcas próprias no seu percurso histórico a ponto de nos consolidar a convicção de que já não é o mesmo falar de Nova Lisboa do que falar do Huambo. Embora partilhem hoje o mesmo espaço geográfico, registaram-se, ao longo do tempo, brutais ruturas históricas, políticas e socioculturais que possibilitam defender esta divergência, como observaremos mais adiante.

#### **1.1.3.1. Da fundação da cidade do Huambo à designação de Nova Lisboa**

Reza a acta de fundação da cidade do Huambo que:

**Aos vinte e um dias do mês de Setembro de mil novecentos e doze, nesta Cidade do Huambo e Sala da Administração da Circunscrição onde se encontravam reunidos Sua Excelência o Governador-Geral da Província de Angola José Mendes Ribeiro Norton de Matos, Sua Excelência o Governador do Distrito de Benguela Manuel Espregueira Góis Pinto, o presidente e mais vogais da Comissão Municipal do Huambo, grande concurso de funcionários e residentes da cidade, foi por Sua Excelência o Governador-Geral inaugurada a cidade do Huambo, criada pela Portaria Provincial de oito de Agosto de mil novecentos e doze. E para constar se lavrou este auto que depois de lido vai ser assinado por Sua Excelência o**

**Governador-Geral, por Sua Excelência o Governador do Distrito, Comissão Municipal e todos os presentes.**<sup>57</sup> [ao que se seguem as assinaturas dos fundadores]

Foi, pois, a 21 de Setembro de 1912 que a cidade do Huambo nasceu – tendo-se celebrado no ano transacto o primeiro centenário desta efeméride – e tendo, curiosamente, nascido já cidade a partir do (quase) nada<sup>58</sup>. A prática corrente então - e comum ainda hoje – é a de as cidades surgirem a partir da evolução de concentrações populacionais anteriores que, evoluindo para patamares superiores de urbanidade, acabavam por elevar-se à condição de cidades. Tal não aconteceu com o Huambo, que nasceu já com este estatuto, mercê do significado político que a sua fundação transportava e da centralidade da sua posição geográfica no contexto da então província ultramarina de Angola, governada pelo General José Mendes Ribeiro Norton de Matos, o qual, por portaria provincial, «determinou que nas proximidades do forte de Huambo, sito no planalto de Benguela, fosse criada uma povoação que se denominaria Cidade de Huambo<sup>59</sup>. Tal propósito respondia à premente necessidade de povoar o interior e alargar o domínio da administração portuguesa a todo o território, até então concentrada e quase restringida à faixa litoral<sup>60</sup>.

---

<sup>57</sup> Cf. *Boletim Cultural do Huambo* nº 15, de Setembro de 1962.

<sup>58</sup> Cf. COELHO, Sebastião, *A mulemba da maldição*, Buenos Aires, 2000. Disponível em: <http://horta.0catch.com/huambo/MULEMBA.PDF>

<sup>59</sup> Cf. MATOS, José Mendes Ribeiro Norton de, *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*, vol. I, Lisboa, 1944, p. 123. Relativamente à etimologia do topónimo, deriva de um antropónimo ovimbundo, Wambo Kalunga.

Cf. ALEXANDRINO, José Melo, «No centenário da fundação da cidade do Huambo: A institucionalização do poder local em Angola», p.2. Conferência proferida no Huambo, em 3 de Maio de 2012, inserida no âmbito do Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas lecionado na Faculdade de Direito da Universidade José Eduardo dos Santos, cujo texto foi disponibilizado em:

<http://www.fd.ul.pt/LinkClick.aspx?fileticket=0qBm9m9FO18%3D&tabid=331>

Sobre a atuação política e administrativa de Norton de Matos durante o primeiro período em que foi governador de Angola, ou seja, de 1912 a 1915, recomenda-se a leitura da dissertação de mestrado, recentemente publicada, de uma investigadora natural do Huambo e familiar próxima de outra notável figura local já citada. Cf. DÁSKALOS, Maria Alexandra, *A política de Norton de Matos para Angola 1912-1915*, Coimbra, Ed. Minerva, 2008.

<sup>60</sup> É curioso verificar, pelas implicações linguísticas que encerra, o facto de que ainda hoje Angola é um país (cada vez mais) litoralizado. A maioria da sua população reside nas cidades costeiras, de Cabinda ao Namibe as quais, provavelmente (pois trata-se de uma generalização que escapa ao âmbito geográfico deste estudo), partilharão o essencial do perfil linguístico delineado para os habitantes do perímetro urbano do Lubango e do Huambo.

Aponta-se como a mais provável causa desta célere e invulgar decisão a vontade do Governador-geral de contrariar o incómodo ascendente (e óbvio poderio económico) britânico nesta região central, personificado na figura de Roberto Williams e na empresa de Caminhos de Ferro de Benguela – não obstante a sua conhecida e confessada admiração pelo modelo colonial inglês, que conhecera bem na Índia. A lembrança do humilhante *Ultimatum* feito pelos ingleses, havia duas décadas, certamente terá tido alguma ressonância e, quiçá, sabor a vingança nesta decisão – uma das mais emblemáticas do seu governo, sobretudo se atendermos ao facto de ter sido definida três meses depois da sua tomada de posse como Governador-geral da Província de Angola.

O caminho-de-ferro de Benguela (designação que se aplica igualmente à empresa exploradora da linha, em sigla CFB), do Lobito ao Luau (antiga vila de Teixeira de Sousa, assim denominada em apreço pelo político português responsável pela assinatura da concessão, ainda no tempo da monarquia liberal) tem a extensão de 1430 km e prolonga-se pelos países vizinhos (atuais República Democrática do Congo e Zâmbia). Visava, fundamentalmente, o transporte do minério extraído nas minas de cobre do Katanga para o Lobito, considerado o mais próximo, de mais fácil acesso e melhor porto natural de África<sup>61</sup>. Em complemento, facilitava também a distribuição das mercadorias manufaturadas chegadas ao mesmo, tornando-se no principal meio de deslocação de pessoas e bens neste eixo central de Angola, que atravessa todo o Planalto Central. Do ponto de vista meramente económico, esta empresa não parece ter sido um grande negócio devido aos elevados custos e atrasos da sua construção, bem como aos conflitos internos que ditaram a sua precoce interrupção no auge do seu aproveitamento económico, durante o primeiro lustro da década de 70. Contudo, de outros pontos de vista, constitui uma das mais admiráveis obras do homem no continente africano, ainda hoje inspirador (nomeadamente ao nível de organizações regionais como a SADC) e verdadeiramente estruturante para os vários países que partilham o projeto.

---

<sup>61</sup> O traçado da linha que vingou (pouco privilegiando os assentamentos comerciais já existentes) revela claramente que o objetivo principal deste projeto sempre foi o escoamento das matérias-primas do Katanga, e não o desenvolvimento do Planalto Central. Cf. DÁSKALOS, Maria Alexandra, *op. cit.*, p.81.

Finda a concessão e devolvida a posse de todas as infraestruturas e a exploração dos CFB ao estado angolano, em 2001, a empresa atravessa hoje uma fase de acelerada reconstrução através do financiamento e apoio técnico maioritariamente chinês. Os tempos mudaram, outras vias se abriram e outros meios se impuseram. Contudo, espera-se que a sua reinauguração se traduza numa paulatina reativação económica, quer no plano nacional, quer no plano regional, ao nível das nações vizinhas.

À semelhança de muitas outras localidades pré-existentes ou criadas ao longo da linha – muitas delas hoje vilas e cidades – a fundação do Huambo não se explica sem uma referência, ainda que breve, à construção do caminho-de-ferro. Ele foi durante muito tempo a espinha dorsal da economia desta cidade/província e anela-se, como já se disse, a que o volte a ser.

A sua história<sup>62</sup> remonta a 1904, ano em que Sir Robert Williams obteve do Governo Português a concessão de exploração, por 99 anos, para levar a cabo o seu projeto de rasgar uma via de acesso ferroviária que ligasse o litoral ao interior leste do continente africano. Nesta empresa estiveram unidos três países, Inglaterra, Bélgica e Portugal, sendo a maioria do capital inglês. Este sonho fora já acalentado muitos anos antes pelo seu amigo Cecil Rhodes, pioneiro na ideia de ligar o Cabo ao Cairo. A sua morte precoce parece ter ditado também o fim do seu sonho. Robert Williams, experimentado e audaz engenheiro escocês, conseguiu levar a bom termo esta nova empreitada e em Junho de 1929 teve lugar a cerimónia de inauguração, apesar de a ligação ao território belga ter demorado mais dois anos a ser concluída.

Ora, parece ter sido a pretexto de um episódio em torno desta empreitada do caminho-de-ferro que, segundo narra o próprio, Norton de Matos teria tomado a decisão de fundar a cidade do Huambo. Agastado pelo que considerou um abuso por parte dos ingleses em enviar a correspondência para um local denominado *Pauling Town* tomou a decisão de ordenar a devolução da correspondência à procedência, marcando desta forma a soberania portuguesa, e acelerou a criação da cidade do

---

<sup>62</sup> Cf. AA.VV., *Companhia do Caminho de Ferro de Benguela. Uma história sucinta da sua formação e desenvolvimento*, Lisboa, 2008. Veja-se, também, a apresentação feita por CASTRO, Eduardo Gomes de Albuquerque e, *Angola – Portos e transportes*, «Caminho-de-ferro de Benguela», Luanda, Oficinas gráficas ABC, 1964, sem paginação impressa.

Huambo. *Pauling Town* era, de facto, o estaleiro do empreiteiro *Pauling & Co.*, situado nas proximidades da atual cidade/estação da Caála (antiga Vila Robert Williams, designação dada em memória do grande impulsionador do CFB) e constituía então uma importante aglomeração populacional, a avaliar pela dimensão das obras e pelos meios técnicos e humanos empregues.<sup>63</sup>

**Dei então ordem os correios da Província para devolverem à procedência tal espécie de correspondência, com a indicação de “destino desconhecido”, e pus-me a estudar a fundo o caso do Huambo.**

**A situação do Huambo nos pobres mapas e cartas de que então se dispunha (e pouco melhores são os que hoje existem) era indicada pela existência de um pequeno forte, onde feitos heroicos tinham sido praticados. Mas essas indicações cartográficas eram bastantes para me indicarem a admirável situação geográfica do Huambo sob diversos pontos de vista – o político, o económico e o militar.**<sup>64</sup>

Há um dado relevante e, visto à distância que nos separa, surpreendentemente acertado: a admirável situação geográfica do Huambo. De facto, uma breve consulta do mapa indica-nos de imediato a localização privilegiada desta cidade, marcando o centro do território angolano. Por isso – à semelhança do que no pretérito ocorreu com outras cidades capitais (nomeadamente Lisboa ou Madrid) ou, mais próximo no tempo, com Brasília – menos de duas décadas volvidas sobre a fundação do Huambo, vozes se ouviam no sentido de lhe conferir maior protagonismo na hierarquia nacional, guindando-a a cidade capital<sup>65</sup>. O imediato catalisador de tal pretensão foi a chegada do comboio ao Huambo. Foi esta chegada ao Huambo e a perspetiva de ali instalar as oficinas gerais, bem como um dos centros logísticos dos CFB, que constituíram importantes razões para o progresso desta cidade. A matriz da sua existência foi a atividade ferroviária. A história da cidade constitui, por sua vez, um

---

<sup>63</sup> Segundo Elísio Romariz Santos Silva, para além da mão-de-obra local e europeia, parece ter sido necessário contratar trabalhadores habituados à construção de vias-férreas, 7.000 nigerianos e senegaleses, e 2.000 indianos vindos com as suas famílias do Natal, África do Sul. Regista-se o dado curioso do cruzamento com uma grande figura da História Universal, Gandhi, que teria intermediado esta contratação de mão-de-obra sul-africana pelo CFB, quando era ainda jovem.

Cf. <https://sites.google.com/site/cfbumahistoriasucinta/> [Consultado a 14.03.2013]

<sup>64</sup> MATOS, José Mendes Ribeiro Norton de, *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*, vol. I, Lisboa, 1944, p. 126.

<sup>65</sup> Segundo José Melo Alexandrino, «a decisão foi tomada em 1928, durante o período da ditadura militar (1926-1933), pelo Alto-comissário António Vicente Ferreira (que governou a Província entre 1926-1928)», não sendo do agrado de Norton de Matos nem a sua elevação a capital, nem a mudança de nome para Nova Lisboa. Cf. MATOS, José Mendes Ribeiro Norton de, *op. cit.*, p. 128.

importante capítulo da história dos CFB refletindo as suas dificuldades e limitações, os seus momentos áureos e, também, os do seu ineludível declínio e atual esforço de ressurgimento. Grande parte do tecido urbano resultou da expansão e consolidação desta singular empresa da qual, direta e indiretamente, dependiam, em finais de 1960, cerca de 44.000 pessoas<sup>66</sup>. Ainda hoje é possível reconstituir o percurso histórico das linhas orientadoras do urbanismo desta cidade a partir do núcleo original, ao lado da linha férrea – com particular destaque para a Cidade Baixa, onde se concentravam as principais lojas de comércio e serviços diversos – com particular destaque para a Rua do Comércio que, como o próprio nome indica, concentrava a maioria dos serviços e negócios a retalho da cidade, mesmo ao lado da estação ferroviária e dos seus vastos armazéns de apoio.

Esta omnipresença ferroviária refletia-se também na sua composição social. Inácio Rebelo de Andrade afirma que era uma cidade hierarquizada, entre raças e mesmo entre os da mesma raça.

**Havia os engenheiros (...) e os ferroviários. Nos primeiros, estavam os que haviam estudado na universidade; nos segundos estavam os que haviam saído das classes urbanas operárias e do Portugal rural que partiu para aquela terra na esperança de regalias ou de respeito nunca antes experimentado.**<sup>67</sup>

O aumento da população foi acompanhando o crescimento da cidade e vice-versa. Começando, como se disse, quase do nada, terá incorporado pequenos núcleos autóctones já existentes e, sobretudo, beneficiou do esforço e dedicação das missões, quer católicas, quer protestantes (em particular das americanas e canadianas) - que no Planalto cedo se instalaram e desenvolveram um importante trabalho não só de missionação evangélica, mas também educacional e, até, numa fase posterior, de consciencialização política, pois foi nelas que muitos dos líderes políticos que

---

<sup>66</sup> Cf. CASTRO, Eduardo Gomes de Albuquerque e, *o.c.*, p. 99. Querendo, por mero exercício de tentar estabelecer alguma proporcionalidade com a actualidade, passível de nos facultar uma noção aproximada destes valores, teríamos hoje que pensar numa empresa da dimensão e omnipresença da SONANGOL, cujo número de funcionários rondará os 10.000. Ora, conhecendo a grandeza e poderio económico atual desta empresa angolana de combustíveis, podemos ter uma noção aproximada do que seria a empresa CFB no seu auge. «Naquele tempo [anos 60], Nova Lisboa não era uma cidade, mas duas: a dos que estavam empregados no CFB e a dos que não trabalhavam lá». Cf. ANDRADE, Inácio Rebelo de, *Quando Huambo era Nova Lisboa*, Veja, Lisboa, 1998, p. 49.

<sup>67</sup> *Ibidem*, p.50.

conduziram Angola à independência fizeram ou iniciaram a sua formação. Merecem especial destaque as missões protestantes do Dondi (no Catchiungo, antiga Bela Vista), a do Chilume (no Bailundo) e a da Tchissamba e a de Camundongo (no Bié), bem como o papel das missões católicas da Babaera (também no Catchiungo), a do Canhe (dentro da própria cidade) e dos seminários (em particular o do Cristo-Rei, da Diocese do Huambo) na formação, essencialmente, da população nativa.

Anterior e complementar a este papel civilizador das igrejas é de registar o papel pacificador do exército que, sob o comando do capitão Teixeira da Silva (por cujo nome foi designada a vila do Bailundo até 1975) conseguiu finalmente dominar os reinos do Planalto Central (Bailundo, Bié e Wambo ou Huambo) na primeira década do séc. XX, nas que foram eufemisticamente designadas “campanhas de pacificação”.

Ultrapassado o conflito europeu de 1914-1918, recriavam-se as condições para, a partir dos primeiros anos da década de 20, se dar novo impulso ao desenvolvimento da cidade do Huambo, após a abrupta paragem a que obrigou o eclodir da I Guerra Mundial, com evidentes repercussões nesta parte de África – o mesmo acontecendo com a II Guerra Mundial, pouco mais de vinte anos depois, com menores reverberações, mas, ainda assim, não totalmente ausente destas paragens, como o atestam inúmeros vestígios da presença alemã de então<sup>68</sup>.

#### **1.1.3.2. Da consolidação de Nova Lisboa à independência de Angola e retorno à designação inicial de Huambo**

Tal como em 1912, a chegada do comboio ao Planalto Central acelerara a tomada de decisão da fundação da cidade do Huambo, também, em 1928, o

---

<sup>68</sup> É o caso de numerosas e importantes fazendas, entre as quais sobressaía a Fazenda K, cujos donos, e contrerrâneos, foram responsáveis pela ereção de importante património na cidade, próximo do prédio EVA, onde eram os armazéns; bem como de um belo edifício em pleno centro da cidade, o antigo Hotel Ruacanã (também conhecido como o Prédio do Alemão) que ainda hoje permanece em estado de abandono, apesar da sua centralidade e valor arquitetónico. Era voz corrente, e dela faz eco Sócrates Dáskalos ao escrever nas suas memórias, que havia por parte dos alemães um interesse inconfessado na colónia portuguesa de Angola, relativamente aos quais anota um facto curioso: «na sua grande maioria venderam os seus bens e saíram de Angola antes de 61». Cf. DÁSKALOS, Sócrates, *Um Testemunho para a História de Angola – Do Huambo ao Huambo*, Ed. Vega, Lisboa, 2000. p.119. Desta obra circula cópia na *Internet*, em formato PDF, provavelmente anterior à edição impressa, considerando as gralhas e imperfeições gráficas existentes. É a ela que se refere as páginas citadas, não coincidentes com a edição impressa (esgotada) e só posteriormente adquirida em alfarrabista de Lisboa. Cf. [www.adelinotorres.com/.../Sócrates%20Dáskalos\\_](http://www.adelinotorres.com/.../Sócrates%20Dáskalos_) [Consultado a 02.04.2012]

prolongamento da linha até à fronteira e a perspetiva da sua definitiva ligação à parte belga, deu um novo impulso ao crescimento da cidade. De visita ao território, para acompanhamento das obras em curso e para a sua inauguração, o Alto-Comissário Eng.º António Vicente Ferreira (governador da província de Angola entre 1926 e 1928) comunicou a decisão de mudar a designação da cidade do Huambo para Nova Lisboa, elevando-a a capital de Angola. O certo é que esta capitalidade nunca passou do papel, mas é do conhecimento e satisfação de todos os naturais – decisão que muitos, ainda hoje e erradamente, atribuem a Norton de Matos<sup>69</sup>.

Transpondo o aspeto divertido desta decisão, convém retermos o aspeto positivo que a mesma traduz ao reconhecer a crescente importância e dimensão desta cidade no todo nacional. Sendo uma das mais jovens urbes, ousava ombrear já com a vetusta Luanda e ultrapassando em muito a vizinha e igualmente antiga Benguela. Pode dizer-se, aliás, que este sadio orgulho parece fazer parte já do ADN dos naturais da terra que não esquecem o passado, tomando-o (no que tem de positivo) como guia do futuro.

De facto, a jovem Nova Lisboa olhava como fonte inspiradora não a antiga capital da província, mas a capital do império, da qual reflete alguma clonagem, particularmente na sua toponímia mais recente, ainda hoje visível em certos bairros como Benfica, Alta, Baixa e Cacilhas, entre outros.

Da responsabilidade do mesmo Alto-Comissário foi a apresentação do Plano Urbanístico que deu um grande impulso organizador à cidade. Coincidiu e aproveitou a chegada de muitas famílias de colonos vindas nos paquetes que atracavam no porto do Lobito, daí tomando o comboio até ao Planalto Central. Alguns ultrapassaram os limites da própria cidade, foram ficando pelo caminho, dando o seu contributo para o engrandecimento e desenvolvimento de núcleos populacionais ao longo da linha, nomeadamente as cidades do Cubal, Ganda e Alto Catumbela, entre outras, de menor dimensão.

As décadas de 30, 40 e 50 apresentaram um ritmo de crescimento urbanístico sustentado e progressivo, mas menor do que aquele que viria a registar-se durante as

---

<sup>69</sup> Cf. ALEXANDRINO, José Melo, *op. cit.*, p.9. A lei ou portaria com a transferência de nome e da capital surgiu no *Boletim Oficial*, no dia 21 de Setembro de 1927.



duas décadas seguintes, particularmente entre os anos de 1961 a 1974. Nas primeiras décadas assistiu-se, essencialmente ao lançamento de obras públicas estruturantes da incipiente administração pública<sup>70</sup>, escolas, instalações de saúde, vias de comunicação e, incluso, edifícios religiosos, designadamente a construção da Sé Catedral e do Seminário de Cristo Rei, relevante estrutura de ensino religioso na cidade e na província. Ainda assim, a configuração da cidade estava longe da de uma grande urbe. Dela nos transmite Sebastião Coelho um curioso registo, com base nas suas memórias de infância, por volta dos anos 50:

**A cidade, desenhada em meia-lua, contemplava, em cada ponta, um centro cívico. No meio, o enorme vazio de tudo, estava reservado a projeto futuro. Tudo era futuro na futura cidade de concepção nortoniana, de particular generosidade nos espaços. Os bairros, distantes uns dos outros, levariam tempo a unir-se, até conformarem, algum dia, a grande e moderna urbe, sonhada. Por enquanto, era um punhado de bairros à espera de serem uma cidade, dominada por zonas verdes e praças enormes. (...) As casas desse tempo eram de rés-do-chão, excepto os saparalos da Belport, Neves Coelho, Aníbal Branco e o Bona Amikeko, de recente construção<sup>71</sup>.**

Contudo, o tempo foi passando e os interstícios apontados foram-se preenchendo com novas construções institucionais, particulares e espaços de lazer, dando origem a uma massa urbana relativamente compacta e regular. O visitante de hoje consegue ainda, sem grande dificuldade, ter uma noção aproximada da malha e volumetria urbana da Nova Lisboa dos anos 70 – sendo que nos trinta anos que se seguiram à independência (de 1975 a 2005) foram poucas as alterações introduzidas, se excetuarmos o já posterior e hercúleo trabalho de reconstrução empreendido a partir da pacificação definitiva do País, alcançada em 2002 - depois da brutal destruição operada no rescaldo das eleições de 1992. Mas cumpre registar o respeito que as autoridades locais evidenciaram pelo traçado existente, paradoxalmente mais

---

<sup>70</sup> Neste aspeto, Norton de Matos foi um dos governadores que dispensou grande atenção à qualidade da urbanização, apesar dos poucos recursos da República. Desde o início que foi proibida, por exemplo, a construção em adobe no perímetro urbano. O que ainda hoje se respeita, não obstante a tradição local contrária. «A fundação da cidade do Huambo insere-se exatamente neste contexto de grandes obras destinadas não unicamente dar maior representatividade simbólica e real à presença portuguesa em África, mas também a criar uma funcionalidade urbana que frequentemente escapava aos interesses das autoridades coloniais». Cf. DÁSKALOS, Maria Alexandra, *op. cit.*, p.85.

<sup>71</sup> COELHO, Sebastião, *A mulemba da maldição*, Buenos Aires, 2000.

Disponível em: <http://horta.0catch.com/huambo/MULEMBA.PDF> [Consultado em 13.03.2012]

descaracterizado por uma década de intervenção chinesa do que por três décadas de guerra civil.

Ainda hoje podemos constatar que a construção em Nova Lisboa apresentava então níveis mais elevados do que os de outras urbes coevas e vizinhas, designadamente a de Sá da Bandeira ou Lubango, onde o prédio mais alto – atualmente conhecido por Prédio das Indústrias – não ultrapassa metade da altura dos prédios mais altos existentes no Huambo, a maior parte dos quais inacabada, uma vez que a construção civil encontrava-se no seu apogeu quando se verificou o início do conturbado processo da independência de Angola, causa da massiva fuga dos europeus que ali viviam.

A partir de 1961 – data dos primeiros confrontos com a administração colonial portuguesa, iniciados com o ataque à prisão central de Luanda – Angola estremece e toma um novo rumo, acordando da letargia de décadas. Nova Lisboa, a par de Luanda, são as cidades onde este novo impulso mais se fez sentir. Nova Lisboa cresce, progride a todos os níveis e industrializa-se, rivalizando com a capital e tornando-se a segunda cidade de Angola.

Em aparente contradição com a largueza de espaços que caracteriza a cidade, a edificação durante este período cresceu em altura, e por impulso da iniciativa privada, sustentada por capitais provindos da agricultura, do comércio e da indústria locais. Embora de forma menos visível e presente do que no Lubango ou na vizinha cidade do Namibe) também o Huambo beneficiou do dinamismo conferido por bem organizadas cooperativas de habitação, entre as quais sobressaía a do Lar do Namibe. No decorrer do tempo, a cidade foi atraindo cada vez mais riqueza e habitantes. A imponência e centralidade dos edifícios sede das antigas câmaras do comércio no Huambo e no Lubango (atualmente sedes e propriedade do MPLA) mostram a pujança económica que se vivia. Renovou-se e ampliou-se a oferta de equipamentos sociais: escolas de todos os níveis e de grande qualidade<sup>72</sup>, hospitais, ruas, melhoria e alargamento dos edifícios administrativos públicos, comunicações, barragens, espaços de lazer (jardim

---

<sup>72</sup> Como é o caso do Bairro Académico, cujo nome deriva de um vasto complexo de escolas bem delineadas e funcionais, capazes de ombrear com o que de melhor se fazia na época. A antiga Escola Comercial e Industrial Sarmiento Rodrigues, hoje Instituto Superior Politécnico, da Universidade José Eduardo dos Santos é, porventura, o edifício mais notável deste complexo escolar.

zoológico, feira de exposições, estufa fria), estabelecimentos de comércio, equipamentos recreativos (alguns pertença dos clubes desportivos ainda hoje sobreviventes, nomeadamente o Sport Huambo e Benfica (antigo Mambroa), o Clube Ferrovia (antigo Ferroviário de Nova Lisboa), o Sporting Clube do Huambo (filial n.º 44 do Sporting Club de Portugal e responsável pela então reputada prova automobilística *6 Horas Internacionais de Nova Lisboa - Huambo*), entre outros; melhorou, ainda, a delimitação de zonas industriais, a construção de fábricas de transformação de produtos agrícolas e de produção dos mais variados produtos alimentares e de consumo<sup>73</sup>. Mercê deste importante incremento, Nova Lisboa viria a tornar-se o 2º parque industrial nacional, em importância, uma vez mais a ombrear com Luanda. Igual importância tinha também o Grémio do Milho<sup>74</sup>, possuidor e gestor de uma vasta rede de armazéns, câmaras de expurgo e silos ao longo de toda a extensão da linha, com sede em Nova Lisboa. Na altura, a par do minério do Katanga, o milho representava um importante produto de exportação. Também o transporte de passageiros era considerável, embora não exclusivo, uma vez que, como sabemos, a razão inicial da construção da linha pretende-se com o objetivo comercial de extrair os minérios dos territórios concessionados no (então) Congo Belga, ao qual o governo português acrescentou o objetivo de dinamizar toda região centro, do litoral ao leste angolano, com importantes ligações a redes ferroviárias internacionais que alcançavam de Lourenço Marques, no Índico, ao Cabo, na ponta atlântica.

---

<sup>73</sup> Se bem que Fernando Diogo da Silva, na sua tese de licenciatura, registe a proliferação de empresas nas mais diversas áreas, alertando já na altura para a diminuta dimensão e atraso tecnológico da maioria das mesmas, sobretudo se comparadas com outras mais competitivas, modernas e de maior dimensão que se construíam em Luanda e em outros países de África. Cf. SILVA, Fernando Diogo da, *O Huambo: mão-de-obra rural no mercado de Angola: para a formação de uma política de desenvolvimento equilibrado*, Fundo de Ação Social no Trabalho em Angola (F.A.S.T.A.), Luanda: 1968, p. 71. Curiosa, e reveladora do dinamismo da cidade de Nova Lisboa no início da década de 70, é a leitura de uma pequena brochura, misto de informação e propaganda, sem autoria declarada, mas claramente sob a chancela da municipalidade e «inteiramente executada na oficina/tipografia da Casa dos Rapazes». Cf. CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LISBOA, Elementos monográficos sobre o distrito do Huambo, Nova Lisboa, oficina/tipografia da Casa dos Rapazes, s/d. [Embora, pela consulta, se depreenda ser de 1972].

<sup>74</sup> Também nesta primazia podemos identificar a mão de Norton de Matos que, a par da legislação sobre o trabalho indígena, promoveu a introdução da cultura do milho, em substituição de outras menos rentáveis ou contrárias aos seus objetivos. Cf. DÁSKALOS, Maria Alexandra, *op. cit.*, p.104.

### **1.1.3.3. Da consolidação de Nova Lisboa à independência de Angola e retorno à designação inicial de Huambo**

O dia 25 de Abril de 1974 marca nova etapa na história da cidade e do país. Apesar da demora, chega a notícia de que Portugal acordara com a “revolução dos cravos”, liderada pelo Movimento das Forças Armadas e forte respaldo popular. Advogava o fim dos conflitos armados coloniais onde persistiam (Angola, Moçambique e Guiné-Bissau) e o imediato regresso dos soldados a casa.

No terreno – particularmente em Angola - o efeito imediato de tais linhas programáticas foi devastador, traduzindo-se na rápida degradação da autoridade da potência colonizadora – acelerada, aliás, pela escolha e por algumas polémicas atitudes e decisões de alguns altos responsáveis, quer na Metrópole, quer dos por eles enviados de Portugal para as ainda colónias, como foi o caso do Alto-Comissário Rosa Coutinho, em Angola<sup>75</sup>.

Nesse ano, Nova Lisboa atingira o apogeu do seu crescimento, a considerar o volume de construção como medida do dinamismo económico. Ainda hoje, volvidas quase quatro décadas, impressionam os esqueletos dos prédios verdadeiramente arrojados para a época e, sobretudo, para o espaço, situados em pleno mato. Algo de irrepetível ali foi irremediavelmente truncado. Os prédios que permanecem inacabados (e habitados alguns) acabarão, um dia, por ser implodidos, pois os ventos não sopram favoráveis à construção em altura, como então. Sócrates Dáskalos transmite um juízo honesto da situação que encontrou, no regresso de um longo exílio imposto pela Polícia da Segurança do Estado Português, a PIDE/DGS. Ele constata, à semelhança de outros nacionalistas em idêntica condição de desterro político, que «o país real que encontraram não correspondia em muitos aspetos ao país imaginário de

---

<sup>75</sup> Impressionam pelo ódio que destilam alguns artigos publicados na *Internet*, como é o caso deste, que testemunha a existência de uma carta escrita pelo Vice-Almirante Rosa Coutinho ao primeiro presidente, Agostinho Neto, combinando a melhor forma de semear o pânico entre os portugueses de Angola, de forma a que estes abandonassem definitivamente aquele território com prejuízo, se necessário, das próprias vidas. <http://www.cabinda.net/> [Consultado a 18.11.2012]. Esta carta (ou idêntica) foi dada a conhecer ao público na obra de Américo Cardoso Botelho: *Holocausto em Angola*. Estranhamente quase não houve reações à mesma, nem sequer sobre a sua veracidade ou não, mais de trinta anos volvidos sobre a descolonização.

que tinham conhecimento por lá terem estado em tempos e depois por notícias e relatórios que lhes chegavam».<sup>76</sup>

Embora tarde, Portugal (ou, melhor, Salazar) consciencializara-se da importância de Angola e do iminente perigo em que esta poderia soçobrar. Por isso, na década que se seguiu ao início do conflito armado até à data da independência, operou-se uma verdadeira metamorfose a vários níveis, mas demasiado tardia e, ainda assim, insuficiente para travar o processo em curso. Como o próprio (e insuspeito) Sócrates Dáskalos afirma:

**«Nesse período Angola atingiu uma posição económica de primeiro plano no conjunto africano. A produção de café atingiu cifras que colocavam o país nos três primeiros lugares dos produtores mundiais; a produção de diamantes era próspera e muito rentável; exportava-se milho e frutas (banana e maracujá); a produção de trigo e arroz estava perto da auto-suficiência; produzia-se açúcar, álcool e bebidas alcoólicas em quantidades que equilibravam a balança comercial; exportava-se minério de ferro. No sector de infra estruturas as estradas asfaltadas cobriam mais de 7 mil quilómetros ligando aldeias, vilas e cidades muitas delas recém-construídas».**<sup>77</sup>

Contudo, este rápido progresso veio acentuar ainda mais - na sua perspectiva - a distância entre a sociedade colonial de economia de mercado e a sociedade colonizada com uma economia de subsistência dependente daquela. De facto, o próprio tecido urbano das duas cidades em estudo testemunha isso, o mesmo se passando no resto de Angola e, um pouco, por todo o ex-Império.

Assim, a partir de meados de 1974, o equilíbrio ainda reinante, mercê do poder das armas, ruiu e a instabilidade política alastrou a toda a sociedade, levando à saída precipitada e deplorável da comunidade branca europeia residente em Nova Lisboa, na sua quase totalidade de origem portuguesa e que havia sido até aí a principal dona, arquiteta e usufrutuária da cidade que para trás deixava. Uma das primeiras e mais indeléveis impressões que a vivência de cinco anos nesta cidade nos deixa é a estranha percepção do divórcio existente entre a cidade e a população que a habita, como se fosse uma veste que (ainda) não reencontrou o seu corpo.

---

<sup>76</sup> Cf. DÁSKALOS, Sócrates, *op. cit.*, p.117.

<sup>77</sup> Cf. *Ibidem*.

À medida que a data da independência se aproximava, o pânico crescia. O aeroporto de Nova Lisboa transformou-se em palco privilegiado desta tragédia pois constituiu, a par do de Luanda, uma das duas saídas aéreas para quem quis - ou foi obrigado a - deixar o país, mesmo muitos que aí haviam nascido e sem qualquer vínculo ou laço afetivo com Portugal, como relata Rita Garcia.<sup>78</sup> Entre julho e outubro de 1975, a escassos dias da independência de Angola, estima-se que dali tenham saído mais de 250 mil pessoas.

No dia 11 de Novembro, Agostinho Neto pôde finalmente, em Luanda, declarar a independência da República Popular de Angola (RPA) - no que foi secundado pelos outros dois líderes dos movimentos de libertação, Holden Roberto, da FNLA, declarou-a na cidade do Uíge e Jonas Savimbi, líder da UNITA, também anunciou no Huambo a independência da República Democrática de Angola (RDA), mas com capital nesta cidade, cumprindo assim, ainda que de forma accidental, involuntária e efémera o decretado havia meio século por António Vicente Ferreira.

Desta feita, porém, o anúncio da emancipação política ditou também um regresso às origens – a começar pela toponímia – e uma profunda transformação socioeconómica e cultural de matriz socialista que, em menos de duas décadas, alterou a sociedade angolana talvez mais profunda e duradouramente do que a anterior dominação colonial. Agostinho Neto orientou que se mudassem os nomes das principais cidades, localidades e sítios que mais se identificassem com a história e a cultura coloniais. Tratou-se de uma atitude compreensível, mas tomada, porventura, de forma inflamada e sem a suficiente distância dos acontecimentos, suscetível de precaver as dificuldades que daí provieram<sup>79</sup>. Foi assim que cidades como Uíge (ex-

---

<sup>78</sup> Cf. GARCIA, Rita, *S.O.S Angola - Os Dias da Ponte Aérea*, oficina do Livro, Lisboa, 2011.

<sup>79</sup> Uma das principais dificuldades - constatada por igual em ambas as cidades estudadas neste trabalho - é a dualidade de denominações existentes nos bairros e na designação de ruas, avenidas, praças e jardins. Muitas vezes as novas designações, nascidas da independência, convivem com as do tempo colonial. Esta dualidade agrava-se ainda mais com a existente ao nível da grafia (dos topónimos). É do conhecimento público que o *Despacho Presidencial* n.º 13/03 de 30 de Dezembro, de 2003, orientou a criação de uma Comissão Multisectorial para a Harmonização da Ortografia da Toponímia na Divisão Político-Administrativa, que já se reuniu e produziu propostas. Contudo, os resultados ainda não são visíveis. Cf. NTONDO, Zavoni, «A contribuição para uma normalização ortográfica da toponímia angolana», pp. 97-111. Consultado em suporte digital apenas, em: <http://pt.scribd.com/doc/48535716/Normalizacao-ortografica-da-toponimia-angolana> [Consultado em 30.02.2013]

Carmona), Huambo (ex-Nova Lisboa), M'banza Kongo (ex-São Salvador do Zaire) ou Lubango (ex-Sá da Bandeira), entre outras, retomaram os seus topónimos vernáculos.

A instabilidade militar que se seguiu à independência e a luta fratricida e sem quartel dos três movimentos pelo poder, cada qual com o seu apoio externo, impossibilitou que se completasse uma efetiva e ponderada reorganização do novo estado, como se pretendia no Acordo de Alvor, negociado entre os representantes dos três movimentos de libertação e do Governo Português<sup>80</sup>. Devido à prepotência de todos, à desconfiança entre os líderes e à cobiça dos países apoiantes, a guerra alastrou e o território ficou retalhado durante longos e penosos anos. A cidade do Huambo converteu-se numa das principais vítimas deste estado de sítio, se não mesmo a principal.

O êxodo dos portugueses,<sup>81</sup> a vastíssima sangria de quadros que o mesmo ditou e o clima de animosidade e de disputa existente entre os três movimentos instalados no Huambo, que se foram revezando no seu controlo, contribuíram para o lento definhar desta cidade, que outrora ombreou com Luanda, como atrás se disse. Excetuando a última década – de paz e reconstrução – a vida nesta cidade há muito desaparecera. Para melhor entendermos o sucedido, podemos fixar os vários momentos e alterações político-militares por que passou desde 1975. Todos se resumem a duas causas: ou políticas ou militares, se é que se podem separar, uma vez que a história de Angola independente se fez com dois movimentos principais, cada

---

<sup>80</sup> WELLER, Douglas; PÉLISSIER, René, *História de Angola*, Lisboa, Tinta da China, 2009, p.381.

<sup>81</sup> A este propósito regista-se um interessante e pouco divulgado relato na 1ª pessoa, descrito por quem presenciou a evolução deste conflito até à sua fuga. É de lamentar, apenas, que a sua expressão gráfica não tenha sido mais cuidada. O seu conteúdo ficaria mais valorizado. Cf. FERNANDES, Manuel Araújo, *A última batalha do Huambo*, ed. do autor, s/l, 2006. Igualmente interessante e muito mais elaborado do ponto de vista narrativo é o relato de PIRES, António, *Desalojados – A tragédia nacional dos “retornados” portugueses expulsos de Angola*, Livraria Popular de Francisco Franco, Lisboa, 1975 – fazendo, em parte, recordar o processo das cassetes gravadas para o amigo que se atrasou, utilizado por Ruy Duarte de CARVALHO na sua obra *Vou lá visitar pastores*, só que, neste, o recurso é a dois jornalistas que, forçadamente, são obrigados a conviver com uma realidade que lhes era avessa, enquanto profissionais de uma comunicação social ideologicamente comprometida, de um país em revolução e a contas com a sua História, através dos depoimentos de alguns retornados recém-chegados e instalados em precárias condições no aeroporto da Portela. É uma obra que, sendo anterior, em certa medida completa a de GARCIA, Rita, *S.O.S Angola - Os Dias da Ponte Aérea*.

um respaldado no seu braço armado, o MPLA nas FAPLA, a UNITA nas FALA<sup>82</sup> e ambos com interesses hegemónicos e totalitários idênticos. A FNLA, que também tinha o seu exército, depressa perdeu o protagonismo e quase desapareceu da cena política atual.

O 25 de Abril apresentou-se de forma inopinada, sem aviso prévio. É certo que já se ensaiavam movimentações anteriores; é certo também que o descontentamento social era grande e transversal à sociedade de então; mas, ainda assim, quer o povo e os governantes portugueses, quer a comunidade internacional, em geral, foram apanhados de surpresa. O mesmo aconteceu com os movimentos de libertação em Angola. Era um momento desejado, mas sobreveio inesperadamente, impondo uma agenda e um ritmo que explicam alguns dos problemas que se seguiram – entre os quais os arbítrios, e desmandos perpetrados sobre as populações civis indefesas, cujos relatos e memórias ainda arrepiam, malgrado os quase quarenta anos passados<sup>83</sup>. A esta distância também, o balanço que se faz da atuação do exército colonial (pelo menos durante os meses que precederam a retirada dos portugueses) é negativa e aponta para que não esteve à altura dos acontecimentos históricos vividos. Sendo tão numeroso (24.000 homens) como os três movimentos juntos (com 8.000 homens cada), ouve-se a queixa de que não conseguiram ou não quiseram prestar o último serviço aos seus compatriotas, defendendo-os dos desatinos de que eram alvos, à medida que se aproximava a data da independência. Cada movimento procurou tomar a dianteira e implantar-se na sua área de influência. Um momento que poderia ter sido de grande honra e orgulho para todos os envolvidos, hoje suscita muitas apreciações contraditórias e suspeitas.

Relatos de pessoas envolvidas - e os próprios resultados eleitorais dos partidos políticos que, muitos anos depois, deram continuidade aos movimentos de libertação- apontam para o entendimento de que o que tinha uma base étnica menos definida ou

---

<sup>82</sup> As FAA resultaram de um conturbado e longo processo de fusão entre elementos dos dois exércitos negociados nos acordos de Bicesse, em 1991 e, depois do reatar o conflito devido à impugnação das eleições eleitorais, retomado no Protocolo de Lusaka, em Outubro de 1994, cujos documentos constitutivos foram rubricados nesta cidade pelos chefes das delegações do Governo e da UNITA, sob mediação do Representante Especial do Secretário-Geral da ONU em Angola.

<sup>83</sup> Reencontrei, na escrita, relatos que ouvira na juventude da boca de vizinhos recém-chegados de Angola de assassinatos e chacinas de famílias inteiras, incluindo crianças e mulheres barbaramente violadas e mutiladas, fazendo lembrar e regredir aos crimes perpetrados pela UPA, em 1961, e igualados pela resposta também bárbara de alguns portugueses. Cf. PIRES, António, *op. cit.*, p.47.



circunscrita e, por isso, de mais fácil absorção nacional, era o MPLA. De forma diversa, a UNITA e a FNLA, nunca se conseguiram livrar da excessiva colagem aos respetivos grupos étnicos de sustentação: o ovimbundo e o bacongo – o que muito limitou a expansão dos mesmos nas décadas que se seguiram. Não estranha, também, que tenham elegido para quartel-general da sua atuação político-militar pós-independência respetivamente o Huambo e o Uíge - as cidades capitais das suas bases de apoio, mais étnico do que ideológico.

Entre os meses de Agosto de 1975 e Fevereiro 1976 – balizas que marcam a retirada do MPLA do Huambo e o seu posterior regresso, coadjuvada pelas tropas cubanas - a UNITA toma o Planalto Central, tendo Huambo como centro administrativo incipiente da também incipiente RDA.<sup>84</sup> Poucas marcas da sua governação deixou, uma vez que não teve tempo para tal, nem a cidade oferecia condições de ser governada, tal era o caos instalado. Ainda hoje os seis meses que governou Huambo e Bié se associam a uma grande falta de alimentos sentida.

O mesmo não aconteceu com a presença do MPLA entre 1976 e 1992, início dos Acordos de Bicesse, que ditaram uma curta trégua entre os dois lados beligerantes. Durante estes dezasseis anos Huambo viveu um período de relativa paz, e normalidade, se bem que enquadrado por um regime completamente diferente do tempo colonial e também com imensas carências – agravadas pelo sistema de abastecimento dos bens de primeira necessidade à população através das chamadas “empas” ou casas do povo. Para além da visível diferença operada ao nível da sua população - onde os brancos quase desapareceram, tendo sido reocupadas as suas casas – outras diferenças se impunham fruto da nova matriz de organização política, económica e social (e incluso cultural) de cariz socialista preconizada pelo MPLA, entretanto designado PT, «Partido dos Trabalhadores Angolanos»<sup>85</sup>. Tudo foi nacionalizado, desde a terra, às casas, passando pelas estruturas comerciais, industriais e serviços que, integrados numa economia centralizada e sem quadros preparados, depressa se tornaram ineficientes. Durante este período, o MPLA assume

---

<sup>84</sup> Esta experiência será transferida posteriormente para a sua base da Jamba, onde funcionou o seu quartel-general durante vários anos, de forma mais aperfeiçoada e estável, mas sempre com grandes limitações e constantemente acossado pelas forças governamentais.

<sup>85</sup> WELLER, Douglas; PÉLISSIER, René, *op.cit.*, p.382.

o poder político e controla quase todo o território, em particular o norte e o litoral. O interior, mais despovoado e inacessível, permaneceu durante quase três décadas reduto da UNITA e palco privilegiado da sua luta de guerrilha, que nunca estendeu às cidades. Durante este tempo, sobretudo a partir de 1979 até à assinatura do Cessar-fogo de 1991, assistiu-se a um crescendo das atividades de guerrilha da UNITA no Sul e Leste de Angola, reflexo do igualmente crescente apoio internacional que foi recebendo (de forma mais visível dos EUA e da Administração Reagan, que chegou a receber Jonas Savimbi com as formalidades só concedidas a um grande líder) e pelas forças da África do Sul, que chegaram a apoiar a UNITA numa frustrada tentativa de tomada do Lubango. Ao mesmo tempo parecia definhar o apoio do Bloco de Leste ao MPLA, constituído essencialmente pela URSS e por Cuba, seu país satélite. O canto do cisne seria o travar da impressionante Batalha de Cuito Cuanavale, verdadeiro ponto de viragem para a situação político-militar da África Austral e sinal, também, das profundas mudanças que se estavam a operar ao nível mundial: a queda do Muro de Berlim e o subsequente fim da Guerra Fria. A nível regional estas reformas traduziram-se na saída das forças estrangeiras (cubanas e sul africanas)<sup>86</sup> de Angola, na independência da Namíbia e na transição para um governo da maioria negra sul africano, com o fim do regime de *Apartheid*.

A assinatura dos Acordos de Bicesse, em 1992, e do Protocolo de Lusaka, em 1994, auspiciavam em linhas muito gerais a instauração do pluripartidarismo democrático e a despartidarização das Forças Armadas e de Segurança Pública, o recomeço da economia de mercado e a realização de eleições gerais.

---

<sup>86</sup> As várias missões de verificação das Nações Unidas em Angola tiveram, de forma mais ou menos direta, impacto na cidade do Huambo: em primeiro lugar, a UNAVEM I (com sede em Luanda e duração de 20 de dezembro de 1988 a 30 de maio de 1991, foi estabelecida com base na *Resolução 626* (1988) com o objetivo de verificar a retirada das forças cubanas de Angola); a UNAVEM II sediada também em Luanda, teve início em Maio de 1991 e terminou em Fevereiro de 1995. Efetuada no âmbito dos acordos de paz de Bicesse, teve como principal objetivo verificar os procedimentos aprovados pelas duas partes em conflito; a UNAVEM III, 3ª Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola, decorreu de Fevereiro de 1995 a 30 de Junho de 1997, para acompanhamento da integração das forças do MPLA e da UNITA, no seguimento do Protocolo de Paz de Lusaka, assinado a 20 de Novembro; seguiu-se-lhe, ainda, uma 4ª Missão, a MONUA, com a finalidade de ajudar as duas partes do conflito a consolidarem a Paz e a reconciliação Nacional.

<http://www.un.org/spanish/Depts/DPKO/Missions/unavem1/unavemi.htm>; [Consultado em 22.03.2012]

<http://www.clog6.com/UNAVEM.html> [Consultado em 22.03.2012]

Nos meses que antecederam as eleições de 1992, era tão grande a força, o dinamismo e a alegria da população que parecia já não ser possível nem pensável o retorno à situação de conflito anterior. Mas foi, e célere.

O MPLA e o seu presidente, José Eduardo dos Santos, foram os vencedores das eleições. Inconformado com os resultados destas, Jonas Savimbi, líder do movimento perdedor, vem a público rejeitá-los e classificá-los de fraudulentos.<sup>87</sup> Os ânimos incendiaram-se de norte a sul, iniciando-se, assim, o último e mais sangrento capítulo da guerra civil angolana – para o qual, segundo Douglas Weller,<sup>88</sup> a UNITA parte em vantagem sobre o seu arquirrival uma vez que o MPLA tinha-se desmobilizado em maior escala do que esta.

O confronto rebentou em Luanda, mas rapidamente alastrou para as cidades capitais de província, daí propagando-se a todo o território, embora com intensidades desiguais. O Planalto Central voltou a estar no epicentro do conflito. A UNITA concentrou-se no Huambo, de onde expulsou o MPLA e as forças governamentais, por dois anos, após uma violenta e devastadora luta, com recursos a meios bélicos e atingindo um grau de destruição até então inusitados em conflitos desta natureza<sup>89</sup>. Ficou conhecida como a “Guerra dos 55 dias”. Teve início às primeiras horas da manhã do dia 9 de janeiro de 1993 e considerou-se exaurida a 6 de março do mesmo ano<sup>90</sup>. Começou com o bombardeamento de alguns edifícios selecionados e terminou com a saída da coluna de civis e militares no que ficou conhecida como a longa caminhada até Benguela – constituindo esta memória uma verdadeira epopeia local ainda hoje à espera do seu vate. De acordo com o relato do Pe. Tony Neves:

---

<sup>87</sup> Recentemente o atual líder da UNITA, Isaias Samakuva, afirmou que o seu partido «contestou as eleições mas aceitou os seus resultados, por escrito, através de uma carta assinada pelo seu anterior líder Jonas Savimbi, em 15 de Outubro de 1992». Carta esta que fora entregue à Organização das Nações Unidas «e faz parte dos seus arquivos históricos, conforme a Resolução do Conselho de Segurança da ONU número 793, de 30 de Novembro de 1992, na página Web das Nações Unidas».

Cf. <http://www.opais.net/pt/opais/?det=32632&id=1929&mid=271> [consultado a 25.05.2013]

<sup>88</sup> WELLER, Douglas; PÉLISSIER, René, *op.cit.*, p.368.

<sup>89</sup> Ainda hoje, em qualquer intervenção oral por parte de quem viveu este drama, é referência imediata e obrigatória “o órgão de Estaline”, mortífera arma da UNITA, identificada pelo seu característico som que, mal se pressentia, logo punha os populares de prevenção.

<sup>90</sup> Cf. NEVES, Tony (Coord.), *Arquidiocese do Huambo*, Huambo, Comissão das Comunicações Sociais, 1995, p. 27. De acordo com este depoimento presencial, já a 17, 27 e 28 de Outubro de 1992 se teriam registado confrontos que anunciavam a guerra dos 55 dias.

**Às 14h do dia 9 de Janeiro, a guerra rebentou no Huambo e, nesse mesmo dia, um tanque das tropas destruiu parte da fachada principal do Arcebispado. E, a 3 de Fevereiro, o MIG bombardeou-o, obrigando os padres e as irmãs, que ali resistiam, a refugiar-se na casa das Irmãs Teresianas.**<sup>91</sup>

Ao que parece, este ataques às estruturas da Igreja Católica, mais concretamente ao Arcebispado do Huambo, foram justificados pelo boato (que se provou não ter qualquer fundamento) de nele estar escondido o líder da UNITA. Pior sorte teve no dia seguinte a Casa Branca, residência oficial de Jonas Savimbi, reduzida a escombros até hoje. Os bombardeamentos e confrontos foram aumentando de intensidade e frequência. A cidade ficou destruída e com aparência de terra abandonada: os que permaneceram mantiveram-se aninhados em suas casas, saindo o menos possível e sobrevivendo de forma inacreditável; o ritmo de vida tornara-se solar e os serviços municipais deixaram de funcionar; as árvores, outrora graciosas, apareciam destruídas e sem ramadas; os edifícios derrubados e picotados de balas; as estradas destruídas. «Esta Guerra do Huambo afetou quantos a viveram», diz o Pe. António Mário, na altura Vigário-geral da Arquidiocese do Huambo, que acrescenta:

**Após 55 dias de intensos e mortíferos combates bélicos a cidade do Huambo ficou em escombros e o povo extremamente pobre e sem expressão. A falta de alimentação, de assistência médico-sanitária, de vestuário e de outros bens de primeira necessidade, criou uma situação verdadeiramente clamorosa.**<sup>92</sup>

A cidade do Huambo - bem como outras cidades e localidades próximas, do Planalto Central, entre as quais o Bié, o Cuíto, a Caála e o Bailundo - mantiveram-se neste estado e sob controlo da UNITA durante dois anos. Em meados de Março de 1995 as forças do Governo reagiram vigorosamente e conseguiram subtrair estes territórios ao domínio da Guerrilha, trazendo-os de volta à Administração Central. Contudo, foi só a partir de finais de 1998, coincidindo com o *IV Congresso do MPLA*, que se verificou uma vontade firme de colocar um ponto final neste conflito. O Governo declarou uma guerra sem tréguas à UNITA armada – uma vez que a UNITA-Renovada (formada durante este ano por um grupo de dissidentes) mantinha a sua presença no Parlamento e no Governo de Unidade e de Reconciliação Nacional

---

<sup>91</sup> Ibidem.

<sup>92</sup> Idem, p.76.

(GURN). Assistiu-se, assim, ao progressivo isolamento internacional da UNITA, em contraste com o crescente e cada vez mais consistente apoio ao governo legítimo de Angola – particularmente por parte dos EUA, assistentes na operação militar que permitiu localizar, perseguir e eliminar o líder histórico da UNITA, no dia 22 de fevereiro de 2002. O desaparecimento físico de Jonas Savimbi abriu um novo capítulo na História de Angola. O dia 4 de Abril, marcou a assinatura do memorando de entendimento assinado entre o Governo e os (restantes) representantes da UNITA e, desde então, todos os anos se celebra oficialmente a efeméride em prol da reconciliação nacional.

O Huambo, que na guerra foi das cidades e províncias mais fustigadas, não foi esquecido em tempos de paz. Através do seu *Programa de Reconstrução Nacional* o Governo de Angola fez um investimento extraordinário na recuperação dos espaços públicos, organismos oficiais, vias e equipamentos públicos e, até, particulares como o caso do *Programa Cimento e Tinta*, que em pouco tempo deu um ar mais asseado e gracioso à cidade. Chefiado pelo Eng.º Paulo Kassoma (de 1997 a 2008), o Governo Provincial do Huambo imprimiu um dinamismo que despertou a admiração do país e dos seus mais altos dirigentes. Até às eleições de 2008, sofreu profundas melhorias: espaços verdes construídos e jardins renovados, estradas asfaltadas, escolas novas levantadas e as velhas remodeladas, hospitais recuperados, linha férrea reabilitada e inauguração de novas estações dos CFB ao longo da linha e na cidade, acompanhados de um extraordinário pacote de obras públicas por toda a cidade e província. Sob o lema «Huambo, cidade vida», imprimiu-se-lhe de facto a vida que faltava. Atualmente, o ritmo abrandou por diversas causas, entre as quais as sucessivas mudanças ao nível da governação local, a crise financeira internacional que, também, de alguma forma se fez sentir em Angola e, sobretudo, porque o volume das obras anteriores faz desvanecer qualquer obra posterior que se faça, por grande que seja.

Ao nível da recuperação física, Huambo caminha bem. Aguarda-se a recuperação anímica – mais difícil, profunda e demorada do que a primeira. Mas, também aí, parece dar passos certos, sobretudo com a aposta no setor da Educação – quiçá, hoje, a maior valia desta cidade, pela quantidade, diversidade e crescente

qualidade dos seus estabelecimentos escolares (de todos os níveis de ensino) e pelo peso que na vida da cidade têm.

Após tão prolongado processo de recomposição como o que a cidade do Huambo passou, impõe-se o questionar a sua configuração (etno)linguística atual, resultante das transformações sofridas. Partiu-se da convicção de que seria muito diferente da do Lubango, onde a guerra não se fez sentir com tamanha intensidade, nem durante tanto tempo. A apresentação do estudo, que constitui o 2º capítulo, mostrará que não, apesar de diferenças irreduzíveis e assinaláveis ao nível da sua composição social, étnica e linguística, fundamentalmente.

Este subcapítulo - porventura longo, mas ainda assim curto para a importância histórica que merece - teve como objetivo dar uma panorâmica geral dos acontecimentos que marcaram esta parte do centro e sul de Angola que, por funestas razões, chegou ao conhecimento do Mundo. Sem grandes pormenores, tentando não atropelar a verdade nem a compreensão dos factos, apenas com a exigência de uma breve visita ao passado que explique parte do presente - e só no que possa auxiliar a inteligência dos dados que serão expostos aos menos familiarizados com estes lugares e tempos.

Como termo do mesmo, chama-se a atenção para a sua intenção propedêutica e a sua vasta abrangência histórico-geográfica da qual, ainda assim, é possível respigar as seguintes **conclusões parcelares**:

- Angola ocupa um espaço geoestratégico de grande importância para a difusão do Português no mundo e, em particular, as províncias do centro e sul em contacto com a República da Namíbia.
- A realidade angolana é complexa, quer do ponto de vista da sua consolidação histórica, quer da sua composição étnica e linguística, muito heterogénea. Neste sentido, as províncias da Huíla e do Huambo aproximam-se por terem sofrido um modelo de colonização posterior e diferente da de outros territórios a norte (por exigência da nova realidade imposta pelo Pacto assinado na Conferência de Berlim), mas diferem entre si quanto à matriz linguística autóctone e quanto ao tempo e modelo da colonização aí efetuada. Data de 1884 a instalação dos primeiros madeirenses nas terras altas da Huíla. Foram

eles, sem menosprezar a colaboração dada pela comunidade bóer, os patrícios daquela sociedade – onde ainda hoje se podem encontrar marcas.<sup>93</sup> Tardou meio século a alcançar o título de urbe (1936), ao contrário do Huambo que já nasceu cidade. Este nascimento nobre ficou-lhe no sangue.

- Quer a Huíla, quer o Huambo - ambas províncias planálticas – desempenharam um papel crucial na colonização do sul e do centro de Angola, mantendo a sua centralidade geográfica, política e cultural na atualidade. Os moldes em que foi processada a colonização deste espaço, bem como a sua configuração populacional atual são dimensões a ter em conta no estudo presente, à hora de interpretar os resultados obtidos.

No subcapítulo seguinte proceder-se-á a revisão da (escassa) literatura que existe disponível sobre o tema.

---

<sup>93</sup> A começar pela própria designação de Lubango, que é um topónimo de origem linguística local, que deveria ser grafado e dito como Luvango - não o sendo pelo “beísmo” característico dos primeiros colonizadores.

## 1.2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

### 1.2.1. Revisão da literatura

A literatura sobre este tema apresenta-se dispersa. Especificamente sobre o objeto em estudo, e aplicando a metodologia selecionada, não se encontrou nenhuma publicação. Contudo, há referências mais ou menos tangenciais ao tema e em número suficiente para que se possa proceder à sua revisão - respeitando a sua ordem cronológica, para melhor concatenação, e tomando como ponto de partida a independência de Angola, em 11 de Novembro de 1975.

Neste sentido, poderá ser útil consultar a documentação então produzida por parte dos líderes e dos movimentos de libertação nacional em torno da Língua Portuguesa - em parte influenciados pelos movimentos de emancipação política similares que estavam a acontecer por toda a África. Quase todos optaram por manter como língua oficial a língua do país colonizador. Em relação às colónias portuguesas, foi oportuna a publicação da obra de Barbosa Lima Sobrinho<sup>94</sup> que viria a revelar-se fundamental para a justificação da escolha da Língua Portuguesa como língua oficial dos PALOP. Ela revelou a sua importância como fator de identidade nacional no Brasil. Fator este que, trinta anos depois, é indubitavelmente reconhecido à Língua Portuguesa no contexto angolano.

Conhecedores desta problemática, e orientados por um espírito manifestamente pragmático, os líderes dos vários movimentos de libertação das antigas colónias portuguesas desde cedo se inclinaram por esta solução. Tornou-se, aliás, emblemática a frase conhecida de Amílcar Cabral, discursando, em 1965, perante os quadros do PAIGC:

**O português (língua) é uma das melhores coisas que os portugueses nos deixaram, porque a língua não é prova de nada mais senão um instrumento para os homens se relacionarem uns com os outros; é um instrumento, um meio para falar, para exprimir as realidades da vida e do mundo.**<sup>95</sup>

---

<sup>94</sup> LIMA SOBRINHO, Barbosa, *A Língua Portuguesa e a Unidade do Brasil*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 2000.

<sup>95</sup> *Apud* FERREIRA, Manuel, *Que futuro para a Língua Portuguesa em África?*, Linda-a-Velha, Edições ALAC, 1988, p. 19. O mesmo texto viria a ser publicado, com alguns acrescentos, na sua obra posterior:



No entanto, em Angola, por exemplo, não se apresentou tarefa fácil a comunicação da decisão de manter como língua oficial o português, inserida na mesma alocução em que se transmitia também ao país, recém-nascido, a boa nova da libertação do domínio colonial.

Segundo Sebastião Coelho, testemunha de todo este processo, a população acolheu com algum desagrado a notícia de que a língua oficial seria o português. Devido ao clima de ressentimento que então se vivia - que é próprio dos processos revolucionários - parecia que qualquer idioma poderia ter sido eleito. «A ninguém importava qual, podiam ser *todos, excepto o Português*».<sup>96</sup> Mas não foi assim e, em 1988, Manuel Ferreira dava conta do enorme esforço realizado nos anos que se seguiram à independência das antigas colónias, em prol da Língua Portuguesa e da alfabetização. Talvez com algum exagero e otimismo - que lhe advinham da empatia com a causa - refere que:

**Mercê do empenhamento posto por estes países na luta contra o analfabetismo, os resultados podem considerar-se verdadeiramente surpreendentes. Basta dizer que nos três países africanos *continentais*, onde a percentagem de analfabetos era de cerca de 97%, esta taxa em dez anos, desceu para cerca de 70%. Além disso, à data da independência nacional é necessário enchemo-nos de optimismo para aceitar que a percentagem dos falantes de português fosse superior a 25%. Hoje, pelas informações obtidas, essa percentagem anda à volta dos 60%.**<sup>97</sup>

E remata dizendo que:

**Frente aos resultados obtidos, os cinco países fizeram mais pela língua portuguesa nestes 12 anos de independência do que os portugueses por ela durante os 500 anos.**<sup>98</sup>

Independentemente dos valores apontados - que serão objeto de posterior comentário - importa apenas sublinhar os dois momentos que estabelece no texto: antes e depois da independência. Destes, interessa tão-somente o segundo, que se subdivide em dois períodos: desde a data da independência até 1992; e de 1992 até ao

---

*O discurso no percurso africano I – Contribuição para uma estética africana*, Plátano Editora, Lisboa, 1989.

<sup>96</sup> COELHO, Sebastião, *Angola - História e estórias da informação*, Luanda, Ed. Executive Center, 1999, p. 70.

<sup>97</sup> FERREIRA, Manuel, *op. cit.*, p. 30.

<sup>98</sup> *Ibidem*, p. 38.

presente. Tal justifica-se porque a chamada “segunda guerra de libertação” ocasionou profundas mudanças no tecido demográfico angolano, com prováveis repercussões também na configuração do seu mapa linguístico.

No rastreio da informação disponível, tomou-se o seguinte itinerário:

1. Trabalhos de licenciatura, dissertações de mestrado e teses de doutoramento;
2. Actas de encontros, simpósios e congressos (nacionais e internacionais);
3. Artigos publicados em revistas e dicionários da especialidade;
4. Monografias temáticas (publicações académicas e relatórios de organismos nacionais ou internacionais);
5. Páginas na *Internet*.

Desta busca resultou que nem todos os documentos se apresentam igualmente credíveis e atuais. Verifica-se uma grande repetição de dados, por vezes até omitindo as fontes, em particular nas páginas consultadas na *Internet*. Parte dos estudos apresentados baseiam-se em estimativas, em grande medida motivadas pelas condições adversas (de guerra civil) em que tais consultas foram realizadas. Como já se disse, não foi encontrada nenhuma obra que foque em profundidade e especificamente o tema selecionado. Abundam, sim, referências esparsas e, com frequência, repetitivas a partir de dados inicialmente propostos e postos a circular na comunicação social sem que seja possível aferir a sua credibilidade. É o caso, por exemplo, de algumas páginas consultadas na *Internet* cujos dados carecem de confirmação, de pouco servindo ao propósito científico deste trabalho<sup>99</sup>.

Outra parte da reflexão em torno deste tema foi produzida em contexto académico. Até 1992, a Universidade Agostinho Neto detinha o monopólio do ensino superior em Angola. Nesse ano, assistiu-se à entrada de uma nova instituição: a Universidade Católica de Angola e, cerca de uma década depois, a definitiva abertura ao sector privado, com a entrada de várias universidades e institutos superiores. Desde o ano de 1999, o país passou a contar com várias instituições do Ensino Superior, todas elas privadas, designadamente: a Universidade Católica de Angola (UCAN), a

---

<sup>99</sup> É o caso da *Wikipédia*, instrumento cada dia mais popular. Apesar das desconfianças académicas de que é alvo, não deixa de ser um projeto muito interessante e que, de alguma forma, serve para aferir o interesse, dimensão e atualidade de um determinado tema.

Universidade Jean Piaget de Angola (UniPiaget), a Universidade Lusíada de Angola (ULA), o Instituto de Relações Internacionais (IRI) e a Universidade Independente de Angola (UnIA), a Universidade Metodista, a Universidade Independente, o Instituto Piaget (hoje universidade) e o Instituto Superior Privado de Angola<sup>100</sup> - posteriormente designado UPRA - Universidade Privada de Angola, a partir da qual surgiu o atual Instituto Superior da Tundavala, no Lubango) – entre outras que continuamente enriquecem a oferta universitária angolana. No entanto, esta explosão de instituições de ensino universitário, pautando-se por outros objetivos mais imediatos, traduziu-se num claro aumento da oferta de cursos e vagas, mas tarda em afirmar-se pela qualidade e pela produção científica. Um dos problemas que acarretou foi o incremento dos chamados “turbo-professores”, uma vez que aumentou o número de instituições, mas nem por isso, nem com a mesma velocidade, o número de docentes qualificados – retirando a estes grande parte da disponibilidade anterior, por motivos de obter maiores ganhos. Assim, a reflexão em torno da língua portuguesa também não se alterou substancialmente, continuando a UAN (e as suas anteriores unidades orgânicas entretanto autonomizadas) a ser a principal responsável pela reflexão nesta área e pela formação de quadros no ensino do português. Com esse objetivo amplo de formar quadros, haviam sido criados os ISCED, enquanto unidades orgânicas da UAN, e, dentro dos mesmos, os departamentos e sectores de português, onde é ministrado o curso de Licenciatura em Linguística/Português. Em todo o território nacional, este curso começou por ser ministrado em três províncias: ISCED do Lubango, o ISCED de Luanda e o ISCED do Huambo, criados por esta mesma ordem – embora o do Huambo tenha interrompido a sua atividade devido ao clima de guerra entretanto instalado. Atualmente, conta-se também o de Benguela, com a particularidade de estar integrado organicamente na nova Universidade Katavala Bwila, criada em 2010. Em 2002 fora criada a Faculdade de Letras da UAN, em Luanda, responsável por um novo curso de licenciatura na área da Língua Portuguesa, paralelo ao já existente no ISCED, embora este mais vocacionado para a formação de professores; e, em 2005, surgem as

---

<sup>100</sup> Cf. BUZA, Alfredo Gabriel, «Políticas públicas de desenvolvimento e de reforma do ensino superior, no contexto da República de Angola». Conferência proferida no âmbito do FORGES, 2.<sup>a</sup> Conferência: *Por um Ensino Superior de Qualidade nos Países e Regiões de Língua Portuguesa*, Instituto Politécnico de Macau - 6, 7 e 8 de Novembro de 2012.

Disponível em: <http://aforges.org/conferencia2/05documentos.html> [Consultado a 23.05.2013]

Escolas Superiores de Educação, sob a alçada (ainda) da UAN, com o mesmo objetivo de formar quadros para a docência. Destas, apenas a Escola Superior de Educação da Lunda Norte oferece o curso de bacharelato em ensino da Língua Portuguesa, variante Francês e Inglês. As restantes instituições de ensino superior, público ou privado, não oferecem cursos de graduação nesta área.

Em 2010 - citando Alfredo Buza - a Universidade Agostinho Neto foi redimensionada e regionalizada, ficando circunscrita à província de Luanda. Das várias unidades orgânicas e faculdades espalhadas pelo país surgiram outras seis novas universidades públicas, igualmente de âmbito regional. A par destas, foram criadas mais dez instituições do ensino superior autónomas, atingindo o subsistema do ensino superior todo o território nacional, apesar do grande desequilíbrio existente, pois 64,70% do número total destas instituições universitárias encontram-se em Luanda.<sup>101</sup>

Ora, tem sido ao abrigo destes cursos de graduação, fundamentalmente – como se disse - ministrados pela UAN e pelos ISCED, que tem surgido alguma formação e reflexão em torno do tema proposto, uma vez que, para obtenção do respetivo grau de licenciatura o aluno é obrigado a apresentar e a defender uma tese final. Dado ser especificidade do ISCED a formação de quadros para a docência, a eleição dos temas de fim de curso tem privilegiado quase obrigatoriamente a dimensão didática da língua, sobre qualquer outra dimensão. Estes trabalhos merecem, no entanto, ser referidos por dois motivos: em primeiro lugar porque representam o que na universidade se tem produzido em torno deste tema e de modo particular no Lubango e em Luanda, já que no Huambo o curso de licenciatura em Linguística/Português só em 2012 reabriu, com muitas dificuldades; e, em segundo lugar, porque refletem a realidade sociolinguística local, nomeadamente as escolas ou comunidades onde foram levados a cabo.

Neste momento, Angola oferece cursos de graduação (Linguística/Português) nos ISCED de Lubango, Huambo, Benguela e Luanda, bem como na Faculdade de Letras da UAN; e cursos de pós-graduação no ISCED de Luanda (ensino da língua e das literaturas em LP) e, presentemente, também lecionado na Faculdade de Letras. Aos trabalhos de fim de curso apresentados por estes diplomados - cuja consulta é possível

---

<sup>101</sup> *Ibidem.*

nas instalações dos respetivos estabelecimentos de ensino superior - há ainda a acrescentar os trabalhos realizados pelos alunos de graduação e pós-graduação que se têm deslocado ao estrangeiro, particularmente a Portugal, para conclusão de estudos. Ainda assim, o investigador que deseje consultar estes trabalhos académicos não o consegue sem grandes dificuldades, uma vez que estão dispersos, por editar e por inventariar.<sup>102</sup>

Internamente, não se conhece nenhuma revista da especialidade vocacionada e com suporte institucional para divulgar os trabalhos produzidos ou incentivar à realização regular de outros. Parte dos que são conhecidos e publicados são-no no âmbito de jornadas, encontros, colóquios ou congressos organizados em Angola e no estrangeiro. Destes, importa salientar, pela sua novidade, dimensão e conjuntura, bem como pelo merecimento e diversidade das intervenções nele apresentadas, o *Congresso sobre a situação atual da Língua Portuguesa no Mundo*, realizado em Lisboa, em 1983<sup>103</sup>. Um quarto de século depois, a realidade linguística mudou, a ponto de talvez merecer uma nova edição.

Relativamente à situação do português em Angola, interessa referenciar as intervenções realizadas na 3ª Sessão Plenária, do dia 1 de Julho de 1983, sob a epígrafe: «Situação e perspectivas do Português em África», presidida pelo Professor Orlando Ribeiro<sup>104</sup>. A jornada foi totalmente dedicada à reflexão sobre a situação da Língua Portuguesa nos cinco países lusófonos: Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Por Angola, falou a Dr.ª Irene Guerra Marques, com a comunicação intitulada «Algumas considerações sobre a problemática linguística em Angola» - texto que, premonitório a vários títulos, se determina para início da revisão da literatura, a qual, como já atrás foi referido, só de uma forma superficial e fragmentária toca o tema em análise.

---

<sup>102</sup> A fim de iniciar esta inventariação, e para utilidade dos consulentes, apresenta-se uma listagem dos trabalhos que nos foi possível enumerar. Ainda que não seja exaustiva, é demasiado extensa para figurar nesta nota de rodapé. Por isso, constituiu-se em documento autónomo e apêndice. Cf. Apêndice C – Listagem de trabalhos de graduação e pós-graduação sobre a LP em Angola.

<sup>103</sup> As actas foram posteriormente publicadas em dois volumes (o primeiro em 1985, e o segundo em 1988), em Lisboa, pelo ICALP - Instituto de Cultura e Língua Portuguesa,

<sup>104</sup> CONGRESSO SOBRE A SITUAÇÃO ACTUAL DA LÍNGUA PORTUGUESA NO MUNDO - LISBOA: 1983, *Actas*, Vol. I, Lisboa, ICALP, 1985, pp. 2001-263.

O mote da comunicação foi dado logo nas primeiras palavras da palestrante, para rejeitar a designação «países de *expressão portuguesa*», utilizada pelo presidente de honra da mesa, substituindo-a pela expressão *língua oficial portuguesa*, adotada por Angola e pelos restantes países lusófonos. É de recordar que o processo de emancipação política das ex-colónias em relação a Portugal já se havia dado, mas permaneciam resquícios ideológicos e linguísticos que ainda perduram, embora sob formas menos evidentes. É neste sentido de distanciamento da matriz linguística e de afirmação das especificidades de cada um que se nortearam as várias comunicações anunciadas e, em particular, a de Irene Guerra Marques.

Passaram-se mais de duas décadas e Angola viveu momentos posteriores de profunda mudança a todos os níveis. A perspetiva apresentada perdeu, por isso, atualidade, mas mantém o seu interesse para perceber as transformações operadas. Irene Guerra Marques alerta para dois pontos importantes e, ainda hoje, válidos: a situação de bilinguismo (talvez hoje se aplicasse com mais propriedade o termo de diglossia) de Angola e o carácter rural da maioria da sua população – asserção também hoje discutível à luz das mais recentes análises do Centro de Estudos, Pesquisa e Desenvolvimento da ENAD que apontam para que 55% do total da população de Angola, segundo as estimativas, está concentrada nos centros urbanos.<sup>105</sup>

Na «tentativa de análise da realidade linguística»<sup>106</sup> de Angola que encetou neste trabalho, um aspeto ressalta: a escassa referência a estudos realizados (se bem que haja abundantes remissões para os documentos orientadores do MPLA-PT), bem como a falta de suporte em dados estatísticos que suportem solidamente as teses apresentadas. Este último aspeto é particularmente visível na indefinição de determinadas expressões (para este efeito sublinhadas) relativas aos grupos linguísticos em análise:

**Por um lado, existem as línguas nacionais que, na sua maioria, pertencem à família bantu e**

---

<sup>105</sup> <http://www.macauhub.com.mo/pt/2009/02/10/6523/> [20.5.2013]

<sup>106</sup> Designação com que a autora epigrafou a II Parte das suas considerações. Cf. MARQUES, Irene Guerra, «Algumas considerações sobre a problemática linguística em Angola», in: CONGRESSO SOBRE A SITUAÇÃO ACTUAL DA LÍNGUA PORTUGUESA NO MUNDO - LISBOA: 1983, *Actas*, Vol. I, Lisboa, ICALP, 1985, pp. 2001-263.

**que constituem as línguas maternas de uma grande parte da população angolana. Por outro lado, existe a língua portuguesa, língua neo-latina, que, sendo a língua materna de alguns angolanos, constitui para a maior parte uma língua segunda, principalmente nas zonas rurais, onde se encontra a maioria da população angolana.<sup>107</sup>**

Conforme os sublinhados (por nós acrescentados) permitem constatar, os dados apresentados são genéricos, não distinguem parcelas específicas do território (que não é homogêneo do ponto de vista linguístico), nem definem com grande precisão estatística os vários grupos diferenciados («maioria», «grande parte», «alguns» e «a maior parte»). Certamente que tal não constituiria o objetivo principal do estudo, nem despontaria como preocupação central no momento histórico-político em que foi efetuado. Estas considerações tiveram, no entanto, um impacto posterior grande e, com frequência, aparecem ainda citadas para dar conta da realidade sociolinguística de Angola.<sup>108</sup>

Um dos principais reparos (que já se fez) tem a ver com a atual configuração demográfica do país. As estimativas apresentadas por organismos nacionais vão a par com as projeções do PNUD<sup>109</sup>, segundo as quais, em 2015, cerca de 59,7% da população angolana será urbana, com tendência para aumentar substancialmente durante a próxima década. A este fenómeno não são estranhos os já apontados movimentos de deslocados por causa da guerra, sobretudo na década de noventa, em que a maior parte se concentrou nas cinturas urbanas do litoral, mais concretamente

---

<sup>107</sup> *Ibidem.*

<sup>108</sup> Exemplo bem recente e emblemático é o de Ivo Castro: ao referir-se à situação linguística em Angola, toma como ponto de partida a exposição de Irene Guerra Marques, não lhe acrescentando quaisquer dados posteriores. Na sua curta recensão alerta, porém, para a metamorfose entretanto operada na sociedade angolana, devido ao «esvaziamento de grande parte do território» que conduziu à sobrelotação da região circundante de Luanda, onde, segundo fonte que não refere, «estariam concentrados quase um quarto dos angolanos.» As diferentes proveniências dos deslocados teria naturalmente obrigado a encontrarem um denominador linguístico comum: o português. E, embora à distância, aponta um cenário que parece estar a verificar-se progressivamente: «Adotado como veicular pelos adultos, é aprendido pelas crianças como língua primeira, o que a médio prazo poderá alterar bastante a distribuição das línguas no país e conferir ao português um papel mais central». Cf. CASTRO, Ivo, *Introdução à História do Português - Geografia da Língua. Português Antigo*, Lisboa, Ed. Colibri, 2004, pp. 36-39. Esta obra reedita, com ligeiras ampliações, o texto do mesmo autor (em colaboração com MARQUILHAS, Rita; e ACOSTA, J. León), *Curso de História da Língua Portuguesa*, Lisboa, Universidade Aberta, 1991.

<sup>109</sup> PNUD, *Relatório do Desenvolvimento Humano 2007/2008*, p. 248.

de Luanda, Benguela, Lobito e Lubango - cidades atualmente responsáveis por cerca ou por mais de metade da população de Angola.

A dicotomia «rural/urbano» torna-se, assim, incontornável no delineamento do quadro sociolinguístico de Angola. O número de falantes que tem a língua portuguesa como LM ou como L2 estará interligado com a sua origem (ou vivência predominantemente) rural ou urbana. Ademais, «a explosão demográfica» a que alude<sup>110</sup> veio acentuar mais este fosso entre as LN e a LP, uma vez que, como a própria autora também afirma, «persiste em Angola a escolaridade apenas em língua portuguesa»<sup>111</sup> - realidade que duas décadas depois se mantém quase inalterada, apesar da legislação entretanto criada e dos vários programas de apoio ao ensino das LN iniciados.

Em coerência com a perspetiva sociolinguística apontada, a autora defende uma postura didática que adote o ensino da LP como LE, uma vez que «a realização da língua portuguesa no nosso país dá-se numa situação de plurilinguismo», e adverte que «ensinar uma língua segunda, mas com estatuto de língua veicular, não é a mesma coisa que ensinar uma língua materna».<sup>112</sup>

Embora esta posição pareça ainda hoje igualmente correta, reportando-se à realidade descrita, a verdade é que se operou a este nível uma profunda mudança em Angola, sobretudo a partir de 1992, que obriga a reformular conceitos e a rever números. Se esta postura é sustentável - e, de facto, ainda hoje se assiste à sua defesa - parece sê-lo sobretudo em contexto rural, em que a língua portuguesa é claramente L2 (quando o é). Mas não parece tão defensável ou adequada em contexto urbano, no qual a LP se afirma de modo crescente como LM das camadas mais jovens da população, em detrimento das LN, cujo ensino parece estar a ser ultrapassado pelo de algumas línguas estrangeiras como o inglês, ensinado em contexto escolar - ao invés das LN que (ainda) o não são em igual dimensão e meios ao dispor<sup>113</sup>.

---

<sup>110</sup> MARQUES, Irene Guerra, *op. cit.*, p. 208.

<sup>111</sup> *Ibidem*.

<sup>112</sup> *Ibidem*, p. 209.

<sup>113</sup> Numa das questões apresentadas no inquérito que fundamenta o presente trabalho, tentou indagar-se o domínio e respetivo grau (subjetivo) de proficiência da LP, LN e LE. Não se aprofundaram os



Se os aspetos apontados acusam alguma mudança, o mesmo não se aplica às considerações finais do artigo, que mantêm toda a atualidade e interesse. Persiste, de facto, o consenso na sociedade angolana sobre «a situação de bilinguismo do país»,<sup>114</sup> bem como sobre o facto de que o «bilinguismo individual (...) representa uma grande riqueza tanto do ponto de vista científico como pedagógico»,<sup>115</sup> que urge preservar.

Menos consensual parece ser a afirmação posterior de que «esta realidade de bilinguismo individual tende a alargar-se» devido à escolaridade em português. No caso específico das cidades estudadas, parece confirmar-se a tendência contrária, devido ao aumento de falantes de português LM. Mas tal será matéria para discussão posterior, a propósito das análises exploratórias apresentadas no final do segundo capítulo.

Neste sentido se orientou também a intervenção do escritor angolano Arlindo Barbeitos, durante o mesmo congresso, ainda que realizada no dia anterior à comunicação de Irene Guerra Marques e enquadrada na 2ª Mesa Redonda subordinada ao tema: «Unidade e diversidade do português: as várias normas».<sup>116</sup> Nesta, logo no início, acusa o facto de a reflexão em torno da Língua Portuguesa se ter centrado mais no relacionamento da norma portuguesa «com o português nas nossas terras do que [com] a situação real dessa língua nos respetivos países».<sup>117</sup> Ainda hoje este reparo é suscetível de ser subscrito: a reflexão em torno da Língua Portuguesa em Angola tem-se centrado mais na definição de uma futura norma própria do que no levantamento sistemático e contrastivo da situação linguística do país - como se de tal estivesse pendente qualquer corte derradeiro com um incómodo passado colonial. No entanto, para que este processo normativo se conclua, impõe-se confirmar e sistematizar os dados já adquiridos, em sede própria (a definir, caso seja outra que não a Assembleia Nacional) e respeitando algum distanciamento histórico, para que se regule o que é realmente específico e não o circunstancial.

---

resultados, uma vez que não era esse o objetivo principal, mas poderá constituir um aspeto interessante a analisar futuramente.

<sup>114</sup> *Ibidem*, p.216.

<sup>115</sup> *Ibidem*, p. 217.

<sup>116</sup> *Ibidem*, pp. 421-424.

<sup>117</sup> *Ibidem*, p. 422.

Na mesma alocução, Arlindo Barbeitos aponta outros três aspetos sociolinguísticos que merecem igual destaque pelo seu interesse e atualidade. Em primeiro lugar, a chamada de atenção que faz para o peso das cidades na demografia de Angola, em 1983, e a sua importância linguística no que à Língua Portuguesa diz respeito:

**O facto é que, em Angola, hoje, uma cidade como Luanda, a capital do nosso país, que tem cerca de um milhão de habitantes, é predominantemente uma cidade de língua portuguesa. Benguela é uma cidade de língua portuguesa, predominantemente. Lubango é outra cidade de língua portuguesa. Malange é uma cidade de língua portuguesa, predominantemente.**<sup>118</sup>

Neste parágrafo, dois pormenores são curiosos: a omissão do advérbio de modo, referindo-se ao Lubango; e a omissão, também, da cidade do Huambo, a segunda mais populosa de Angola. Terão sido involuntárias tais omissões ou revelarão que o Lubango e o Huambo apresentavam nesta data situações linguísticas diferentes, em relação ao português, com vantagem para o Lubango? Um facto é que a diáspora da população do Planalto Central, operada uma década depois, por via da guerra, veio modificar esta situação. Este primeiro esvaziamento da cidade do Huambo (e dos seus municípios, de um modo geral), veio sobrecarregar ainda mais o peso demográfico das cidades na configuração do país e aumentar o número de falantes de língua portuguesa. Não parece demais repetir a importância crucial que tão funesto acontecimento encerra para o aumento da Língua Portuguesa em Angola. Em 2007, o panorama linguístico das cidades referidas também se alterou, não só devido ao acréscimo do seu número de habitantes - como no caso de Luanda em que mais do que quadruplicou - mas também ao esforço entretanto realizado na melhoria e ampliação do sistema de ensino e na modernização dos meios de comunicação social, que vieram reforçar o papel veicular da Língua Portuguesa em Angola.

Outro aspeto referido pelo autor, interessante pelo seu carácter pioneiro, é a referência que faz ao papel do exército angolano como «fonte de transmissão da língua portuguesa muito maior, de certo modo, entre adultos, que a escola, embora ela também o seja.»<sup>119</sup> Ainda hoje não foi feito o balanço do contributo do exército angolano em prol da Língua Portuguesa, mas, ainda que por fazer, não custa acreditar

---

<sup>118</sup> Ibidem, p. 422.

<sup>119</sup> Ibidem, p. 423.

que foi, de facto, notável e a ele não será alheia a percepção consensual que a população tem da Língua Portuguesa como fator de unidade nacional. Confrontados com esta questão, mais de 70% dos inquiridos no âmbito do presente trabalho respondeu que «concordava completamente» que a língua portuguesa é um fator de unidade nacional – como se constatará mais adiante, aquando da apresentação dos resultados.

Por último, a referência igualmente precursora que faz do estatuto da Língua Portuguesa em Angola. É o primeiro (e, até agora, único) autor encontrado que escreveu claramente e sem complexos: «O português é também uma língua angolana».<sup>120</sup>

A intervenção de Arlindo Barbeitos peca por ser curta, ainda que o contexto em que foi proferida a essa brevidade obrigasse. É, no entanto, pródiga em reflexões originais sobre a realidade sociolinguística de Angola e muito lúcida (embora limitada) a análise que dela faz. A par de informações comuns, apresenta outras que constituem pistas de reflexão verdadeiramente premonitórias para a época. Destas, poderemos reter as seguintes: a estimativa de que cerca de metade da população angolana utilizava, à época, a LP como L2; a convicção de que a LP predominava nas cidades; a

---

<sup>120</sup> CONGRESSO SOBRE A SITUAÇÃO ACTUAL DA LÍNGUA PORTUGUESA NO MUNDO - LISBOA: 1983, *Actas*, Vol. I, Lisboa, ICALP, 1985, p. 422. É, a este propósito, curiosa a percepção (Cf. Tabela 20) que os inquiridos revelaram quando confrontados com a questão de considerarem ou não a língua portuguesa uma língua nacional. As respostas dadas distribuíram-se da seguinte forma: 1 - discorda completamente: 18,5%; 2 - discorda um pouco: 8,5%; 3 - não discorda nem concorda: 21,5%; 4 - concorda um pouco: 18,4%; 5 - concorda completamente: 33,1%. Apesar do elevado número de abstenções, a maioria (51,5%) parece favorável a este entendimento. Independentemente de qualquer opção prévia e do que deverá entender-se por nacional, poderá ser interessante aprofundar e atualizar para o contexto angolano (e até lusófono) alguns termos que se usam porventura inadequadamente. Assim, mesmo não sendo objetivo do presente trabalho aprofundar esta linha de pensamento, questiona-se o estatuto da Língua Portuguesa em Angola (e talvez em outros países lusófonos), onde cada vez mais é a língua materna de um maior número de cidadãos. Por outro lado, quase todas as línguas consideradas nacionais não o são no sentido de se falarem exclusivamente em solo angolano. Pelo contrário, à exceção do Umbundu que –ao que parece – só se fala em Angola, quase todas as outras se estendem (e algumas até maioritariamente) para além das suas fronteiras. É o caso do Kikongo, do Cokwe, do Ngangela do Oshikwanhama e do Oshidonga, entre outras. Encontramos esta ideia já expressa no citado discurso de abertura do 3º Simpósio sobre Cultura Nacional, no qual o Presidente da República de Angola, referindo-se às diferentes Línguas Africanas de Angola, alerta para o facto de serem: «até aqui designadas de "línguas nacionais", talvez indevidamente, pois quase nunca ultrapassam o âmbito regional e muitas vezes se estendem para além das nossas fronteiras». Cf. [http://www.mpla-angola.org/discur\\_cult.php](http://www.mpla-angola.org/discur_cult.php) [consultado em 20 de outubro de 2008].

feição nacional da LP; o contributo dado pelo exército para a difusão da LP em Angola; e, por último, o risco real de glotofagia por parte da LP em relação a algumas LN de Angola.

Quiçá devido ao ambiente perturbado que o país viveu na década posterior, não abundam referências ao tema. As principais publicações merecedoras de alusão, por alguma proximidade temática e pelo seu impacto, devem-se a Amélia Mingas (2000)<sup>121</sup>, a João Fernandes e Zavoni Ntongo (2002)<sup>122</sup> e a Filipe Zau (2002)<sup>123</sup>. Ainda que com algum atraso relativamente a outros países lusófonos - como o Brasil e Moçambique, onde já existe uma sólida reflexão em torno da situação linguística dos respetivos países – parece assistir-se em Angola a um incremento da investigação que, a breve trecho, poderá traduzir-se num claro aumento de publicações nesta área.

Ainda que não seja especificamente desta especialidade, impõe-se a referência à dissertação de mestrado de Filipe Zau, uma vez que se encontra publicada e é a que em determinados pontos mais se aproxima do presente trabalho, ainda que um tanto

---

<sup>121</sup> MINGAS, Amélia, *Interferências do kimbundu no português de Lwanda*, Luanda, Ed. Chá de Caxinde, 2000. Da Prof.<sup>a</sup> Doutora Amélia Mingas, atual decana da Faculdade de Letras da UAN – pelo valor e grande prestígio de que goza, não só no contexto angolano mas também da CPLP (onde foi presidente do IILP) – transcrevo um breve trecho de uma recente entrevista dada ao semanário *Nova Gazeta*, (quinta feira, 10 de outubro de 2013). Nele se manifesta e ilustra o que considero o pensamento ainda dominante relativamente à dimensão e ao domínio do Português em Angola. Transcrevo: «...num país onde o português é a língua dominante para todos os contactos, em documentos oficiais e na Função Pública, é preciso que os dirigentes interajam com a população. Como poderá interagir, se a maioria do povo não domina o português?» (p.17) [o sublinhado é nosso]

<sup>122</sup> FERNANDES, João; NTONDO, Zavoni, *Angola: povos e línguas*, Luanda, Ed. Nzila, 2002.

<sup>123</sup> ZAU, Filipe, *Angola: Trilhos para o desenvolvimento*, Universidade Aberta, Lisboa, 2002. A esta publicação seguiu-se a muito bem documentada tese de doutoramento (com 865 páginas) apresentada na Universidade Aberta e orientada pelo Prof. Doutor Hermano Duarte de Almeida e Carmo.

Cf. ZAU, Filipe Silvino de Pina, *O Professor do Ensino Primário e o Desenvolvimento dos Recursos Humanos em Angola - uma visão prospectiva*, (Tese de Doutoramento no ramo de Ciências da Educação. Especialidade: Educação Multicultural e Intercultural), Universidade Aberta, Lisboa, 2005. Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/2468> [Consultado a 20.04.2013]

A enumeração destas publicações não reflete, evidentemente, toda a investigação produzida em Angola durante este período. A elas haveria que acrescentar jornadas científicas, encontros da especialidade e, ainda que igualmente tangenciais ao tema em estudo, as dissertações de mestrado e teses de doutoramento realizadas no país ou no estrangeiro, que, dado o seu número crescente a partir de 2008, optámos, por apresentar em apêndice (como já foi referido na nota de rodapé n. 100), devido à sua extensão (V. Apêndice C).

distanciada no tempo e no espaço e muito nas conclusões<sup>124</sup>. Em primeiro lugar, constitui um portento de informação. Pela dimensão, daria duas ou três dissertações. Acusa-se, porém, a impressão de nem sempre as conclusões parecerem derivar claramente dos factos expostos. Dos cinco capítulos de que se compõe, assumem particular interesse os capítulos 3 e 4. O terceiro pelo enquadramento teórico que faz da problemática da diversidade linguística, aplicando-a ao caso concreto de Angola e das línguas africanas; e o 4 pela apresentação de algumas situações observadas ao longo da sua vasta e rica experiência profissional enquanto pedagogo e responsável político no Ministério da Educação de Angola. Destas, importa chamar a atenção para o inquérito realizado em 1994, para auscultação da sensibilidade dos responsáveis de educação, professores e encarregados de educação à introdução das línguas africanas no ensino.<sup>125</sup> A leitura dos resultados deste inquérito é interessante, em primeiro lugar, pela atualidade social que esta questão ainda reveste; em segundo lugar porque, apesar do reduzido número de inquiridos (46 professores e 39 encarregados de educação), aponta uma sensibilidade que, em determinados aspetos, se aproxima da auscultada e referida no ponto 2.2.1 da segunda parte deste estudo.

Injusta e imperdoável seria a omissão de Vitorino Reis e, em particular, o opúsculo publicado na «Coleção - Série Linguística» da Editorial Nzila<sup>126</sup>. Pensado no âmbito da Disciplina de *Introdução à Sociolinguística*, da qual era regente no ISCED de Luanda, apresenta cinco capítulos dos quais interessa aqui destacar o «II- Política Linguística» e o «III – Angola: as controversas glotopolíticas», por tratarem aspetos relacionados com a sociolinguística no contexto angolano. Nota-se alguma cautela na apresentação das matérias e reflexões, todas presentes e centrais na problemática

---

<sup>124</sup> A tese de doutoramento centra-se no perfil do professor do ensino primário. A dimensão linguística está presente, mas de uma forma bastante diluída e pouco conclusiva. É interessante, todavia, o subcapítulo 2. «Contextualização em África», do cap.º, da II Parte do estudo (pp. 547-573), pela informação que aporta e pelo interesse que poderá revestir para futuras reflexões e estudos comparativos entre as diferentes soluções encontradas pelos países africanos vizinhos de Angola em relação às línguas usadas no sistema de ensino e diferentes tipos de política adotados (endoglótica, mixoglótica e exoglótica). Parece defender «uma política educativa pragmática e realista» [No fundo, a que tem vindo a ser implementada desde a independência do país] e a «cooperação linguística entre as línguas africanas e a língua europeia herdada da colonização, com especial ênfase para a língua materna nos três primeiros anos de escolaridade, nas escolas públicas e nas subsidiadas pelo Estado». p.572.

<sup>125</sup> ZAU, Filipe, *Angola: Trilhos para o desenvolvimento*, pp. 231-250.

<sup>126</sup> REIS, Victorino, *Sociolinguística – Dinâmica funcional vs Problemas funcionais da língua*, Luanda, Editorial Nzila, 2006.

linguística angolana. À semelhança da anterior objeção feita a Filipe Zau, também aqui se questiona (não o rigor mas) o teor e a interpretação dos dados do inquérito apresentados no subcapítulo «3.6 – A Língua Materna como Fator de Identidade».<sup>127</sup> Não é fornecida a data em que foi realizado, nem as idades dos inquiridos. Contudo, não são estas omissões o motivo do nosso reparo. É, sim, o não ter-se definido prévia e conjuntamente o conceito de LM, referência sem a qual cada um dos inquiridos responde consoante entende, confundindo habitualmente – pela experiência que se teve na preparação do instrumento QPSDL<sup>128</sup> – o conceito de materno com o de ancestralidade ou língua dos progenitores. Razão pela qual se optou por considerar a LM como a primeira língua a ser aprendida, ultrapassando-se, assim, este primeiro obstáculo, mas caindo em outro: o não ter previsto a possibilidade de alguns dos inquiridos (ainda que excecionalmente) apresentar mais do que uma LM. Em Angola, o levantamento dos falantes que apresentam mais do que uma LM – provavelmente a LP e uma ou mais das LN – merece maior atenção futura.

Honrando a citação que faz de Agostinho Neto, na qual este alerta para que o desenvolvimento do problema linguístico em Angola dependerá, entre outros fatores, «da extinção dos complexos e taras herdadas do colonialismo<sup>129</sup>», Vitorino Reis coloca-se no encalço de Arlindo Barbeitos ao afirmar que «uma boa franja [o sublinhado é nosso] da população angolana identifica-se com o português como língua materna».<sup>130</sup> Contudo, não avança números nem percentagens.

Perscrutámos um diploma único e explícito no qual se consubstanciasse a política linguística (glotopolítica) do Governo da República de Angola. Não o encontramos, apesar de referências várias e da prática existente – que permitem, ainda assim, uma reflexão consistente sobre a mesma. Poderia parecer que, em Angola, «a inexistência de uma política linguística é também uma política»,<sup>131</sup> contudo, observa-se uma “glotopraxis” – para cunhar um termo na esteira do predecessor – que vai no sentido de um claro aconchego oficial de todas as línguas em uso no território

---

<sup>127</sup> Idem, pp.73-76.

<sup>128</sup> Cf. Apêndice B.

<sup>129</sup> REIS, Vitorino, *o.c.*, p. 65.

<sup>130</sup> Idem, p. 75.

<sup>131</sup> Idem, p. 49.

angolano, independentemente do seu estatuto e função. Talvez estes (ainda) não estejam suficientemente definidos, mas também aqui é preciso cuidar de outras dimensões – que não a meramente linguística – pois Angola é um país jovem e *in fieri*. Por enquanto o Português tem beneficiado do estatuto de única LO – sendo esse um importante fator de crescimento –, mas nada obsta a que, apenas do ponto de vista linguístico, outras se constituam. Aos outros níveis, é um processo (ainda) complexo.

Em remate desta revisão, uma breve referência à tese de doutoramento de Marília Rodrigues<sup>132</sup> defendida nesta casa em 2012 e centrada na Província do Huambo. Embora o tema da mesma seja colateral, interessa registar o pressuposto (questionável) de que partiu, ou seja, o estatuto da LP como L2, na província do Huambo – pressuposto que aqui nos atrevemos a corrigir, pelo menos no que ao perímetro urbano se refere. De facto, os dados coligidos apontam para outros resultados, que serão expostos na segunda parte deste trabalho.

### **1.2.2. Conceitos-chave**

À guisa de fecho deste capítulo dedicado ao enquadramento teórico, acrescentam-se uns breves parágrafos para delimitar os conceitos chave abrangidos por esta reflexão, de acordo com a bibliografia citada em rodapé, que não aspira a ser representativa da imensa informação produzida sobre esta temática. A sua referência sumária é ditada apenas por uma preocupação metodológica. Ao definir o que se entende por cada um dos conceitos aqui empregues, pretende-se unicamente estabelecer uma base unívoca de compreensão para a segunda parte do trabalho onde (à semelhança do que aconteceu já nesta primeira parte) subjaz e se fará uso dos mesmos. Qualquer um destes conceitos é passível de ser (e, de facto, é) questionado e objeto de discussão em âmbitos de estudo mais específicos do que aquele em que aqui são tomados, ou seja, o da sua aceção mais comum e largamente aceite.

---

<sup>132</sup> Cf. RODRIGUES, Marília dos Prazeres, *A Língua Portuguesa como Língua Segunda na Província do Huambo. Caracterização Educativa e Propostas Pedagógicas para a Formação de Professores do 1º Nível*, Tese de Doutoramento em Estudos Portugueses Especialidade Ensino do Português apresentada para defesa na FCSH da UN de Lisboa em Junho de 2012.

### **1.2.2.1. Língua Materna (LM)**

Por LM entende-se – pelo menos neste estudo e subjazendo ao conceito empregue no instrumento de coleta dos dados – a primeira língua a ser aprendida. Por isso, em determinados contextos, se designa também por expressões sinónimas: língua nativa e primeira língua (L1). Pode dizer-se que é a «língua nativa do sujeito que a foi adquirindo naturalmente ao longo da infância e sobre a qual ele possui intuições linguísticas quanto à forma e uso».<sup>133</sup> Há circunstâncias especiais em que o sujeito pode apresentar mais do que uma LM. No entanto, é muito difícil chegar a uma noção de Língua Materna unívoca, «dado que a sua situação varia com as épocas e com as áreas geográficas».<sup>134</sup> Neste contexto, Língua Materna é sinónimo de primeira língua a ser aprendida.

### **1.2.2.2. Língua Segunda (L2)**

Por oposição à primeira, a L2 é aquela (ou aquelas) que o sujeito adquire depois da LM, pelos motivos mais diversos. Há casos cujo grau de domínio supera o da própria LM. Pode definir-se como:

**Língua não materna que por razões sociais ou políticas é utilizada pelo indivíduo em certas circunstâncias do seu quotidiano (por exemplo, em situação escolar). As línguas europeias com estatuto de língua oficial em certos países africanos devem considerar-se línguas segundas.**<sup>135</sup>

Pode dizer-se que a Língua Segunda reveste normalmente um carácter oficial e escolar, enquanto a língua estrangeira, ainda que com maior projeção internacional, se cinge fundamentalmente ao espaço de aula escolar. Esta segunda asserção aplica-se

<sup>133</sup> [http://www.ait.pt/recursos/dic\\_term\\_ling/dtl\\_pdf/L.pdf](http://www.ait.pt/recursos/dic_term_ling/dtl_pdf/L.pdf) Este dicionário, disponível na *Internet*, foi primeiramente publicado em suporte papel: XAVIER, Maria Francisca; MATEUS, Maria Helena, *Dicionário de Termos Linguísticos*, Lisboa, Ed. Cosmos, 1990.

<sup>134</sup> ANÇÃ, Maria Helena, «Da Língua Materna à Língua Segunda», *Noesis*, n. 51, 1999, p.2. Disponível em suporte eletrónico em: <http://www.dgidc.min-edu/inovbasic/edicoes/noe/noe51/dossierl.htm> Pela sua importância no desenvolvimento integral da pessoa e com o objetivo também de promover a diversidade cultural e o plurilinguismo, a UNESCO convencionou celebrar o dia 21 de Fevereiro de cada ano como o *Dia Internacional da Língua Materna*. É um conceito que está a merecer uma atenção cada vez maior no campo da Educação, à medida que os especialistas vão revelando o seu papel fundamental na aprendizagem inicial do sujeito. Cf. CUMMINS, Jim (traduzido por Wendel Dantas), «Língua mãe das crianças bilingues: por que é importante para a educação?»

Extraído do site: <http://www.bilinguismo.org/bilinguismo6.pdf>

<sup>135</sup> [http://www.ait.pt/recursos/dic\\_term\\_ling/dtl\\_pdf/L.pdf](http://www.ait.pt/recursos/dic_term_ling/dtl_pdf/L.pdf)



ao contexto angolano, particularmente aos indivíduos cuja LM não é o Português. Daí que alguns autores defendam que o ensino/aprendizagem da LP em Angola se deve fazer em contexto de L2 ou até de LE (considerando a origem europeia da mesma) e não em contexto de LM, como geralmente acontece<sup>136</sup>.

### 1.2.2.3. Língua Estrangeira (LE)

Crystal define-a como a «língua não nativa do sujeito e por ele aprendida com maior ou menor grau de eficiência»<sup>137</sup> No caso dos PALOP (como, aliás, em outros países que adotaram diferentes línguas estrangeiras como oficiais) há uma dimensão histórica e cultural que ditou a sua adoção e não a de outras. Neste sentido, «é na linha destas duas definições que os espaços da L2 e da LE se separam. O estatuto da língua é o principal aspeto a considerar: L2 é língua oficial e escolar, enquanto LE apenas espaço da aula de língua»<sup>138</sup> É o caso do Português em Angola: é LE com o estatuto de língua oficial (LO).<sup>139</sup> Este facto torna-o L2. Contudo, sabemos também que ele é cada vez mais L1 ou Língua Materna para uma cada vez mais considerável parte da população angolana, assumindo peculiaridades que igualmente o vão distinguindo paulatinamente das normas europeia e brasileira. Mais ainda, há bastantes angolanos cuja LM é o português e não dominam qualquer outra. Será que para este conjunto, já avultado, de cidadãos esta língua não será apreendida como nacional, embora de origem europeia como as outras o são de origem africana (banto ou não banto)? Perante estes factos, urge rever os conceitos que aplicamos ao Português de Angola - cuja norma não está sancionada nem regulada, mas que nada impede o venha a estar

---

<sup>136</sup> MARQUES, Irene Guerra, *op. cit.*, p. 213. Partilha a mesma opinião. ZAU, Filipe, *op. cit.*, p. 258.

<sup>137</sup> [http://www.ait.pt/recursos/dic\\_term\\_ling/dtl\\_pdf/L.pdf](http://www.ait.pt/recursos/dic_term_ling/dtl_pdf/L.pdf)

<sup>138</sup> ANÇÃ, Maria Helena, *op. cit.*, p.3.

<sup>139</sup> Embora não sendo este, como atrás se disse, espaço para a problematização destes conceitos, considera-se oportuno referir a ausência de legislação sobre o estatuto do Português em Angola, ao contrário do que acontece por exemplo em Moçambique, cujo estatuto de língua oficial é definido na sua *Lei Fundamental* (Art. 5, Cap. 1, Tit. 1). A atual Constituição da República de Angola define no seu Artigo 19.º (Línguas)

1. A língua oficial da República de Angola é o português.
2. O Estado valoriza e promove o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola, bem como das principais línguas de comunicação internacional.

Cf. [http://www.wipo.int/wipolex/en/text.jsp?file\\_id=196464](http://www.wipo.int/wipolex/en/text.jsp?file_id=196464) (consultado em 18.09.2012)

futuramente - apresentam algumas dificuldades que obrigarão a uma reflexão mais profunda em torno da definição do seu estatuto.

#### **1.2.2.4. Língua Nacional (LN)**

De todos os aqui expostos, este conceito é o que se apresenta mais polémico e difícil de delimitar. Nem consta, aliás, no *Dicionário de Termos Linguísticos* citado, embora se apresente um que lhe é próximo, o de Língua Nativa:

**Língua que identifica o indivíduo com uma cultura ou com uma comunidade. Geralmente coincide com a língua materna, embora em sociedades patrilineares por exemplo, os falantes possam considerar como sua língua nativa uma língua que, na realidade, desconhecem, mas que foi falada pelos seus antepassados.**<sup>140</sup>

Conhecendo a realidade linguística angolana, não é difícil aceitar que esta definição encaixa perfeitamente no sentir geral da população e dessa perceção se obteve confirmação no questionário de opinião linguística aplicado. Será também esta compreensão do conceito que explica a relativa obstrução a considerar o português como LN de Angola<sup>141</sup>, a par de outras africanas de origem banto ou não.

É uma das áreas do espaço lusófono em que se sente a falta de uma reflexão própria sobre as suas especificidades. De um modo geral, tem-se importado os conceitos e as teses de outros espaços culturais (nomeadamente anglófono e francófono) que, embora sendo imprescindíveis e globalmente transferíveis, carecem, no entanto, de algumas correções quando transpostos. No caso de Angola<sup>142</sup>, verifica-se que esta reflexão autóctone sobre as suas especificidades linguísticas ainda não atingiu o nível desejado. Observam-se, no entanto, sinais de maior atenção a esta área do conhecimento, que acabam por ter ressonâncias a nível mais elevado do que o meramente académico. Cita-se, uma vez mais, o discurso do Senhor Presidente da República de Angola no *Ato de Abertura do III Simpósio Nacional da Cultura*:

**Isso não significa de maneira nenhuma, bem pelo contrário, que nos devemos alhear da preservação e constante valorização das diferentes Línguas Africanas de Angola, até aqui**

---

<sup>140</sup> Cf. [http://www.ait.pt/recursos/dic\\_term\\_ling/dtl\\_pdf/L.pdf](http://www.ait.pt/recursos/dic_term_ling/dtl_pdf/L.pdf) (consultado e gravado em 10.10.2008)

<sup>141</sup> Cf. Tabela 20, alínea d).

<sup>142</sup> Excetuando a breve, meritória e já citada obra do Prof. Vitorino Reis que, ao longo da mesma, aflora alguns dos conceitos aqui assinalados, numa perspetiva angolana. Cf. REIS, Victorino, *Sociolinguística – Dinâmica funcional vs Problemas funcionais da língua*, Luanda, Editorial Nzila, 2006.

designadas de "línguas nacionais", talvez indevidamente, pois quase nunca ultrapassam o âmbito regional e muitas vezes se estendem para além das nossas fronteiras.<sup>143</sup>

Chame-se-lhes "línguas africanas de Angola" ou "línguas nacionais", o essencial é que ambos os conceitos – certamente que o primeiro, mais do que o segundo – aponta para uma realidade linguística endógena. Tal como acontece em outros países do continente, esta é uma questão que encontra a sua origem no facto de as fronteiras políticas (na sua maioria definidas a partir da Conferência de Berlim, em 1885) serem posteriores e não terem tido em linha de conta as fronteiras linguísticas já existentes.

#### **1.2.2.5. Bilinguismo e diglossia**

A junção destes conceitos é natural e, neste caso, voluntária. Houve uma progressiva consciencialização dos mesmos ao longo do trabalho de pesquisa que nos leva a lamentar o não termos acautelado devidamente esta realidade no inquérito realizado e, à guisa de penitência, a prevenir quem nos siga nesta tarefa sobre a importância de os definir previamente. Parecem confundir-se e confundem-se, de facto. Há porém, a nosso ver, uma diferença fundamental que torna fácil a sua explicação e compreensão por parte dos inquiridos: a situação de bilinguismo<sup>144</sup> é estritamente do foro individual do falante, que pode dominar com maior ou menor mestria várias línguas; a diglossia<sup>145</sup> é ditada pelo contexto sociolinguístico de um determinado país no qual se verifica a presença e uso (embora com diferentes estatutos) de várias línguas. É uma situação frequente e estudada em diversos países da Europa, por exemplo, mas não tanto em África e, menos ainda, em países da África

---

<sup>143</sup> [http://www.mpla-angola.org/discur\\_cult.php](http://www.mpla-angola.org/discur_cult.php)

<sup>144</sup> De acordo com a definição selecionada pelos autores do DTL (e aqui aceite como a mais comum) bilinguismo é a «situação linguística em que duas línguas coexistem na mesma comunidade ou em que um indivíduo apresenta competência gramatical e comunicativa em mais do que uma língua. O bilinguismo costuma ser considerado como um contínuo linguístico, situado entre dois extremos teóricos, o de competência mínima e o de competência nativa. Os bilingues encontram-se em vários pontos deste contínuo, sendo apenas uma minoria aquela que atinge o ideal teórico de perfeição, isto é, o controlo equilibrado dos dois idiomas. Por vezes, o bilinguismo abrange mais de duas línguas, passando a ser sinónimo de multilinguismo. Numa situação em que o bilinguismo abrange não duas línguas mas duas variantes ou dialectos da mesma língua, trata-se de bidialectalismo». Cf. [http://www.ait.pt/recursos/dic\\_term\\_ling/dtl\\_pdf/L.pdf](http://www.ait.pt/recursos/dic_term_ling/dtl_pdf/L.pdf) (consultado em 10.10.2008)

<sup>145</sup> Segundo os mesmos autores do DTL apresenta-se como definição mais comum de diglossia: a «situação linguística em que duas ou mais línguas são utilizadas no mesmo terreno geográfico de modos diferentes e desempenhando papéis sociais diferentes, por exemplo, sendo uma utilizada para o ensino, religião e governação e a outra ao nível das interações familiares (...)». Cf. [http://www.ait.pt/recursos/dic\\_term\\_ling/dtl\\_pdf/L.pdf](http://www.ait.pt/recursos/dic_term_ling/dtl_pdf/L.pdf) (consultado em 10.10.2008)

Lusófona<sup>146</sup>. Excetuando o caso de Cabo Verde, onde esta preocupação assume contornos mais definidos – devido à sua situação sociolinguística singular e perfeitamente ordenada com o reconhecimento de duas LO – a complexidade linguística que caracteriza a maioria dos outros, ainda não motivou estudos aprofundados nesta área. Muito embora, a avaliar pelo que se pressente em Angola, se precisem para, pelo menos, hierarquizar ou definir o papel das várias línguas em uso.

#### **1.2.2.6. Ensino da LM e ensino da L2**

A (breve) referência a estes conceitos é ditada pela natureza do estudo e pela formulação do título, uma vez que se pretende nele alertar para as implicações que derivam do facto de se ensinar uma língua – neste caso, a portuguesa – na perspectiva de LM ou de L2. De facto, se não se registassem diferenças metodológicas no ensino de qualquer língua, com diferentes estatutos, não se vislumbraria o proveito do trabalho de as analisar e definir, quanto ao mesmo estatuto.

Esta chamada de atenção para a importância destes conceitos deriva do facto de, em Angola, ser recorrente a discussão em torno do ensino da LP como LM ou como L2, partindo do pressuposto – talvez nem sempre bem definido – de que o ponto de partida interfere objetivamente com o de chegada. Foi, aliás, a insuficiente evidência desta situação um importante motivo para o presente estudo.

Sucintamente, estas duas diferentes perspectivas metodológicas de ensino de uma língua distinguem-se basicamente pelo ponto de partida que cada uma estabelece e pressupõe em determinado falante e que dita divergências substantivas (entre outras áreas) na abordagem gramatical, com diferentes enfoques nas diversas partes constituintes da mesma – sendo que o ensino das línguas em Angola (em particular o da LP) se faz quase exclusivamente com base no ensino da gramática. É natural, por exemplo, que o ensino da mesma, adotando a metodologia de L2, dê um tratamento central e diferenciado ao léxico, partindo do pressuposto lógico que o falante já possui conhecimentos anteriores (LN) sobre os quais recaem sucessivas

---

<sup>146</sup> CF. DUARTE, Dulce Almada, *Bilinguismo ou Diglossia?* Spleen Edições, Cidade da Praia, 1998.

atualizações, translações ou traduções conceptuais. Já a metodologia de LM, não tendo ao dispor esta riqueza do substrato lexical, coloca a ênfase sobre outras dimensões, nomeadamente na morfossintaxe. Daí, pois, que não seja despiciente a reflexão mais aprofundada sobre estas diferentes perspetivas metodológicas na medida em que delas depende a determinação consciente e adequada da melhor política do ensino das línguas no sistema educativo angolano, de acordo com a vastidão do território, a complexidade de povos e línguas que o compõem e os diferentes estádios em que se encontram relativamente ao domínio da LP.

Circunscritos desta forma, necessariamente breve, os sentidos fundamentais destes conceitos, propõe-se de seguida a leitura do segundo capítulo (que constitui, por assim dizer, o cerne da tese - organizado em parte independente) e recapitulam-se sinteticamente as principais **conclusões** a reter deste subcapítulo, subordinado ao enquadramento teórico:

- a. Durante o período da guerra civil em Angola (entre 1975 e 2002) a bibliografia existente sobre o tema estudado é muito escassa e esparsa. A que existe foi produzida fundamentalmente em contextos académicos e visou objetivos específicos por parte de quem a encomendava ou realizava;
- b. Mantém-se, no entanto, a proveniência académica da rara investigação levada a cabo sobre a situação linguística angolana (teses, dissertações e comunicações em reuniões, congressos e simpósios sobre a Língua Portuguesa);
- c. A partir de 2000 assistiu-se, porém, a um ligeiro incremento no número de publicações que, ajudado pelo atual clima de paz e confiança nacional que se vive, tende a aumentar;
- d. Impõe-se a necessidade de rever ou repensar alguns dos conceitos comumente aceites e pacificamente usados na reflexão sobre este tema (nomeadamente os conceitos de LM, L2, LE, e LN), uma vez que nem sempre se adequam da melhor forma à matéria específica tratada.

- e. Verifica-se a necessidade de, com base em estudos sérios e amplos, fundamentar qual a mais adequada opção metodológica a adotar em Angola no que diz respeito ao ensino da LP: se como LM, se como L2 ou, de forma claramente desacertada, como LE.
- f. Definiu-se a inteção comum dos conceitos chave utilizados no estudo.

## **II. APRESENTAÇÃO DO ESTUDO**





## 2.1. METODOLOGIA

### 2.1.1. Preliminares da investigação

Transpostas as questões relativas à determinação do tema e à metodologia a seguir, outra se impôs como determinante na primeira fase deste estudo: *como recolher e tratar a informação necessária?*

Os preparativos para a investigação tiveram início em meados de Outubro de 2006 – referente aos inquéritos realizados no Lubango – e Agosto de 2009, no que diz respeito à recolha dos dados relativos ao Huambo. Os procedimentos logísticos respeitaram assim duas etapas separadas no espaço e no tempo, apesar de guardarem semelhanças processuais<sup>147</sup>. Assim, traduziram-se ambas nas seguintes ações, concatenadas no tempo:

- a. Definição do tema e seleção da metodologia a seguir;
- b. Pedido de autorização aos senhores administradores municipais do Lubango e do Huambo para realizar o inquérito junto da população residente nos respetivos perímetros urbanos do Lubango e do Huambo (Anexo 1);
- c. Requerimento dos dados estatísticos (oficiais e atuais, relativos à população urbana do Lubango e do Huambo) aos diretores do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística do Governo Provincial da Huíla, e ao Chefe da Secção de Estudos, Planeamento e Estatística da Administração Municipal do Lubango e aos seus homólogos do Governo Provincial e Administração Municipal do Huambo, respetivamente (Apêndice A).

Encontros regulares com quatro alunos finalistas do curso de licenciatura em Linguística/Português do ISCED do Lubango e outros quatro do curso de Matemática

---

<sup>147</sup> Foi recolhida e apresentada no Apêndice A a correspondência trocada para preparação da investigação. Poderá, daqui a alguns anos, parecer anacrónica e dispensável tal preocupação. Mas tal decisão foi ponderada e concretizada com o objetivo de prevenir quem futuramente se interesse por estes temas e por dar-lhe continuidade a ter apreço e reconhecer as especificidades históricas, político-sociais e culturais do país. Quem as respeitar, encontrará um povo afável e autoridades muito solícitas.

do ISCED do Huambo (por aí não existir à data o curso de Linguística/Português), que acompanharam o processo de correção e aplicação piloto do questionário, de acordo com as instruções dadas. Deste processo e das dificuldades e constrangimentos surgidos ao longo da aplicação do inquérito foi feito um relatório que, resumidamente, aponta como principais obstáculos os seguintes: dimensão do questionário, que exigiu em média cerca de 15 minutos para ser preenchido (com maiores dificuldades nos casos relativamente numerosos de sujeitos analfabetos ou de idade muito jovem); complexidade dos temas abordados e do nível de linguagem utilizado, tendo em conta o vasto leque de idades e níveis de escolaridade a inquirir; e a dificuldade de cumprir a recolha aleatória (por casas) que havia sido decidida, devido a vários fatores, entre os quais avultou uma certa apreensão ou pouco à vontade que a população revelou em responder a este tipo de questionário – apesar de os colaboradores estarem devidamente credenciados e autorizados pelas respetivas administrações municipais.

A agravar as dificuldades em consumir uma seleção aleatória esteve a inexistência ou inexatidão dos dados demográficos disponíveis. Não existe uma listagem (policial, de censo, eleitoral, telefónica ou outra) de toda a população do Lubango, nem sequer os dados do total da população fornecidos pelo Governo Provincial da Huíla (GPL) e os dados fornecidos pela Administração Municipal do Lubango (AML) coincidem, pelo que se optou por uma amostra aleatória simples selecionando os bairros onde se veio a realizar a recolha dos dados e as casas.

Por último, registaram-se também dificuldades na delimitação e denominação dos bairros. Os seus limites não se encontram perfeitamente definidos (em alguns casos com a agravante de terem administrações solidárias) e, a par da denominação oficial (dada após a independência) são muitos deles conhecidos pela anterior designação do tempo colonial.

Os mil inquéritos do Lubango foram realizados durante o período compreendido entre 20 de Dezembro de 2006 e 20 de Janeiro de 2007.

No Huambo, os procedimentos foram idênticos, embora posteriores - como atrás foi referido. Apesar de algumas alterações que poderiam ter sido efetuadas no instrumento da coleta de dados, optou-se por não introduzi-las a fim de manter o mesmo questionário em ambas as cidades, e permitir, deste modo, o seu cotejo.

Assim, foi aplicado igual número de questionários, um milhar, com a ajuda dos alunos já referidos, devidamente credenciados pelas autoridades locais<sup>148</sup> e acompanhados, antes e durante o trabalho de campo (Anexo 1). Tal como no Lubango, o recurso a alunos autóctones visou facilitar o contacto com a população, o qual se revelou particularmente difícil no Huambo. De facto, os relatórios de campo apresentados pelos inquiridores referem todas as mesmas dificuldades: grande desconfiança por parte dos inquiridos, medo, interesses particulares visando recompensas ou emprego e, por fim, um elevado grau de iliteracia que em muito dificultou a aplicação do inquérito.

À semelhança do que foi apontado para o Lubango, também no Huambo a toponímia dos bairros da cidade encerra algumas discrepâncias entre a denominação colonial e a da era pós independência. Contudo, é de salientar que as alterações neste domínio parecem ter sido menores na Província e Cidade do Huambo do que o foram porventura noutras áreas de Angola. Acresce ainda o facto de que, por via da prolongada guerra que se instalou (cujo epicentro foi precisamente o Planalto Central), a Cidade do Huambo viu-se esvaziada da sua população, em êxodo para as cidades vizinhas - particularmente as mais próximas: Lubango, Benguela e Lobito. Por isso, a cidade não cresceu tanto nem tão anarquicamente como aquelas, durante este período. Daí, também, que a toponímia se tenha igualmente mantido quase inalterada, à exceção de algumas ruas, praças e bairros mais emblemáticos do ponto de vista da nova realidade histórica, social e política estabelecida com a independência do país, bem como novas áreas surgidas após a independência – embora poucas.

### **2.1.2. Tipo de Investigação**

O modelo de investigação deste trabalho é do tipo correlacional porquanto pretende «relacionar efeitos das variáveis definidas, apreciar as eventuais interações que entre elas se verifiquem e, por último, diferenciar grupos»<sup>149</sup>. Conserva, no entanto, uma dimensão exploratória que se explica (e justifica) pela grande carência de estudos realizados sobre a área em causa, a qual convida a uma descrição e inventariação prévia das variáveis e dos grupos em estudo de forma a poder completar

---

<sup>148</sup> Cf. Autorização da Administração Municipal do Huambo (Anexo 1)

<sup>149</sup> ALMEIDA, Leandro S.; FREIRE, Teresa, *Metodologia da investigação em Psicologia e Educação*, p. 20.

com mais rigor o perfil que aqui se propõe e, sobretudo, a abrir pistas de reflexão a outros investigadores e estudos nesta área.

### **2.1.3. População e amostra**

A população é constituída por todos os falantes, de idade superior a 10 anos, que residem no perímetro urbano do Lubango – definido geograficamente pelo atual e ainda recente *Plano Diretor Municipal do Lubango 2003-2020* (PDML)<sup>150</sup> – e no perímetro urbano do Huambo.

Para representação desta população selecionou-se uma amostra aleatória estratificada constituída por 2000 sujeitos, sendo 1000 do Lubango e 1000 do Huambo. Dada a inexistência de um censo eleitoral, policial ou outro, como atrás foi referido, a seleção foi feita através de bairros das duas cidades, tentando com a seleção aleatória dos bairros e casas garantir a aleatoriedade da amostra, para que esta fosse representativa da população.

#### **A – Subamostra do Lubango**

O perímetro urbano do Lubango é constituído pelos seguintes 19 bairros (alguns com administrações solidárias, como atrás se disse):

1. 14 de Abril
2. A Luta Continua
3. Comandante Dack-Doy (e)
4. Tchioco
5. Comandante N`Zagi
6. Comandante Valódia (e)
7. Comandante Joaquim Kapango
8. Comercial
9. Dr. António Agostinho Neto
10. Ferrovia
11. Hélder Neto

---

<sup>150</sup> GOVERNO DA PROVÍNCIA DA HUÍLA, *Plano Director da Cidade Do Lubango 2003-2020. Estudos de Caracterização e Diagnóstico - Caracterização Sócio-económica*, vol. 4/10, 2004.

12. Lalula
13. Lucrecia (e)
14. Comandante Cow-Boy
15. Mapunda
16. Comandante Mbula Matady
17. Mitcha
18. Nambambe
19. Patrice Lumumba

A sua população foi estimada em 411.219 habitantes, de acordo com os dados fornecidos pelo GPH, e/ou 1.155.897 habitantes, segundo os dados fornecidos pela AML. Dada a grande disparidade dos números e análoga proveniência oficial dos dados, optou-se por encontrar o valor médio entre ambos, ou seja, 783.558 habitantes.

Disse-se, atrás, teoricamente porque, na prática, houve que atender a alguns fatores corretivos que obrigaram à redefinição deste número. O principal teve a ver com a existência de uma considerável faixa da população que se situa abaixo dos 10 anos, idade que se considerou mínima para poder responder ao questionário. Neste sentido, impôs-se o subtrair cerca de 200.000 habitantes ao total estimado. Chegou-se a este valor tendo em conta os dados disponibilizados pelo próprio Governo Provincial do Lubango,<sup>151</sup> segundo os quais cerca de metade da população residente no Lubango apresenta menos de 20 anos. Não se conhecem valores rigorosos, mas, atendendo à elevada taxa de mortalidade infantil ainda existente,<sup>152</sup> é admissível pensar que cerca de metade tenha menos de 10 anos. Concluindo este raciocínio, ter-se-ia, pois, que retirar os 200.000 habitantes acima referenciados, ficando a população reduzida a cerca de meio milhão de habitantes.

Considerando, assim, a população do Lubango e tendo sido já referido que a do Huambo é similar, tomou-se como referencia a seguinte tabela padrão para calcular a amostra e a respetiva margem de risco e de erro (Tabela 1)<sup>153</sup>.

---

<sup>151</sup> *Ibidem*, p.16.

<sup>152</sup> [http://www.unicef.org/brazil/tabelas\\_sowc06.pdf](http://www.unicef.org/brazil/tabelas_sowc06.pdf) (consultado em 28.10.2008)

<sup>153</sup> <https://pt.surveymonkey.com/mp/sample-size/> (consultado em 12.09.2010)

**Tabela 1 - Dimensão da amostra**

Erros	Riscos		
	95%	99%	99,90%
+/- 0.5	15	27	43
+/- 0.2	96	166	270
+/- 0.1	384	662	<b>1.080</b>
+/- 0.05	1.531	2.638	4.293
+/- 0.04	2.389	4.110	6.675
+/- 0.03	4.231	7.260	11.745
+/- 0.02	9.419	16.043	25.672
+/- 0.01	35.662	58.539	88.983

A dimensão aproximada desta amostra, calculada ao nível do município do Lubango – e aplicando-se de igual forma ao município do Huambo - foi distribuída proporcionalmente por cada bairro definido, funcionando estes como estrato. Aplicou-se, assim, um método aleatório estratificado, tomando como referência a proporção da população estimada para cada um dos bairros. Dada a inexistência de censos demográficos, cadernos eleitorais, lista telefónica ou cadastros policiais acessíveis, optou-se pela aplicação aleatória dos inquéritos, selecionando uma de três em três casas.

Dos cerca de 500.000 habitantes do Lubango, estimados com base nas fontes disponíveis e na média encontrada, foram inquiridos 1000. Apresentam as seguintes proveniências por bairro (Tabela 2) e características (Tabela 3):

**Tabela 2 - Divisão da subamostra do Lubango por bairros (N=1000)**

VARIÁVEIS	N	%
BAIRRO		
14 de Abril	123	12,3
A Luta Continua	23	2,3
Comandante Cow-Boy	35	3,5
Comandante Dack-Doy	76	7,6
Comandante Valódia e Comandante Joaquim Kapango	67	6,7
Comercial	112	11,2
Dr. A. A. Agostinho Neto (e Comandante N`Zagi)	96	9,6
Ferrovia	39	3,9
Hélder Neto	54	5,4
Lalula	33	3,3
Lucrecia	94	9,4
Mapunda	29	2,9
Mbula Matady	37	3,7
Mitcha	21	2,1
Nambambe	30	3,0
Patrice Lumumba	97	9,7
Tchioco	34	3,4
<b>TOTAL</b>	<b>101</b>	<b>10,1</b>
	<b>1000</b>	<b>100</b>

Como se pode ver na tabela acima, os bairros apresentam diferentes dimensões numéricas, em termos de habitantes, sendo os mais numerosos o 14 de Abril, Kapango, Comercial, Lalula, Nambambe e Tchioco – responsáveis por 63,3% do total dos questionários realizados.

**Tabela 3 - Características demográficas dos falantes inquiridos no perímetro urbano do Lubango (N=1000)**

VARIÁVEIS	N	%
IDADE		
10-15	170	17,0
16-25	395	39,5
26-35	171	17,1
36-50	151	15,1
> 50	113	11,3
SEXO		
Masculino	560	56,0
Feminino	434	43,4
RAÇA		
Negra	801	80,1
Mista	176	17,6
Branca	23	2,3
GRUPO ETNOLINGUÍSTICO		
Nhaneca-humbe	203	20,3
Ovimbundo	451	45,1
Ganguela	64	6,4
Quioco	28	2,8
Bacongo	32	3,2

Quimbundo	75	7,5
Herero	24	2,4
Quanhama	23	2,3
Europeu/descendentes	82	8,2
Outro	7	,7
NATURALIDADE		
Interior	829	82,9
Litoral	167	16,7
ORIGEM		
Rural	332	33,2
Suburbana	273	27,5
Urbana	393	39,3
ESCOLARIDADE		
Analfabeto	93	9,3
Básico: 1-8 classe	443	44,3
Médio: 9-12 classe	331	33,1
Técnico-profissional	24	2,4
Superior	107	10,7
RELIGIÃO		
Sem religião	55	5,5
Católica	463	46,3
IURD	20	2,0
MANA	43	4,3
Protestante	300	30,0
Testemunhas de Jeová	95	9,5
Tradicional	4	,4
Outra	8	,8
ESTATUTO ECONÓMICO		
Baixo	176	17,6
Médio	680	68,0
Elevado	144	14,4

É curioso notar como a simples observação desta tabela permite já identificar os dados com maior prevalência e notar que se podem distinguir com bastante nitidez em quase todas as variáveis selecionadas. Assim, ainda antes de se obter a certeza e a objetividade numérica das análises estatísticas posteriores, a mera observação indicia já algumas probabilidades e dados curiosos em termos da definição do perfil sociodemográfico dos falantes inquiridos.

## **B – Subamostra do Huambo**

Para a população do Huambo, procurou seguir-se o mesmo processo, dentro do possível, pois impuseram-se pequenos ajustes, tendo em conta as especificidades de cada uma das cidades. A primeira diferença, que cumpre registar, teve a ver com a organização dos bairros, para efeito da coleta dos dados. O perímetro urbano do Huambo é constituído por 23 bairros que se estendem ao largo do Planalto Central por



uma vasta e desocupada área, sem os constrangimentos geomorfológicos a que o Lubango está sujeito, nomeadamente as montanhas próximas que o envolvem em forma de concha e limitam naturalmente a sua expansão urbana. Esta diferente implantação na generosidade do terreno e o rigor na reconstrução do traçado urbano pré-existente, imposto pela Administração Municipal do Huambo, preservou em certa medida a sobrelotação demográfica do centro urbano – característico de muitas urbes angolanas – mas provocou o crescimento desordenado e rápido dos bairros periféricos, em claro contraste com os padrões de qualidade urbanística do edificado anteriormente.

Os numerosos bairros do Huambo - à semelhança do que acontece com alguns do Lubango, cuja administração é solidária – encontram-se ordenados em seis áreas administrativas:

1. **Comandante Xavier Samacau** (constituída pelos bairros: Lufefena, Belém do Huambo, Dango, Chipa-Chiwa, Jongolo, Calussansse, Casseque I, Casseque II, Casseque III, Ussolo, Sayungui, Cachindombe, Calondeia, Petróleo, Raimundo, Quissala, Tchimo Petróleo, Tchimo Sapato, Calilongue Petróleo, Livongue Petróleo, Kakelewa, Kalundo, S.Bento, Kalombringo, Lissimo, Calilongue, S.Pedro Urbano, Munda, Chivela, Munda Paiva, Munda Tenente, Chivela Texeira, Munda Kongue, Munda Bernardo, Munda Baixa, Munda Catavola, Munda Cassoko, Sanjepele, Taka Kessongo, Samissassa, Hombo, Lumbo, Cossango, Calicoque, Ngenge, Chindungo, e Lucata.
2. **Comandante Bandeira** (constituída pelos bairros: R. do Comércio, Kandimba, Kalute, S. Brás, Brigada, Benfica Sul, Benfica Alta, Benfica Baixa, Benfica Central, Colemba, Cardoso, Frederico, Padeiros, Pinto Leite, S. Teresa, Cahumba, Ngunda, Emanha, Buçaco, Cangoti, K. Chilombo, Funileiro, Capelo, Camunda, Catengue, K. Kanekepa, S. Chimõngua, Lomato, Canhe Pequeno, Galileia, Canhe Grande, Canhe Pequeno, Compão C.F.B., Belém Canhe, e Cavalo Branco.

3. **Comandante Vilinga** (constituída pelos bairros de: S. João Urbano, Cassongue, Canata, S. José A, S. José Rua Nova, Bomba Baixa, S. Bartolomeu, Kilombo, Vila Graça, Vinte e Sete Chianga, Cristo Rei Chiva, Betânea Chiva, Rua Nova Chiva, S. Imaculada Chiva, S. Joaquim, Fé Cheia, Canguia, S. Matias, Utalamo, Capuacata, Mongonga I, Mongonga II, S. Ngoti, Boa Vista, Bomba Alta, 28 de Agosto, S. José, 8 de Fevereiro, S. João Popular, Calilongue da Cuca, Cafrango, Protestante Chiva, Nazaré, Regina Mundi, e Cassuculo.
4. **Comandante Kapango** (constituída pelos bairros: Cidade Baixa, Cidade Alta, Académico, Fátima, Kapango Urbano, Kapango Suburbano, S. Luís, Catoto, Susse, Santa Régua, e Albano Machado.
5. **Comandante N`Zaje** ou Nzagi (constituída pelos bairros: Calomanda, Aviação, Mungonena, Tinguita, Cahululu, Banga, Babayela, Ussamba, Caluassi, Samutaca, Deolinda Rodrigues, Ngongoinga, Albano, e Chitundula.
6. **Cacilhas** (constituída pelos bairros: Cacilhas Centro, Compão Alto, Cacilhas Norte, Compão Baixo, Kamussamba, Fátima Suburbano, Sassonde, Kamiliquenhento I, Kamiliquenhento II, Etunda, Kapilongo, Lossambo, Chitutula 1º, Chitutula 2º, Cavongue Alto, e Ngulonda.

Relativamente ao cálculo da população do Huambo, recorreu-se aos dados fornecidos pelo Governo Provincial do Huambo (GPH), que apresentaram um valor de 1.400.000 habitantes<sup>154</sup>, informação corroborada pelo Gabinete de Planificação e Estatística (GPE) da Administração Municipal do Huambo (AMH), cujo total apresentado coincidiu com os valores superiormente fornecidos - ao contrário do que se havia verificado no Lubango, onde os dados diferiam substancialmente.

---

<sup>154</sup> Cf. Anexo 1 - Dados estatísticos do GPH e Dados estatísticos da AMH. Curiosamente, os dados fornecidos quatro anos depois (agregados ao mesmo anexo) registaram um grande crescimento por parte da população. Em 2013 o total dos habitantes dos bairros referidos cifrava-se em 1.578.713.

**Tabela 4 - Divisão da subamostra do Huambo por bairros (N=1000)**

VARIÁVEIS	N	%
BAIRRO		
Comandante Xavier Samacau	247	24,7
Comandante Bandeira	114	11,4
Comandante Vilinga	169	16,9
Comandante Kapango	259	25,9
Comandante N'Zaje	94	9,4
Cacilhas	117	11,7
<b>TOTAL</b>	<b>1000</b>	<b>100</b>

O desequilíbrio numérico que se verifica entre os vários bairros traduz a diferente composição de cada um, onde nem todos têm igual número de habitantes. Dentro do possível, procurou-se respeitar a proporcionalidade existente entre eles, sendo que os mais representados foram os mais densamente povoados.

**Tabela 5 - características demográficas dos falantes inquiridos no perímetro urbano do Huambo (N=1000)<sup>155</sup>**

VARIÁVEIS	N	%
IDADE		
10-15	191	19,1
16-25	364	36,4
26-35	185	18,5
36-50	125	12,5
> 50	135	13,5
SEXO		
Masculino	541	54,2
Feminino	457	45,8
RAÇA		
Negra	895	91,0
Mista	85	8,6
Branca	3	0,3
GRUPO ETNOLINGUÍSTICO		
Nhaneca-humbe	12	1,3
Ovimbundo	843	87,8
Ganguela	10	1,0
Quioco	23	2,4
Bacongo	11	1,1
Quimbundo	52	5,4
Fiote	1	0,1
Europeu/descendentes	8	0,8
NATURALIDADE		
Interior	881	88,8
Litoral	111	11,2
ORIGEM		
Rural	296	30,2
Suburbana	462	47,2

<sup>155</sup> Cf. Anexo 2 – Tabelas do SPSS (Tabela de frequências do Huambo)

Urbana	221	22,6
ESCOLARIDADE		
Analfabeto	92	9,3
Básico: 1-8 classe	356	35,9
Médio: 9-12 classe	418	42,1
Técnico-profissional	18	1,8
Superior	108	10,9
RELIGIÃO		
Sem religião	40	4,0
Católica	499	50,5
IURD	5	0,5
MANA	12	1,2
Protestante	366	37,0
Testemunhas de Jeová	52	5,3
Tradicional	2	0,2
Outras (Tocoista incluída)	13	1,3
ESTATUTO ECONÓMICO		
Baixo	239	25,2
Médio	597	62,8
Elevado	114	12,0

Nesta tabela, os dados com maior prevalência ao nível das variáveis estudadas apontam para a clara predominância numérica de jovens entre os 10 e os 25 anos (55,5%), negros (91%), ovimbundos (87,8%), provenientes do interior (88,8%) e originários de bairros suburbanos (47,2%), com o nível de escolaridade básico e médio (78%), católicos e protestantes na sua maioria (87,5%), com um estatuto económico médio-baixo (88%).

#### 2.1.4. Hipóteses

A decisão de definir hipóteses de trabalho foi bastante ponderada, devido ao desejo inicial de apresentar apenas um trabalho descritivo e meramente exploratório. Contudo, o convívio prolongado e o incipiente conhecimento empírico do objeto em estudo levaram à formulação de duas hipóteses de trabalho (H1 e H2, para além das respetivas hipóteses nulas, H0) que, muito embora não esgotem as possibilidades de análise, lhe conferem, desta forma, uma dimensão mais quantitativa e consistente do ponto de vista da análise estatística.

À sua formulação subjaz o interesse de perceber a interação do domínio linguístico (em concreto do da Língua Portuguesa) com os diversos fatores escolhidos: a cidade, o estatuto socioeconómico, a idade, o sexo, a raça e o grupo etnolinguístico,

a religião, a naturalidade, a origem (interior ou litoral de Angola) e o grau de escolaridade. Foram assim definidas:

*H<sub>0</sub> – Não existem diferenças quanto ao domínio da Língua Portuguesa, o estatuto socioeconómico, o nível de escolaridade, a idade, o sexo, a raça/etnia, a religião, a naturalidade/origem e a escolaridade.*

*H<sub>0</sub> – Não existem diferenças quanto à cidade (Lubango/Huambo), no respeitante ao domínio da Língua Portuguesa.*

*H<sub>1</sub> – O melhor domínio da Língua Portuguesa está relacionado com o mais elevado nível socioeconómico, com o maior nível de escolaridade, com a menor idade, com a pertença ao sexo masculino, com a proveniência do litoral urbano, e com a vivência na cidade, havendo interações com a raça/etnia e com a religião.*

*H<sub>2</sub> – A cidade (Lubango/Huambo) está relacionada com o melhor domínio da Língua Portuguesa.*

#### **2.1.5. Variáveis estudadas**

O número das variáveis selecionadas foi propositadamente extenso, atendendo à preocupação já expressa de tentar reunir o maior número possível de dados para a definição do perfil sociolinguístico do falante urbano do Lubango e do Huambo. Foram divididas fundamentalmente em duas áreas, conforme se explicitará com maior detalhe aquando da descrição dos instrumentos utilizados:

1. *Variáveis socioeconómicas* (sobretudo as que são consideradas *clássicas* em qualquer estudo de sociologia - e não esqueçamos que este roça o âmbito da sociolinguística)<sup>156</sup>. São elas:

- Cidade (Huambo e Lubango)

---

<sup>156</sup> Segundo CRYSTAL, a sociolinguística é o «ramo da linguística que estuda todos os aspetos da relação entre língua e sociedade como, por exemplo, a identidade linguística de grupos sociais, atitudes sociais em relação à língua, o uso das línguas e as variedades sociais e regionais das línguas». Citado por: XAVIER, Maria Francisca; MATEUS, Maria Helena, *Dicionário de termos linguísticos*, Vol. III, Lisboa, Ed. Cosmos, 1990, p.655.

- Idade
- Sexo
- Raça<sup>157</sup>
- Grupo etnolinguístico
- Naturalidade
- Origem
- Religião
- Escolaridade
- Estatuto económico

## 2. *Variáveis linguísticas*

- Domínio da Língua Portuguesa (LP)
- Domínio das línguas nacionais (LN)
- Domínio das línguas estrangeiras (LE)
- Grau aproximado de proficiência da LP, LN e LE
- Opinião sobre LP e LN.(QOL)

Com os dados resultantes, pretendeu-se fazer um cruzamento da dimensão socioeconómica com a dimensão linguística de forma a constatar a existência ou não de conexões entre as variáveis correlacionadas. Concretamente, importou saber se o domínio da LP varia em função das seguintes características retiradas das variáveis:

### a. Vivência no Lubango ou no Huambo (variável cidade);

---

<sup>157</sup> Esta variável foi mantida intencionalmente, apesar das reservas que possa eventualmente suscitar. Na verdade, a introdução no Bilhete de Identidade desta característica somática identificadora do portador poderá encontrar a sua justificação num contexto de guerra ou por motivos de outra ordem. Contudo, a falta de critério na sua atribuição (com situações reais que foram relatadas de cidadãos negros registados como mestiços por terem a tez mais clara, ou mestiços como negros, pela razão inversa, incluso na mesma família), bem como os deploráveis motivos ideológicos que desde Gobineau estão associados a este “discurso da raça”, que tanto e tão negativamente contribuíram para o sofrimento do continente africano, deveriam ser motivos sérios para refletir sobre o sentido e utilidade da sua manutenção. Cf. GIDDENS, Anthony, *Sociologia*, 4ª ed. revista e atualizada, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2004, pp. 247-248. Judiciosamente, a emissão dos bilhetes de identidade mais recentes já não faz referência à raça do cidadão nacional. Cf. Artigo «Raças no BI: sim ou não», *Semanário Angolense*, Ano 4 – Edição nº 250, semana de 02-09 de Fevereiro de 2008.

- b. Jovens e idosos (variável idade/domínio da LP);
- c. Homens e mulheres (variável sexo/domínio da LP);
- d. Negros, mestiços e brancos (raça e etnias/domínio da LP);
- e. Católicos e protestantes (variáveis religião/domínio da LP);
- f. Oriundos da faixa costeira litoral e oriundos do interior do território nacional (variáveis origem/domínio da LP);
- g. Urbanos e rurais (variáveis naturalidade/domínio da LP);
- h. Maior ou menor grau de escolaridade<sup>158</sup> (variáveis escolaridade/domínio da LP);
- i. Estatuto económico-social (variáveis estatuto socioeconómico/ domínio da LP).

---

<sup>158</sup> Note-se que o início da recolha dos dados antecede as alterações introduzidas pela Reforma do Sistema Educativo atualmente em curso, em Angola. Pelo que a designação dos níveis de ensino referidos no questionário mantém a estrutura anterior à reforma.

## 2.2. INSTRUMENTOS

Para a recolha dos dados sociodemográficos e linguísticos optou-se pela elaboração de um questionário que, constituindo uma unidade e tendo sido aplicado à população conjuntamente, reúne dois instrumentos diferentes.

1. *Questionário do Perfil Sociodemográfico e Linguístico (QPSDL)* para recolha de informação atinente às variáveis socioeconómicas e linguísticas apontadas nas hipóteses de trabalho;
2. *Questionário de Opinião Linguística (QOL)* para explorar outras variáveis e dados linguísticos (de carácter opinativo) em torno do perfil do falante dos perímetros urbanos do Lubango e do Huambo.

A configuração definitiva dos questionários resultou de uma série de versões sucessivamente testadas e corrigidas até chegar à que foi aplicada e em apêndice se apresenta (Apêndice B).

A opção pelos questionários, para a coleta dos dados, deveu-se a dois motivos: em primeiro lugar, porque se ajusta ao perfil do falante urbano do Lubango e do Huambo, o qual pode ser considerado uma abstração ou generalização e, nesse sentido, talvez o questionário se apresente como o instrumento que mais se adequa ao estudo em causa, pois «parte da análise de sujeitos individuais, concretos e particulares com vista à generalização das suas características comuns»<sup>159</sup>. Em segundo lugar, porque exige uma metodologia que nos pareceu a mais adequada ao estudo.

### 2.2.1. Descrição do QPSDL

O QPSL tem por título: Questionário do Perfil Sociodemográfico e Linguístico.<sup>160</sup> É constituído pela capa, onde consta o nome da instituição da instituição, o título do instrumento, o nome do autor, a cidade e o ano. Compõem-no uma série de perguntas

---

<sup>159</sup>GHIGLIONE, Rodolphe; MATALON, Benjamin, *O Inquérito por questionário: teoria e prática*, p.7.

<sup>160</sup> A sua ortografia manteve-se inalterada uma vez que o Novo Acordo Ortográfico de 1990 ainda não foi ratificado pela República de Angola, mantendo-se em vigor a herdada do tempo colonial, à qual – como já foi referido anteriormente – se procurou ajustar, sempre que possível, as designações toponímicas e gentílicas usadas.



de resposta múltipla relativas aos seguintes itens de natureza socioeconómica e linguística:

- I. (A) Dados pessoais;
- II. (B) Dados socioeconómicos;
- III. (C) Dados linguísticos;

A iniciar a primeira página, apresenta-se um quadro para registo do nome do bairro, do aluno responsável pela coleta dos dados, hora e data - estes elementos não foram objeto de tratamento estatístico, serviram apenas para controlo das tarefas - à exceção do bairro, indicador da variável cidade. Segue-se uma caixa de texto didascálico onde é dada ao inquirido uma sumária explicação do objetivo do inquérito e algumas orientações sobre o modo de preenchimento do mesmo. O resto da página é preenchido com questões conducentes à recolha de dados pessoais (A) relativos a: idade, género, raça, grupo etnolinguístico, naturalidade, origem, nível de escolaridade e religião. Todas são questões de resposta fechada e os dados traduzidos em escalas nominais ou ordinais. Ao inquirido solicita-se que assinale a respetiva quadrícula com uma cruz.

Segue-se-lhe, já na segunda folha, uma série de questões (B), igualmente de resposta fechada e a preencher da mesma forma, cujo somatório se destina a averiguar o total do estatuto económico do inquirido, traduzido, para efeitos estatísticos, numa escala quantitativa. Foram considerados como indicadores de riqueza os seguintes itens: propriedade e tipologia da casa que habitam; agregado familiar e número de filhos; a posse de fazenda ou segunda habitação, viatura própria, computador, telefone fixo (uma vez que o telemóvel está vulgarizado), acesso à *Internet* em casa, rádio, televisão e antena parabólica; situação profissional e rendimentos mensais. O somatório destes vários itens, de B1 a B7, configura o estatuto socioeconómico, traduzido na matriz em três níveis diferenciados: baixo, médio e alto. Foi a solução encontrada, mas revelou algumas fraquezas no tocante à avaliação do grau de riqueza de cada indivíduo devido a vários fatores (alguns ponderados e outros não): o grande peso da economia paralela, da qual vive ainda uma grande parte da população; o elevado número de jovens estudantes que responderam, dependendo financeiramente ainda dos pais; a elevada taxa de

desemprego oficial, mas que efetivamente o não é porque as pessoas sobrevivem do mercado informal; o elevado número de trabalhadores estudantes (em idade adulta), difíceis de classificar no referente à situação profissional e rendimentos, a compreensão do conceito de empresário/negócio de rua que se ressentem da peculiar e situação da economia angolana, ainda em fase de incipiente (embora progressiva) reestruturação. Como atrás se disse, foi a solução encontrada – e julgamos que reflete a realidade – para avaliar a variável socioeconómica relativa ao estatuto económico dos falantes. Contudo, faz-se a advertência para que futuros trabalhos nesta área revejam e reformulem os itens referidos de modo a que mais fiel e facilmente obtenham os dados desejados.

A última parte reveste uma maior complexidade porquanto encerra um instrumento autónomo, designado por Questionário de Opinião Linguística (QOL) e mais detalhadamente explicitado no ponto 2.2.2, que visa recolher dados exploratórios sobre a opinião que os inquiridos partilham relativamente a aspetos socioculturais e linguísticos relevantes. Contudo, por razões que se prenderam com a sua aplicabilidade (ditadas por algumas das dificuldades já registadas no que toca ao preenchimento dos questionários que, assim, seriam o dobro), bem como para facilitar a determinação da sua validade e fidelidade internas, optou-se pela sua junção formal à hora de aplicar o inquérito. A sua análise e tratamento estatístico obedeceram, porém, a momentos e metodologias diferentes, como oportunamente veremos.

O bloco C (questões C.1, C.2, C.3 e C.4) está especificamente orientado para a recolha dos dados de carácter linguístico, numa perspetiva de autoavaliação dos próprios inquiridos. Seria útil, mas não propósito deste trabalho, contrastar estes dados com outro tipo de avaliação (no sentido de apreciar com maior rigor o grau de proficiência dos falantes) porque há casos em que se observou alguma disparidade entre o que foi solicitado e a resposta que foi dada, aparentando, com isso, um elevado grau de autoestima ou de sandice. Por exemplo, alguém que respondeu dominar muito bem a Língua Portuguesa, tendo revelado posteriormente dificuldades na interpretação do próprio enunciado do inquérito. Uma tônica dominante foi o constrangimento (e alguma incomodidade) que, em geral, os inquiridos revelaram na interpretação do questionário escrito. A leitura e o esclarecimento por parte dos

aplicadores do instrumento revelaram-se, neste aspeto, de grande importância, apesar do esforço a que obrigou. Esta observação parece indiciar um grande nível de iliteracia por parte dos inquiridos para o qual, parecendo ser do conhecimento comum e óbvio, faltam dados concretos e disponíveis por parte das entidades responsáveis passíveis de revelar a sua verdadeira dimensão. Em qualquer caso, assinala-se esta dificuldade sentida na perspetiva de avisar e poder beneficiar trabalhos futuros.

Nestas duas partes atrás diferenciadas há a considerar diferentes tipos de dados, em função da natureza das variáveis definidas. Assim, temos o bloco de questões destinado a determinar: a situação de mono ou bilinguismo do falante; a sua língua materna, língua segunda e língua estrangeira; e (na perspetiva de autoavaliação, atrás referida) o grau comparativo de domínio da LP, da L2 (que, dada a diversidade populacional existente nas cidades estudadas, tanto pode ser portuguesa, como nacional ou estrangeira), e LE, numa escala ordinal de: 1 - muito mal; 2 - mal; 3 - razoável; 4 - bem; e 5 - muito bem, que abrangeu os quatro domínios do ouvir, falar, ler e escrever. Da soma destes vários itens resultou um total linguístico para cada uma das línguas (DomínioLP, DomínioL2 e DomínioLE), numa escala de 0 a 20, das quais interessou particularmente a variável Domínio LP.

O bloco de questões C.5 a C.10 constituem, conforme se disse, um instrumento que mereceu um tratamento diferente porquanto a recolha dos dados que propiciou se orientam para o conhecimento opinativo dos inquiridos, apresentado numa perspetiva estatística e ilustrado com gráficos e tabelas. Considerando a sua unidade formal ou estrutural, determinou-se assim a sua fidelidade e validade.

#### **2.2.1.1. Fidelidade**

Para determinar a fidelidade da escala foi calculado o coeficiente *Alfa de Cronbach* (consistência interna), que se revelou satisfatório para a escala global (.601).

Ponderou-se a possibilidade de eliminar alguns itens que apresentam uma baixa correlação com a escala global, entre os quais a variável *religião*. No entanto, acabaram por ser mantidos devido ao interesse que reveste o seu cruzamento com outras variáveis, para efeitos exploratórios. Acresce, como justificação ulterior, que a sua eliminação não alteraria a fidelidade da escala.

### **2.2.1.2. Validade**

Para averiguar a validade do questionário fez-se uma análise fatorial dos vários itens da escala<sup>161</sup>, da qual resultou um conjunto de quatro fatores que explicam 51,7% da variância total.

A estrutura fatorial encontrada está descrita na Tabela 6.

O Fator I, que, abreviadamente, se designou por «Conhecimento e domínio da LP e LE/fatores socioeconómicos», explica 21,905% da variância total, parecendo responder a questões relacionadas com a LM e com conhecimento e domínio das LE e da LP, em função de alguns itens socioeconómicos como sejam, por exemplo, alguns índices de riqueza e níveis de escolaridade.

O Fator II, «Línguas principais e fatores profissionais», explica 14,402% da variância total e foca o domínio das línguas, em particular o das LN e L2, em paralelo com determinados itens de carácter socioeconómico, como sejam: o salário e a profissão.

O Fator III, «aspetos etnológicos e religiosos», explica 9,253% da variância total. Esta menor importância da percentagem explicativa da variância total está em conformidade com a natureza dos itens contemplados, revelando valores não significativos nos testes Qui Quadrado realizados. Estes três fatores revestem, porém, grande importância, uma vez que, para além de explicarem uma elevada percentagem da variância total, abarcam a maioria das variáveis referidas nas hipóteses de trabalho.

O Fator IV, «Naturalidade e vivência», explica 6,147% da variância total e abrange itens referentes a três variáveis em estudo, como são: a vivência na cidade, a naturalidade e o estatuto socioeconómico.

---

<sup>161</sup> Consultar o Anexo 2.

**Tabela 6 - Estrutura fatorial da escala**

N.º	ITENS	SATURAÇÃO
	<b>FACTOR I</b> Conhecimento e domínio da LP e LE/fatores socioeconómicos (Explica 21,9% da variância total)	
B.8	Total socioeconómico	,728
C.3	Domínio LP	,650
A.6	Origem	,648
C.2	Língua materna	,630
B.5	Riqueza	,614
A.7	Escolaridade	,595
B.2	Tipo de casa	,540
C.3	Domínio LE	,517
C.2	Língua estrangeira	,501
	<b>FACTOR II</b> Línguas principais e fatores profissionais (Explica 14,4% da variância total)	
C.2	Língua que domina	,713
C.3	Domínio LN	,670
B.7	Salário	,616
C.2	Língua segunda	,614
B.6	Profissão	,414
	<b>FACTOR III</b> Aspetos etnológicos e religiosos (Explica 9,2% da variância total)	
A.3	Raça	,532
A.4	Grupo etnolinguístico	,483
B.4	Filhos	,479
A.8	Religião	,222
	<b>FACTOR IV</b> Naturalidade e vivência (Explica 6,1% da variância total)	
A.0	Cidade	,534
A.5	Naturalidade	,409
B.3	Agregado familiar	,347

### 2.2.2. Descrição do QOL

Como atrás se disse, este Questionário de Opinião Linguística é constituído pelas últimas cinco questões da parte C e, dentro desta, apresenta-se como um segundo bloco de questões de menor importância, em termos metodológicos, tendo em vista a recolha de dados exploratórios para complemento do perfil do falante do perímetro urbano do Lubango e do Huambo. Poderia ter constituído um segundo instrumento de coleta de dados, autónomo, mas optou-se pelo seu acoplamento num só, em atenção às dificuldades que implicaria a sua aplicação em separado e, também, porque é complementar ou subsidiário do anterior. Assim, nesta última parte - integrada no todo sem qualquer destaque gráfico ou epigráfico - procurou-se sondar a opinião dos inquiridos relativamente às seguintes questões:

1. *Frequência e contexto de utilização da LP, LN e LE;*
2. *Nível de condições de acesso à formação/ensino na área das línguas e à cultura no Lubango/Huambo;*
3. *Línguas em que prefere ouvir os programas da rádio e televisão;*
4. *Canais de televisão em LP a que assiste com mais regularidade;*
5. *Variante do PE e PB (falada e escrita) que prefere ou entende melhor;*
6. *Importância, estatuto e dimensão da LP, a par das LN;*
7. *Grau de conhecimento das instituições (nacionais e internacionais) direta ou indiretamente ligadas à LP e LN de Angola.*

Estas questões são também de escolha forçada, embora varie a escala ordinal de 1 a 5 utilizada: 1 - muito fraco, 2 - fraco, 3 - razoável, 4 - bom, e 5 - muito bom, na questão n.º 5; 1- discordo completamente, 2 - discordo um pouco, 3 - não concordo nem discordo, 4 - concordo um pouco, 5 - concordo completamente, na questão n.º 6; e dicotómica (0 - não, 1 - sim) na última questão.

Considerando a natureza exploratória das variáveis atrás enumeradas, esta última parte do questionário, do ponto de vista metodológico, foi considerada autonomamente e com matriz separada em relação às primeiras, de natureza correlacional.

Este estudo fundamentou-se numa observação empírica, relativamente longa, da qual resultou uma certa predisposição para selecionar determinadas variáveis que pareceram merecedoras de atenção pela sua maior presença. Ainda que a literatura existente não fornecesse dados suficientes e consistentes para formular hipóteses, a observação realizada levou à percepção de determinadas relações entre variáveis cujo confronto, investigação e síntese constituíram a essência e principal motivo deste estudo e, claramente, ditaram a construção do instrumento.

Dado o quase vazio existente relativamente a dados sobre o tema, poder-se-ia ter optado pelo tipo de resposta predominantemente aberta. Trata-se, de facto, de um estudo sobre uma área na qual não abunda a literatura nem existem referências suficientes e fiáveis sobre quais as variáveis mais importantes ou revelantes. Ainda assim, recorreu-se maioritariamente às questões fechadas por motivos metodológicos que se prendem com as dificuldades de implementar o questionário no terreno e com a posterior facilidade de tratar a informação. A população a inquirir apresentava características específicas que recomendavam alguma prudência e cuidados preliminares ao nível da abordagem, recolha (e posterior tratamento) da informação. Por outro lado, ao ser intermediada por coadjuvantes – alunos finalistas do curso de licenciatura em Linguística/Português, no Lubango; e por alunos do curso de Matemática, no Huambo, como atrás se disse – este tipo de resposta fechada resultou mais imediato e objetivo. Tendo em conta a especificidade da população em estudo, tomou-se a precaução de facilitar a comunicação: quer pela intermediação dos alunos antes referidos, quer simplificando a linguagem e formas de resposta ao questionário. Ainda assim, remanesceram algumas dificuldades de compreensão para a maior parte da população (com uma elevada percentagem de analfabetismo e de iliteracia), apenas atenuadas pelo valimento e empenho dos colaboradores na fase da recolha dos dados.

Um reparo fácil de apontar ao instrumento de recolha dos dados poderá ser o da sua dimensão, aparentemente exagerada. Justifica-se, porém, com a necessidade de aproveitar a ocasião para recolher a maior quantidade possível de informação, de forma a otimizar o esforço pessoal despendido (mesmo do ponto de vista económico) e a compensar a atual escassez de dados publicados. Ainda assim, regista-se a recomendação aos vindouros para que o tornem mais ligeiro.

### 2.2.3. Análises estatísticas

Para a recolha, informatização e tratamento dos dados foi utilizado o Programa SPSS, versão 20.0 para Windows. Foram realizadas análises descritivas e testadas as hipóteses, bem como efetuadas algumas análises exploratórias a partir de variáveis não contempladas na mesma. Para testar as hipóteses definidas utilizaram-se vários testes Qui Quadrado: dois referentes às subamostras do Lubango e do Huambo; e um com a amostra total, cruzando a variável «domínio da LP» com a a variável cidade.

Nas análises exploratórias optou-se por apresentar somente as médias e percentagens de frequência, com vista a fornecer pistas para investigações futuras, bem como a complementar os dados das variáveis testadas.

## 2.3. RESULTADOS

Metodologicamente, optou-se por definir duas fases nesta análise: a primeira, tomando como referência as variáveis referidas na formulação das hipóteses de trabalho, aplicando-as separadamente ao Lubango e ao Huambo, e, depois, comparando ambas cidades; a segunda, examinando as restantes variáveis, acrescentadas - como já foi dito - numa perspetiva exploratória, tendo sido a sua análise feita de modo conjunto a partir da amostra total, salvo alguma situação que exigiu ou mereceu tratamento separado relativamente à variável «cidade». Pelo demais, todas foram analisadas em função da variável «Domínio da LP» e numa ótica de apenas registar interferências ou relações presentes entre elas (quando as houve), sem querer aprofundar eventuais nexos de causalidade existentes<sup>162</sup>. Esta apresentação fez-se acompanhar, quando necessário, de tabelas ou gráficos ilustrativos para melhor intelecção do texto e respeitou a ordem pelas quais as variáveis foram examinadas nos testes *Qui Quadrado* realizados e apresentados em anexo. (Anexo 2)

---

<sup>162</sup> De facto, «a investigação correlacional apenas estabelece que há uma relação entre duas variáveis mas não estabelece uma relação “causa-efeito”. Cf. CARMO, Hermano; FERREIRA, Manuela Malheiro, *Metodologia da investigação - Guia para auto-aprendizagem*, Lisboa, Universidade Aberta, 1998, p. 221. No entanto, a partir de variáveis que neste estudo apresentam um forte grau de correlação, poderá extrair-se matéria para futuros trabalhos causais-comparativos.



### 2.3.1. Resultados da subamostra do Lubango e sua interpretação

Para testar a hipótese de trabalho formulada foi aplicado o teste Qui Quadrado ( $\chi^2$ ) com simulação de Monte Carlo a fim de avaliar se existem relações entre o melhor domínio da Língua Portuguesa e o maior nível socioeconómico e de escolaridade, a menor idade, a pertença ao sexo masculino, a cidade, a proveniência do litoral urbano, a raça, o grupo etnolinguístico e a religião, cujos resultados se apresentam na tabela que se segue (Tabela 7):

**Tabela 7 - Resultados do  $\chi^2$  em função do Domínio da LP (N=1000)**

Variável	Resultados	Grau de Significância
Raça	$\chi^2$ (1000)=42,926; p<,010	Significativo
Grupo etnolinguístico	$\chi^2$ (1000)=98,663; p<,001	Significativo
Naturalidade	$\chi^2$ (1000)=28,596; p<,001	Significativo
Origem	$\chi^2$ (1000)=137,817; p<,001	Significativo
Escolaridade	$\chi^2$ (1000)=700,868; p<,001	Significativo
Religião	$\chi^2$ (1000)= 39,533; p<,086	Não significativo
Total socioeconómico	$\chi^2$ (1000)=188,141; p<,001	Significativo
Idade	$\chi^2$ (1000)=169,709; p<,001	Significativo
Sexo	$\chi^2$ (1000)=15,914; p<,003	Significativo

Desta forma, para a subamostra do Lubango, revelaram-se significativos (porque p<,05) os resultados relativos a quase todas as variáveis cruzadas: *Grupo etnolinguístico, Naturalidade, Origem, Escolaridade, Nível socioeconómico, Idade, Sexo e Raça*, mostrando haver uma relação entre estas e o domínio da LP. Não se revelaram significativos os resultados referentes à variável *Religião*.

Confirma-se, assim, parcialmente a  $H_1$ , que diz: O melhor domínio da LP está relacionado com o mais elevado nível socioeconómico, com o maior nível de escolaridade, com a menor idade, com a pertença ao sexo masculino, com a proveniência do litoral urbano, e com a vivência na cidade, havendo interações com a raça/etnia e com a religião.

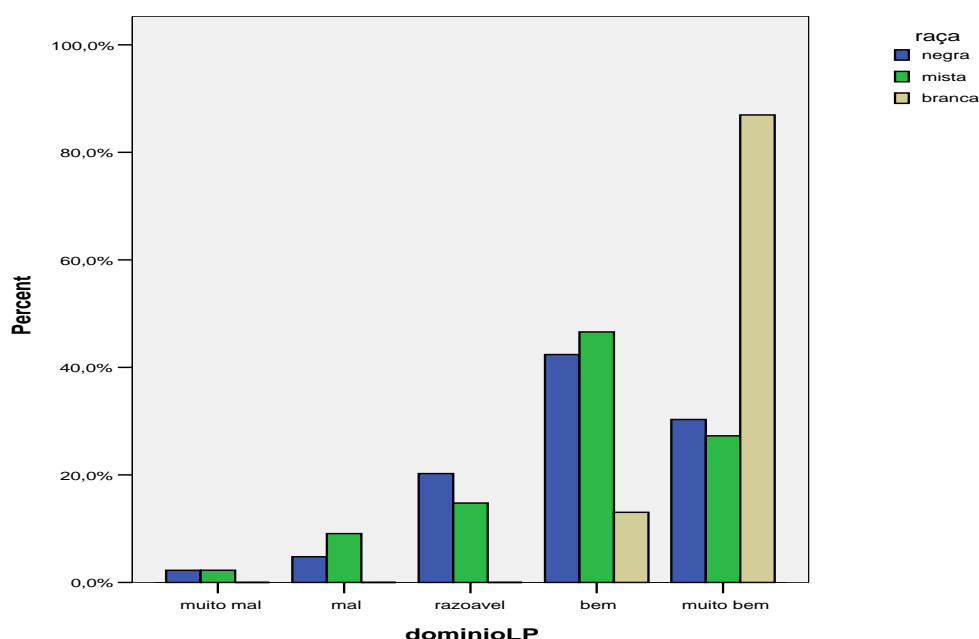
E rejeita-se a  $H_0$  que sugere não existir relação entre o domínio da LP e o estatuto socioeconómico, o nível de escolaridade, a idade, o sexo, a raça/etnia, a religião, a naturalidade/origem e a escolaridade.

### 2.3.1.1. Domínio da LP/raça

O gráfico a seguir apresentado (Gráfico 1) ajuda a visualizar os resultados dos testes estatísticos (Tabela 7) em que:  $\chi^2$  (1000)=42,926;  $p<,010$ , mostrando, assim, haver relação entre a raça e o domínio da LP, sendo que a raça branca é a que melhor domínio apresenta – como já se esperava e como, aliás, está subjacente à formulação da hipótese de trabalho.

Entre a raça negra e a mista não parece observar-se relações incontestáveis de supremacia de uma sobre a outra, no que diz respeito ao domínio da LP. O que melhora num item, logo piora no seguinte dando, pois, a ideia da sua proximidade em termos de domínio da LP. O mesmo, porém, não se aplica em relação à raça branca (ou caucasiana) que apresenta uma clara divergência no item «muito bom domínio da LP» - o que, também, se entende, uma vez que os inquiridos de raça branca no perímetro urbano do Lubango são, na sua maioria, angolanos descendentes de portugueses. Contudo, o cotejo dos elementos de raça branca (na subamostra do Lubango), permitiu constatar o facto curioso de alguns dos mesmos apresentarem como LM o Cuanhama. Pelo que se deduz ser o seu melhor domínio da LP mais devido ao fator escolaridade do que propriamente ao da LM.

**Gráfico 1 - Relação entre as variáveis Domínio da LP e Raça**



Os resultados do teste refletem a dimensão da amostra constituída: apenas foram inquiridos 23 falantes de raça branca, contra 176 de raça mista e 801 de raça negra. No entanto, foi inevitável, uma vez que a seleção dos inquiridos fez-se aleatoriamente e a configuração racial da sociedade do Lubango traduz este desequilíbrio. Fica, porém, um alerta dirigido a quem futuramente se disponha a aprofundar o tema, para que aumente o número da amostra dos elementos de raça branca (pelo menos para o dobro), de forma a evitar este escolho metodológico e, muito provavelmente, confirmar ainda com maior margem a hipótese traçada.

### **2.3.1.2. Domínio da LP/grupo etnolinguístico**

Neste ponto, surge uma outra dificuldade, também de natureza metodológica, que interfere na presente análise. Apesar dos resultados do teste  $\chi^2$  terem sido significativos:  $\chi^2$  (1000)=98,663;  $p<,001$  (Tabela 7), a leitura dos mesmos não é imediata devido ao elevado número de itens observados, dez: tantos itens quantos os grupos etnolinguísticos com maior representação local; e também aqui surge a mesma dificuldade que atrás se apontou: devido à aleatoriedade da amostragem e à desigual (e imprevista) configuração etnolinguística da sociedade urbana do Lubango, decorreu um visível desequilíbrio no número de inquiridos de cada um dos grupos (Tabela 8).

**Tabela 8 - Tabela de frequências relativa à variável Grupo etnolinguístico**

Grupo etnolinguístico	Frequência	Percentagem
Nhaneca-humbe	207	20,9%
Ovimbundo	451	45,5%
Ganguela	64	6,5%
Quioco	28	2,8%
Bacongo	31	3,1%
Quimbundo	75	7,6%
Herero	24	2,4%
Cuanhama	23	2,3%
Europeu/descendente	82	8,3%
Outro	7	,7%

Deste modo, há quatro grupos etnolinguísticos que apresentam um número de inquiridos mais reduzido do que os restantes: Quioco (28), Bacongo (31), Herero (24), e Cuanhama (23). Um trabalho posterior deverá ter em conta esta disparidade e tentar corrigi-la, aumentando a amostra. Ainda assim, cumpre notar o elevado número de ovimbundos que habitam esta cidade, resultante – como se disse no 1º capítulo – do

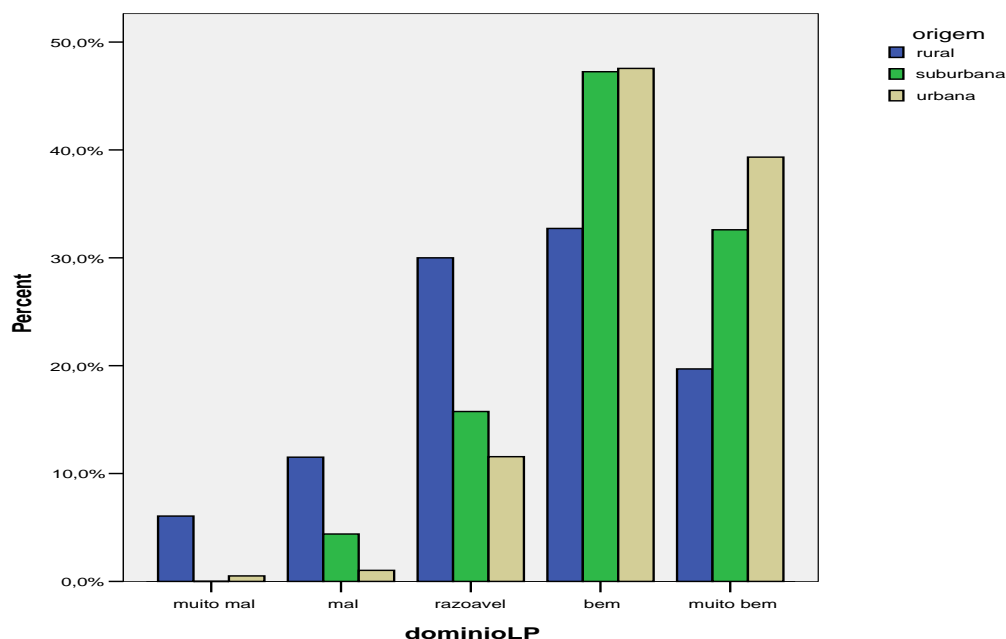
êxodo motivado pelo conflito armado, cujo epicentro foi precisamente o Planalto Central, onde predomina esta etnia. São, juntamente com os nhaneca-humbis, responsáveis por 66,4% dos inquiridos na cidade do Lubango.

#### **2.3.1.3. Domínio da LP/Naturalidade/Origem**

A junção destas três variáveis encontra a sua justificação na forma como foi redigida a hipótese de trabalho, na qual se pressupunha a relação entre o melhor domínio da LP e a proveniência do litoral urbano. Para determinar o que é litoral urbano houve a necessidade de inserir duas variáveis diferentes: origem (rural, suburbana e urbana) e naturalidade (litoral e interior). Por litoral entendeu-se exclusivamente a proveniência dos grandes centros urbanos aí localizados: Tômbua, Namibe, Benguela, Lobito, Sumbe, Luanda e Cabinda.

Corroborando a significância dos resultados do  $\chi^2$  para o Domínio da LP e estas duas variáveis,  $\chi^2$  (1000)=28,596;  $p<,001$  e  $\chi^2$  (1000)=137,817;  $p<,001$  (Tabela 7), também a leitura do seguinte gráfico (Gráfico 2) permite pôr em evidência a relação que existe entre o domínio da LP e a origem dos inquiridos, no sentido de confirmar um melhor domínio da mesma por parte dos oriundos do meio urbano e semiurbano, em claro contraste com os provenientes do meio rural, que apresentam um pior domínio da LP.

**Gráfico 2 - Relação entre as variáveis Domínio da LP e Origem**

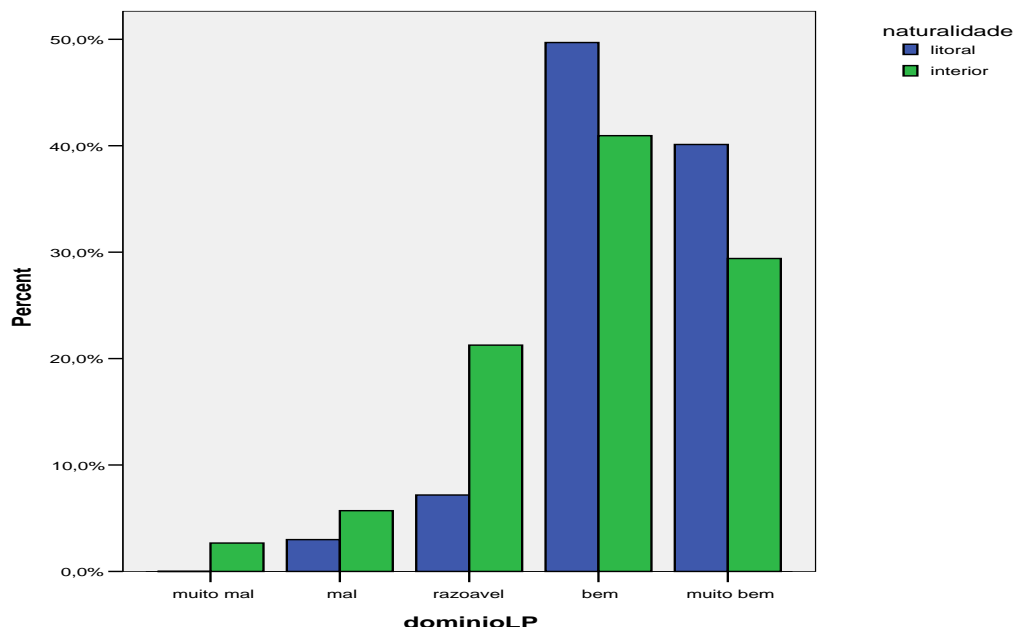


Assim, é de assinalar que o número de inquiridos para cada um destes itens revela um inesperado equilíbrio: 33,3% de origem rural, 27,4% de origem suburbana, e 39,4% de origem urbana. O mesmo não aconteceu em relação à variável Naturalidade, onde 83,2% dos inquiridos provêm do interior, e 16,8% do litoral. Tal desequilíbrio parece normal, uma vez que as deslocações da população foram maioritariamente do centro em direção ao litoral Norte, Este e Sul, devidas à guerra que assolou o interior do país. As cidades costeiras foram preservadas do conflito e as suas periferias procuradas como locais de abrigo para os deslocados. Apesar de distar cerca de 200 km do litoral, o Lubango teve o mesmo efeito de cidade abrigo que tiveram o Namibe, Benguela e outras urbes litorais. Daí, também este desequilíbrio entre os oriundos do interior e os do litoral – que não terão vindo para o Lubango pelos mesmos motivos.

Se o gráfico anterior mostrava o melhor domínio da LP por parte dos procedentes do meio urbano (e suburbano), em detrimento dos provenientes do meio rural, o gráfico que se segue (Gráfico 3) confirma a relação entre o melhor domínio da LP e a proveniência do litoral - apesar de alguma prudência a ter quanto a este

resultado, uma vez que o número de inquiridos oriundos do litoral se cifra em 167, ou seja, 16,8% do total dos 1000 inquéritos considerados válidos)<sup>163</sup>.

**Gráfico 3 - Relação entre as variáveis Domínio da LP e Naturalidade**



Pela leitura do gráfico, observa-se uma relação entre as duas variáveis: domínio da LP e naturalidade, sendo que o melhor domínio (muito bem) da primeira corresponde aos inquiridos provindos do litoral (40,12% contra 29,4% dos procedentes do interior); e, na inversa, o pior domínio (mal e muito mal) da mesma corresponde aos inquiridos oriundos do interior, embora apresente valores menores. (0% e 2,67%). Importa notar que nenhum dos inquiridos provindos do litoral reconheceu dominar muito mal a LP.

#### **2.3.1.4. Domínio da LP/Nível de escolaridade**

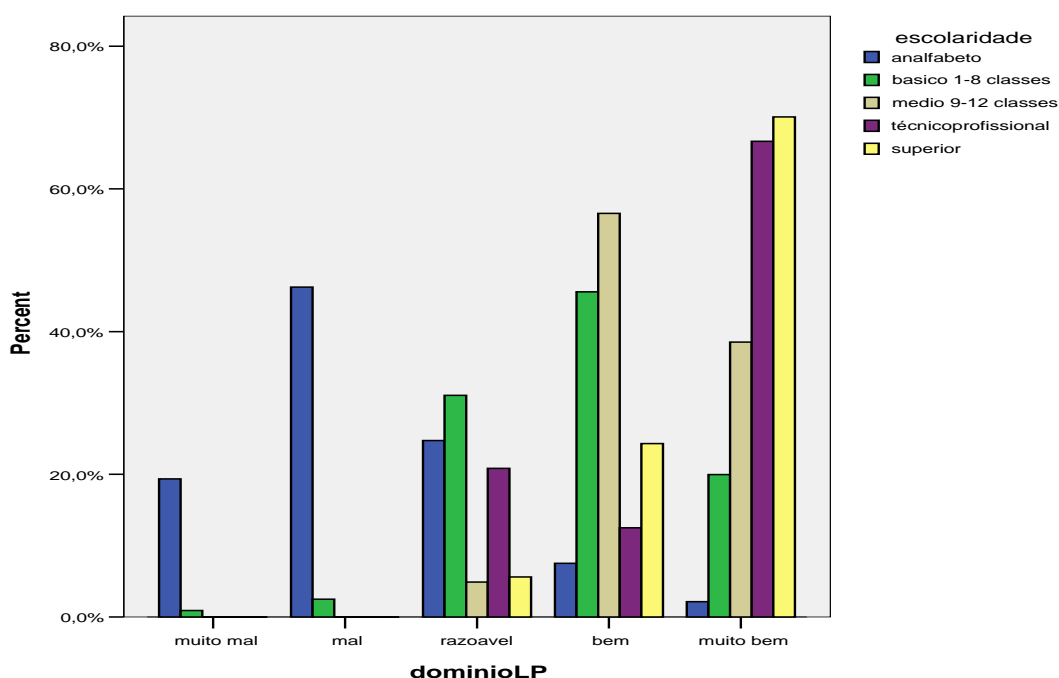
O mesmo raciocínio parece aplicar-se também ao resultado do cotejo das variáveis Domínio da LP e Nível de escolaridade: nenhum dos possuidores de níveis mais elevados de escolaridade admitiu dominar mal ou muito mal a LP. Os analfabetos e os de nível básico revelaram, pelo contrário e como era presumível, um mau domínio

<sup>163</sup> Contudo, é uma cifra razoável já que alguns autores defendem que um número acima de trinta já é estatisticamente significativo e aceitável. Cf. CARMO, Hermano; FERREIRA, Manuela Malheiro, *Metodologia da Investigação: Guia para auto-aprendizagem*, p.196.

da LP. Os resultados do  $\chi^2$  (Tabela 7) revelaram-se altamente significativos:  $\chi^2(1000)=700,868$ ;  $p<,001$ .

Tal como acontecia no gráfico anterior, também neste (Gráfico 4) a linha de crescimento de uma variável é proporcional à outra, ou seja, quanto maior é o domínio da LP, maior é o nível de escolaridade e vice-versa.

**Gráfico 4 - Relação entre as variáveis Domínio da LP e Nível de escolaridade**



No entanto, é de destacar que a maioria dos inquiridos apresenta um nível relativamente baixo de escolaridade: 40,2 % situa-se no nível básico (até à 8ª Classe). Por outro lado, parece curioso registar que a percentagem dos inquiridos analfabetos (9,3%) se aproxima à dos que apresentam nível superior (10,7%). A tal não será alheio o facto de o Lubango possuir uma tradição académica de mais de meio século e ter um bom parque escolar - além de não se descartar também a possibilidade de podermos estar perante a possibilidade de algum enviesamento na aplicação do questionário cujo facto de ser escrito poderá ter operado como elemento inibidor por parte dos inquiridos analfabetos. De qualquer forma, tal constrangimento fora previsto e ponderadas formas de o mitigar, como se torna evidente pelos 93 inquéritos realizados a pessoas analfabetas (9,3% do total dos inquéritos realizados).

### 2.3.1.5. Domínio da LP/religião

De todos os resultados produzidos pelo teste  $\chi^2$  (Tabela 7), estes foram os menos expressivos para a subamostra do Lubango. O cruzamento destas duas variáveis produziu resultados não significativos:  $\chi^2$  (1000)= 39,533;  $p < ,086$ . Os motivos poderão ser idênticos aos atrás apontados: grande dispersão de itens e reduzido número de inquéritos efetuados a alguns (Tabela 9); e a solução a mesma: em trabalhos futuros, repetir o inquérito procurando aumentar a subamostra, para que os resultados sejam mais significativos (ou, mantendo a dimensão da subamostra, reduzir o número de itens a analisar).

**Tabela 9 - Tabela de frequências relativa à variável Religião**

		Frequência	Percentagem
Válidos	Sem religião	55	5,6%
	Católica	463	46,9%
	IURD	20	2,0%
	MANA	43	4,4%
	Protestante	300	30,4%
	Testemunha Jeová	95	9,6%
	Tradicional	4	,4%
	Outra	8	,8%
	Total	988	100,0
Inválidos	99	12	
<b>Total</b>		<b>1000</b>	

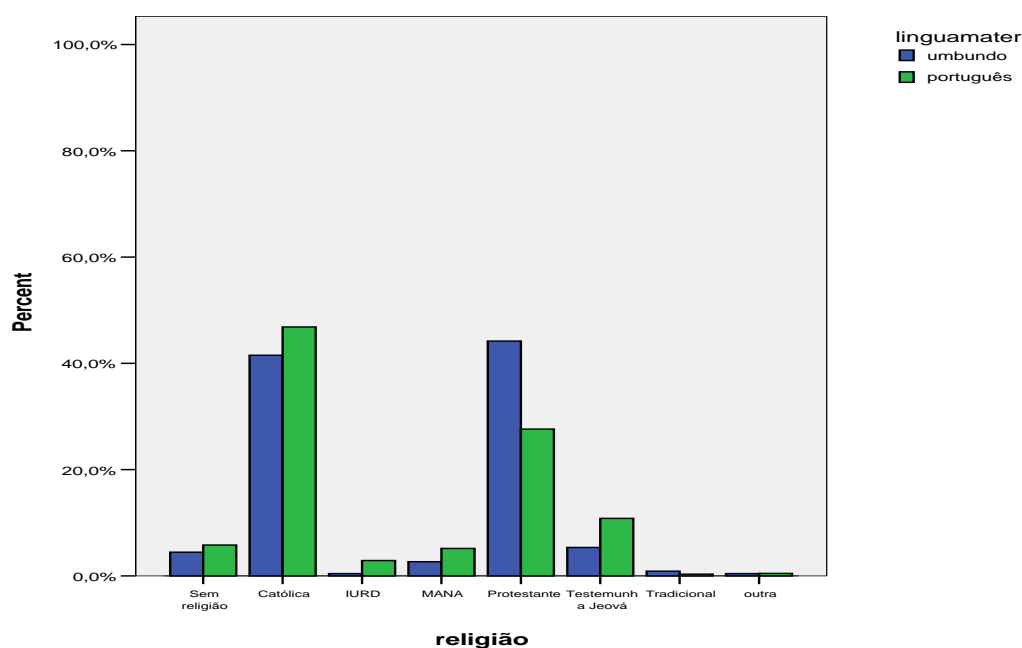
Tentando, por mera curiosidade, a última proposta, reduziu-se a três o número dos itens: católica, protestante e outras; e correlacionou-se a variável Língua Materna com a variável Religião, restringindo esta análise apenas às duas línguas maternas mais expressivas no Lubango, o Português e o Umbundo. Tal impulso deveu-se à convicção antiga (e que, em certa medida, presidiu à formulação das hipóteses de trabalho) de que alguma relação deveria existir entre o comportamento linguístico dos falantes e a sua pertença religiosa, considerando a complexidade sociológica de que se revestiu a evangelização (particularmente no sul de Angola), mancomunada com a política dominante. No início do trabalho, partira-se da convicção (não formulada, mas operante) de que, por motivos essencialmente históricos, se acharia uma diferença assinalável no comportamento linguístico de católicos e protestantes, uma vez que as outras igrejas não tinham presença nem enquadramento legal no tempo colonial. Esta discrepância seria reflexo da sua diferente ação pastoral e atuação educativa junto das



populações autóctones (onde, por exemplo, a valorização e implementação das LN era diferenciada) e o relacionamento com o poder colonial instituído, normalmente mais próximo e regulamentado através de instrumentos jurídicos internacionais, nomeadamente a *Concordata* e o *Acordo Missionário*, de 1940, entre Portugal e a Santa Sé. Esperava-se, pois, encontrar um maior domínio do Português por parte dos católicos do que por parte dos protestantes, mas tal pareceu não verificar-se. Ambas as religiões (que representam 77,3% da população inquirida, e constitui um valor coincidente com outros dados oficiais) se assemelham no que toca ao domínio da LP, bem como no das LN e das LE. No entanto, a análise referente à língua materna dos fiéis (Gráfico 5), poderá constituir uma linha de reflexão interessante em estudos posteriores, mesmo que de natureza diversa da deste.

Dispensamos a aplicação do teste Qui Quadrado para ver o seu grau de significância porque são variáveis que não foram contempladas nas hipóteses de trabalho, cuja confirmação ou não é o objetivo destas análises. Mesmo assim, a simples observação do gráfico indicia o poder existir uma relação mais ou menos significativa. Regista-se essa possibilidade à espera de quem tencione indagar mais sobre ela.

**Gráfico 5 - Relação entre as variáveis Língua Materna e Religião**



Da leitura do gráfico sobressai – em abono do atrás referido - a maior percentagem de católicos e outros (na sua maioria dissidentes da Igreja Católica, v.g. Testemunhas de Jeová e IURD) que têm a LP como língua materna. Esta tendência é inversa entre os protestantes e religiões tradicionais, onde o Umbundo se apresenta como língua materna dominante.

#### **2.3.1.6. Domínio da LP/ Nível socioeconómico**

Em primeiro lugar, convém referir o modo como se procedeu para determinar, com um mínimo de razoabilidade, o índice socioeconómico dos inquiridos. Dada a falta de dados (locais, regionais ou nacionais) publicados a este respeito, optou-se por definir uma série de itens indicadores do estatuto em causa: a posse e tipologia da casa, dimensão do agregado familiar, número de filhos, a manifestação exterior de riqueza expressa na posse de determinados bens (casa de campo/fazenda, viatura própria, computador pessoal, telefone fixo, *Internet* em casa, rádio, televisão e antena parabólica), situação profissional e rendimentos mensais. Do somatório destes vários itens resultou o maior ou menor nível socioeconómico do inquirido. Optou-se por analisar a sua frequência, restringindo-os a três níveis apenas: baixo (menos de 15), médio (de 16 a 22), e alto (acima de 23).

Encontrado este índice, procedeu-se ao seu cruzamento com a variável Domínio da LP, do qual resultou o seguinte gráfico (Gráfico 6). Observou-se uma relação clara entre o domínio da LP e o índice socioeconómico: quanto maior é o domínio da LP, maior é também o índice socioeconómico; e quanto menor é o domínio da LP, menor é o índice socioeconómico. Esta constatação, facilmente observável através do gráfico exposto, corrobora os resultados do  $\chi^2$  (Tabela 7), cujos índices de significância se mostram elevados:  $\chi^2$  (1000)=188,141;  $p<,001$ .

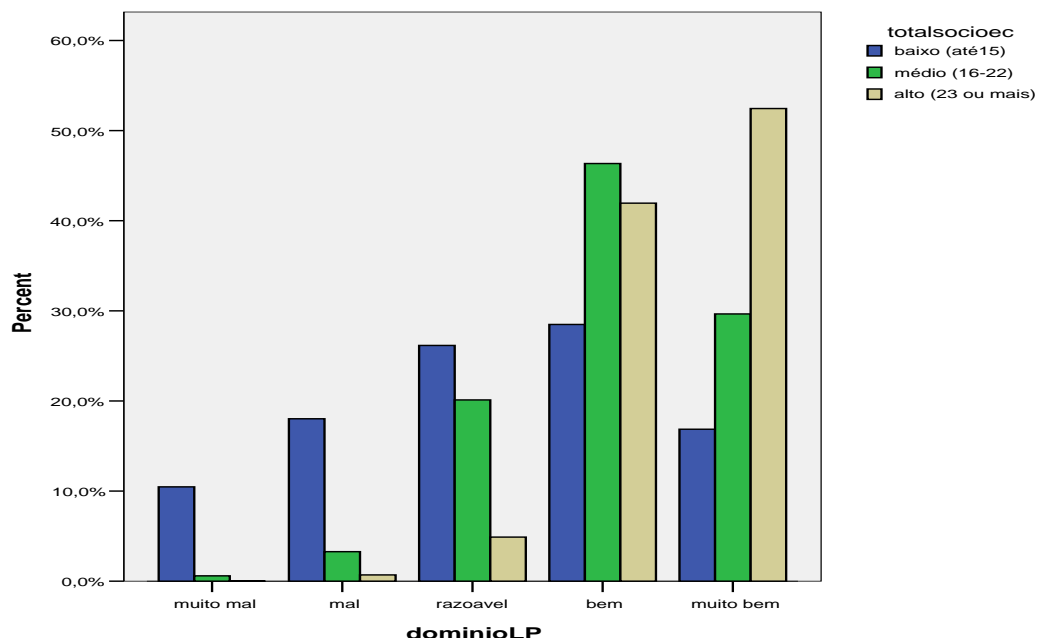
A maioria dos inquiridos (94,41%) que apresenta um nível socioeconómico elevado (auto)avalia positivamente o seu desempenho em relação à LP, classificando-o de bom (41,96%) ou muito bom (52,45%)<sup>164</sup> - sendo, pois, em menor dimensão os que confessam um fraco domínio da LP. Contudo, nestes, é visível o predomínio do baixo

---

<sup>164</sup> Cf. Tabela de frequências produzida pelo programa SPSS. (Anexo 2)

índice socioeconómico, ao contrário dos que dominam muito bem a LP, onde prevalece o índice socioeconómico alto.

**Gráfico 6 - Relação entre as variáveis Domínio da LP e Nível socioeconómico**



Assim, sem que tal implique estabelecer um nexo de causalidade, pode afirmar-se que o domínio da LP está na mesma proporção do nível socioeconómico: o aumento de um representa o acréscimo do outro e vice-versa.

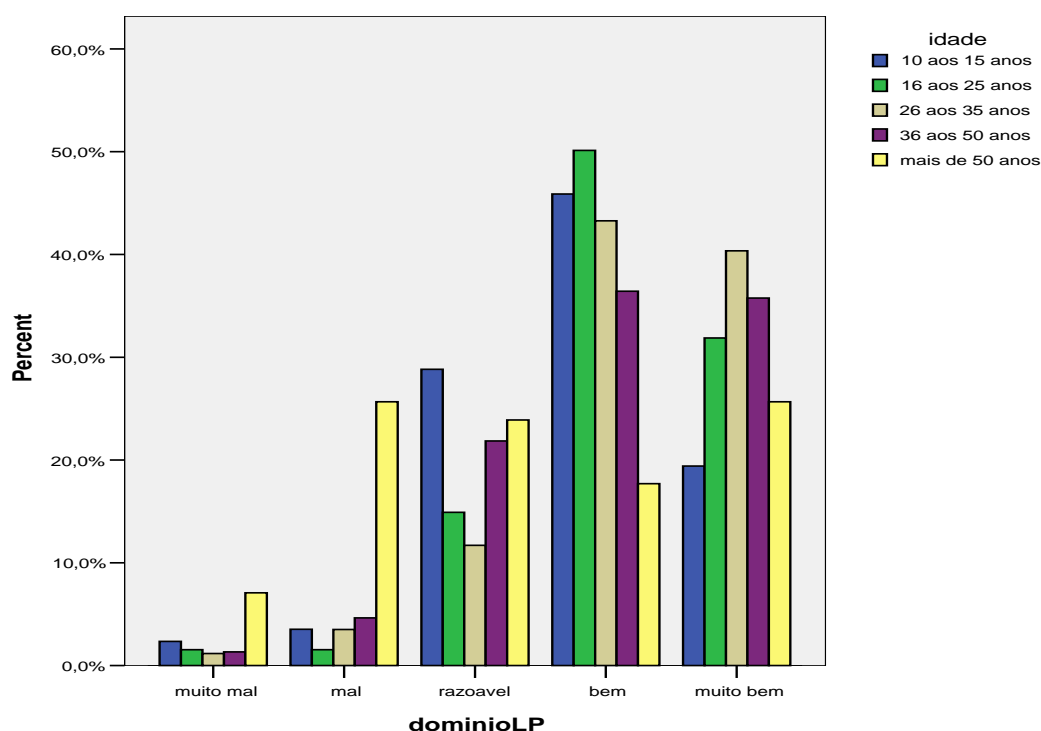
### 2.3.1.7. Domínio da LP/Idade

Recorrendo, uma vez mais, ao cruzamento dos dados desta variável com a idade, observa-se que há uma correlação entre o domínio da LP e a mesma, confirmada já pelos resultados significativos apresentados pelo  $\chi^2$  (Tabela 7):  $\chi^2$  (1000)=169,709;  $p<,001$ ;  $p<,001$ , relativamente a estas variáveis.

O gráfico produzido pelo SPSS não é de fácil leitura devido à profusão de itens (cinco para cada variável). No entanto, apresenta-se para manter a organização formal até agora seguida e, também, para ilustrar a leitura que é necessário fazer dos dados resultantes deste cotejo. Assim, observando o gráfico construído (Gráfico 7), constata-se que o mau domínio da LP apresenta uma clara relação com o índice de idade mais avançado (mais de 50 anos). Esta relação é menos visível no item «muito bem», onde os falantes situados na faixa etária dos 10 aos 15 anos apresentam valores inferiores

aos restantes. Contudo, o cômputo dos restantes itens positivos (bem e razoável) confere uma vantagem numérica às faixas mais jovens, compreendidas entre os 10 e os 25 anos, no que diz respeito ao melhor domínio da LP.

**Gráfico 7 - Relação entre as variáveis Domínio da LP e Idade**

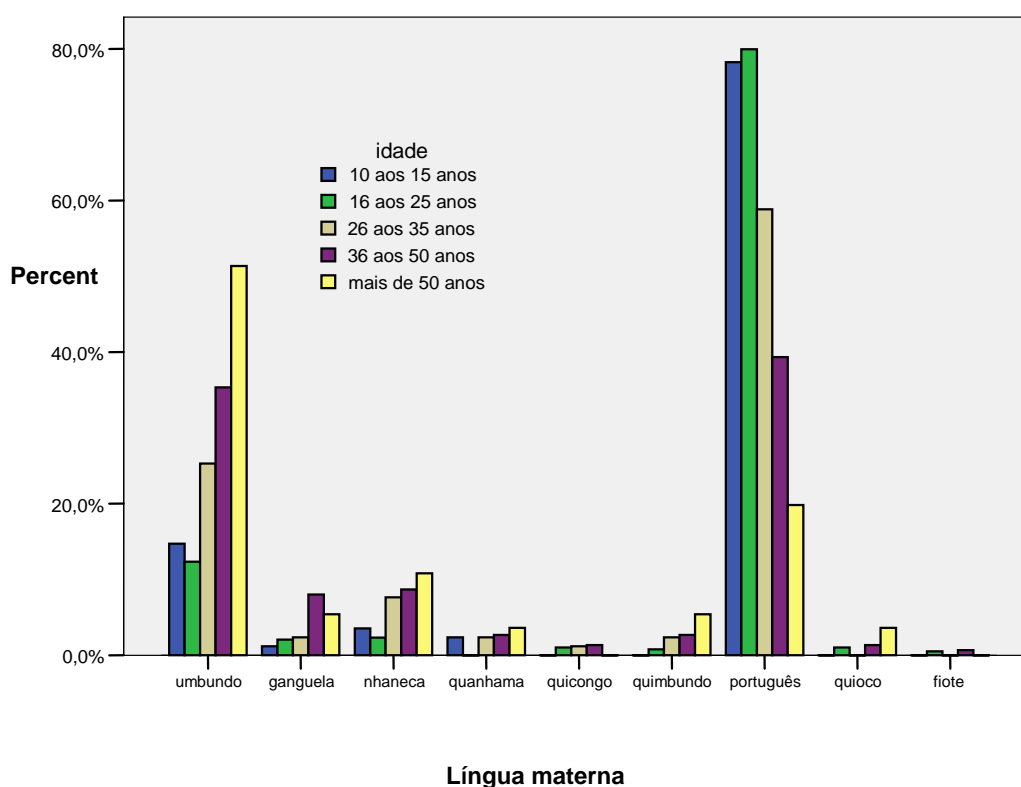


É possível que estes valores – aparentemente desgarrados do conjunto - se ressentam da formulação da questão no inquérito, uma vez que há outras variáveis que confirmaram esta correlação. Quando se comparou, por exemplo, a variável Idade com a variável Língua Materna<sup>165</sup>, observou-se que cerca de 80% dos falantes entre os 10 e os 25 anos têm o Português como língua materna. O seu maior ou menor domínio poderá, então, ter mais a ver com outros fatores extralinguísticos, nomeadamente o deficiente ensino da Língua Portuguesa.

Podemos ainda constatar, através da confrontação destes dados com os do gráfico seguinte (Gráfico 8), que o aumento de falantes do Português como LM é proporcional ao decréscimo que se verifica nos falantes de LN como língua materna.

<sup>165</sup> Cf. Tabela de frequência do SPSS, em anexo (Anexo 2).

**Gráfico 8 - Relação entre as variáveis Língua materna e Idade**

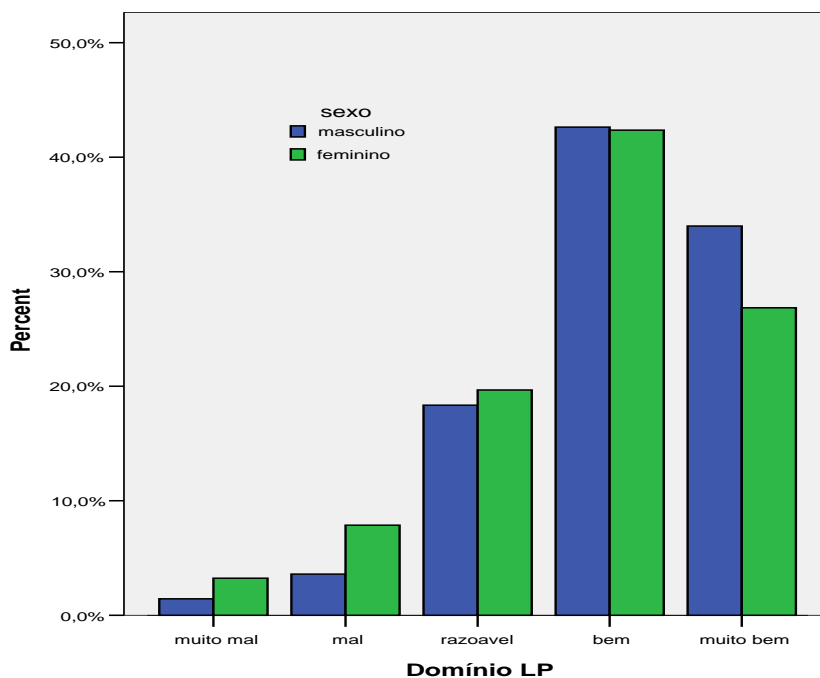


Verifica-se aqui uma tendência crescente, por parte dos falantes mais jovens, de adotarem a LP como LM; ao invés do que se verifica com as LN, onde, sem exceção, predominam os falantes mais velhos e diminuem os mais novos. Assim, observamos que quanto mais jovens são os falantes, mais se acentua a tendência para adotar o Português como LM, em detrimento das LN predominantes na região. Do elevado número de línguas recolhidas, sobressaem o Português e o Umbundo, como as mais expressivas nesta cidade. É, por isso, interessante constatar o movimento oposto que entre elas se estabelece – o qual poderá ser entendido como indício de um relacionamento geracional mais vasto operado entre as LN e a LP, enquanto língua oficial, que se traduz na diminuição destas e no aumento daquela. De facto, em todas as LN registadas se observam índices superiores de falantes das mesmas enquanto LM nas faixas etárias mais elevadas, enquanto se observa o fenómeno contrário na LP, onde predominam os jovens (até aos 25 anos) que a têm como LM (79,95%).

### 2.3.1.8. Domínio da LP/sexo

Os resultados do teste  $\chi^2$  relativos a estas duas variáveis, foram significativos, mas numa dimensão menor do que os anteriores:  $\chi^2(1000)=15,914$ ;  $p<,003$  (Tabela 7). Do cotejo destas duas variáveis é possível afirmar que os inquiridos do género masculino (ou sexo, para respeitar o termo usado no Inquérito) declaram um melhor domínio da LP (Gráfico 9). Poderá colocar-se em dúvida a fidelidade destes dados (devido até a fatores psicológicos de maior ou menor autoestima) ou procurar-se uma explicação plausível para tal facto, assinaladamente em determinados hábitos culturais ou constrangimentos sociais que se traduzem, ainda hoje, numa discriminação do género (visível, por exemplo, no menor grau de escolaridade evidenciado pelas mulheres inquiridas neste trabalho em todos os níveis de ensino, bem como pela maior taxa de analfabetismo apresentada, quase o dobro da verificada entre os homens).

**Gráfico 9 - Relação entre as variáveis Domínio da LP e Sexo**



Nos itens «domínio razoável» e «domínio bom da LP», as diferenças foram quase impercetíveis. O mesmo, porém, não se pôde afirmar relativamente aos seus extremos, «domínio muito mau da LP» e «domínio muito bom da LP», nos quais se apresentaram nítidas e coerentes: em ambos, o sexo masculino apresentou valores

superiores ao sexo feminino, no que diz respeito ao melhor domínio da LP. A busca de uma explicação plausível para este comportamento afigura-se atrativa, mas ultrapassa o âmbito deste trabalho.

### 2.3.2. Resultados da subamostra do Huambo e sua interpretação

Em relação à subamostra do Huambo procedeu-se de igual forma à exposta para a subamostra do Lubango, as quais, aliás, apresentam igual dimensão, em termos de inquiridos. Assim, foi aplicado o teste Qui Quadrado ( $\chi^2$ ) com simulação de Monte Carlo a fim de testar as hipóteses de trabalho formuladas e avaliar a relação entre o melhor domínio da LP e as seguintes variáveis: o maior nível socioeconómico e de escolaridade, a menor idade, a pertença ao sexo masculino, a proveniência do litoral urbano, a raça, o grupo etnolinguístico e a religião, cujos resultados se apresentam na tabela seguinte (Tabela 10).

**Tabela 10 - Resultados do  $\chi^2$  em função do Domínio da LP (N=1000)**

Variável	Resultados	Grau de Significância
Raça	$\chi^2(1000) = 17,923$ ; $p < ,103$	Não significativo
Grupo etnolinguístico	$\chi^2(1000) = 32,355$ ; $p < ,456$	Não significativo
Naturalidade	$\chi^2(1000) = 17,352$ ; $p < ,008$	Significativo
Origem	$\chi^2(1000) = 127,752$ ; $p < ,001$	Significativo
Escolaridade	$\chi(1000) = 412,794$ ; $p < ,001$	Significativo
Religião	$\chi(1000) = 67,661$ ; $p < ,056$	Não significativo
Total socioeconómico	$\chi^2(1000) = 233,579$ ; $p < ,001$	Significativo
Idade	$\chi^2(1000) = 194,071$ ; $p < ,001$	Significativo
Sexo	$\chi^2(1000) = 8,511$ ; $p < ,130$	Não significativo

Os resultados do  $\chi^2$  entre o Domínio da LP e as restantes variáveis (Tabela 10) revelaram-se significativos (porque  $p < ,05$ ) na maior parte das variáveis cruzadas: Naturalidade, Origem, Escolaridade, Nível socioeconómico, e Idade, mostrando haver uma relação entre elas e o domínio da LP. Contudo, revelaram-se não significativos os resultados relativos às variáveis Sexo, Raça, Grupo etnolinguístico e Religião.

Confirma-se parcialmente a  $H_1$ , que diz: O melhor domínio da LP está relacionado com o mais elevado nível socioeconómico, com o maior nível de escolaridade, com a menor idade, com a pertença ao sexo masculino, com a

proveniência do litoral urbano, e com a vivência na cidade, havendo interações com a raça/etnia e com a religião.

E rejeita-se a  $H_0$  que sugeria não existir relação entre o domínio da LP e o estatuto socioeconómico, o nível de escolaridade, a idade, o sexo, a raça/etnia, a religião, a naturalidade/origem e a escolaridade.

Com base nestes resultados, fez-se a análise detalhada de cada uma das variáveis em estudo para o Huambo – sempre analisadas em referência à variável domínio da LP e, tal como se fez para a subamostra do Lubango, numa perspetiva de apenas assinalar interferências ou afinidades entre elas (quando as houve), sem querer aprofundar eventuais nexos de causalidade existentes. Mais uma vez se recorreu à ajuda de tabelas e de gráficos ilustrativos para melhor entendimento dos dados apresentados. O percurso da exposição respeitou a ordem pelas quais as variáveis foram examinadas no  $\chi^2$ , conforme segue:

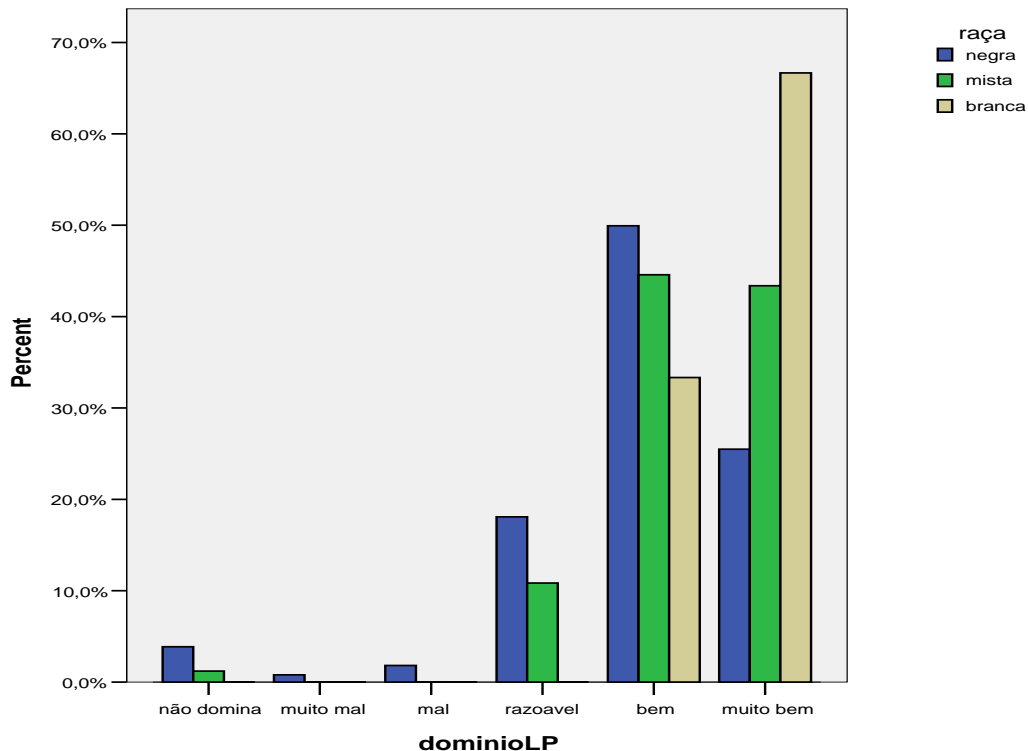
#### **2.3.2.1. Domínio da LP/raça**

De acordo com os resultados do  $\chi^2$  em função do Domínio da LP (Tabela 10), os resultados não foram significativos  $\chi^2(1000)= 17,923$ ;  $p<,103$  ao contrário do que havíamos referido para a subamostra do Lubango  $\chi^2(1000)=42,926$ ;  $p<,010$ ), em que, apesar de alto, o valor se mantinha significativo. É possível que os valores da subamostra do Huambo reflitam a insuficiência representativa de alguns grupos da mesma. É o caso da raça branca e mista, em proporção desigual da população do Lubango que, como já foi referido, se apresenta mais diversificada na sua composição.

O gráfico a seguir representado (Gráfico 10) ilustra os resultados dos testes estatísticos.



**Gráfico 10 - Relação entre as variáveis Domínio da LP e Raça**



Tal como foi assinalado para a subamostra do Lubango, também aqui não parece observar-se relações incontestáveis de supremacia entre a raça negra, mista e branca, no que diz respeito ao domínio da LP. O que melhora num item, logo piora no seguinte dando, pois, a ideia da sua proximidade em termos de domínio da LP. Importa, no entanto sublinhar o elevado valor que a raça branca ou caucasiana apresenta relativamente ao item «muito bom domínio da LP» - a totalidade dos inquiridos respondeu dominar bem ou muito bem o Português. Contudo, tal como também foi referido para o Lubango, estes resultados (pouco significativos no Lubango e não significativos no Huambo) refletem a dimensão e, porventura, a desproporção da amostra constituída: 3 (0,3%) falantes de raça branca, 85 (8,6%) de raça mista e 895 (91%) de raça negra. Mas, foi inevitável, uma vez que a seleção dos inquiridos também aqui foi feita aleatoriamente - tal como no Lubango - e a configuração racial de ambas as sociedades reflete tal desigualdade. A miscigenação é muito mais evidente e presente no Lubango do que o é no Huambo, onde a simples observação corrobora uma sociedade bastante homogênea em termos de composição étnica e racial: 87,8% de etnia ovimbunda e mais de 91% de raça negra, de acordo com os dados recolhidos

nos questionários realizados (e em consonância com os dados oficiais fornecidos pelo Governo Provincial do Huambo).<sup>166</sup>

O baixo número de inquiridos de raça caucasiana obriga a alertar a quem futuramente se disponha a aprofundar este tema para que aumente o número da amostra de forma a, muito provavelmente, confirmar com maior margem as hipóteses traçadas.

### 2.3.2.2. Domínio da LP/grupo etnolinguístico

Para a relação entre Domínio da LP e o Grupo etnolinguístico, os resultados do teste  $\chi^2$  apresentaram-se não significativos:  $\chi^2(1000) = 32,355$ ;  $p < ,456$  (Tabela 10). A leitura dos mesmos não é imediata devido à proliferação de itens observados, dez grupos, nos quais se regista igualmente um visível desequilíbrio no número de inquiridos de cada um dos grupos (Tabela 11) – o qual traduz e, em certa medida, confirma a homogeneidade demográfica do Huambo atrás mencionada.

**Tabela 11 - Tabela de frequências relativa à variável Grupo etnolinguístico**

Grupo etnolinguístico	Frequência	Percentagem
Nhaneca-humbe	12	1,3%
Ovimbundo	843	87,8%
Ganguela	10	1%
Quioco	23	2,4%
Bacongo	11	1,1%
Quimbundo	52	5,4%
Fiote	1	0,1%
Europeu/descendente	8	0,8%

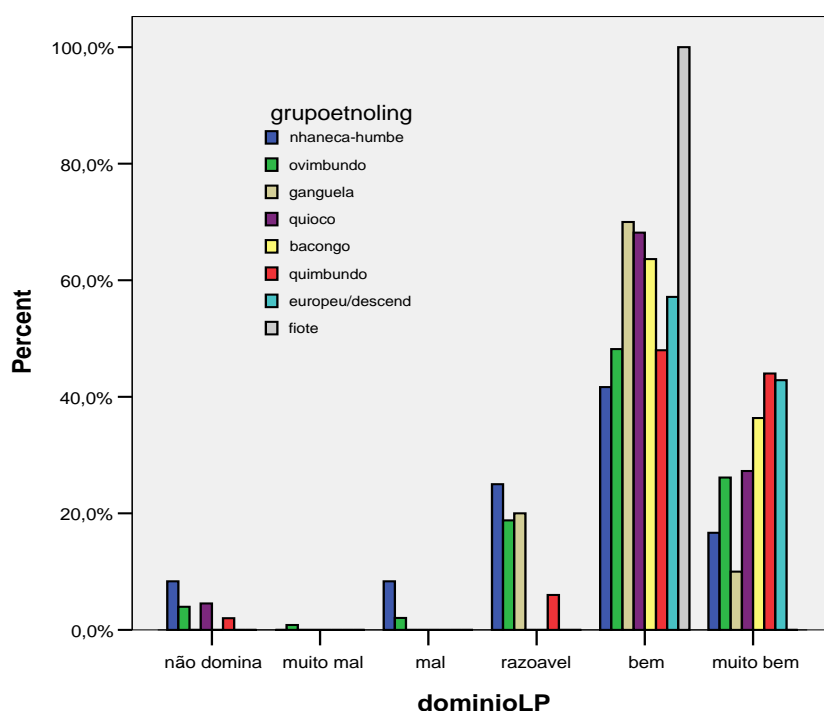
Como se vê, o grupo dos ovimbundos é numericamente superior. Os restantes grupos têm um peso residual na composição étnica da cidade. Ainda assim, a representação gráfica do cruzamento das variáveis em epígrafe apresenta um dado curioso que, em certo sentido, reforça a intenção que subjaz à expressão da hipótese de trabalho, a qual pressupõe um melhor domínio do Português por parte dos habitantes do litoral - com quem os portugueses mantiveram um mais prolongado e secular contacto, nomeadamente com o reino do Congo (constituído por bacongos),

<sup>166</sup> Cf. Anexo 2.

sob cuja jurisdição se encontrava a Ilha de Luanda ou ilha do Cabo (habitada pelos axilundas).

O gráfico seguinte (Gráfico 11) aponta, pois, neste sentido de reconhecer uma diferenciação entre os grupos etnolinguísticos do interior e os do litoral no que se refere ao domínio da LP.

**Gráfico 11 - Relação entre as variáveis Domínio da LP e Grupo etnolinguístico**



Com as devidas precauções ditadas pelos dados da Tabela 11, que nos apresentam uma desproporcionada composição dos grupos etnolinguísticos analisados – alguns, até, com valores inferiores ao estatisticamente representativo – importa registar que, de acordo com este gráfico, são precisamente os povos do norte litoral e interior (quimbundo e bacongo) e os descendentes dos europeus os que declaram o melhor domínio do Português. Em contraste com os do sul interior (nhaneca-humbi, e ovimbundo).

Outra observação curiosa (talvez do ponto de vista sociolinguístico) prende-se com o diferente comportamento dos elementos de raça mestiça no Huambo, comparativamente ao Lubango. Nesta cidade a maioria dos mestiços assumiu-se, do ponto de vista da sua pertença ou identidade etnolinguística, como descendente de

europeus (8,3% de 176 casos registados); no Huambo, pelo contrário, assumiu-se como ovimbundo (em 85 casos, apenas 0,8% se assumiu como descendente de europeus). Assinala-se apenas o facto, pois a busca de uma explicação plausível para o mesmo ultrapassa o âmbito deste trabalho - podendo ou devendo buscar-se na história recente da cidade e na complexa metamorfose nela operada.

### **2.3.2.3. Domínio da LP/Naturalidade/Origem**

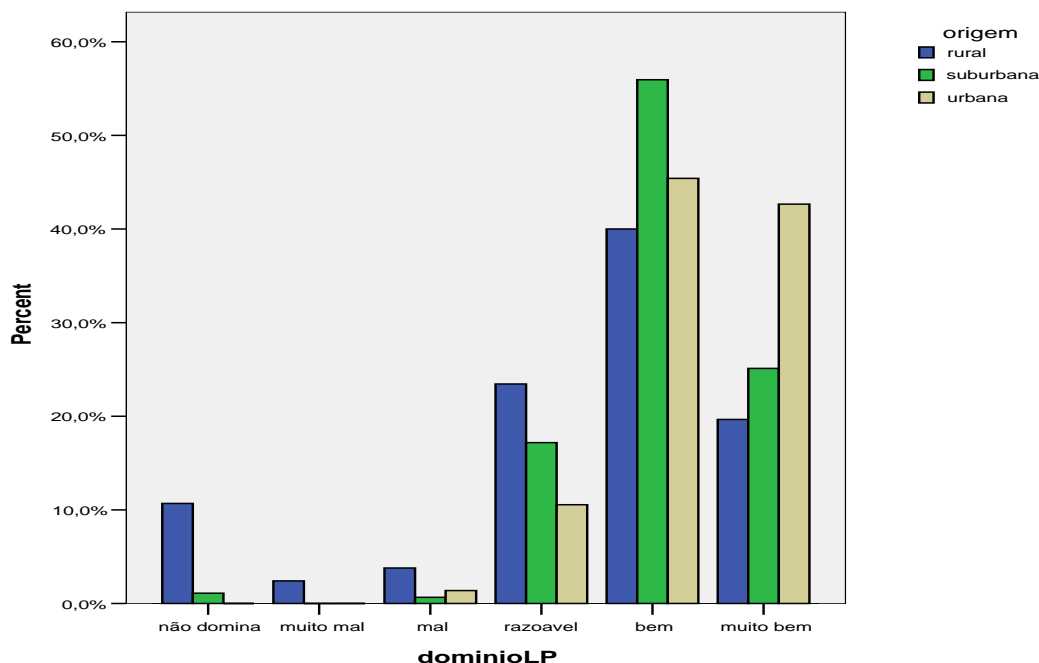
A junção das variáveis naturalidade e origem num só título justifica-se pela sua proximidade no que se refere à formulação da hipótese, a qual pressupõe um maior domínio da LP por parte dos falantes urbanos oriundos do litoral, como já se disse. Os resultados do  $\chi^2$  (Tabela 10) para estas variáveis ( $\chi^2(1000) = 17,352$ ;  $p < ,008$  e  $\chi^2(1000) = 127,752$ ;  $p < ,001$ , respetivamente), corroboram esta suposição – embora o índice de significância dos resultados relativos à naturalidade se apresente baixo. Do ponto de vista estatístico, assinala-se a grande desproporção verificada entre os inquiridos naturais do litoral (11,2%) e os naturais do interior (88,8%). A baixa significância do teste anterior poderá refletir esta disparidade. Contudo, a mesma coaduna-se com outros dados recolhidos, e já comentados, que apontam para a homogeneidade da sociedade huambense, inclusive, como se verifica, ao nível da naturalidade. Advém referir que, a partir de 2002, data da paz efetiva em Angola, Huambo recobrou novo alento, tendo registado um grande crescimento populacional devido, em parte, ao regresso de muitos naturais desta cidade e província, obrigados a sair por causa dos conflitos anteriores e agora aliciados pela rápida transformação e melhoria das suas condições de habitabilidade.

No que diz respeito à origem, constata-se igualmente algum desequilíbrio entre os vários itens: 30,2% de origem rural; 47,2% de origem suburbana; e 22,6% de origem urbana. Esta desproporção resulta porventura das reviravoltas políticas, militares e sociais de que o Huambo foi palco durante as três últimas décadas e que motivaram o perfil atual da cidade e da sociedade, com perceptíveis traços de ruralidade, conforme estes dados atestam.

A leitura do seguinte gráfico (Gráfico 12) permite visualizar a relação que existe entre o domínio da LP e a origem dos inquiridos, registando-se uma clara vantagem

por parte dos oriundos do meio urbano e suburbano, em evidente contraste com os provenientes do meio rural, que apresentam um pior domínio da LP.

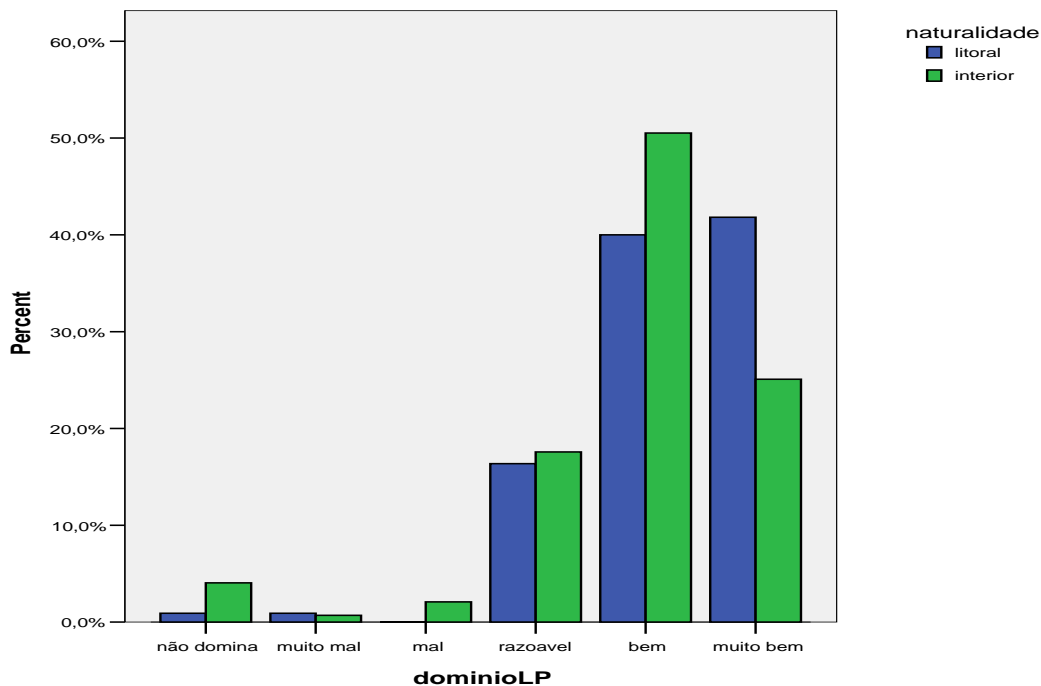
**Gráfico 12 - Relação entre as variáveis Domínio da LP e Origem**



Assim, em termos relativos, é clara a inversão de valores que se estabelece entre as colunas da esquerda e as da direita. Os inquiridos do meio urbano (e suburbano) declaram maioritariamente um domínio muito bom e bom da LP, ao contrário dos inquiridos originários do meio rural que afirmam dominá-la razoavelmente, mal, muito mal ou nem sequer dominá-la.

Se - à semelhança do que foi observado para a subamostra da cidade do Lubango - o gráfico anterior mostrava o melhor domínio da LP por parte dos oriundos do meio urbano (e suburbano), em detrimento dos provenientes do meio rural, o gráfico que se segue (Gráfico 13) atesta a relação existente entre o melhor domínio da LP e a procedência do litoral – não obstante o cuidado a observar quanto a este resultado, dado que o número de inquiridos oriundos do litoral - como atrás se disse – cifra-se em 111, ou seja, 11,2% do total de 1000 inquéritos considerados válidos).

**Gráfico 13 - Relação entre as variáveis Domínio da LP e Naturalidade**



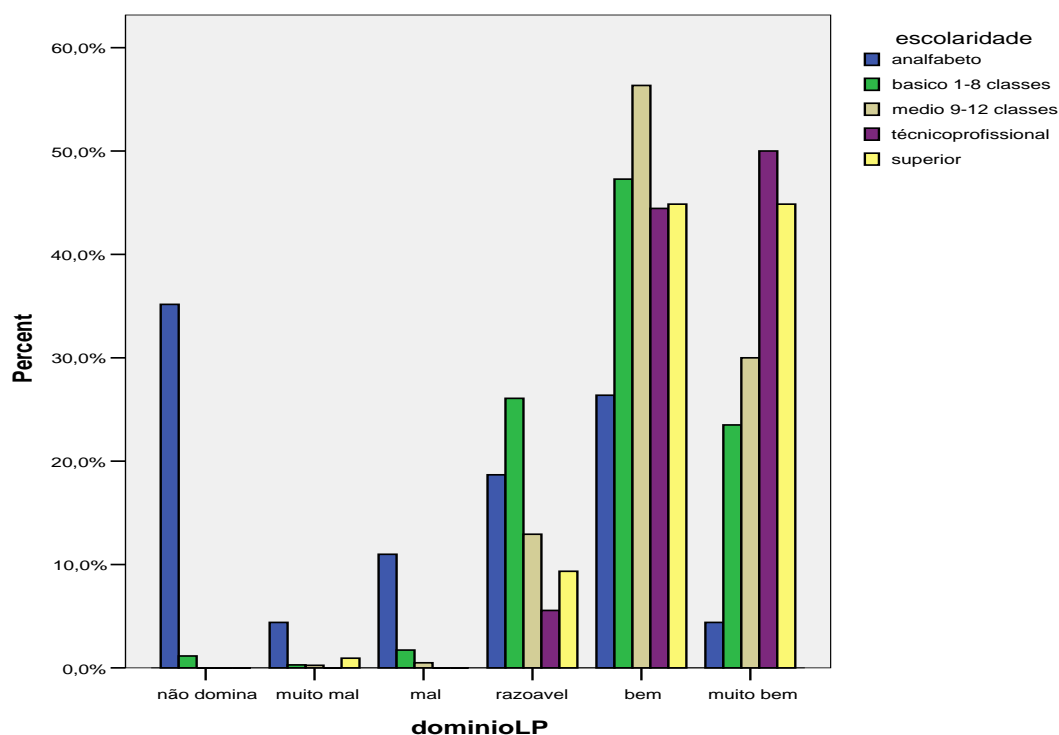
Pela leitura do gráfico observa-se uma relação entre as duas variáveis: domínio da LP e naturalidade, sendo que o melhor domínio (muito bem) da primeira corresponde aos inquiridos naturais do litoral (40,12% contra 29,4% dos procedentes do interior); e, na inversa, o pior domínio (mal e muito mal) da mesma corresponde aos inquiridos oriundos do interior, embora apresente valores menores. (0% e 2,67%). Importa notar que nenhum dos inquiridos provindos do litoral reconheceu dominar muito mal a LP. Os restantes itens consolidam, ainda que apenas visualmente, esta leitura, bem como os resultados estatísticos apresentados.

#### **2.3.2.4. Domínio da LP/Nível de escolaridade**

Os valores dados pelo teste  $\chi^2$  (Tabela 10) para a relação entre estas variáveis são significativos ( $\chi^2(1000) = 412,794$ ;  $p < ,001$ ). Ao invés de outras variáveis, cujas análises nem sempre são manifestas ou perceptíveis através de gráficos, as destas são-no de forma clara. De facto, a simples observação do gráfico seguinte (Gráfico 14) permite constatar a desigualdade de cor entre as colunas da direita e as da esquerda, ou seja, as colunas da direita que apresentam os valores mais elevados (domínio muito bom da LP) referem-se aos níveis de escolaridade igualmente mais elevados (superior e técnico-profissional); ao invés, as colunas da esquerda que mostram os valores mais

elevados (relativamente ao não domínio a LP) representam os níveis de escolaridade inferiores (analfabetos e ensino de base). Fica, pois, exposta a relação existente entre o melhor domínio do Português e o maior nível de escolaridade.

**Gráfico 14 - Relação entre as variáveis Domínio da LP e Nível de escolaridade**



De igual modo aqui se faz uma chamada de atenção para o facto de nenhum dos possuidores de níveis mais elevados de escolaridade reconhecer dominar mal ou muito mal a LP.

Tal como se verificou no gráfico anterior, também neste gráfico a linha de crescimento de uma variável (domínio da LP) é proporcional à outra (nível de escolaridade), ou seja, quanto maior é o domínio da LP, maior é também o nível de escolaridade e vice-versa.

No entanto, é de ressaltar que a maioria dos inquiridos apresenta um nível relativamente baixo de escolaridade: 45,2 % situa-se no nível básico (até à 8ª Classe ou analfabetos. Por outro lado, parece curioso registar que a percentagem dos inquiridos analfabetos (9,3%) se aproxima à dos que apresentam nível superior (10,9%).

### 2.3.2.5. Domínio da LP/religião

De todos os resultados produzidos pelo  $\chi^2$  (Tabela 10), estes foram os menos significativos ( $\chi^2(1000) = 67,661$ ;  $p < 0,056$ ). Parece, pois, não haver qualquer relação entre a pertença a uma religião e o melhor ou pior domínio da LP.

Para manter uma certa uniformidade de tratamento dos dados em relação à subamostra do Lubango, apresentamos a seguinte tabela (Tabela 12) relativa à dimensão e diversidade religiosa no Huambo:

**Tabela 12 - Tabela de frequências relativa à variável Religião**

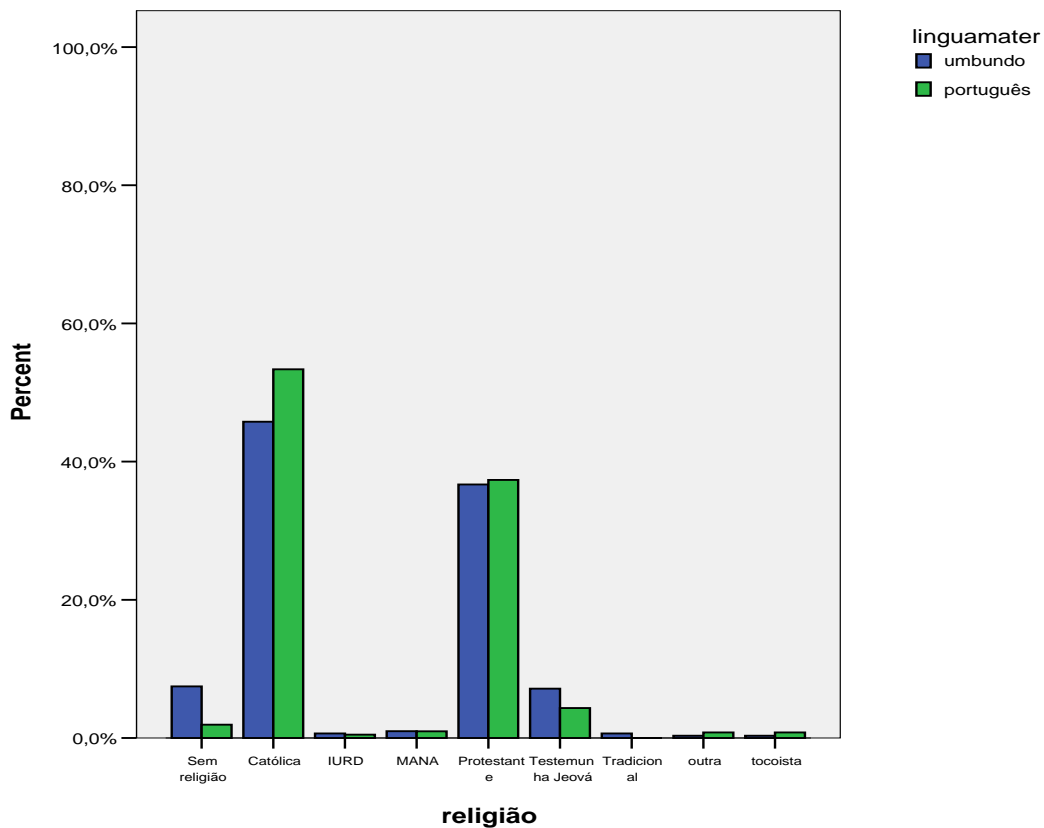
		Frequência	Percentagem
Válidos	Sem religião	40	4,0
	Católica	499	50,5
	IURD	5	,5
	MANA	12	1,2
	Protestante	366	37,0
	Testemunha Jeová	52	5,3
	Tradicional	2	,2
	Outra	7	,7
	Tocoista	6	,6
Inválidos		11	1,1
<b>Total</b>		<b>1000</b>	<b>100,0</b>

Nesta análise dos dados há um e que se impôs: a hegemonia religiosa do Huambo – à semelhança da aferida no Lubango, mas ligeiramente superior. De facto, 87,5% dos inquiridos confessam-se ou católicos (50,5%) ou protestantes (37%). As restantes religiões apresentam percentagens de um só dígito ou nem isso, residuais portanto.

Pelo mesmo motivo antes exposto, observou-se (Gráfico 15) a relação entre a LM dos inquiridos e a sua pertença religiosa, uma vez que, como se disse, era uma conjectura prévia à definição das hipóteses. Tal como na subamostra do Lubango, reduziu-se este cotejo ao Português e ao Umbundo e constatou-se, por um lado, que a percentagem de falantes católicos que tem a LP como LM (53,37%) é superior ao dos protestantes (37,34%); por outro lado, entre estes católicos do Lubango verifica-se uma maior diversidade linguística do que entre os católicos do Huambo, maioritariamente falantes destas duas línguas seleccionadas (Português e Umbundo).



**Gráfico 15 - Relação entre as variáveis Língua Materna e Religião**

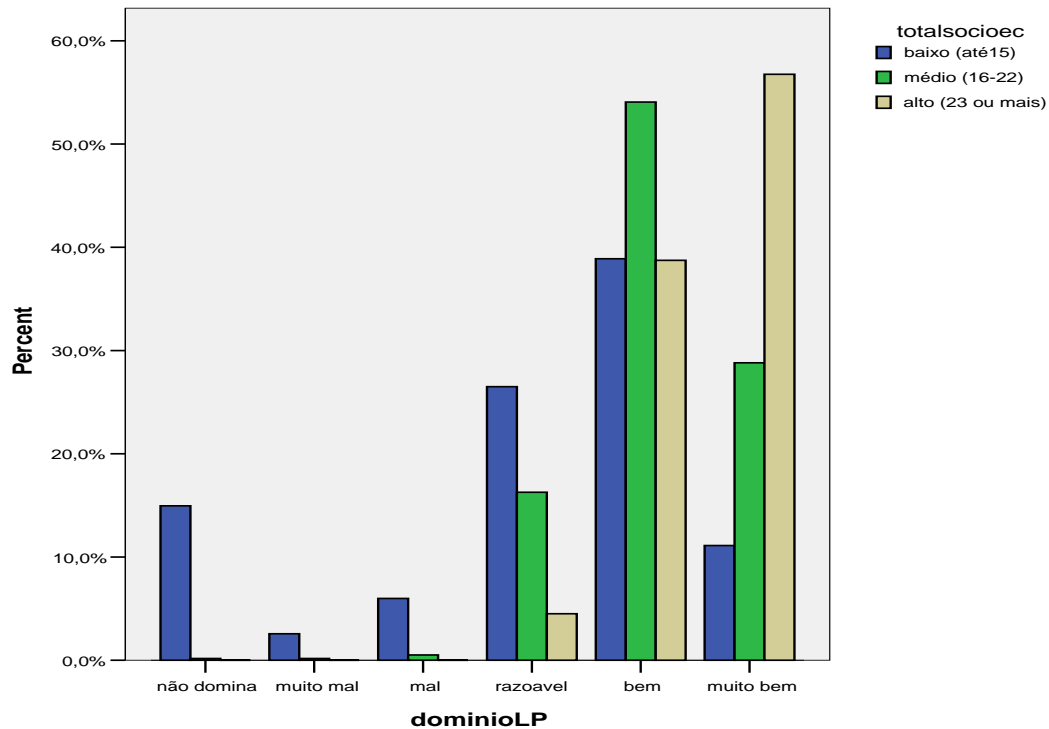


#### 2.3.2.6. Domínio da LP/ Nível socioeconómico

A comparação gráfica destas duas variáveis (Gráfico 16) permitiu observar uma relação clara entre o domínio da LP e o índice socioeconómico. Verificou-se que quanto maior é o domínio da LP, maior é também o índice socioeconómico; e, na inversa, quanto menor é o domínio da LP, menor é o índice socioeconómico. Esta constatação, facilmente observável através do gráfico exposto, corroborou de forma figurada os resultados do  $\chi^2$  (Tabela 10), cujos índices de significância se mostram elevados:  $\chi^2(1000) = 233,579$ ;  $p < ,001$ .

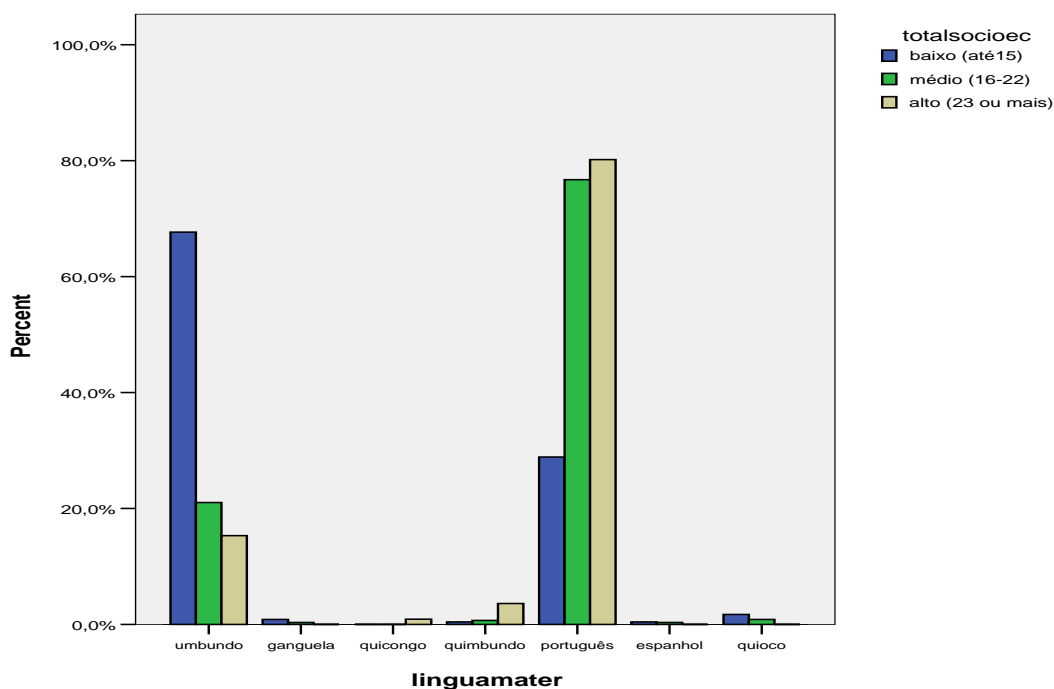
Retomando, com maior detalhe, a tese do parágrafo anterior, observou-se que os que melhor dominam a LP são os que desfrutam de melhor estatuto socioeconómico (56,76%); em contrapartida quem a domina razoavelmente, mal, muito mal ou, incluso, nem a domina apresentou maioritariamente um estatuto socioeconómico baixo.

**Gráfico 16 - Relação entre as variáveis Domínio da LP e Nível socioeconómico**



Foi curioso verificar, de novo, que o confronto desta variável com a da LM reforçou a percepção inicial subjacente à definição da hipótese de trabalho, no sentido de se pressupor um melhor domínio da LP por parte daqueles que apresentam um melhor nível socioeconómico. De facto, foram eles também que apresentaram o maior índice de Português como LM (80,18%). Ao invés, foi entre os falantes de LN enquanto LM que encontramos o menor índice socioeconómico, sendo o mais numeroso e pertinente o grupo dos ovimbundos (67,67%). Da mesma forma se confirmou a chamada de atenção anteriormente feita onde - a propósito da leitura do Gráfico 11 – os inquiridos oriundos do norte de Angola (de etnia quimbunda e bacongá) parecem apresentar um maior índice de falantes de Português como LM. Já os oriundos do interior leste e sudoeste (quiocos e ganguelas) confirmam a tese inicial de apresentarem menor nível socioeconómico, menor nível de domínio da LP e, quase obviamente, menor índice de falantes de Português como LM.

**Gráfico 17 - Relação entre as variáveis Língua Materna e Nível socioeconómico**



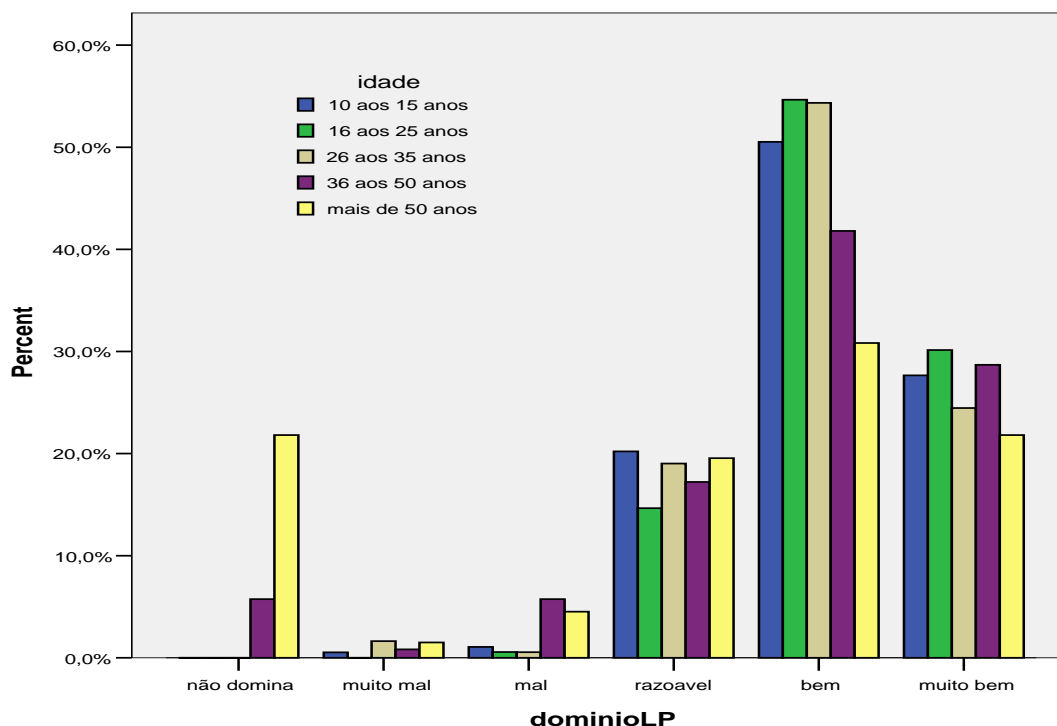
### 2.3.2.7. Domínio da LP/Idade

Relativamente às variáveis em epígrafe, observou-se (Tabela 10) que existe uma forte correlação entre o domínio da LP e a mesma, de acordo com os resultados significativos apresentados pelo teste  $\chi^2$  ( $\chi^2(1000)=194,071$ ;  $p<,001$ ).

Não obstante o elevado grau de significância exposto, ao apresentarmos graficamente estes dados (Gráfico 18) a multiplicidade de itens ponderados dificultou a sua perceção imediata. Um exame atento permitiu, porém, divisar algumas diferenças suficientes para perceber o nível de significância apresentada. Percebeu-se melhor comparando os extremos do gráfico. Assim, o contraste é perfeitamente nítido entre as colunas da direita e as da esquerda. Confundiu um pouco o elevado número de inquiridos com mais de 50 anos que declararam possuir um bom ou muito bom domínio da LP. Contudo, tal domínio prender-se-á com outros fatores não analisados, pois a sua presença faz-se sentir de forma patente e maioritária noutros itens, nomeadamente entre os que disseram não dominar a LP. Pelo contrário, a presença dos escalões mais jovens (dos 10 aos 15 anos e dos 16 aos 25 anos) é preponderante

no bom e muito bom domínio do Português, diluindo-se à medida que o domínio desta língua vai descendo.

**Gráfico 18 - Relação entre as variáveis Domínio da LP e Idade**

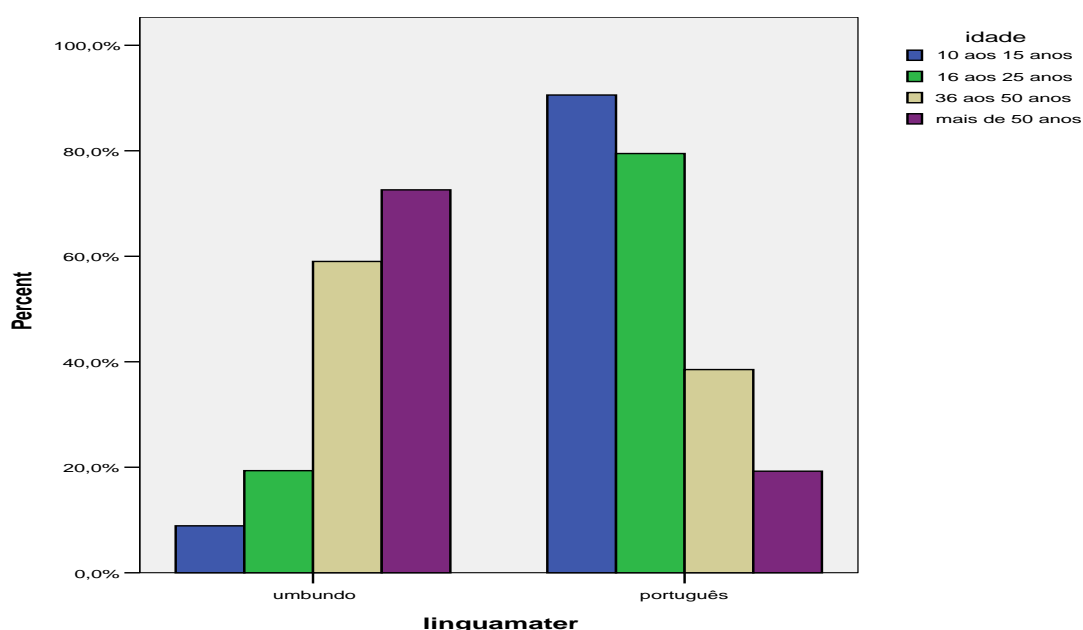


Dada a relação aparentemente existente entre a LM e a LP, optou-se por confrontar a variável idade com a variável LM, restringindo esta ao Português e ao Umbundo por serem as mais representativas na subamostra do Huambo, de acordo com a análise de frequência realizada, cujas percentagens se cifraram em, respetivamente, 65,2% e 32,1%.

Assim, o gráfico a seguir (Gráfico 19) ilustrou claramente esta suposta relação, manifestando uma perfeita inversão dos itens analisados. Relativamente ao Português e ao Umbundo (e parece-nos que o mesmo se passa em relação às outras LN de Angola), verificou-se que o número de falantes que as têm como LM aumentou com a menor idade no caso do Português e diminui com a maior idade no caso do Umbundo. Verifica-se uma clara propensão por parte dos jovens em assumir o Português como LM, em contraste com igual tendência apresentada pelos mesmos de deixar de ter o Umbundo como LM. Quanto menor é a juventude dos inquiridos maior é a taxa dos que apresentam a LP como LM. O gráfico espelha um movimento quase simétrico e

inverso. As colunas da direita apresentam um escalonamento decrescente em função da idade, enquanto as colunas da esquerda o apresentam crescente em função da mesma variável. Ou seja, a tendência parece ser que o Português enquanto LM está a aumentar, na mesma proporção em que as LN estão a diminuir, em função do envelhecimento de quem as utiliza.

**Gráfico 19 - Relação entre as variáveis Língua materna (Português e Umbundo) e Idade**

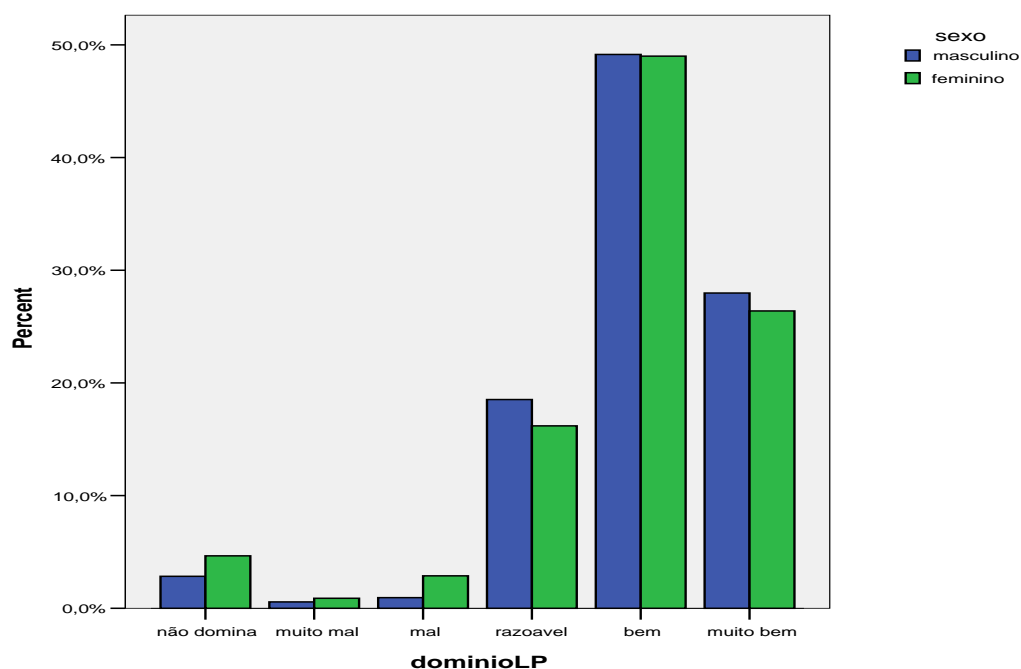


#### 2.3.2.8. Domínio da LP/sexo

Os resultados do teste  $\chi^2$  relativos a estas duas variáveis, foram claramente não significativos:  $\chi^2(1000)=8,511$ ;  $p<,130$  (Tabela 10), não se podendo deles inferir qualquer conexão em relação ao melhor ou pior domínio da Língua Portuguesa genericamente – ao contrário do que se observou na subamostra do Lubango, onde os resultados foram significativos (Tabela 7).

Observando o gráfico subsequente (Gráfico 2o), constataram-se ligeiras diferenças quanto ao comportamento linguístico do género, mas insuscetíveis de estabelecer um padrão estatisticamente significativo.

**Gráfico 20 - Relação entre as variáveis Domínio da LP e Sexo**



Poderemos estar perante uma especificidade da subamostra do Huambo, passível de ser explicada por motivos socioculturais ou de outra ordem, que desconhecemos.

### **2.3.3. Comparação dos resultados do falante de Língua Portuguesa no Lubango e no Huambo**

À guisa de fecho deste primeiro bloco de análises estatísticas, centrado na verificação da primeira hipótese de trabalho formulada (H1), apresentamos seguidamente os resultados obtidos na amostra total (N=2000), ou seja, na junção de ambas cidades. Procurámos, através desta colação, encontrar aspetos convergentes ou divergentes, assinalando apenas os mais pertinentes ao estudo – quer seja relativamente à confirmação ou não desta primeira hipótese de trabalho, quer seja relativamente às restantes, em particular a segunda que relaciona as variáveis Cidade (específica apenas da amostra total) e o Domínio da LP.

Os dados descritivos da amostra total, juntando as subamostras do Lubango e do Huambo, foram enumerados na tabela 13, que se segue.

**Tabela 13 - Características demográficas do total dos falantes inquiridos no perímetro urbano do Lubango e do Huambo (N=2000)**

VARIÁVEIS	N	%
CIDADE		
Lubango	1000	50,0
Huambo	1000	50,0
IDADE		
10-15	361	18,1
16-25	759	38,0
26-35	356	17,8
36-50	276	13,8
> 50	248	12,4
SEXO		
Masculino	1101	55,3
Feminino	891	44,7
RAÇA		
Negra	1696	85,5
Mista	261	13,2
Branca	26	1,3
GRUPO ETNOLINGUÍSTICO		
Nhaneca-humbe	219	11,2
Ovimbundo	1294	66,3
Ganguela	74	3,8
Quioco	51	2,6
Bacongo	42	2,2
Quimbundo	127	6,5
Herero	24	1,2
Quanhama	23	1,2
Europeu/descendentes	90	4,6
Outro	8	,4
NATURALIDADE		
Interior	278	14,0
Litoral	1710	86,0
ORIGEM		
Rural	628	31,8
Suburbana	735	37,2
Urbana	614	31,1
ESCOLARIDADE		
Analfabeto	185	9,3
Básico: 1-8 classe	799	40,2
Médio: 9-12 classe	749	37,6
Técnico-profissional	42	2,1
Superior	215	10,8
RELIGIÃO		
Sem religião	95	4,8
Católica	962	48,8
IURD	25	1,3
MANA	55	2,8
Protestante	666	33,8
Testemunhas de Jeová	147	7,5
Tradicional	6	,3

Outra	15	,8
ESTATUTO ECONÓMICO		
Baixo	413	21,3
Médio	1270	65,5
Elevado	257	13,2
DOMÍNIO da LP		
Não domina	36	1,8
Muito mal	29	1,5
Mal	72	3,6
Razoável	359	18,2
Bem	903	45,7
Muito bem	577	28,9

A leitura dos valores totais das subamostras do Lubango e Huambo sugere uma breve reflexão relativamente a algumas das variáveis acima referidas (Tabela 13). Em primeiro lugar, regista-se um relativo equilíbrio quanto à composição e dimensão da amostra, igualmente repartida entre ambas cidades (50% cada) e género (55,3% masculino; 44,7% feminino). Corrobora-se a afirmação já anteriormente feita da prevalência de uma população jovem, abaixo dos 25 anos (56,1% dos inquiridos, tendo em conta que só o foram aqueles que tinham mais de dez anos, deixando, por isso, de parte uma considerável franja da população infanto-juvenil). Relativamente às demais variáveis, passíveis de referência, percebemos que a amostra analisada configura uma população constituída basicamente por elementos de raça negra (85,5%), maioritariamente pertencentes ao grupo etnolinguístico ovimbundo e nhaneca-humbi (77,5% do total), naturais do litoral (86%) e oriundos em proporção semelhante quer do campo, quer dos subúrbios, quer da cidade.

#### **2.3.3.1. Comparação entre o Domínio da Língua Portuguesa e as variáveis sociodemográficas da amostra total**

Em complemento das anteriores análises parciais e por ditame da própria natureza comparativa deste estudo, aplicou-se o teste Qui Quadrado ( $\chi^2$ ), com simulação de Monte Carlo, à amostra total, cruzando em primeiro lugar a variável Domínio da LP com as restantes variáveis; e, num segundo momento, a variável Cidade com a variável Domínio da LP. Os resultados foram quase todos significativos (à exceção dos da variável Religião), e apresentam-se na tabela que segue (Tabela 14).



**Tabela 14 - Resultados do  $\chi^2$  em função do Domínio da LP (N=2000)**

Variável	Resultados	Grau de Significância
Raça	$\chi^2$ (2000)=54,165; p<,001	Significativo
Grupo etnolinguístico	$\chi^2$ (2000)=142,377; p<,001	Significativo
Naturalidade	$\chi^2$ (2000)=34,000; p<,001	Significativo
Origem	$\chi^2$ (2000)=256,907; p<,001	Significativo
Escolaridade	$\chi^2$ (2000)=1069,561; p<,001	Significativo
Religião	$\chi^2$ (2000)=53,296; p<,048	Não significativo
Total socioeconómico	$\chi^2$ (2000)=415,512; p<,001	Significativo
Idade	$\chi^2$ (2000)=330,247; p<,001	Significativo
Sexo	$\chi^2$ (2000)=21,621; p<,001	Significativo

Previamente cruzaram-se, por curiosidade, as diversas variáveis com a Cidade. Um breve olhar sobre os resultados foi suficiente para identificar um considerável número de variáveis cujos resultados apresentaram um grau de significância muito baixo. Foram elas as variáveis: escolaridade, religião, idade e sexo. Impor-se-ia a questão de saber o porquê destas diferenças e, também, o das semelhanças no comportamento linguístico entre ambas as cidades. Não sendo, porém, objetivo deste estudo aprofundar as razões sociológicas, históricas, políticas ou de outra índole explicativas dos resultados apresentados, consideramos, apenas, curiosa a composição deste grupo de variáveis que nos impele a tentar explicá-la por motivos de natureza política e administrativa; a não significância dos resultados totais, em função da variável Cidade, poderá, talvez, entender-se como resultante da ação niveladora e uniformizadora que o modelo político-administrativo, de cariz centralista, adotado pelo Governo da República de Angola facultou. Há um modelo central originado em Luanda e transposto por igual às províncias, de onde resulta a atual e visível uniformidade de instituições, procedimentos e, incluso, perfis, como se constatou.

Pela leitura dos dados apresentados na tabela 14, verificou-se que todos os resultados referentes às variáveis cruzadas com o domínio da LP se revelaram significativos, mostrando haver uma relação entre elas, à exceção (mais uma vez) da variável religião, que apresentou valores não significativos – corroborando as análises parcelares que já se haviam apresentado quanto às subamostras do Lubango e do Huambo.

Confirmou-se (quase totalmente) a  $H_1$ , que diz: O melhor domínio da LP está relacionado com o mais elevado nível socioeconómico, com o maior nível de escolaridade, com a menor idade, com a pertença ao sexo masculino, com a proveniência do litoral urbano, e com a vivência na cidade, havendo interações com a raça/etnia e com a religião.

E rejeitou-se (na forma e proporção inversa) a  $H_0$  que sugeria não existir relação entre o domínio da LP e a cidade, o estatuto socioeconómico, o nível de escolaridade, a idade, o sexo, a raça/etnia, a religião, a naturalidade/origem e a escolaridade.

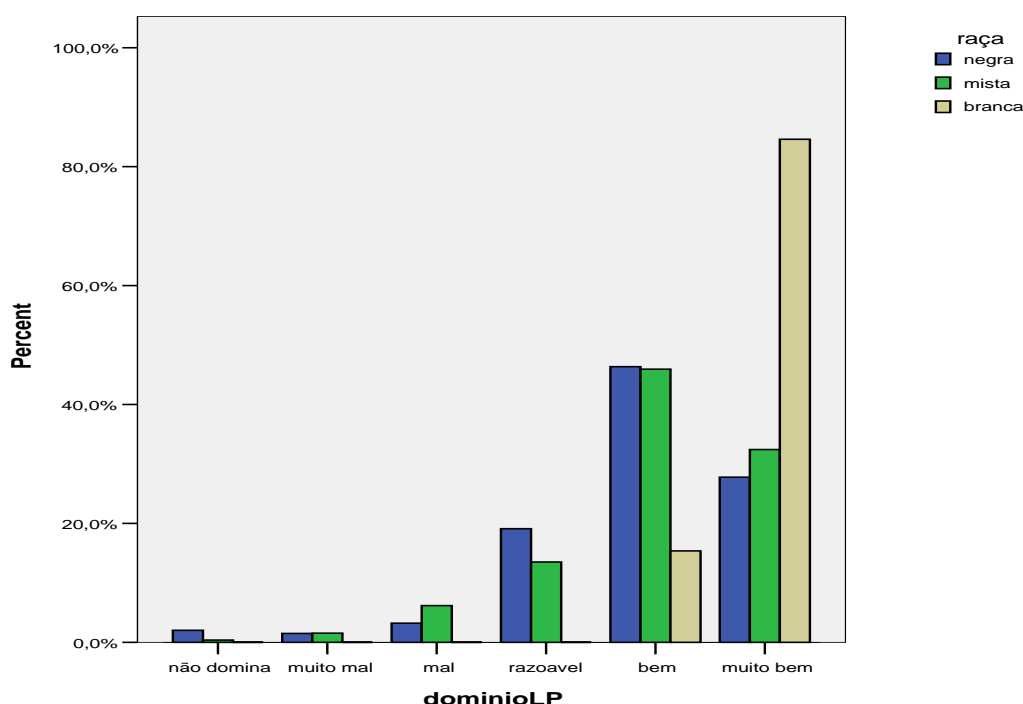
Com base nestes resultados, que englobam as duas subamostras do Lubango e do Huambo, procedeu-se à análise detalhada das variáveis em estudo, comparando o Lubango e o Huambo naquilo que se considerou mais interessante, ou seja, a análise das variáveis cujos resultados se mostraram significativos.

#### **2.3.3.2. Domínio da LP/raça**

Consultando os resultados dos testes  $\chi^2$  realizados a propósito de cada uma das variáveis das subamostras, constatámos uma evolução considerável no grau de significância no que diz respeito às variáveis em epígrafe. O aumento da amostra implicou também o aumento do grau de significância:  $\chi^2(2000)=54,165$ ;  $p<,001$ .

Traduzindo graficamente esta relação (Gráfico 21), observou-se o claro predomínio da raça branca no que diz respeito ao muito bom domínio do Português. Contudo, convém manter algumas reservas quanto a este resultado uma vez que, de acordo com a análise de frequências realizada, apenas foram inquiridos 26 elementos de raça caucasiana, ou seja, 1,3% do total.

**Gráfico 21- Relação entre as variáveis Domínio da LP e Raça**



Quanto às demais raças, mestiça e negra, não é observável qualquer padrão regular de comportamento linguístico que indicie a preponderância de uma sobre a outra, relativamente ao melhor domínio da LP.

#### **2.3.3.3. Domínio da LP/grupo etnolinguístico**

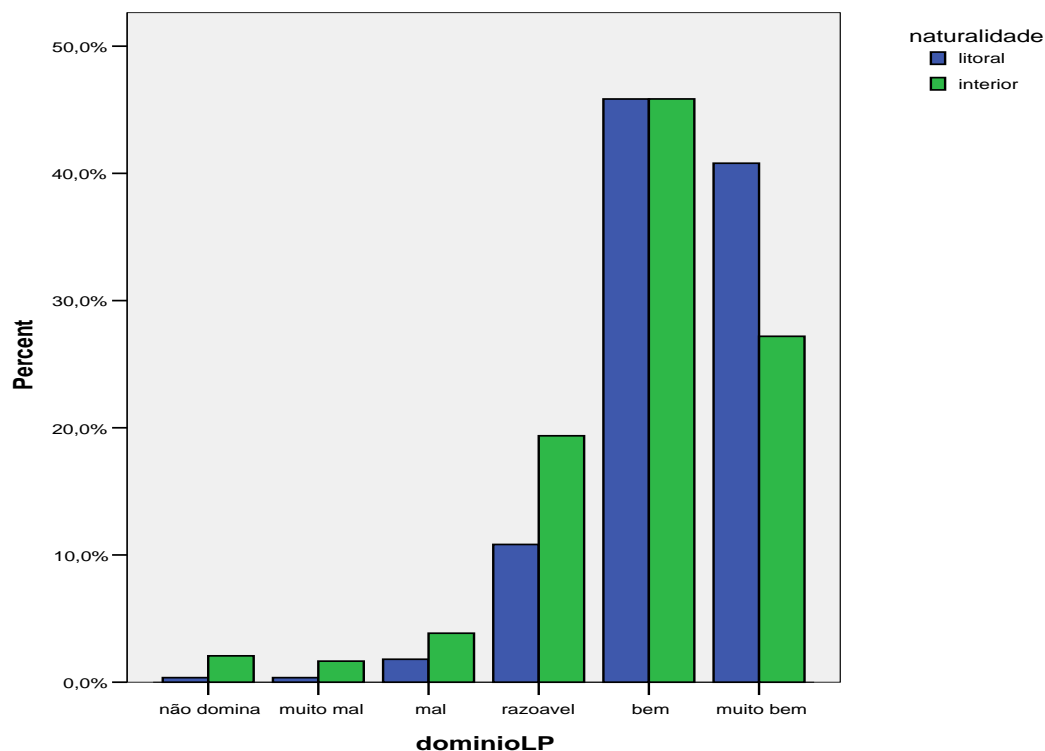
Tal como no anterior, também aqui o cruzamento destas duas variáveis revelou resultados significativos:  $\chi^2$  (2000)=142,377;  $p<,001$ . Contudo, a tentativa de ilustrá-los graficamente pareceu improcedente na medida em que a profusão de itens torna pouco intuitiva e proveitosa a sua leitura. Chamou a atenção o desequilíbrio presente no número de inquiridos que, no total, aponta para 66,3% de origem ovimbunda, reflexo, porém, da composição etnográfica destas cidades do centro e sul de Angola.

#### **2.3.3.4. Domínio da LP/ Naturalidade/Origem**

Mais uma vez se juntaram estas três variáveis, particularmente a naturalidade e a origem, devido à sua natureza próxima. Tal como se havia verificado nos testes das subamostras, também neste os resultados do  $\chi^2$  se mostraram significativos para o cruzamento da variável domínio da LP com a variável naturalidade e com a variável

origem:  $\chi^2(2000)=34,000$ ;  $p<,001$ ;  $p<,001$  e  $\chi^2(2000)=256,907$ ;  $p<,001$ , respetivamente. Confirmou-se, assim, uma parte da hipótese de trabalho que augurava um melhor domínio da LP por parte dos falantes oriundos do litoral e de origem urbana, conforme se pode observar nos seguintes gráficos 22 e 23.

**Gráfico 22 - Relação entre as variáveis Domínio da LP/Naturalidade**

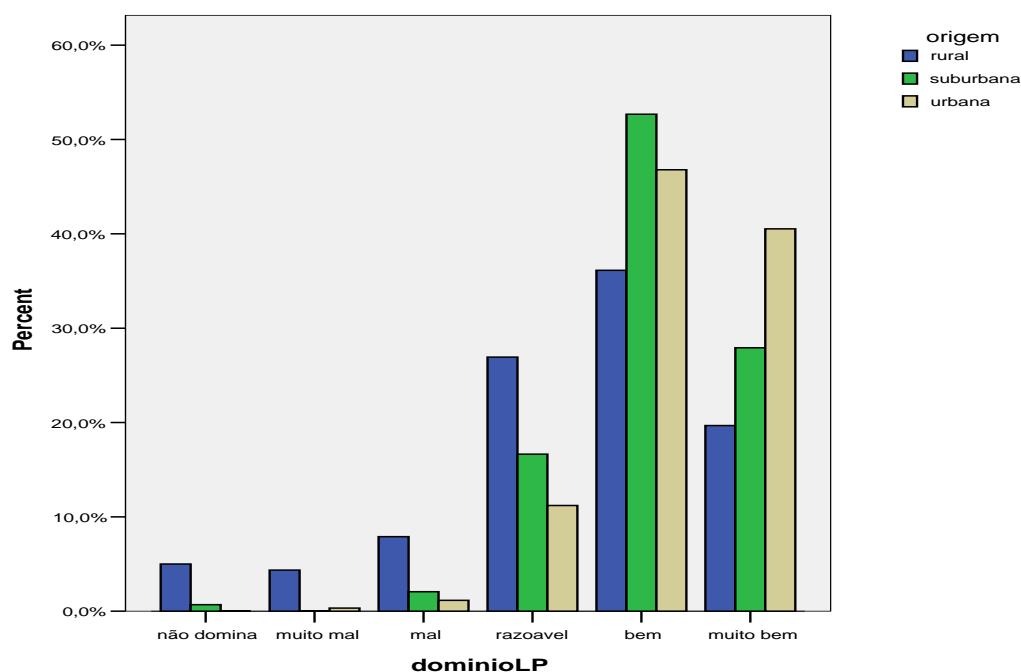


Neste gráfico (Gráfico 22), é nítida a relação que se estabeleceu entre o melhor domínio da LP e a naturalidade dos inquiridos. De facto, no item «muito bem» os oriundos do litoral manifestaram uma clara superioridade quanto ao melhor domínio do Português. A partir daí, inicia-se um percurso descendente com os provenientes do interior a primarem em todos os itens, relativos ao menor domínio do Português. Sublinhe-se o facto de haver um nítido desequilíbrio na composição da amostra constituída por 278 provenientes do litoral, ou seja, 14% do total; e 1710 do interior, a que corresponde 86% do total. Contudo, são valores admissíveis porquanto são suscetíveis de suportar as análises estatísticas em causa e, principalmente, porque são representativos de uma população (de cidades) do interior de Angola.

É comum associar-se estas duas variáveis: a ruralidade e a interioridade, em contraposição à urbanidade e à litoralidade. Seja ou não assim, esta associação

presidiu à formulação da hipótese de trabalho, que foi igualmente confirmada. Deste modo, o próximo gráfico (Gráfico 23) procurou ilustrar o melhor domínio do Português por parte dos cidadãos, em detrimento dos rurais.

**Gráfico 23 - Relação entre as variáveis Domínio da LP/Origem**



Tal como no anterior, também neste é evidente a relação que se estabeleceu entre o melhor domínio da LP e a origem dos inquiridos. Bastou tomar para observação os três primeiros itens, muito bem, bem e razoável, para verificar a inversão dos valores representados. Comparativamente, o domínio da LP dos de origem urbana subiu na proporção em que o domínio da LP por parte dos de origem rural desceu ou inversamente.

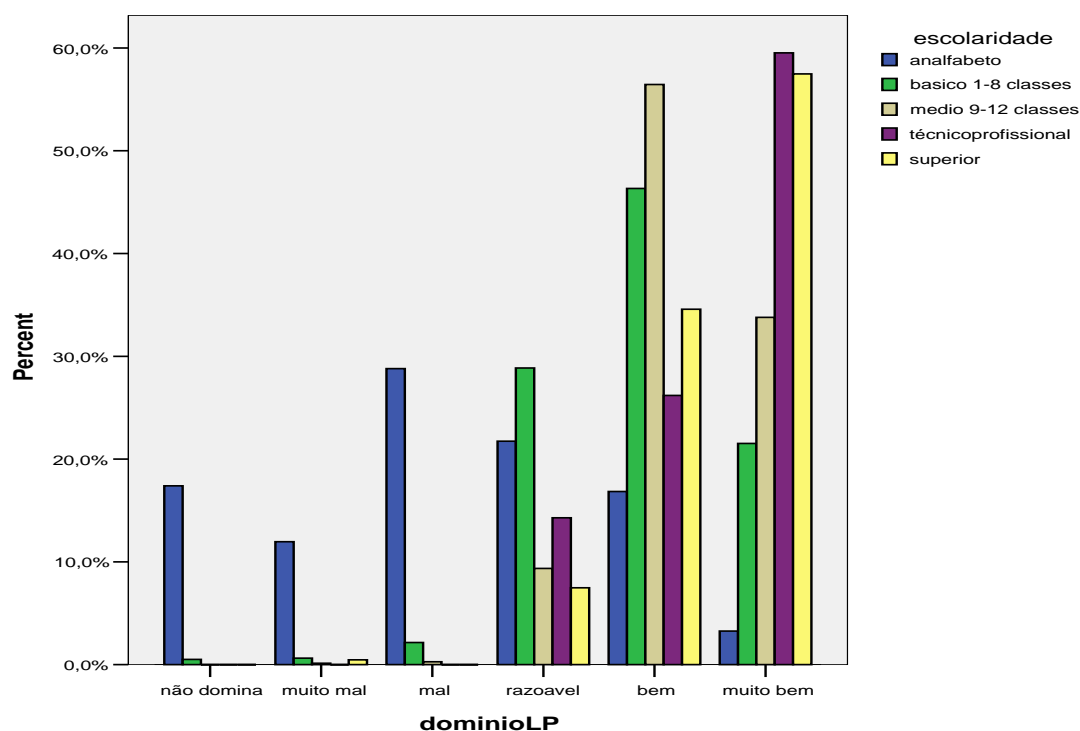
Estranha e involuntariamente, constatou-se um inesperado equilíbrio numérico entre os inquiridos: 628 de origem rural (31,8%); 735 de origem suburbana (37,2%); e 614 de origem urbana (31,1%).

#### **2.3.3.5. Domínio da LP/ Escolaridade**

Como era esperado, os resultados deste  $\chi^2$ , sobre a amostra total, mostraram-se significativos:  $\chi^2$  (2000)=1069,561;  $p<,001$ , recapitulando e mantendo, assim, os resultados parcelares já expostos.

Recorrendo, mais uma vez, à sua representação gráfica (Gráfico 24), descobrimos imediatamente uma claríssima relação entre estas duas variáveis. Bastou analisar o primeiro item, referente ao bom domínio da LP, para verificarmos a escala quase perfeita que se estabelece em relação aos vários níveis de ensino. A única anomalia a apontar será, porventura, a dos inquiridos de nível técnico-profissional apresentarem um valor ligeiramente superior aos do nível superior, no que toca ao melhor domínio da LP. Parece-nos um paradoxo, mas trata-se de níveis e idades bastante próximas, pelo que não será assim tão estranho. Pelo demais, é imperioso referir que, de acordo com a tabela de frequências para a variável escolaridade, se registam apenas 42 inquiridos para o nível técnico-profissional (correspondentes a 2,1% do total), a par de 215 inquiridos para o nível superior (que totalizam 10,8% da amostra): números, ainda assim, razoáveis para sustentar do ponto de vista estatístico os juízos formulados.

**Gráfico 24 - Relação entre as variáveis Domínio da LP/Escolaridade**



A análise dos restantes itens corroborou esta primeira impressão, permitindo observar o paralelismo existente: quanto menor o índice de escolaridade, menor também o grau de domínio da LP.

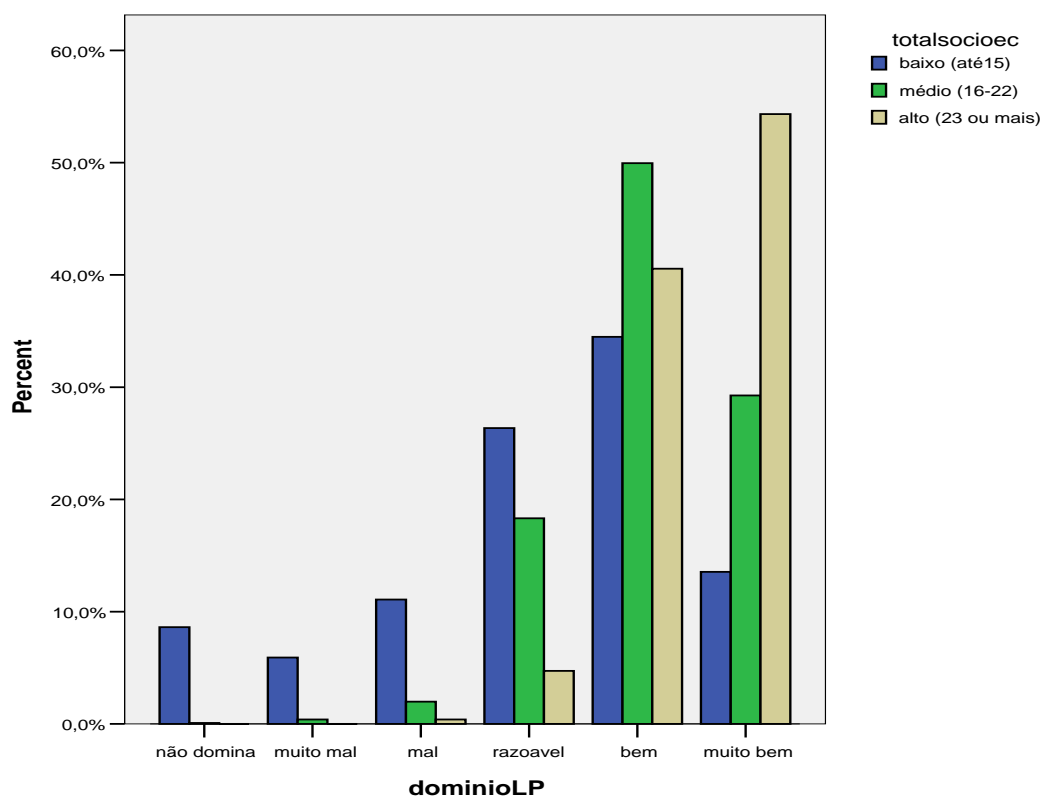
#### 2.3.3.6. Domínio da LP/ Religião

Os resultados das várias análises feitas levaram a concluir pela ausência de relação entre as variáveis domínio da LP e a religião. De acordo com os dados da Tabela 14, temos os seguintes resultados não significativos ou muito próximos da não significância:  $\chi^2$  (2000)=53,296;  $p < ,048$ . Não surpreende uma vez que são resultados que recapitulam os obtidos nas subamostras anteriores.

#### 2.3.3.7. Domínio da LP/ Total socioeconómico

O mesmo não aconteceu em relação ao cruzamento e análise destas duas variáveis (Tabela 14). Os resultados apresentaram um elevado grau de significância:  $\chi^2$  (2000)=415,512;  $p < ,001$ . Representada em forma gráfica (Gráfico 25), a conexão entre as variáveis em causa parece-nos óbvia.

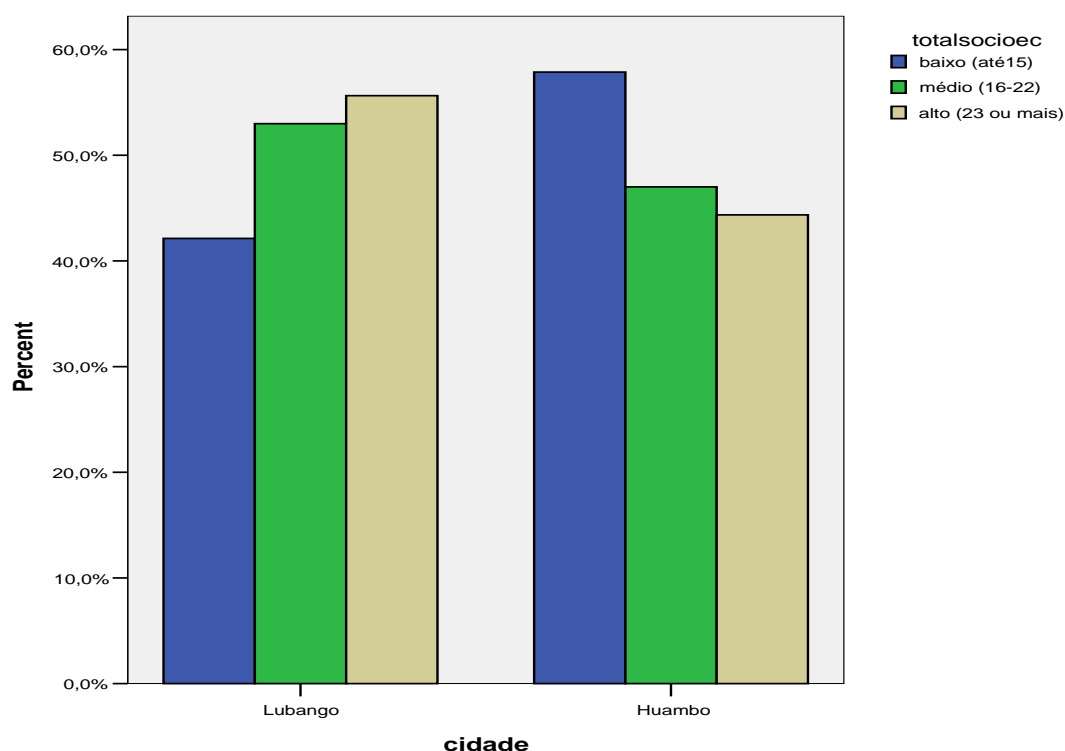
**Gráfico 25 - Relação entre as variáveis Domínio da LP e Total socioeconómico**



De facto, basta a análise dos três primeiros itens para perceber-se a tendência dominante, redutível ao seguinte axioma: ao maior índice socioeconómico corresponde igualmente um melhor domínio da LP. Os índices muito bem, bem e razoável apresentam uma escala descendente no sentido de que a um pior domínio da LP corresponde um mais baixo estatuto socioeconómico.

Com o intuito de procurar diferenças que expliquem ou indiciem discrepâncias no comportamento linguístico entre os falantes das cidades de Lubango e Huambo – atendendo aos diferentes percursos seguidos por cada uma e que, no nosso entender, deveriam manifestar-se ao nível socioeconómico – cruzou-se as variáveis cidade e total socioeconómico. Os resultados foram significativos:  $\chi^2(2000)=17,233$ ;  $p<,001$ . De acordo com eles (Gráfico 26), encontramos uma situação socioeconómica visivelmente mais desafogada no Lubango. Este teste confirma o que parece óbvio a quem viveu em ambas cidades. O Lubango apresenta sinais de desafogo económico que o Huambo, ainda em fase de reconstrução, não aparenta. Estes sinais traduzem-se, por exemplo, no maior volume de obras particulares de construção civil, no melhor parque automóvel e nos hábitos de lazer.

**Gráfico 26 - Relação entre as variáveis Cidade e Total socioeconómico**





Por si só, este dado poderá não ser suficiente para explicar o diferente comportamento linguístico entre o Lubango e o Huambo relativamente ao domínio da LP, mas tendo em conta que neste cotejo entre a variável cidade e as variáveis raça ( $\chi^2(2000)=52,181$ ;  $p<,001$ ), grupo etnolinguístico ( $\chi^2(2000)=457,909$ ;  $p<,001$ ), e origem ( $\chi^2(2000)=98,673$ ;  $p<,001$ ) os resultados do teste Qui quadrado (Tabela 14) se terem mostrado significativos, temos uma possível justificação para os resultados igualmente significativos apresentados na Tabela 15, relativamente à variável cidade em função da variável domínio da LP ( $\chi^2(2000)=69,083$ ;  $p<,001$ ).

Apresentam-se, na tabela abaixo, os resultados do cruzamento das variáveis referidas:

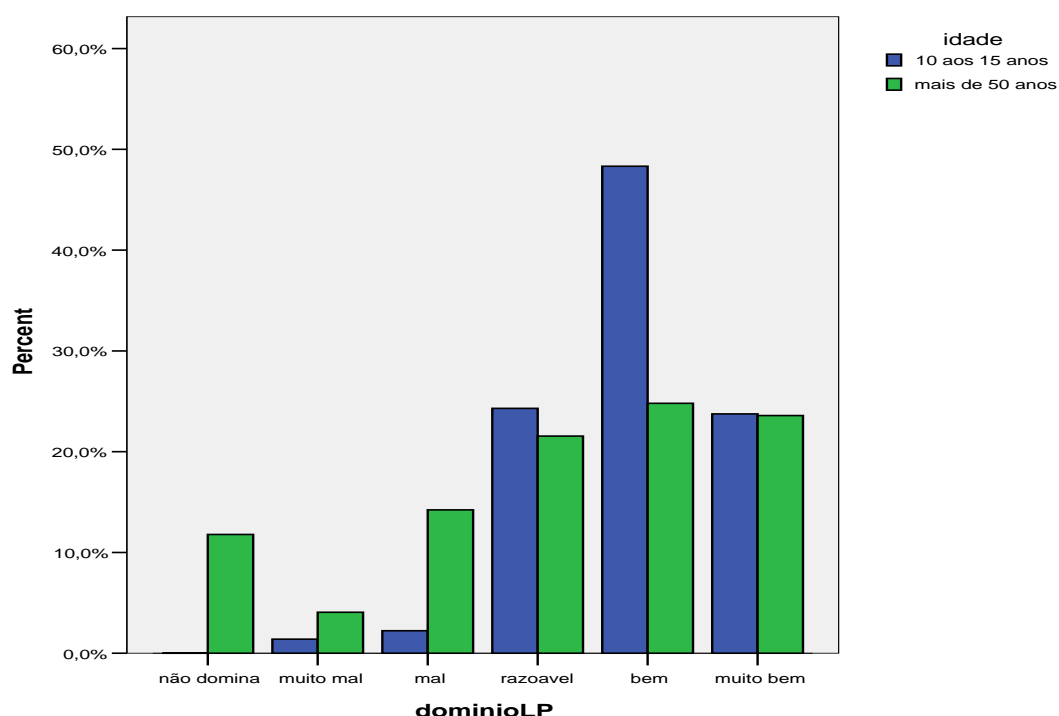
**Tabela 15 - Resultados do  $\chi^2$  em função da variável Cidade (N=2000)**

Variável	Resultados	Grau de Significância
Raça	$\chi^2(2000)=52,181$ ; $p<,001$	Significativo
Grupo etnolinguístico	$\chi^2(2000)=457,909$ ; $p<,001$	Significativo
Origem	$\chi^2(2000)=98,673$ ; $p<,001$	Significativo
Total socioeconómico	$\chi^2(2000)=17,233$ ; $p<,001$	Significativo

### 2.3.3.8. Domínio da LP/ Idade

À semelhança de observações anteriores, a propósito de diferentes análises, também nesta se afigura difícil mostrar o gráfico correspondente devido à multiplicidade de itens que tornam pouco apelativa a sua leitura e perceção visual do grau de significância acusado pelo  $\chi^2$  apresentado na Tabela 14:  $\chi^2(2000)=330,247$ ;  $p<,001$ . Com o propósito de ultrapassar esta dificuldade e de ir ao encontro do proposto na hipótese de trabalho, optou-se por simplificar o gráfico relativo a estas variáveis (Gráfico 27), eliminando os itens intermédios e mantendo apenas os valores extremos, de forma a acentuar o contraste existente e a marcar a tendência dominante. Assim, reduziu-se a variável idade a dois itens apenas, cotejando-se o domínio da LP por parte da faixa etária dos 10 aos 15 anos com o domínio da LP por parte dos inquiridos com mais de 50 anos.

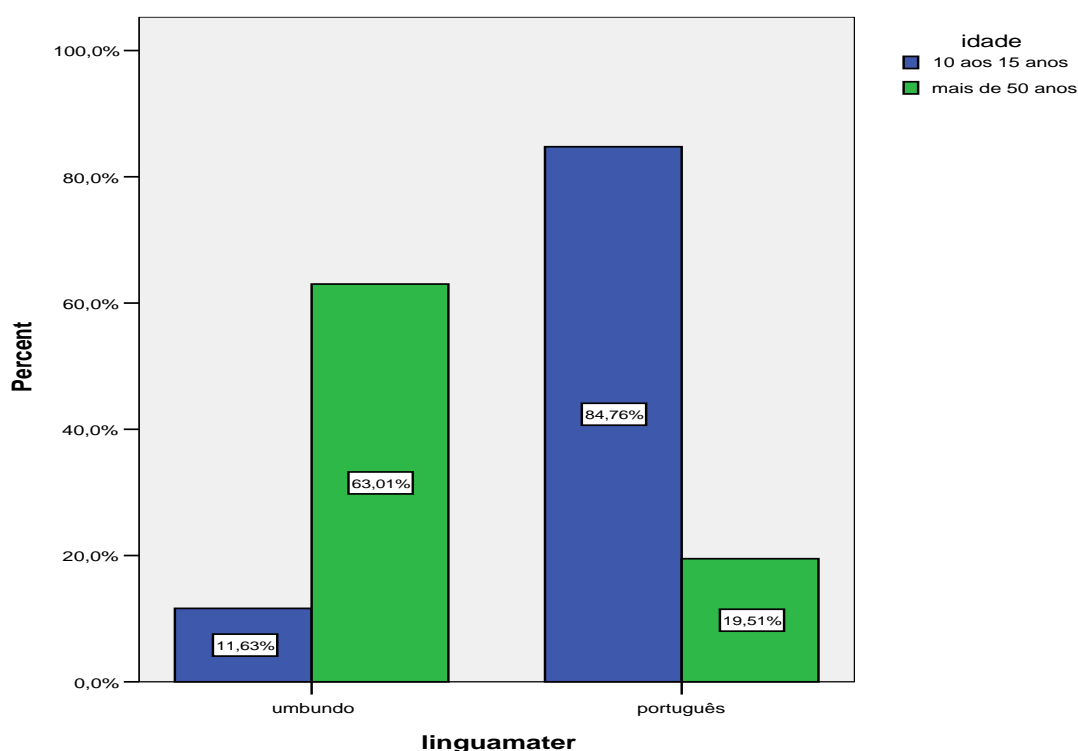
**Gráfico 27 - Relação entre as variáveis Domínio da LP/Idade**



Os resultados mostram que, no item muito bem, os mais jovens revelam uma ligeira preponderância de 23,74% contra 23,58% dos mais velhos, no que toca ao melhor domínio da LP. Esta vantagem torna-se clara e folgada nos dois itens seguintes, bem e razoável para quase desaparecer nos itens relativos ao pior domínio do Português. Este dado confirma, pois, um dos postulados na hipótese de trabalho segundo o qual «*o melhor domínio da LP está relacionado com a menor idade*».

Em complemento deste quadro, fez-se o cruzamento da variável idade, de forma simplificada, com a variável LM, de forma também simplificada, reduzindo-a ao Umbundo e ao Português – as duas línguas com maior utilização no Lubango e no Huambo. Deste cotejo resultou o Gráfico 28, que a seguir se apresenta.

**Gráfico 28 - Relação entre as variáveis LM/Idade**



Reduzidos os elementos à sua essência, torna-se evidente a relação que entre eles se estabelece, no sentido de um paulatino enfraquecimento (de algumas) das línguas nacionais e o proporcional crescimento do Português como LM das novas gerações. De facto, 84,76% dos inquiridos com idades compreendidas entre os 10 e os 15 anos declaram ter a LP como primeira língua, em claro contraste com os 19,51% apresentados pelos inquiridos de idade superior a 50 anos. Pelo contrário, em relação ao Umbundo (e, provavelmente, também em relação a outras LN de Angola) o movimento é oposto. Enquanto 63,01% dos falantes com mais de 50 anos o têm como LM, entre os jovens de 10 a 15 anos esta percentagem desce para 11,63%.

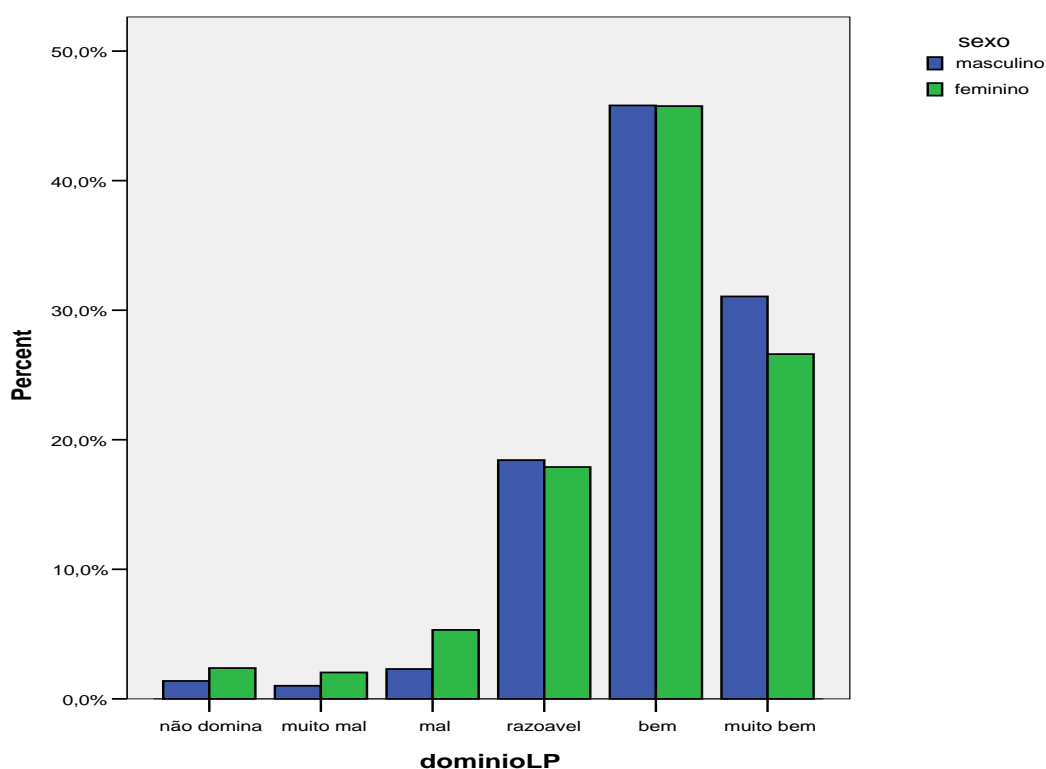
Estendemos o mesmo procedimento em relação aos vários níveis etários e constatamos um crescimento sustentado do Português como LM, em detrimento das LN, dentro dos perímetros urbanos em estudo. No espaço de 40 anos (uma geração) alterou-se profundamente o quadro relativo à LM desta população em estudo. A manterem-se as atuais condições sociopolíticas, não será despropositado alvitrar que, à taxa atual de crescimento do Português, este se possa vir a constituir-se como LM de quase toda a população urbana de Angola, no prazo de outra geração, devido,

principalmente, ao poder difusor dos órgãos de comunicação social e ao progressivo alargamento do sistema educativo - principais instrumentos deste fenómeno com que Angola presentemente se confronta.

### 2.3.3.9. Domínio da LP/ Sexo

Indo ao encontro do prognosticado e definido na hipótese de trabalho, a análise do teste  $\chi^2$  relativa a estas duas variáveis (Tabela 14) apresentou resultados significativos:  $\chi^2(2000)=21,621$ ;  $p<,001$ . Pelo que se confirmou existir uma relação entre a pertença ao sexo masculino e o melhor domínio do Português. Podemos visualizá-la através do gráfico seguinte (Gráfico 29):

**Gráfico 29 - Relação entre as variáveis Domínio da LP e Sexo**



A leitura dos dados impele-nos imediatamente para a mancha gráfica constituída pelas colunas da direita, relativas aos itens da variável domínio da LP: muito bem, bem e razoável. Nestes nota-se uma pequena vantagem global do sexo masculino (95,30%) sobre o sexo feminino (90,25%), no que toca ao melhor domínio do Português. Nos restantes, o sexo feminino corrobora este pior domínio da LP. Seria relevante buscar as causas deste desnível – que julgamos poderem ser de carácter

sociocultural, e derivado da educação mais reservada tradicionalmente dada às mulheres – contudo, este desejo transpõe os limites deste estudo.

Como curiosa nota final, assinala-se que o sexo feminino (66,21%) apresenta uma ligeira vantagem numérica sobre o masculino (62,29%) relativamente à adoção do Português como LM. Na inversa, o sexo masculino mantém, aproximadamente, esta margem de diferença em relação às LN como línguas maternas, à exceção do Nhaneca, onde o sexo feminino volta a revelar uma ligeira supremacia. Tal poderá entrosar-se no argumento dado acima pois, a cultura deste grupo etnolinguístico tem traços muito próprios no que diz respeito à educação do género, bem como na forma como lida com o sistema de educação institucionalizado, constituindo, ainda, no contexto nacional angolano, uma das áreas com mais crianças fora do sistema escolar devido aos seus hábitos pastoris de transumância.

#### **2.3.3.10. Comparação entre a cidade (Lubango *versus* Huambo) e o Domínio da Língua Portuguesa**

Foi aplicado o teste Qui Quadrado ( $\chi^2$ ), com simulação de Monte Carlo, a fim de testar as hipóteses de trabalho formuladas e avaliar a relação entre a Cidade e o melhor Domínio da LP - de acordo com a formulação da segunda hipótese de trabalho (H2) segundo a qual: «A cidade (Lubango/Huambo) está relacionada com o melhor domínio da Língua Portuguesa». Obtiveram-se os resultados que se expõem na tabela seguinte (Tabela 16):

**Tabela 16 - Resultados do  $\chi^2$  em função da variável Cidade (N=2000)**

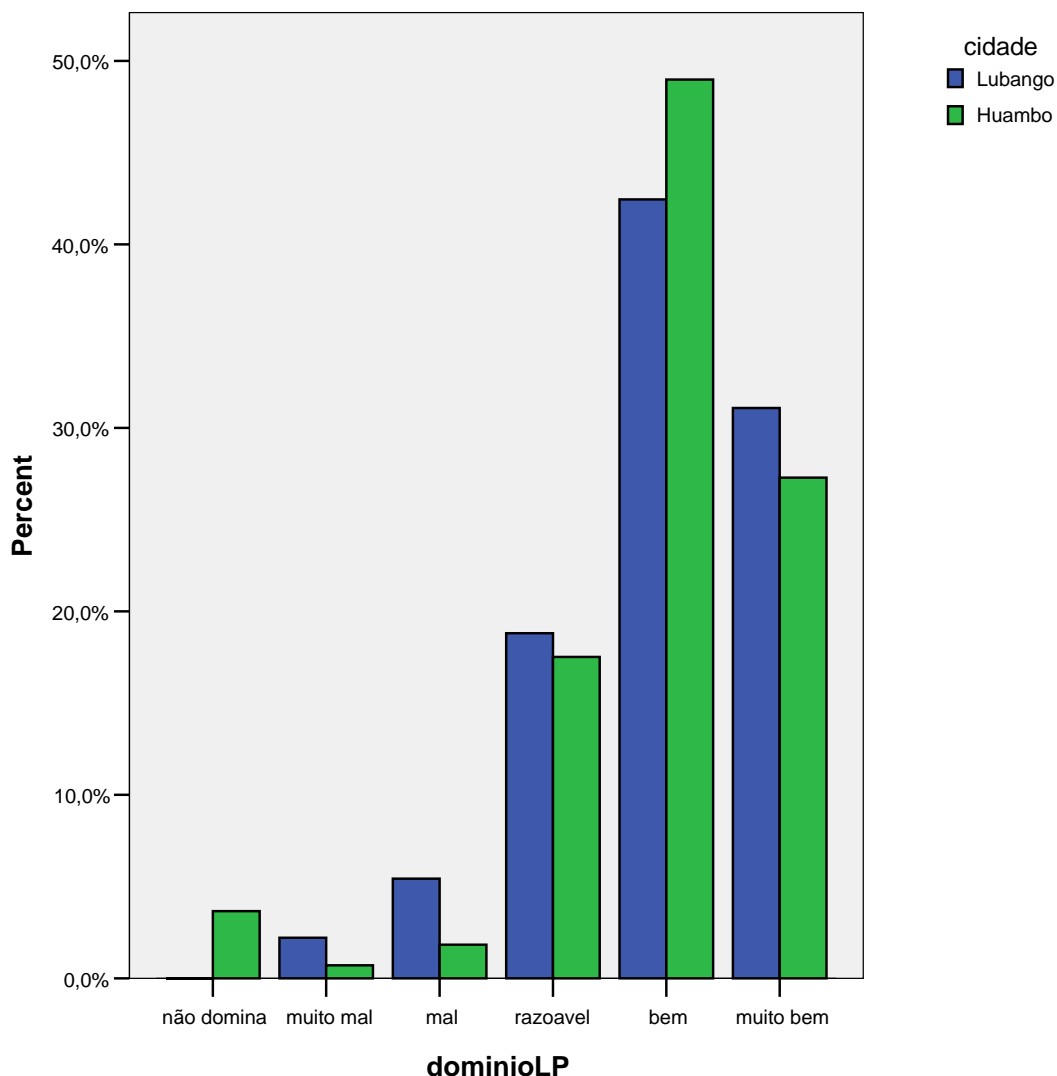
Variável	Resultados	Grau de Significância
Cidade	$\chi^2$ (2000)=69,083; p<,001	Significativo

#### **2.3.3.11. Domínio da LP/ Cidade**

Restou a análise deste último par de variáveis, cujos resultados fornecidos pelo teste  $\chi^2$  da tabela anterior se mostraram significativos:  $\chi^2$  (2000)=69,083; p<,001. Instados a ilustrar graficamente esta significância, não nos deparamos com a clareza

esperada. De facto, o gráfico aprontado para este efeito (Gráfico 30) não facultou a desejada leitura imediata e concludente, devido à grande dispersão de dados.

**Gráfico 30 - Relação entre as variáveis Domínio da LP e Cidade**



É de realçar que o Huambo apenas apresentou valores superiores ao Lubango no item bem. Nos restantes itens, Huambo apresenta valores inferiores aos do Lubango – sendo também curioso e de anotar que esta cidade não apresenta casos de inquiridos que não dominam a LP (contra 3,67%, verificados no Huambo).

Os testes anteriores confirmaram a relação existente entre as referidas variáveis e, concomitantemente, o melhor domínio da LP por parte dos falantes da cidade do Lubango – ainda que a sua representação gráfica não se tenha revelado tão elucidativa quanto pretendíamos.

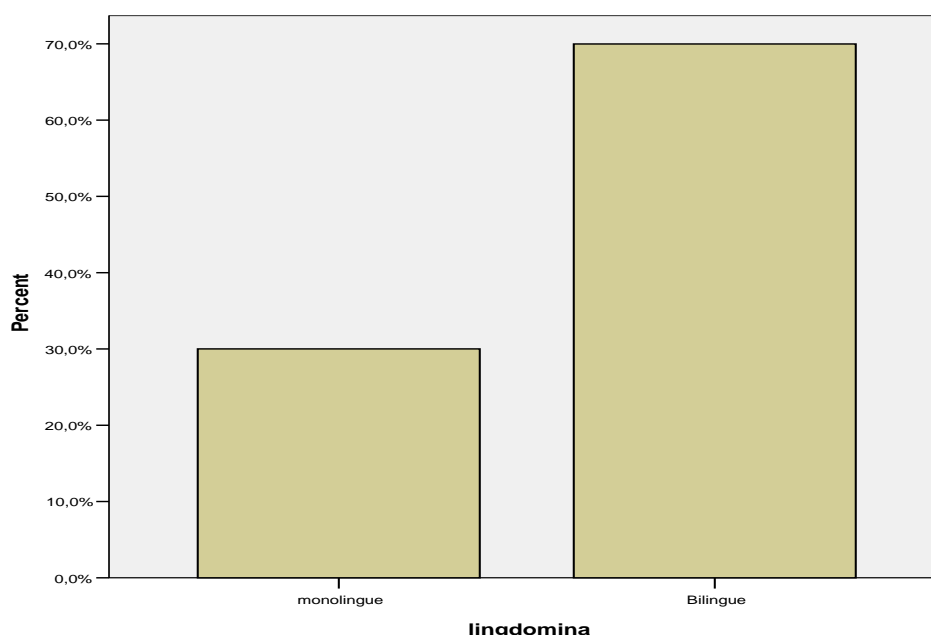
## 2.4. ANÁLISES EXPLORATÓRIAS

Em seguida, pretendeu-se completar o perfil sociolinguístico do falante urbano do Lubango e do Huambo por meio da análise das restantes variáveis estudadas, seja pela aferição dos dados já conhecidos, seja pela introdução de novos dados de carácter exploratório. A sua ordem de apresentação respeitou a disposição pela qual as questões foram ordenadas no inquérito e tomou-se a amostra no seu todo, salvo momentos e aspetos em que se justificou a análise de cada uma das subamostras por separado.

### 2.4.1. Monolinguismo ou bilinguismo

Confrontados com a questão de se considerarem monolíngues ou bilingues (Gráfico 31), isto é, de uma forma simplista, se dominam uma ou mais línguas, 69,98% dos inquiridos respondeu que dominava mais do que uma língua, enquanto 30,02% reconheceu ser monolíngue.

**Gráfico 31 - Percentagem de falantes inquiridos que se consideram monolíngues ou bilingues**



Analisando cada cidade separadamente, verificou-se, uma vez mais, o comportamento linguístico similar de ambas, pois apresentam valores idênticos, sendo que o Huambo registou uma ligeira diferença de mais 1% em relação ao Lubango, no

referente ao bilinguismo. Na verdade, independentemente da diferença mínima atrás apontada, quem viveu em ambas as cidades por um longo período de tempo terá constatado o maior uso diário que se faz das LN (neste caso do Umbundo) no Huambo em relação ao Lubango. A tal constatação não será também alheio o facto de os inquiridos da subamostra do Huambo apresentarem um número mais elevado de falantes de Umbundo como LM (32,13%) do que os do Lubango (22,83%).

Independentemente também da maior ou menor rigidez destes dados, o que parece importante reter é a consciência do ser-se bilingue por parte do sujeito, porventura tradução de uma realidade coletiva indubitavelmente bilingue subjacente, impossível de escamotear.

Dado o desnível social e as funcionalidades que assumem nos seus usos as várias línguas em contacto, caberia perguntar se esta configura uma situação de bilinguismo ou de diglossia,<sup>167</sup> como no enquadramento teórico deste estudo já se havia apontado.

Sem retirar a importância que esta questão teórica deve merecer e retomando a análise dos dados recolhidos (Gráfico 32), verificou-se uma percentagem maior de falantes monolíngues entre os 10 e os 25 anos que a partir dos 26 anos em diante, onde esta tendência se inverte, com claro predomínio do bilinguismo. Estes dados parecem caminhar no mesmo sentido de outros já aduzidos, nomeadamente os relativos à LM em função da Idade. De facto, os falantes mais jovens dominam menos as LN do que os mais velhos. Em contrapartida dominam mais a Língua Portuguesa apresentando-a, numa proporção já considerável e crescente, como única língua que dominam (Gráficos 35 e 36).

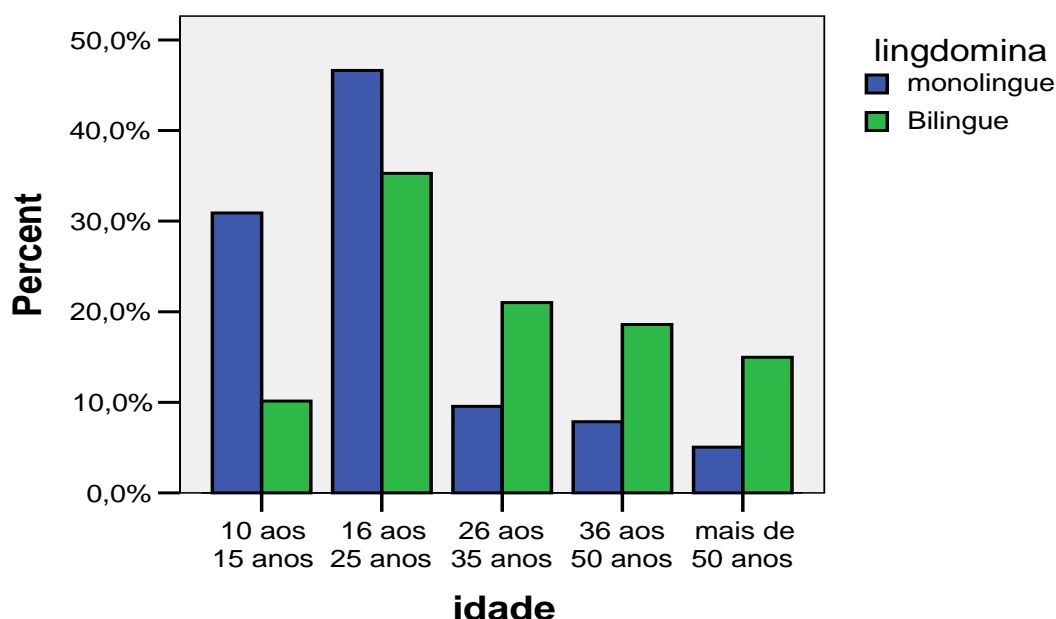
---

<sup>167</sup> Definição de diglossia: «Situação linguística em que duas ou mais línguas são utilizadas no mesmo terreno geográfico de modos diferentes e desempenhando papéis sociais diferentes, por exemplo, sendo uma utilizada para o ensino, religião e governação e a outra ao nível das interações familiares.» Cf. XAVIER, *Maria Francisca*; MATEUS, *Maria Helena*, *Dicionário de termos linguísticos*, Lisboa, Ed. Cosmos, 1990.

Existe em suporte eletrónico no site: [http://www.ait.pt/recursos/dic\\_term\\_ling/dtl\\_pdf/L.pdf](http://www.ait.pt/recursos/dic_term_ling/dtl_pdf/L.pdf) (Consultado e gravado em 25 de Outubro de 2007).



**Gráfico 32 – Comparação entre os falantes que se consideram monolíngues e bilingues, considerando a idade**



#### **2.4.2. Língua materna, língua segunda e língua estrangeira: domínio, frequência e contexto social de utilização**

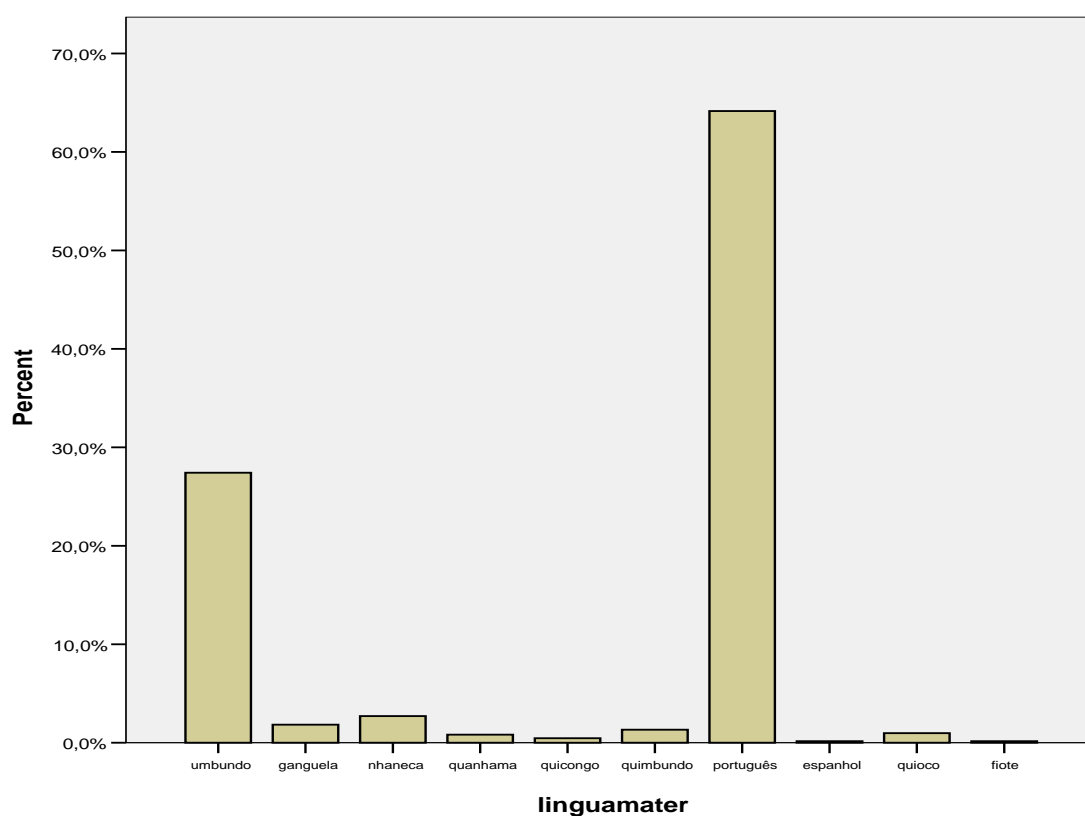
Se, como vimos no anterior gráfico, os falantes do perímetro de ambas cidades se consideram maioritariamente bilingues, importa saber: *que línguas falam?*

Por uma questão metodológica, distinguiu-se entre língua materna, língua segunda e língua estrangeira - tendo sido reservado um espaço específico no questionário para a avaliação do grau de domínio e uso de cada uma delas (cf. Apêndice B). Entendeu-se por língua materna - neste contexto e conforme foi explicado aos inquiridos - a primeira língua a ser aprendida. Tanto pode ser uma língua nacional, como oficial (LP) ou estrangeira. No mesmo sentido se entendeu o conceito de língua segunda, podendo igualmente ser qualquer língua nacional, oficial (LP) ou estrangeira. Já o conceito de língua estrangeira contrapôs-se ao de LN, mas não ao de LO, uma vez que a língua oficial em Angola é a portuguesa.

A lista das LN referidas no questionário reproduz, grosso modo, a composição linguística de Angola e apresenta apenas as línguas mais faladas, sem qualquer intuito de as registar exaustivamente.

Do mesmo modo empírico se procedeu na determinação das LE. Assim, foram considerados os seguintes idiomas como mais representativos da situação linguística em estudo: português, espanhol (ou, de forma mais correta, castelhano), francês, inglês e russo. O português por razões históricas ligadas à colonização quer das terras altas da Huíla, quer das do Planalto Central; o francês e o inglês devido à proximidade geográfica do Zaire, Zâmbia e Namíbia; e o espanhol e russo devido, por último, às relações privilegiadas estabelecidas com Cuba e com a ex-União Soviética, no período pós-independência de Angola.

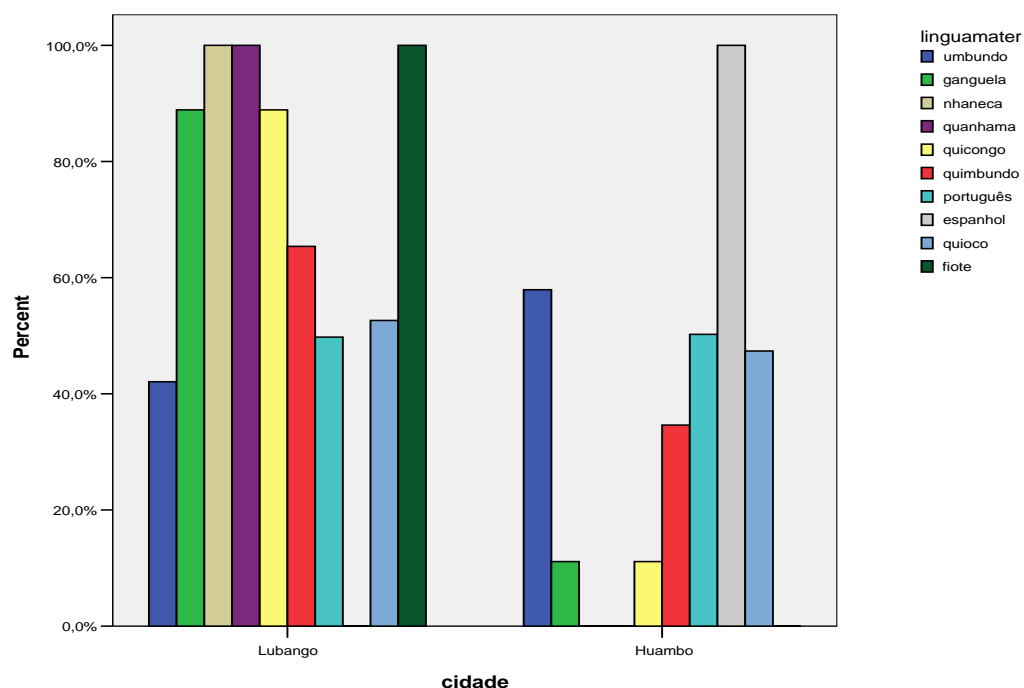
**Gráfico 33 - Distribuição das línguas maternas faladas pelos inquiridos**



Relativamente à língua materna dos falantes dos perímetros urbanos do Lubango e do Huambo, dois dados se impuseram numa primeira leitura do Gráfico 33: o Português é a língua materna da maioria dos inquiridos (64,15%) e o Umbundo constitui a língua nacional mais falada, com 27,43% dos inquiridos a assinalarem-na. Analisando separadamente os resultados das subamostras do Lubango e do Huambo, pudemos, porém, constatar algumas diferenças, advindas das suas especificidades regionais. A sul, das outras línguas representadas em valores relativos, coube destacar

o Nhaneca-humbi (5,21%) e o Ganguela (3,36%), Registou-se alguma estranheza por tão baixa percentagem de falantes, uma vez que a cidade do Lubango se localiza num território em que tradicionalmente se falam estas línguas. Pensou-se que o facto dos inquiridos serem do perímetro urbano contribuiu para estes resultados. Se os inquiridos fossem da zona rural (fora da cidade), provavelmente a prevalência do Nhaneca seria maior. As restantes LN, Quanhama, Quicongo, Quimbundo, Quioco e Fiote, situaram-se individualmente na fasquia do 1%, atingindo ainda valores mais baixos na cidade do Huambo, onde as percentagens do Português e do Umbundo foram proporcionalmente superiores (65,19% e 32,13% contra 63,13 % e 22,83%, no Lubango – onde se assistiu a uma maior variedade etnolinguística). A este propósito, é curioso registar que a estrutura sociológica das duas cidades apresenta diferenças substanciais - não quanto à idade e ao género, onde parece haver uma perfeita correspondência ao nível das respetivas pirâmides populacionais, mas sim quanto à sua composição etnolinguística. Embora não sendo esse o nosso objetivo, registamos a profunda hegemonia racial, linguística (e, derivada destas, provavelmente cultural) da sociedade do Huambo, em contraste com a do Lubango, mais heterogénea, multilingue e, pela mesma razão, multicultural. O que, aliás, se torna mais visível no gráfico que em seguida se apresenta (Gráfico 34), relativo às línguas maternas mais faladas numa e noutra cidade.

**Gráfico 34 - Distribuição das línguas maternas faladas pelos inquiridos no Lubango e no Huambo**



O primeiro elemento que ressaltou do gráfico em epígrafe foi a discrepância entre o número de línguas e de falantes entre o Huambo e o Lubango. Neste último existe uma maior variedade linguística do que no Huambo – em consonância com o que já anteriormente se havia referido a pretexto da homogeneidade cultural, populacional, etnolinguística e racial. Importa também recordar o crescente movimento de “ovimbundização” do sul de Angola por parte dos povos do Planalto Central, já pressentido no elevado número de falantes de Umbundo no Lubango – superior, inclusive, ao de outras línguas da região, supostamente dominantes por serem autóctones. Neste gráfico, podemos constatar que o movimento inverso não se faz sentir, porquanto nenhum cuanhama ou ganguela foi inquirido no Huambo.

Perante este quadro, perguntou-se:

1. *Quais os motivos de tão elevada percentagem de falantes que apresentaram o português como LM no Lubango e, maior ainda, no Huambo?*
2. *A que se deveu uma tão elevada percentagem de falantes de Umbundo em (aparente) contradição com um reduzido número de falantes (LM) das línguas locais, em particular no Lubango?*

Em resposta à primeira interrogação, aduziu-se uma série de fatores de natureza diversa. Como fator explicativo primário pode referir-se a forte presença europeia desde a sua fundação. Sá da Bandeira era conhecida no tempo colonial como a «cidade mais branca de Angola» e, ainda hoje, essa presença continua a ser mais notada no Lubango do que em qualquer outra cidade do país – nomeadamente no Huambo ou em qualquer outra cidade do interior. Contudo, este fator não é por si só explicativo, uma vez que a maioria dos inquiridos não é de raça branca (2,66%) nem mestiça (17,8%), mas sim negra (79,53%) e aqui nascida. Aliás, estes dados relativos ao Lubango confundiram-nos quando comparados com os do Huambo, onde o português registou ainda um maior número de falantes como LM (32,23%), apesar do menor número de inquiridos de raça branca e mestiça (0,3% e 8,6%, respetivamente) e da história recente desta cidade, cuja destruição ao nível de todas as infraestruturas poderia deixar supor uma situação contrária. Impõe-se, pois, encontrar outra explicação que também não passa pelos 4,5% dos inquiridos pertencentes ao grupo dos europeus e descendentes, responsáveis por igual percentagem de falantes de LP como LM. Uma explicação mais plausível poderá encontrar-se na composição etária da população destas cidades, segundo a qual cerca de 60% apresenta uma idade inferior a 20 anos<sup>168</sup>. Conferindo estes dados com os dados fornecidos pelo inquérito, temos uma percentagem de 80% de jovens, entre os 10 e os 25 anos, falantes de LP como LM.<sup>169</sup> A esta situação não será certamente alheia a oferta de um vasto parque escolar, uma sólida tradição académica, o estado razoável de grande parte das infraestruturas (poupadas pela guerra no caso do Lubango e recuperadas durante a última década pelo extraordinário esforço financeiro do Governo Central, no caso do Huambo) – além do serem ambas sedes dos respetivos governos provinciais, responsáveis por uma elevada taxa de funcionalismo público local.

---

<sup>168</sup> GOVERNO DA PROVÍNCIA DA HUÍLA, *Plano Director Municipal da Cidade do Lubango 2003-2020*, p.16. Este quadro não é muito diferente no Huambo e em outras capitais de província do território angolano.

<sup>169</sup> Convém aqui chamar a atenção para o facto de se ter estabelecido como idade mínima do público a inquirir a baliza dos dez anos. Contudo, parece-nos óbvio que se este limite fosse menor e se aproximasse dos cinco ou seis anos, os resultados reforçariam estes resultados da primazia do Português como língua materna.

Relativamente à assinalada presença do Umbundo no Lubango, importa referir os motivos essencialmente de carácter histórico-geográfico que lhe estão associados. Em primeiro lugar, um considerável número de municípios da Província da Huíla tem o umbundo como LN predominante, particularmente os situados a norte do Lubango, a confinar com as províncias de Benguela e Huambo,<sup>170</sup> em locais onde a guerra de 1992 se fez sentir com maior intensidade. Esta circunstância obrigou as populações locais a buscarem refúgio seguro junto dos centros urbanos mais próximos: Benguela e, sobretudo, Lubango - devido à sua importância do ponto de vista militar, como Sede do Comando da Região Sul. Dessas migrações internas datam acentuadas transformações no tecido urbano, conforme é referido no *Plano Director Municipal da Cidade do Lubango 2003-2020*<sup>171</sup> e evidenciado pelo inquérito agora realizado. De facto, uma grande percentagem da população inquirida é oriunda do meio rural (34,7%), a par de 28,5% de origem suburbana, e de 37,33% de origem urbana. Esta população de origem rural fixou-se essencialmente em bairros periféricos: A luta continua (78,59%), Mitcha (66,67%), Mbula Matady (52,63%) e Nambambe (50,0%).

O reduzido número de falantes das LN regionais registado pode dever-se a outros fatores, nomeadamente o não terem sido obrigados a abandonar os seus locais de origem, rural, a sul da Província e ao redor do Lubango. No entanto observou-se a sua presença na cidade, em atividades ligadas à venda ambulante de produtos da terra (frutas e legumes, essencialmente), presumindo-se que regressassem ao fim da tarde aos seus lugares de procedência, não muito distantes da cidade.

Já no Huambo, a presença das mesmas – neste caso do Umbundo – fez-se sentir com maior pujança. Em qualquer trajeto que se faça pela cidade, nos meios de comunicação (em particular as emissoras locais) e em pequenos grupos de trabalhadores ou vendedeiras ambulantes é comum que a comunicação se estabeleça neste idioma, embora em constante e graciosa permuta sempre que o contexto o exige. Não foi raro constatar que numa conversa, entre dois ou mais intervenientes com diferentes graus de domínio ou de interesses temáticos, a mesma se fizesse em Umbundo e Português, indiscriminadamente – ou só em Umbundo também.

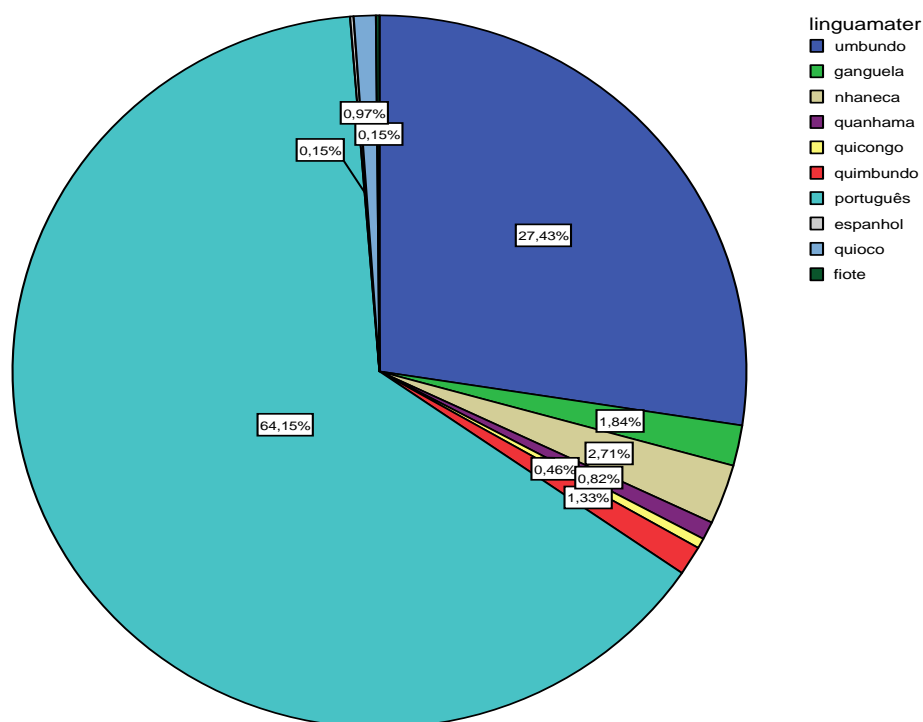
---

<sup>170</sup> Aliás, alguns desses municípios só passaram para a administração da Província da Huíla em data relativamente recente. Antes, integravam a Província do Huambo.

<sup>171</sup> GOVERNO DA PROVÍNCIA DA HUÍLA, *op. cit.*, p.24.

À guisa de conclusão deste título, interessa observar uma variante do gráfico anterior, que englobou os dados das duas cidades, permitindo uma perceção conjunta relativamente ao claro domínio do Português como principal língua materna, seguida do Umbundo (Gráfico 35). As demais quase não têm expressão.

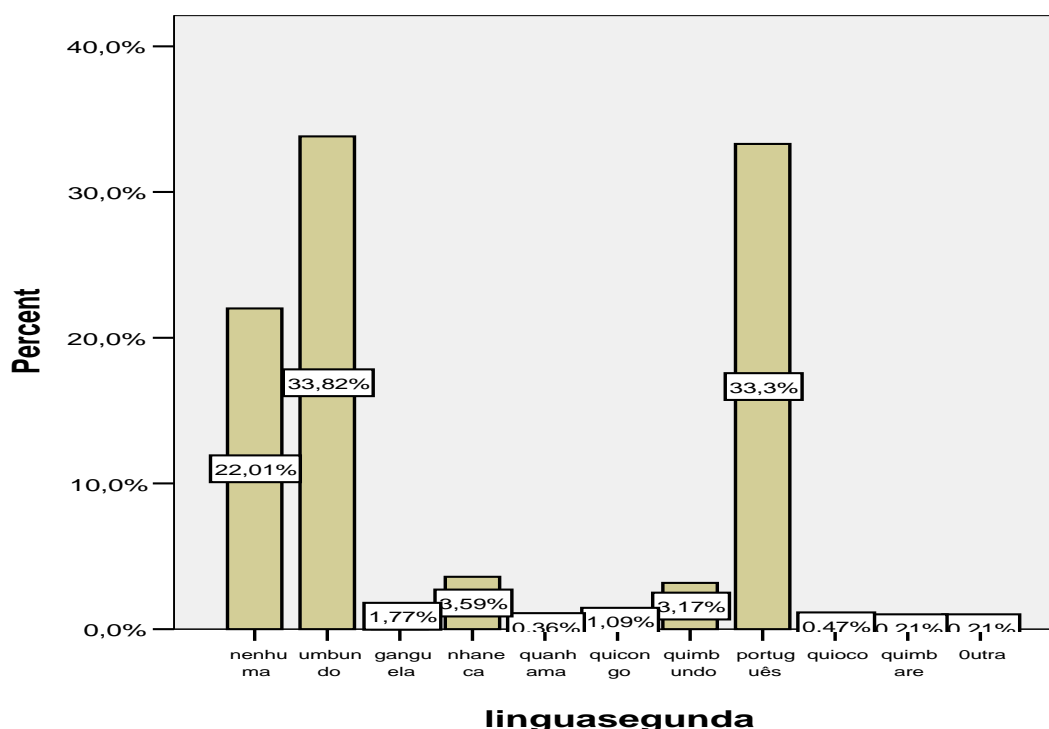
**Gráfico 35 - Distribuição das línguas maternas faladas pelos inquiridos**



Observando o Gráfico 36, referente à língua segunda (L2), constatou-se que a quase totalidade dos falantes que nos gráficos anteriores não referiram a LP como LM (35,95%), neste têm-na como L2 (33,3%). É curioso, também, o facto de 22,01% dos inquiridos afirmarem não dominar outra língua. Presume-se que só conheçam a LP, uma vez que a quase totalidade (98,2%) dos inquiridos declarou dominá-la: muito mal (1,5%), mal (3,6%), razoável (18,2%), bem (45,7%), e muito bem (29,2%). O Umbundo continua a destacar-se como L2, com 33,82% de falantes - valor muito superior ao registado no Lubango e que encontra a sua razão de ser no facto de nos encontrarmos em pleno centro ovimbundo, onde o Umbundo rivaliza no dia-a-dia com a própria língua oficial, tendo a primazia nos meios rurais, onde não alcança a influência niveladora urbana; Segue-se-lhe o Nhaneca-humbi (3,59%), o Quimbundo (3,17%) e o Ganguela (1,77%) – o que é natural dada a proximidade geográfica de dois destes

grupos etnolinguísticos; já a presença dos do norte é menos óbvia, e terá muito provavelmente a ver com o elevado número de funcionários do Estado, oriundos do norte e para aqui deslocados em missão de serviço ou voluntariamente. Das restantes LN nenhuma chega a representar 1%, à exceção do Quicongo (1,09%). Desta enumeração destaca-se um pormenor que ilustra bem a dimensão das migrações internas que se operaram em Angola, com reflexos visíveis no mapa linguístico: no Lubango há mais falantes de Quimbundo ou de Quicongo do que há, por exemplo, de Quanhama – cuja área de influência é mais próxima geograficamente. O questionário realizado no Lubango apresentou algumas razões para esta deslocação: por um lado, a concentração destes dois grupos etnolinguísticos na função pública (33,33%, cada um); por outro, a existência de um grande número de estudantes do grupo etnolinguístico Quicongo no Lubango (33,33%) e igual percentagem de comerciantes de rua. No Huambo, este fenómeno assume proporções menores, mas também existe.

**Gráfico 36 - Distribuição das línguas faladas pelos inquiridos como L2**

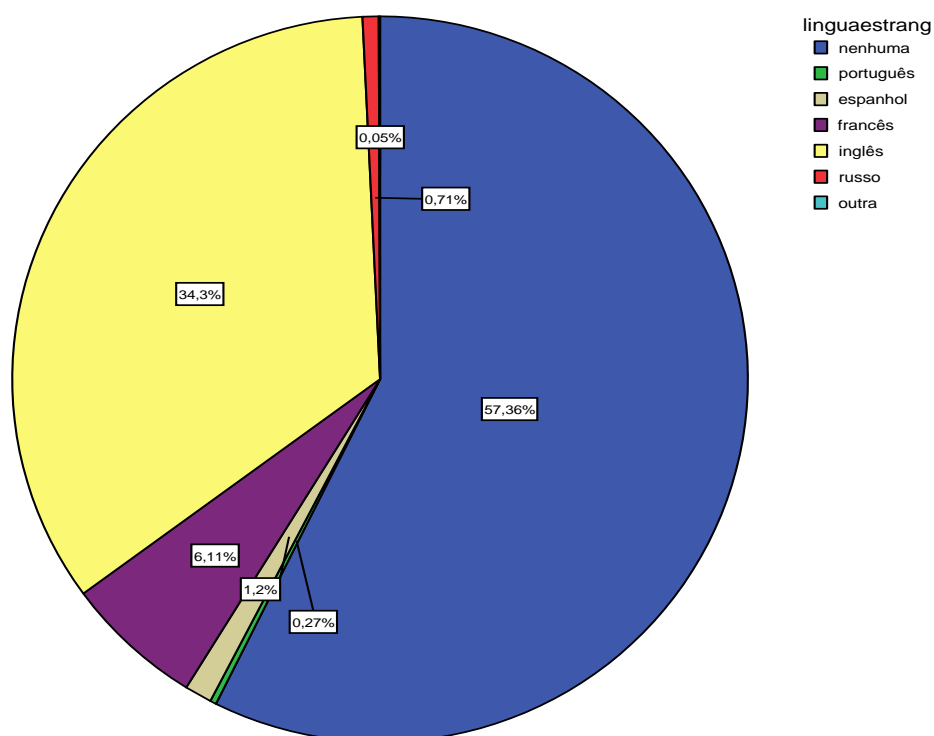


Observe-se, por último, o estado das línguas estrangeiras (Gráfico 37) – apesar da sua menor importância no contexto deste estudo, que se centrou de forma mais acentuada nas LN e na LP. De qualquer forma, aportou dados interessantes sobre a



presença e proficiência das LE em uso, complementado, desta forma, o perfil linguístico procurado. O dado que imediatamente se impôs foi o enorme desconhecimento de LE por parte dos inquiridos (57,36%). Ou seja, extrapolando, a maioria da população inquirida apresentou um grande déficit no conhecimento de línguas estrangeiras. O Inglês ocupa uma posição de destaque (34,3%), seguindo-lhe, a uma grande distância, o Francês (6,11%). O Espanhol (1,2%) e o Russo (0,71%) surgem pelas razões atrás apontadas e circunscritas a determinados falantes que estudaram ou trabalharam na ex-União Soviética e Cuba, com maior expressão no Lubango do que no Huambo, dadas as características históricas do conflito que, em grande medida, constitui estas duas cidades em protagonistas e palcos singulares. O Português aparece, neste contexto, como LE, porquanto existe a possibilidade de não ser LM, nem L2 de alguns falantes, nomeadamente dos estrangeiros residentes (em número crescente, a partir de 2002) que se encontram ao serviço de empresas, ONG ou por conta própria. É de registar, ainda, a presença de algumas famílias de origem canadiana, mas de nacionalidade angolana, que mantêm o inglês como L2 e, em alguns casos, como LM.

**Gráfico 37 - Distribuição das línguas faladas pelos inquiridos como LE**



Considerando a composição jovem e em idade estudantil de grande parte da população inquirida, cruzou-se o *domínio das LE* com o *nível de escolaridade*, tendo-se verificado que, no caso do Inglês e do Francês, o seu domínio aumentou na proporção que aumentou o nível de escolaridade: no Lubango, por exemplo, 85% dos inquiridos com escolaridade de nível superior dominam alguma língua estrangeira; na inversa, 96,49% dos analfabetos inquiridos não dominam nenhuma. No Huambo a situação é idêntica. Comparando a situação de ambas cidades, o Lubango apresentou uma ligeira vantagem de 2%, relativamente ao conhecimento de LE. Esta vantagem mantém-se no Inglês, que é ligeiramente mais falado no Lubango, ao contrário do Huambo, onde prevalece com igual margem o Francês.

Quanto ao Russo, parece confirmar-se a explicação dada anteriormente, uma vez que o maior índice dos inquiridos com conhecimentos desta língua apresentou um nível de escolaridade técnico-profissional.

Em relação à variável Grupo etnolinguístico, observou-se a predominância de dois grupos que apresentam o maior domínio da LE. São eles o Bacongo (76,47%) e o Quimbundo (62,79%) – o que talvez se explique por razões históricas, de maior e mais antigo contacto com povos europeus, iniciado e mantido de forma oficial entre os reis de Portugal e os do Congo. Advém também o facto de serem estes os grupos etnolinguísticos (os mais deslocados da sua área natural, como já vimos) que apresentaram o maior índice de escolaridade, ao nível superior.

A estas razões podem acrescentar-se, também, as relações que parecem existir entre um maior domínio das LE e o mais elevado estatuto socioeconómico - o que parece lógico uma vez que o acesso à formação e ao conhecimento se traduz em vantagens competitivas para qualquer sujeito ou sociedade; bem como entre o domínio das LE e o domínio da LP: a um maior domínio de LE (em particular do Inglês e Francês) pareceu corresponder um melhor estatuto socioeconómico e um maior domínio da LP.

Por fim, registaram-se as seguintes particularidades: o perfil dos falantes que melhor dominam as LE aproxima-se do perfil dos falantes que melhor dominam a LP ou que a têm como LM, nomeadamente em relação à idade, sexo, origem e naturalidade - para além da sua relação com o nível de escolaridade e o estatuto

socioeconómico já referenciados. Quanto à idade, verificou-se que os falantes inquiridos abaixo dos 15 anos e acima 50 anos não dominam nenhuma LE. Pelo contrário, os que dominam o Inglês - a LE que predomina - situaram-se maioritariamente na faixa etária dos 16 aos 35 anos. Uma possível explicação pode ser dada pela idade escolar destes falantes. Na realidade, quase todos os falantes (na sua maioria estudantes dos vários níveis) que afirmaram dominar o Inglês, indicaram também que o contexto em que o utilizam é principalmente a escola e o estudo. Só a grande distância apareceram outros âmbitos como o trabalho e o lazer. Também quanto ao género, naturalidade e origem se manifestaram diferenças assinaláveis relativamente ao domínio de LE: masculino (48%) e feminino (33,90%); litoral (53,12%) e interior (39,96%); urbana (51,87%), suburbana (47,88%), e rural (26,37%).

#### **2.4.3. Opinião sobre o nível de condições de acesso à formação na área das línguas e à cultura no Lubango e Huambo.**

Analisando a matriz de dados, verificou-se que este conjunto de questões apresentou um número mais elevado de omissões do que as restantes partes. Aduzem-se dois motivos possíveis: a complexidade e amplitude das perguntas ou a incomodidade pessoal do inquirido, preferindo não responder a questões de natureza pública, para não dizer política, suscetíveis de maior recato.

Ainda assim, pode-se constatar que a opinião dos inquiridos sobre as condições de acesso à formação na área das línguas e à cultura no Lubango e Huambo se manifestou, globalmente, negativa (a média aritmética das respostas foi 2, ou seja, nível “fraco”), ressaltando-se aspetos valorizados positivamente. Desta forma, à questão C.7 do QOL, em que se solicitava a opinião dos inquiridos, numa escala de 1 a 5, sobre:

- a) Nível de qualidade do ensino da Língua Portuguesa na escola;*
- b) Nível de qualidade do ensino das línguas nacionais na escola;*
- c) Nível de qualidade do ensino das línguas estrangeiras na escola;*
- d) Nível de preparação científico-pedagógica dos professores;*
- e) Nível de oferta de locais de venda e consulta pública de livros;*
- f) Nível de oferta cultural (cinema, teatro, exposições, festivais, etc.);*

g) *Nível de qualidade da Língua Portuguesa que se fala no Lubango/Huambo;*

Foram obtidos os seguintes resultados, que se apresentam na seguinte tabela sinóptica (Tabela 17)<sup>172</sup>, para mais fácil leitura.

**Tabela 17 - Tabela comparativa dos dados de opinião sobre o nível de condições de acesso à formação na área das línguas e à cultura no Lubango e no Huambo**

	Alíneas													
	a)		b)		c)		d)		e)		f)		g)	
Nível	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
M.Fraco	61	32	997	53,7	163	9,0	80	4,3	324	17,6	351	19,1	47	2,5
Fraco	141	74	529	28,5	386	21,4	175	9,5	625	34,0	590	32,1	178	9,5
Razoável	613	32,3	191	10,3	807	44,7	675	36,7	550	29,9	508	27,6	716	38,2
Bom	775	40,9	96	5,2	377	20,9	699	38,0	241	13,1	309	16,8	691	36,9
M.Bom	305	16,1	42	2,3	73	4,0	212	11,5	99	5,4	81	4,4	243	13,0
Total	1895	100,0	1855	100,0	1807	100,0	1841	100,0	1839	100,0	1839	100,0	1875	100,0

Depreendeu-se da leitura desta tabela que os inquiridos apresentaram uma opinião formada e bem diferenciada relativamente a estes itens. As respostas colhidas em ambas as cidades expuseram um padrão comum, havendo a registar, no entanto, pequenas divergências entre os inquiridos do Lubango e os do Huambo – revelando-se estes últimos menos satisfeitos em quase todos os itens, o que é justificável pelo passado recente da história desta cidade. Houve três alíneas, referentes a: *o ensino da LP (a); a preparação científico-pedagógica dos professores (d); e ao nível de qualidade do português que se fala no Lubango/Huambo (g)* que mereceram uma opinião global positiva, enquanto as restantes três, referentes a: *o ensino das LN nas escolas (b), a oferta local de livros (e); e a oferta cultural (f)*, foram respondidas maioritariamente pela negativa. Na alínea c) *O ensino das LE*, os resultados apresentam-se equilibrados com os inquiridos a resguardarem-se na comodidade do Razoável. No entanto o Muito fraco e o Fraco (30,4%) superaram o Bom e o Muito Bom (24,9%)

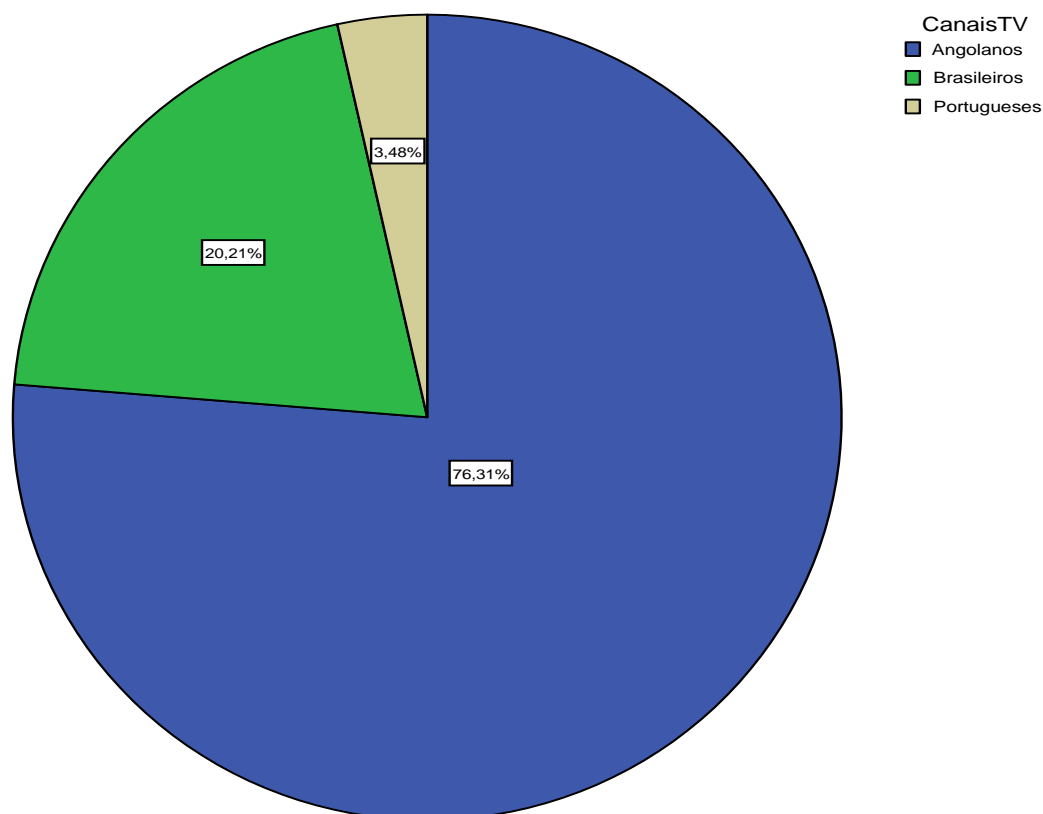
<sup>172</sup> O espaçamento entre caracteres foi ligeiramente comprimido para manter a natureza sinóptica da tabela.

Do conjunto destes dados merece particular destaque o juízo muito negativo que os inquiridos teceram sobre o ensino das LN, quase inexistente nas escolas: 53,7% classificaram-no de muito fraco, ao contrário da opinião mais positiva que partilharam relativamente ao ensino quer da LP (40,9% considera-o bom), quer das LE (44,7% considera-o razoável). Em consonância com estes dados estão as apreciações positivas dadas às alíneas d) e g). De facto, 74,7% dos inquiridos asseverou que os professores têm uma razoável ou, até, boa preparação científico-pedagógica, e 38,2% considerou-a razoável, a par de 36,9% que classificou de bom o nível de qualidade da Língua Portuguesa que se fala no Lubango e no Huambo. Aqui, porém, impõe-se inserir uma breve nota quanto aos diferentes valores que cada uma destas cidades exibiu relativamente a este item. Comparativamente, o Huambo apresentou um nível de qualidade da LP que se fala muito superior (76,64%) ao do Lubango (23,46%). É uma discrepância difícil de explicar, pela própria experiência de vários anos de vivência em ambas as cidades. De facto, a existir, esta diferença seria no sentido contrário, pois o Lubango não sofreu as perturbações do Huambo e sempre teve um tecido social e um parque escolar funcional e a operar ininterruptamente desde a independência. Por isso, devem buscar-se razões de outra natureza para entender esta imagem ou autoestima positiva que a maioria dos inquiridos no Huambo parece apresentar.

#### **2.4.4. Canais de televisão mais vistos e língua preferida na audição dos programas de rádio e televisão.**

Convertendo em gráfico (Gráfico 38) os dados recolhidos no inquérito, é notória (e compreensível) a desproporção que se regista entre os vários canais em Língua Portuguesa visionados: angolanos, brasileiros e portugueses. Destes, avultam os canais nacionais (TPA1, TPA2 e ZIMBO: 76,31%), seguidos dos brasileiros (principalmente a TV GLOBO e a RECORD: 22,21%), e, por último, os canais portugueses (sendo os mais vistos a SIC Notícias, RTP Internacional e a RTP África: 3,48%).

**Gráfico 38 - Canais de televisão mais vistos**



Estes valores têm a sua explicação óbvia no facto de os canais da Televisão Pública de Angola serem os de maior cobertura nacional, os de mais fácil acesso (económico e tecnológico) e, porventura, também os que mais interesse têm para a maior parte do público inquirido, em termos de proximidade de conteúdos e de expressão linguística. Por outro lado, o aprofundamento desta justificação exigiria o seu cruzamento com os dados socioeconómicos obtidos, que apontaram para um baixo nível económico da maioria dos inquiridos, e se traduz, entre outros índices, numa baixa penetração da *Internet* e das antenas parabólicas domésticas. Ainda assim, os inquiridos que possuem antena parabólica (provavelmente da *Multichoice/DSTV*, pois é a marca mais divulgada não só nestas cidades como por todo o território angolano<sup>173</sup>) revelaram uma maior inclinação para assistir aos canais brasileiros

<sup>173</sup> Aquando da aplicação dos inquéritos no Lubango e no Huambo, a *DSTV* (distribuidora sul africana de TV por satélite) era a principal fornecedora deste serviço. Entretanto, outras foram aparecendo no mercado, embora detenham cotas de cobertura menores. É o caso da TV CABO, a operar em Luanda e, ultimamente, a TV ZAP, de capital angolano e com cobertura nacional.

(17,49%) do que aos portugueses (3,64%). Certamente que as telenovelas e o público feminino terão o seu peso nesta inclinação. Esta tendência pareceu, aliás, confirmar-se no ponto 2.2.6, no qual se desenhou uma preferência crescente, entre as faixas etárias mais jovens e femininas, pela variante falada do português brasileiro.

Relativamente à língua preferida na audição dos programas de rádio e televisão, os dados recolhidos apontaram para a preponderância da LP (Tabelas 18 e 19), como primeira e como segunda línguas preferidas. Quem optou pela língua portuguesa como primeira prioridade, apresentou uma LN como segunda e vice-versa, em escala menor, evidentemente.

**Tabela 18 - Primeira língua preferida na audição de programas de rádio e TV**

Língua	N	%
Português	1548	81,9
Umbundo	258	13,7
Ganguela	20	1,1
Nhaneca	37	2,0
Quanhama	9	,5
Outra	6	,3
Quioco	6	,3
Quimbundo	3	,2
Quicongo	2	,1

**Tabela 19 - Segunda língua preferida na audição de programas de rádio e TV**

Língua	N	%
Nenhuma	757	40,4
Português	207	11,0
Umbundo	694	37
Guanguela	33	1,8
Nhaneca	55	2,9
Quanhama	28	1,5
Inglês	47	2,5
Quimbundo	29	1,5
Quicongo	6	,3
Quioco	17	,9
Fiote	3	,2

Da leitura das tabelas acima resultaram dois dados que importa registar. Em primeiro lugar, a maioria dos inquiridos (81,9%) expressou claramente a sua preferência pela LP como língua de comunicação na rádio e na TV. Das restantes línguas (nacionais) nenhuma alcançou os dois dígitos, à exceção do Umbundo, com

13,7%, apesar de 66,3%% dos inquiridos pertencer a este grupo etnolinguístico. Em segundo lugar, observou-se, com curiosidade, a elevada percentagem (40,4%) de inquiridos que não manifestou preferência por nenhuma segunda língua de audição dos referidos programas - presume-se que para além da LP referenciada como primeira e, nestes casos, única. Seguiu-se naturalmente o Umbundo, pela razão atrás apontada, com 37% das opiniões favoráveis. Contudo, esta grande percentagem de inquiridos que não referiu nenhuma língua alternativa à portuguesa coincide e, de alguma forma, confirma os dados recolhidos anteriormente, onde se viu que 64,1% dos inquiridos declarou a LP como LM. Um quarto destes (25%) - principalmente os mais jovens - confessou não dominar nenhuma outra língua, para além do Português.

Comparando os dados do Lubango com os do Huambo, verificou-se que o Português aparece como a língua preferida pela maioria dos inquiridos, notando-se, porém, uma ligeira diferença entre ambas na medida em que a percentagem dos que a preferem no Lubango (85,8%) é maior do que no Huambo (78,63%). Pelo contrário, e compensatoriamente, a percentagem dos que no Huambo preferem o Umbundo (19,52%) é igualmente maior do que no Lubango (8,13%). As restantes línguas não tiveram, uma vez mais, grande expressão em termos numéricos.

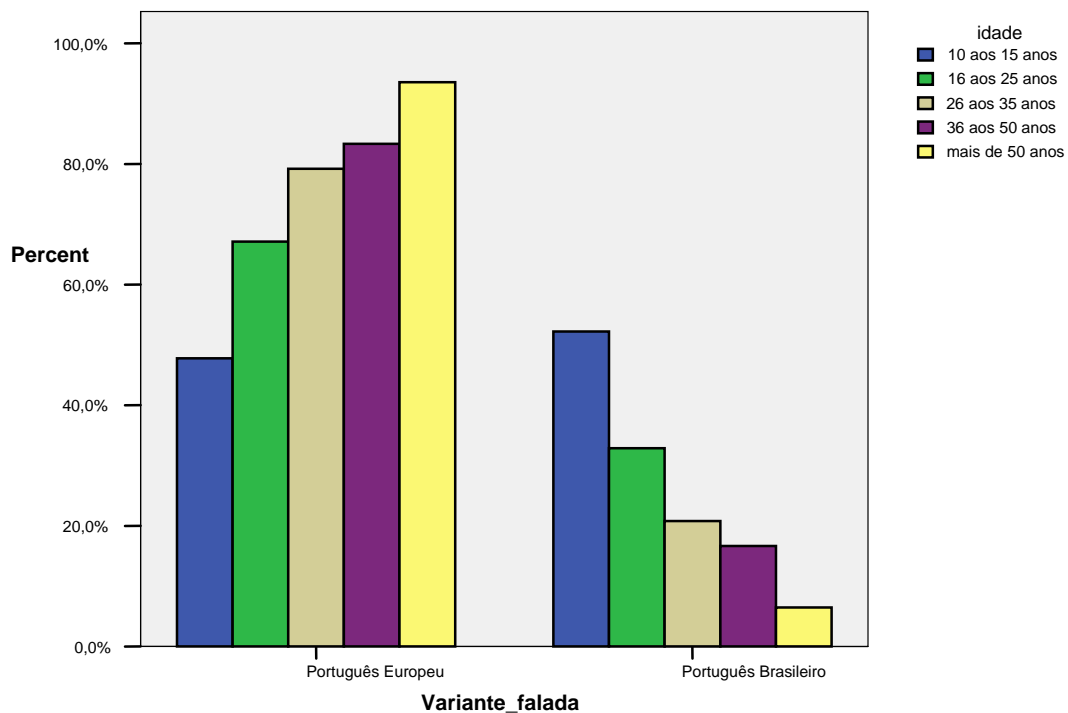
#### **2.4.5. Variante preferida: Português Europeu ou Português Brasileiro (falada e escrita)**

Recolhidos os dados relativos aos canais televisivos mais vistos e às línguas preferidas para a sua audição, pretendeu-se, a seguir, avaliar o grau de influência das normas linguísticas em exposição: a brasileira por via, sobretudo, da televisão e da música; e a europeia, por via da herança colonial que, do ponto de vista linguístico, a continua na administração pública e no sistema de ensino particularmente, bem como claramente predominante nos órgãos de comunicação social.

Convertendo graficamente os dados recolhidos (Gráfico 39), observou-se que, em termos absolutos, a variante falada europeia é maioritária entre os inquiridos (74,2%).



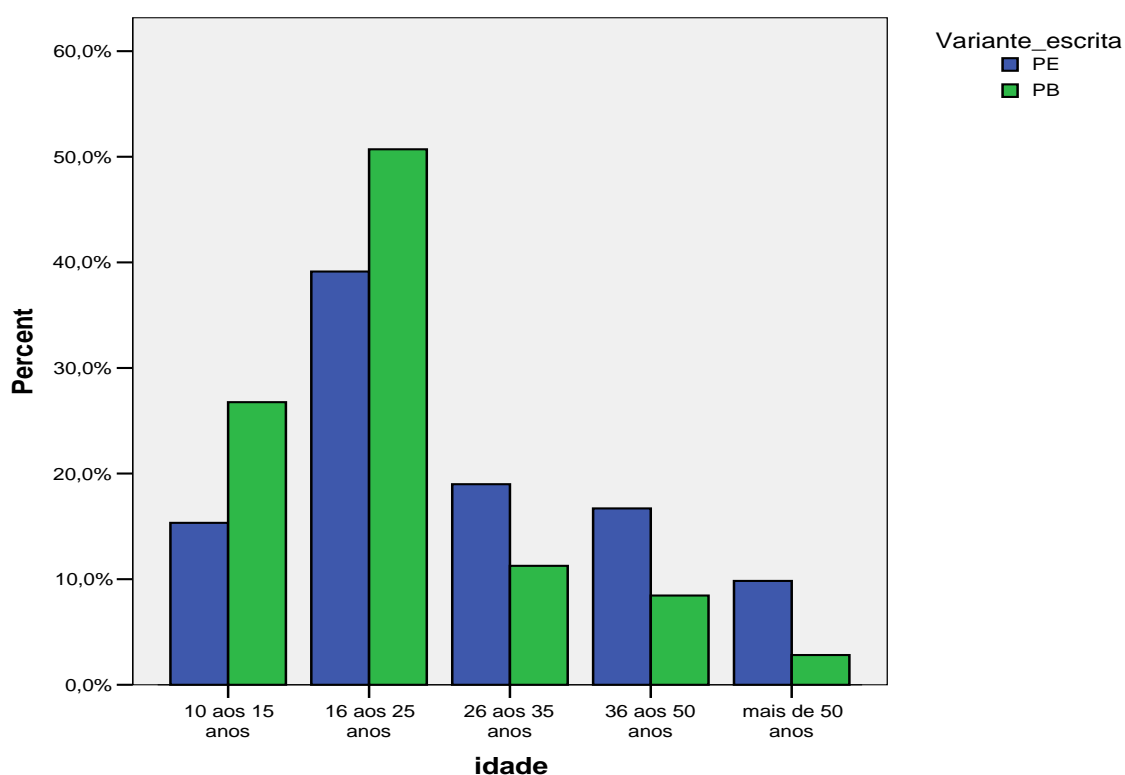
**Gráfico 39 - Variante falada preferida**



No entanto, desenha-se nitidamente uma tendência futura: as gerações mais jovens revelam uma crescente preferência pela variante (falada) brasileira. Caberia perguntar a razão desta tendência - que, provavelmente, terá a ver com a matriz colonial deixada, a qual se vai atenuando à medida que as gerações mais novas se renovam e absorvem influências linguísticas da variante brasileira, especialmente através da música e das telenovelas, influenciadas, também pela imagem de grandeza ou diferente dimensão e poder internacionais emanados de cada um dos países responsáveis por estas normas. Mas, como este não pretende ser um estudo comparativo causal, regista-se apenas o facto e alerta-se para o eventual interesse de o integrar em estudo posterior. Além disso, deve manter-se alguma prudência quanto a retirar conclusões destes dados, uma vez que o objetivo é fazer uma primeira abordagem numa área em que, provavelmente, nem os próprios inquiridos têm grande consciência da mesma – apesar de coincidir com um tempo de reflexão cada vez mais insistente e alargada em torno da discussão pública do Novo Acordo Ortográfico, ainda não ratificado pela República de Angola, como já se disse.

Os dados relativos ao comportamento linguístico dos inquiridos quanto à variante escrita preferida (Gráfico 40) confirmaram e aumentaram a margem anterior. A maioria dos inquiridos mostrou preferência pela variante escrita europeia (85%). No entanto, manteve-se a tendência já apontada: um crescente pendor das gerações mais novas para a variante escrita brasileira - neste caso, da escrita, não tão compreensível nem visível como na falada, uma vez que não se regista grande presença de materiais grafados nesta variante, nem a cabal consciência das suas diferenças gramaticais. Aliás, enquanto não houver legislação específica sobre esta situação, emanada dos competentes órgãos governativos angolanos, definindo uma nova norma (caso se justifique), vigorará a europeia herdada em 1975 - à semelhança do que aconteceu noutros âmbitos, nomeadamente do Direito, embora por razões diferentes).

**Gráfico 40 - Variante escrita preferida**



Por último, regista-se um dado curioso e, aparentemente, paradoxal: a maior parte dos analfabetos - que, supostamente, não fazem uso da escrita, preferiram a variante europeia. Estar-se-á, provavelmente, perante motivações de outro âmbito que não o meramente linguístico.

#### **2.4.6. Opinião sobre a importância, estatuto e dimensão da LP, em paralelo com as LN e LE**

A questão C.11 do QOL (Apêndice B) agrupou vários itens, de cotação de 1 a 5 em função do grau de concordância com a afirmação, cujos resultados se apresentam na tabela que se segue (Tabela 20).

As alíneas que constam na mesma remetem para os seguintes itens:

- a) A escolarização deve ser feita em línguas nacionais (locais);*
- b) A escolarização deve ser feita em Língua Portuguesa;*
- c) É mais útil aprender uma língua nacional local do que uma língua estrangeira;*
- d) O Português (de Angola) já deveria ser considerado língua nacional;*
- e) As línguas nacionais deveriam ser consideradas línguas oficiais;*
- f) A LP ajuda a consolidar a unidade e a comunicação entre todos os angolanos;*
- g) A LP facilita a administração pública;*
- h) A LP ajuda a conseguir um bom emprego;*
- i) O domínio da LP é importante para melhorar o estatuto socioprofissional;*
- j) A LP é uma das seis línguas mais faladas no mundo;*
- k) Angola é o segundo país que tem mais falantes de Português no mundo;*
- l) O Português é língua materna (1ª língua aprendida) da maioria dos angolanos;*

Embora aparentemente desconexas, podemos encontrar nas várias alíneas apresentadas alguns pontos comuns, suscetíveis de permitir a sua disposição e análise em apenas dois domínios:

1. Opinião valorativa da LP, LN e LE;
2. Consciência da dimensão e importância da LP (em Angola) enquanto língua de unidade nacional e de comunicação internacional.

**Tabela 20 - Tabela comparativa dos dados de opinião obtidos sobre importância, estatuto e dimensão da LP, em paralelo com as LN e LE**

	a)		b)		c)		d)		e)		f)	
GRAU	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
1	591	31,0	68	3,5	333	17,5	353	18,5	432	22,7	44	2,3
2	294	15,4	119	6,2	221	11,6	163	8,5	182	9,5	67	3,5
3	291	15,3	152	7,9	339	17,8	410	21,5	358	18,8	155	2,3
4	410	21,5	392	20,4	369	19,4	352	18,4	363	19,0	302	15,8
5	320	16,8	1187	61,9	642	33,7	631	33,1	571	30,0	1346	70,3
<b>Total</b>	<b>1906</b>	<b>100,0</b>	<b>1918</b>	<b>100,0</b>	<b>1904</b>	<b>100,0</b>	<b>1909</b>	<b>100,0</b>	<b>1906</b>	<b>100,0</b>	<b>1914</b>	<b>100,0</b>
(Cont.)	g)		h)		i)		j)		k)		l)	
GRAU	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	N	%
1	31	1,6	53	2,8	40	2,1	73	3,8	153	8,1	184	9,6
2	75	3,9	95	5,0	79	4,1	101	5,3	153	8,1	146	7,6
3	184	9,6	165	2,8	210	11,0	73	16,1	483	25,5	264	13,8
4	314	16,4	399	20,9	382	20,1	292	15,3	429	22,6	334	17,5
5	1306	68,4	1196	62,7	1194	62,7	1139	59,6	678	35,8	982	51,4
<b>Total</b>	<b>1910</b>	<b>100,0</b>	<b>1908</b>	<b>100,0</b>	<b>1905</b>	<b>100,0</b>	<b>1912</b>	<b>100,0</b>	<b>1896</b>	<b>100,0</b>	<b>1910</b>	<b>100,0</b>

**Grau de concordância ou de discordância:** 1- Discordo completamente; 2 - Discordo um pouco; 3 - Não concordo, nem discordo; 4 - Concordo um pouco; 5 – Concordo completamente

Nem todas as respostas apontam para o mesmo índice de maturidade de opinião. Contudo, o conjunto revelou uma opinião clara e definida dos inquiridos relativamente às questões colocadas, apesar da incomodidade que representou o confronto com esta área de reflexão. De facto, quer os *curricula* escolares, quer as preocupações da imprensa em geral (e de outras instâncias) não fazem eco destes temas ou, quando esporadicamente o fazem, é por motivos circunstanciais e pouco fundamentados – até porque, como já se apontou, os dados não abundam, nem se cultiva uma reflexão suficientemente ampla, objetiva e partilhada sobre a complexa realidade linguística de Angola.

Nesta tabela, as duas primeiras alíneas visaram auscultar a opinião dos falantes sobre um tema que está na ordem do dia: a introdução das línguas nacionais no sistema de ensino e, indiretamente, a valorização que os próprios fazem das LN. No

tocante às alíneas a) e b), que em certa medida se complementam e explicam mutuamente, o facto de os inquiridos terem optado pelos dois extremos da escala parece indiciar uma opinião consolidada e portadora, também, de uma elevada carga emotiva. Assim, 44,3% discordaram completamente de que a escolarização deve ser feita em LN (locais), aos que se soma mais 14,1% que discordou apenas, constituindo a maioria. Na alínea b), as opiniões ainda estão mais extremadas: 61,9% concordou completamente em que a escolarização deve ser feita em LP, a que se junta 20,4% que concordou apenas. O total de concordância nesta alínea cifrou-se, pois, em 82,3% – um número elevado e merecedor de reflexão.

No tocante à alínea c), que poderá ser analisada numa perspectiva (pragmática ou imagética) de valorização das LN face às LE, constatou-se uma grande dispersão de opiniões: a proporção dos que concordaram completamente (25,4%) em que é mais útil aprender uma LN do que uma LE aproximou-se da dos que discordaram completamente (27%). Registou-se uma pequena vantagem para os que concordaram com a proposição, mas os resultados não parecem muito consolidados em termos de opinião formada, a avaliar pelos valores registados nos graus intermédios da escala.

De igual modo as respostas às alíneas d) e e) não pareceram muito conclusivas, talvez pela utilização dos conceitos de língua nacional e língua oficial, pouco familiares aos inquiridos. Ainda assim, tendo em conta o conhecimento empírico que os inquiridos naturalmente possuem, constatou-se que a maior parte dos inquiridos (53,9%) concorda no facto de o Português (de Angola) poder ser considerado LN. Resta buscar o consenso sobre o que é uma LN e o que se entende por Português (de Angola). Independentemente do que possam entender por cada um destes conceitos, os inquiridos responderam à alínea e) de modo contrário à anterior: é maior a soma dos que discordaram (43,1%) que as LN deveriam ser consideradas línguas oficiais, do que a soma dos que concordaram (37,1%).

As restantes alíneas focam essencialmente a LP, do ponto de vista interno e externo. Da análise do conjunto resultou uma avaliação positiva. A alínea f) é a que regista o maior grau de concordância por parte dos inquiridos: 90,1% dos inquiridos concordou em que a LP ajuda a consolidar a unidade e a comunicação entre todos os angolanos. O mesmo entendimento positivo é revelado na avaliação que fizeram nas

três alíneas seguidas: a maioria concordou claramente que a LP facilita a administração pública (89,7%); ajuda a conseguir um bom emprego (86,6%); e é importante para melhorar o estatuto socioprofissional (86,3%).

Quanto às alíneas finais j), k) e l), verificou-se que os inquiridos revelaram um bom conhecimento da dimensão da LP no mundo, onde se posiciona entre as seis mais faladas (79,5%). Relativamente a Angola registou-se a perceção clara por parte dos inquiridos de que se trata do segundo país que tem mais falantes de português no mundo (63,2%) e, também, de que o Português é a língua materna (1ª língua aprendida) da maioria dos angolanos (73,6%).

Como observação final, regista-se o facto curioso de os auscultados do Huambo nas suas respostas terem evitado os extremos (1 ou 5), comparativamente aos do Lubango. A explicação para este comportamento ultrapassa o âmbito desta tese. Contudo, fica assinalado para quem tiver interesse em abordar esta realidade sociológica e quiser desvendar se este procedimento se deve a algum traço de carácter coletivo (educacional) étnico, a algum receio, prudência ou a outra qualquer razão.

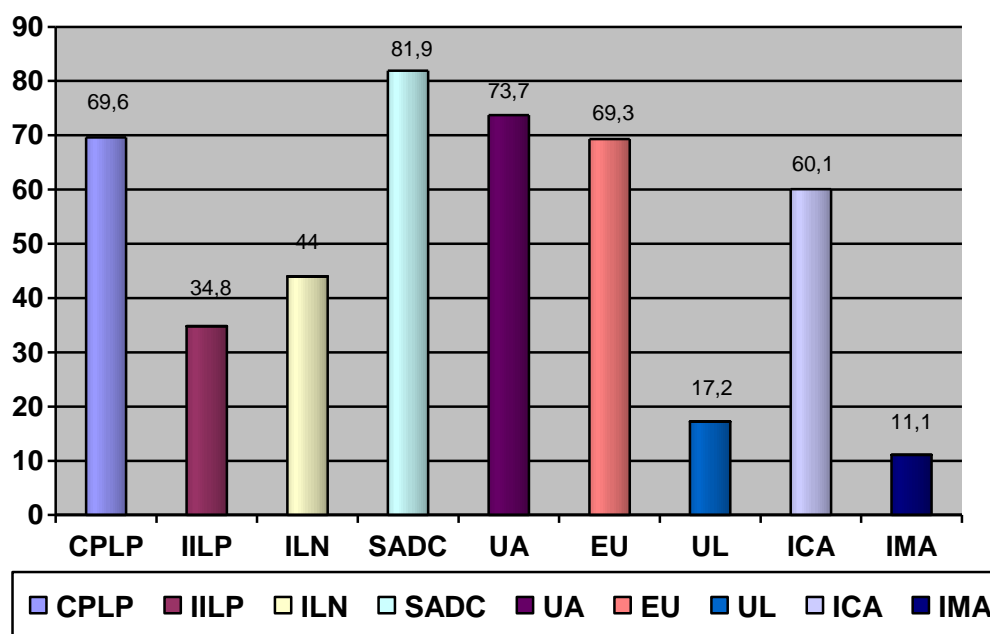
#### **2.4.7. Grau de conhecimento público das principais instituições, nacionais e internacionais, que direta ou indiretamente estão ligadas à LP e às LN.**

Por último, pretendeu-se auscultar o grau de conhecimento público que os inquiridos possuíam relativamente a algumas das principais instituições oficiais que de alguma forma, direta ou indireta, têm a ver com a Língua Portuguesa: ou porque a ela se dedicam, como é o caso da Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa, do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, do Instituto Camões e do Instituto Machado de Assis; ou porque com ela convive, como é o caso do Instituto das Línguas Nacionais (de Angola); ou, ainda, porque constituem importantes organizações regionais e continentais que a integram como língua oficial de trabalho, como é o caso da União Africana, da União Europeia, da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, e da União Latina.

Os resultados revelaram-se bastante díspares (Gráfico 41), Situando-se entre um enorme conhecimento (81,9%) da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) - importante espaço regional no qual Angola está inserido e onde

acalenta justificadas ambições de liderança, a par da África do Sul; e um grande desconhecimento do Instituto Machado de Assis (11,1%). Ainda assim, este último constituiu um resultado surpreendente, atendendo à escassa divulgação internacional e recente criação do projeto. Teme-se que este número não corresponda a um efetivo conhecimento da instituição, dada a parca divulgação deste projeto no mundo em geral e, particularmente, em Angola. Por outro lado, intrigou-nos o facto de ser, ainda assim, mais conhecido no Huambo do que no Lubango. Não encontrando uma razão plausível para tal discrepância, é possível que este aparente conhecimento do IMA nasça da confusão com outra sigla local parecida, que designa o Instituto Albano Machado (IAM), recentemente inaugurado e alvo de grande publicidade por parte do Governo Provincial, por ocasião da sua abertura coincidente com a aplicação do questionário.

**Gráfico 41 - Grau de conhecimento público, nos perímetros urbanos do Lubango e Huambo, das principais instituições ligadas à LP e às LN.**



Relativamente às restantes instituições, observamos pelo gráfico referido que as organizações mais conhecidas da população inquirida, a seguir à Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, são a União Africana (73,7%), a Comunidade de Povos de Língua Portuguesa (69,6%), e a União Europeia (69,3). Seguiu-se o Instituto Camões (60,1%) e surpreendeu o desconhecimento revelado face ao organismo

nacional do Instituto de Línguas Nacionais de Angola (44%), bem como do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (34,8%). Quase no fundo da tabela encontra-se o fraco conhecimento que os inquiridos patentearam da União Latina (17,2), quiçá fruto de alguma inoperância local.



## 2.5. SÍNTESE DOS RESULTADOS

A análise dos dados obedeceu a dois momentos diferenciados: o primeiro - com base nos testes Qui Quadrado efetuados - tendo em vista o cruzamento das variáveis Idade, Sexo, Escolaridade, Origem, Naturalidade, Estatuto Socioeconómico, Raça, Grupo Etnolinguístico, Religião e Cidade com a variável Domínio da LP, no intuito de entre elas encontrar relações com valores significativos, normalmente esclarecidos com recurso a tabelas e a gráficos; e o segundo - com base na análise de médias e percentagens, apresentados igualmente sob a forma de tabelas e de gráficos - tendo em vista apenas a simples exploração de dados sociolinguísticos suscetíveis de completar o perfil dos falantes urbanos do Lubango e do Huambo, bem como oferecer pistas para futuras investigações complementares desta.

No primeiro momento da análise estatística dos dados optou-se pela sua decomposição. Analisou-se, em primeiro lugar, a subamostra do Lubango; seguiu-se a da subamostra do Huambo; e, por fim, a da amostra total, respeitando os mesmos procedimentos metodológicos nas três. No perímetro urbano do Lubango confirmou-se quase totalmente a hipótese de trabalho ( $H_1$ ); ou seja, num maior ou menor grau, constatou-se haver uma relação significativa entre o melhor Domínio da LP por parte dos inquiridos e o seu mais elevado nível socioeconómico, a pertença ao sexo masculino, a menor idade, o mais elevado nível de escolaridade e a proveniência do litoral urbano dos mesmos. Não se confirmou, porém, qualquer relação entre o melhor Domínio da LP e a pertença a determinado Grupo Etnolinguístico e Religião. Em relação à subamostra do Huambo os resultados foram menos significativos em relação a determinadas variáveis, provavelmente, devido à dimensão de alguns itens da subamostra. Ainda assim confirmou-se parcialmente a hipótese de trabalho ( $H_1$ ); não se tendo, porém, registado relação significativa entre o melhor Domínio da LP e a pertença a determinada Raça, Grupo Etnolinguístico, Sexo e Religião. Por último, a análise da amostra total (constituída pela junção da subamostra do Lubango e a do Huambo) corrigiu alguns dos anteriores valores e corroborou outros. Assim, confirmou-se quase totalmente a primeira hipótese de trabalho ( $H_1$ ) que preconizava a relação entre o melhor Domínio da Língua Portuguesa e as restantes variáveis.

Apenas não se confirmou em relação à variável Religião – conforme se havia verificado nas análises anteriores das subamostras do Lubango e do Huambo.

Também a segunda hipótese de trabalho ( $H_2$ ), que determinava uma possível relação entre as variáveis Domínio da LP e Cidade, se viu confirmada pelos resultados significativos do teste Qui Quadrado aplicado, apresentando-se a cidade do Lubango com melhor domínio da LP.

Foram, assim rejeitadas as respetivas hipóteses nulas ( $H_0$ ) que apontavam para a inexistência de qualquer correlação entre as diversas variáveis mencionadas e o Domínio da LP – à exceção da Religião.

No segundo momento, acresce chamar a atenção para os resultados procedentes das análises exploratórias (realizadas no seguimento das anteriores) e que se sintetizam, em forma esquemática, pela mesma ordem em que foram desenvolvidos e apresentados no texto:

1. No que diz respeito ao monolinguismo ou bilinguismo, os inquiridos declararam-se maioritariamente bilingues; o Huambo registou uma pequena superioridade numérica, de mais um ponto percentual em relação ao Lubango, e ficou a dúvida (a ser esclarecida em futuros trabalhos) sobre se a realidade analisada configura uma situação de bilinguismo ou de diglossia.
2. Verificou-se que a LP é utilizada de forma maioritária, preferencial e em todas as situações sociais e pessoais, públicas e privadas dos sujeitos auscultados. As LN, quando faladas, são-no em contextos específicos, de âmbito mais reservado e afetivo: em casa, na igreja e no convívio social; as LE são-no em contexto escolar e de estudo, sobretudo pelas camadas mais jovens e escolarizadas. A maioria da população revela um grande desconhecimento de LE e só uma pequena percentagem as utiliza no trabalho. Das LE observadas, o Inglês ocupa uma posição de destaque, em parte ditada pelo seu uso em contexto escolar e pela maior procura derivada do enquadramento regional de Angola na SADC. Como dado curioso apontou-se o facto de os grupos que apresentaram o maior domínio de LE serem o bacongo e o quimbundo, bem como a aparente (e lógica) relação entre o domínio das LE e o mais elevado

estatuto socioeconómico; registou-se, ainda, uma grande proximidade entre o perfil dos falantes de LE e o perfil dos que melhor dominam a LP. O Umbundo constitui a LN mais falada em qualquer uma das cidades examinadas, sendo este número mais elevado no Huambo, onde se assinalou uma menor variedade etnolinguística representada.

3. A opinião dos inquiridos sobre as condições de acesso à formação na área das línguas e à cultura revelou-se, no geral, negativa (mais acentuada no Huambo do que no Lubango). Houve, no entanto, aspetos que mereceram opinião favorável como o nível de qualidade do Português que se fala e se ensina no Lubango. Ressaltou, ainda, o juízo muito negativo que a maioria dos inquiridos transmitiu sobre o ensino das LN, ao contrário do ensino da LP e LE, que mereceu uma apreciação mais positiva.
4. Os canais de televisão e de rádio preferidos em LP são maioritariamente os angolanos. Seguem-se os brasileiros e os portugueses. A LP apresentou-se maioritariamente como a primeira e, numa elevada percentagem, única língua preferida de comunicação nos programas de televisão e rádio. O Umbundo foi a segunda língua preferida pelos inquiridos e a única LN a alcançar um valor de dois dígitos.
5. Relativamente à preferência pela variante do Português falado e escrito, a norma europeia ainda se apresentou em superioridade, mas com tendência a modificar-se em favor da norma brasileira (pelo menos falada), que reúne já maior simpatia nas faixas mais jovens, em particular do género feminino;
6. Registou-se uma opinião global positiva do estatuto e importância da LP e das LN, embora a maioria se incline claramente para que a escolarização seja feita em LP e não em LN. Pareceu igualmente consolidada a opinião dos inquiridos quanto à dimensão e importância da LP como língua de unidade nacional, bem como enquanto instrumento de comunicação internacional;
7. Por último, os inquiridos apresentaram resultados bastante díspares relativamente ao grau de conhecimento das instituições internacionais

apresentadas. Os resultados apontam o óbvio: as instituições são tanto mais conhecidas dos falantes quanto mais próximas e presentes se encontram dos mesmos. Assim, revelaram um maior conhecimento da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, União Africana, Comunidade de Povos de Língua Portuguesa e União Europeia; em detrimento das duas menos conhecidas que foram a União Latina e o Instituto Machado de Assis. Curiosamente, o Instituto Camões ficou a meio da tabela, embora se tivessem registado valores muito díspares entre os obtidos no Lubango e no Huambo – fruto da muito diferente atuação que o mesmo teve em cada uma destas cidades.

## CONCLUSÃO

Propuséramo-nos, ao iniciar este trabalho, esboçar o perfil sociolinguístico do falante urbano do Lubango e do Huambo tentando dele extrair algumas implicações – se as houvesse – para o ensino da Língua Portuguesa nas áreas estudadas.

Considerando a periferia, a distância e as particularidades das áreas geográficas assinaladas optou-se pelo seu prévio enquadramento geográfico, histórico e social. Brevemente, porque tal decisão nos distanciava do núcleo da tese e brevemente, também, para que não distraísse dos objetivos sociolinguísticos desta análise. Apresentaram-se apenas os dados que, sem prejuízo do rigor pretendido, serviram o propósito de emoldurar os dados analisados. Nesse mesmo sentido, propedêutico, se deve entender e justificar também a presença de alguns conceitos julgados indispensáveis para o devido enquadramento conceptual dos dados apresentados. Não aportam qualquer novidade para além da de fixarem o sentido que nestes estudos se desejou. De facto, os conceitos enumerados de LM, LN, LE, L2 e restantes são, como referimos, passíveis de discussão e revisão, no contexto linguístico angolano. São conceitos forjados noutros contextos linguístico-culturais e transportados sem a devida ponderação metodológica. Podem nem aplicar-se sequer, pois o território angolano é tão vasto, único e pouco estudado, do ponto de vista linguístico, que quem por ele se aventurar deverá estar preparado para retomar esta reflexão terminológica. Contudo, esse desiderato ultrapassa os limites deste trabalho, ficando a aguardar por quem o realize.

Deste quase desconhecimento linguístico, acima referido, se ressentiu a revisão da literatura existente, que se revelou muito escassa e tangencial ao tema.

Era nossa convicção inicial – tendo-se vindo a confirmar no final – a existência de uma nítida relação entre fatores socioeconómicos e o comportamento linguístico dos falantes de Português.

Outros dados curiosos e, porventura, inéditos que à guisa de fecho aqui se registam, resultaram das análises exploratórias. Nestas, explorou-se algumas convicções, percepções e sentimentos relativamente à LP e ao seu ensino, estatuto e

perspetiva que, apesar do seu interesse e atualidade, não cabiam nas hipóteses de trabalho formuladas.

Como principal - se não única - implicação a retirar destes resultados para a melhoria do ensino do Português no Lubango e no Huambo - e, quiçá para todo o território angolano, caso se estenda este estudo às restantes cidades angolanas e caso, também, se obtenham (como se espera) idênticos resultados - defende-se a mudança de perspetiva (ou de discurso dominante) relativamente ao ensino do Português em Angola: não como L2, conforme é frequente ver-se defendido publicamente, mas como LM, atendendo aos resultados aqui apresentados. De acordo com eles, pode-se distinguir três públicos-alvo do ensino do Português em Angola: os alunos do ensino regular e em idade escolar (normalmente entre os 6 e os 18 anos), que seria conveniente diferenciar quanto à origem urbana e rural, atendendo ao diferente enfoque metodológico a dar ao ensino do Português; e, por último, o ensino de (Português a) adultos. Para estes diferentes públicos, ao nível do Lubango e do Huambo, defendemos, à guisa de conclusão, a seguinte tese: relativamente aos alunos em idade escolar, de origem urbana, que apresentam um elevado índice do Português como LM (mais de 80%) parece mais adequada a adoção de uma metodologia de ensino da LP como LM. Para os alunos em idade escolar de proveniência rural e, mais nitidamente, no ensino de adultos admite-se e defende-se que a metodologia de ensino da LP mais adequada é a de como L2, atendendo aos valores mais elevados do domínio que estes dois públicos apresentam relativamente às LN como línguas maternas. Contudo, esta pesquisa apenas se orientou para o público do perímetro urbano, cujos resultados aí permitem sustentar, com uma sólida base estatística, a defesa do ensino do Português como LM. A proposta do ensino do Português como L2 nos contextos rural e de adultos, encontra também uma base sólida nos dados coligidos, mas carece de um estudo mais específico e direcionado para os mesmos.

Avaliando as mudanças operadas em menos de meio século e conjugando alguns dos fatores em análise, é razoável supor que num próximo e igual período de tempo estas mudanças se afirmem progressivamente no sentido de a LP se aproximar cada vez mais da exclusividade, enquanto LM dos angolanos citadinos. As LN manter-se-ão um reduto linguístico materno nas áreas rurais e de L2 em núcleos escolarizados

urbanos. A LP consolidará o seu espaço ao nível da comunicação, administração e formação; as LN permanecerão repositórios de identidade, afetos, culturas e tradições. Há um fator novo que, em estudos posteriores, deverá ser tido em conta e sobre o qual impende alguma imprevisibilidade nesta asserção: trata-se da recente introdução do ensino das LN no sistema de educação. Ainda não se fez o balanço dos resultados obtidos. Ainda assim, estes traduzir-se-ão possivelmente mais numa melhoria do conhecimento e uso das línguas em questão do que na alteração do estatuto das mesmas – dada a idade do público-alvo destas medidas, fundamentalmente crianças a partir dos 6 anos de idade, já com uma língua materna (ou mais) definida, seja ela uma LN, a LO ou, incluso, em casos raros mas encontrados no Lubango, uma LE. Desta forma, percebe-se que está em curso um lento processo de metamorfose linguística a nível nacional – embora a diferentes velocidades consoante as áreas, estatuto socioeconómico, escolaridade, género e idade – que aponta para a progressiva mudança do estatuto das línguas: o Português tenderá a consolidar-se como LM dos angolanos e as LN, correrão o risco de virem a tornar-se irremediavelmente L2 dos mesmos, se na preservação e divulgação delas se não investir mais. Pior situação – mas não inverosímil – será o nada fazer por elas, uma vez que esta “glotomaquia” está latente e, qual luta de panelas em que a de barro quebra, também aqui o desfecho é previsível – tal como na narrativa popular. Uma circunstância que favorece o invulgar crescimento do Português em Angola – invulgar por comparação com outros PALOP onde a percentagem de falantes que o tem como língua materna é menor – deve-se precisamente ao seu estatuto de única LO, usada predominantemente na comunicação social e em toda a administração pública, com particular destaque para o sistema de ensino que funciona e se expande à medida do país. Assim, o conhecimento e uso da Língua Portuguesa em Angola crescerá na exata medida em que o analfabetismo diminua e a escolarização aumente.

A investigação efetuada revela, entre outros, dois dados importantes.

1. Por um lado, aponta para o claro rejuvenescimento da LP no perímetro urbano do Lubango e Huambo – sendo que a realidade em outras urbes similares ou vizinhas poderá não ser muito diferente: a LP é falada cada vez mais pelos jovens, responsáveis pela maioria da população. Estima-se que, no contexto

nacional, mais de 50% da população tenha menos de 25 anos de idade. Entre eles, apresenta também uma crescente tendência para se afirmar como LM e, em sentido contrário, uma diminuição do interesse e domínio das LN - o que poderá ser grave do ponto de vista da manutenção e sobrevivência das mesmas, podendo mesmo justificar uma intervenção mais específica por parte dos responsáveis políticos, particularmente nos ambientes urbanos - já que a realidade rural não foi abordada e, pelos dados recolhidos, parece revelar um comportamento diferente. De facto, observou-se nas análises dos dados recolhidos que os falantes de LN como LM eram maioritariamente oriundos do interior de Angola e do meio rural, em contraste com os falantes de LP como LM que o eram do litoral urbano.

2. Por outro lado, e em complemento do primeiro ponto, notou-se um claro envelhecimento das LN nas duas cidades estudadas revelado no facto de os falantes de LN como LM se situarem maioritariamente em franjas mais envelhecidas da população e dos jovens apresentarem, comparativamente a estes, um crescente desconhecimento e desinteresse pelas LN.

Por fim, indo ao encontro do título e subtítulo desta tese e recapitulando-os como pensamento estruturante da mesma, resta destacar que é com base no perfil linguístico do falante urbano do Lubango e Huambo aqui traçado que nos atrevemos a afirmar o papel cada vez mais central da Língua Portuguesa enquanto LM destes falantes. Ao invés, assistimos ao recuo das LN enquanto LM das gerações mais novas, nestes contextos urbanos. De facto, o perfil traçado apontou para que a maioria da população inquirida (mais de 63%) apresenta o Português como língua materna, num movimento que se afigura crescente, em relação ao das línguas nacionais – claramente superior nas gerações mais velhas, quer quanto ao melhor domínio, quer quanto ao estatuto de LM. Neste sentido, atrevemo-nos a propor uma mudança clara (mais ao nível do discurso do que da ação) no que diz respeito ao ensino da Língua Portuguesa (circunscrito às áreas aqui estudadas). Assim, e contrariando algumas vozes divergentes – citadas na revisão da literatura -, defendemos que a Língua Portuguesa seja ensinada como LM e não como L2, como frequentemente se defende, ao nível do ensino de base nas cidades; e, eventualmente (se outros trabalhos da natureza do



presente o confirmarem), como L2 ao nível do ensino de adultos e em contextos predominantemente rurais.

Atuando assim, em conformidade e como resposta à realidade diagnosticada, estar-se-á a contribuir seguramente para melhorar o ensino da Língua Portuguesa em Angola e para a necessária clarificação dos estatutos e usos das várias línguas em uso, que constituem o seu vasto e rico património linguístico-cultural.



## BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Leandro S.; FREIRE, Teresa, *Metodologia da investigação em Psicologia e Educação*, APPORT, 1997.

ALTENHOFEN, Cléo Vilson, «O conceito de língua materna e suas implicações para o estudo do bilinguismo (alemão-português)», *Martius-Staden-Jahrbuch*, n.º 49 (2002), pp. 141-161.

ALVES, Carlos Alberto de Jesus, *Angola: As Missões Religiosas e os Nacionalistas, 1961-1975*. (Dissertação de mestrado apresentada na Universidade de Lisboa, em 2001).

ANÇÃ, Maria Helena, «Da Língua Materna à Língua Segunda», in *Revista Noesis*, Nº 51, 1999, pp. 14-16.

ANDRADE, Inácio Rebelo de, *Quando Huambo era Nova Lisboa*, Veja, Lisboa, 1998.

APARÍCIO, Alexandra, «O último reino independente de Angola e a fixação da fronteira sul (1910-1929)», in: SANTOS, Maria Emília Madeira (Direção), *A África e a instalação do Sistema Colonial (c. 1885 – c. 1930) – III Reunião Internacional de História de África*, Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, 2000.

AZEVEDO, Ávila de, *Política de ensino em África*, Lisboa, Ministério do Ultramar/Junta de Investigações do Ultramar, 1958.

AZEVEDO, Mário, *Teses, relatórios e trabalhos escritos. Sugestões para a estruturação da escrita*, 3ª Edição, Universidade Católica Editora, Lisboa, 2003.

BELL, Judith., *Como realizar um projecto de investigação – Um guia para a pesquisa em Ciências Sociais e da Educação*, Lisboa, Gradiva, 1997.

BENDER, Gerald Jerry, *Angola sob o domínio português. Mito e realidade*, Luanda, Nzila, 2004.

BOTELHO, Américo Cardoso, *Holocausto em Angola – memórias de entre o cárcere e o cemitério*, Lisboa, editora Veja, 2007.

CADORNEGA, António de Oliveira, *História Geral das Guerras Angolanas*, 3 vols., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1941.

CALDAS, Alexandre Castro, «A língua materna nos primeiros anos de escolaridade: a perspectiva das ciências neurocognitivas», in: *Língua Portuguesa: Presente e Futuro*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2005, pp. 39-46.

CAMARA JR, J. Mattoso, *Dicionário de Linguística e Gramática referente à Língua Portuguesa*, 8ª ed., Petrópolis, Ed. Vozes, 1978.

CANN, John P., *Contra-insurreição em África. O modo português de fazer a guerra 1961-1974*, Pedro do Estoril, Ed. Atena, 1998.

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA LISBOA, *Elementos monográficos sobre o distrito do Huambo*, Nova Lisboa, Oficina/Tipografia da Casa dos Rapazes, s/d.

CAPELO, Hermenegildo; IVENS, Roberto, *De Angola à contracosta*, 2 vols., Mem Martins, Publicações Europa-América, 1978.

CARDOSO, Silva, *Angola - Anatomia de Uma Tragédia*, Lisboa, oficina do Livro, 2000.

CARMO, Hermano; FERREIRA, Manuela Malheiro, *Metodologia da Investigação: Guia para auto-aprendizagem*, Lisboa, Universidade Aberta, 1998.

CARVALHO, Ruy Duarte, *Vou lá visitar pastores*, Lisboa, Ed. Cotovia, 1999.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de, «A língua portuguesa e a política linguística: o ponto de vista brasileiro», in: *Língua Portuguesa: Presente e Futuro*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2005, pp. 193-222.

CASTRO, Eduardo Gomes de Albuquerque e, *Angola – Portos e transportes*, «Caminho-de-ferro de Benguela», Luanda, Oficinas gráficas ABC, 1964.

CASTRO, Ivo, *Introdução à História do Português: Geografia da Língua Português Antigo*, Lisboa, Ed. Colibri, 2004.

- CHIWALE, Samuel, *Cruzei-me com a História*, Lisboa, Sextante editora, 2011.
- COELHO, Sebastião, *Angola - História e Estórias da Informação*, Ed. Executive Center, Luanda, 1999.
- CONFERÊNCIA EPISCOPAL DE ANGOLA E SÃO TOMÉ, *Anuário Católico de Angola e São Tomé: 1999 - Ano do Pai*, Luanda, Ed. da CEAST, 1999.
- CONSELHO DA EUROPA, *Quadro Comum de Referência para as Línguas: aprendizagem, ensino, avaliação*, Porto, Edições Asa, 2001.
- COSTA, Fernando Marques da; FALÉ, Natália, *Guia político dos PALOP*, Ed. Fragmentos, Lisboa, 1992.
- COUTO, Jorge, *Língua Portuguesa: Perspectivas para o Século XXI*, Lisboa, Instituto Camões, 2002.
- CRISTÓVÃO, Fernando (Coord.) et alii, *Dicionário Temático da Lusofonia*, Lisboa, Texto Editores, 2005.
- \_\_\_\_\_, «A língua portuguesa», in *Nortisul*, nº 1, Lisboa, CIDAC, 1991.
- CRUZ e SILVA, Rosa (Coord.), *Angola e o seu Potencial: História*, Luanda, Ministério da Cultura de Angola, 1997.
- CUMMINS, Jim (trad. Wendel Dantas), *Língua mãe das crianças bilingues: por que é importante para a educação?* Universidade de Toronto. [Texto copiado de:] <http://www.bilinguismo.org/bilinguismo6.pdf> [Consultado a 20.08.2010].
- DÁSKALOS, Maria Alexandre, *A política de Norton de Matos para Angola 1912-1915*, Coimbra, Ed. Minerva, 2008.
- DÁSKALOS, Sócrates, *Um Testemunho para a História de Angola – Do Huambo ao Huambo*, Ed. Vega e autor, Lisboa, 2000.
- DIAS, Gastão Sousa, *A cidade de Sá da Bandeira*, Sá da Bandeira, Ed. da Câmara Municipal, 1957.

DUCROT, Oswald; TODOROV, Tzvetan (edição portuguesa orientada por Eduardo Prado Coelho), *Dicionário das ciências da linguagem*, Lisboa, D. Quixote, s/d.

ECO, Umberto, *Como se Faz uma Tese em Ciências Humanas*, Lisboa, Editorial Presença, 1995.

ESTERMANN, Carlos, *Etnografia do Sudoeste de Angola: os povos não bantos e o grupo étnico dos Ambos, Vol. I, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, 1960.*

\_\_\_\_\_, *Etnografia de Angola (Sudoeste e centro). Colectânea de artigos dispersos*, vol. I, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1983.

FERNANDES, Manuel Araújo, *A última batalha do Huambo*, ed. do autor, s/l, 2006.

FERNANDES, João; NTONDO, Zavoni, *Angola: povos e línguas*, Luanda, Ed. Nzila, 2002.

FERNANDO, Emídio, *Jonas Savimbi – no lado errado da História*, Lisboa, D. Quixote, 2013.

FERREIRA, Manuel, *Que futuro para a Língua Portuguesa em África? Uma perspectiva sociocultural*, Edições ALAC, Linda-a-Velha, 1988.

\_\_\_\_\_, *O Discurso no percurso africano I. Contribuição para uma estética africana*, Lisboa, Plátano Editora, 1989.

\_\_\_\_\_, «Do estatuto da Língua Portuguesa em África e da retórica do aparato», in *Comunicações do Simpósio Nacional sobre Língua Portuguesa em África, Santarém*, Escola Superior de Educação, 1991.

FERREIRA, Manuel Ennes, *Angola e África na rota de Portugal*, Lisboa, Ed. Colibri, 2010.

FOODY, William, *Como perguntar: teoria e prática da construção de perguntas em entrevistas e questionários*, Oeiras, Celta Editora, 1996.

FREYRE, Gilberto, *Le portugais et les tropiques*, Lisbonne, Commission exécutive des commémorations du V<sup>e</sup> centenaire de la mort du prince Henri, 1961.

FRIAS, Maria José, *Língua Materna- Língua Estrangeira*, Porto, Porto Editora, 1992.

GARCIA, Rita, *SOS Angola - Os Dias da Ponte Aérea*, Lisboa, Oficina do Livro, 2011.

GHIGLIONE, Rodolphe; MATALON, Benjamin, *O Inquérito por questionário: teoria e prática*, Oeiras, Celta Editora, 2001.

GIDDENS, Anthony, *Sociologia*, 4ª Edição, Lisboa, FCG, 2004.

GONÇALVES, José Júlio, *Protestantismo em África*, 2 vols., Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1960.

GONÇALVES, Perpétua, «A formação de variedades do português: Argumentos para uma bordagem multidimensional», in: *Língua Portuguesa: Presente e Futuro*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2005, pp. 223-242.

GONZAGA, Norberto, *Angola - Pequena monografia*, Luanda, Agência Geral do Ultramar/Centro de Informação e Turismo de Angola, 1965.

GOVERNO DA PROVÍNCIA DA HUÍLA, *Plano de Desenvolvimento Estratégico para Província da Huíla: 2000-2005*, 10 vols., Lubango, Ed. Governo da Província da Huíla, 2000.

\_\_\_\_\_, *Plano Director Municipal da Cidade do Lubango 2003-2020*, 10 vols., Lubango, Ed. Governo da Província da Huíla, 2004.

\_\_\_\_\_, *Huíla, Presente e Futuro*, Luanda, Edicenter, Lda., 2007.

HILÁRIO, Mónica, «A Língua Portuguesa como instrumento veiculador de identidade nacional em Angola», in:

HILL, Manuela Magalhães; HILL, Andrew, *A investigação por questionário*, Lisboa, Edições Sílabo, 2000.

INSTITUTO DE GEODESIA E CARTOGRAFIA DE ANGOLA, *Esboço geográfico da República Popular de Angola*, Luanda, Ed. IGCA, 1985.

INSTITUTO NACIONAL DE LÍNGUAS, *Histórico sobre a criação dos alfabetos em línguas nacionais*, Luanda, INALD-Instituto Nacional do Livro e do Disco, 1980.

JERÓNIMO, Isabel Maria Seixas, *Ideologia e Ciência no Discurso Colonial. Expedição ao Bihé, Relatório Oficial do Major Arthur de Paiva*, [Tese de Mestrado em Literaturas Românicas/Literaturas Africanas de Língua Portuguesa apresentada para defesa na Faculdade de Letras e não publicada] Lisboa, Faculdade de Letras, 2003.

KUKANDA, Vatomane, *Notas de introdução à Linguística Bantu*, Lubango, UAN/ISCED – Centro de Documentação e Informação, 1986.

\_\_\_\_\_, Vatomane, *Introdução à Sociolinguística*, Lubango, UAN/ISCED – Centro de Documentação e Informação, 1988.

LABOV, William, *Sociolinguistique*, (trad. Alain Kihm), Paris, Ed. Minuit, 1976.

LEIRIA, Isabel, «Professores de português para o ano 2000», in: *Palavras*, n. 12, (Outono de 1997), APP, pp. 77-84.

\_\_\_\_\_, *Léxico, Aquisição e Ensino do Português Europeu língua não Materna*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2006.

\_\_\_\_\_, *Português Língua Segunda e Língua Estrangeira: Investigação e Ensino/ 1º Congresso do Português Língua Não Materna*, Lisboa, Forum Telecom, 1999.

LEITE, Nina Virgínia, “O que é a Língua Materna?”, in *Actas do IV Congresso Brasileiro da Linguística Aplicada*, Campinas, 1995.

LESSARD, Michelle; BOUTIN, Hébert, Gérald; GOYETTE, Gabriel, *Investigação Qualitativa - Fundamentos e práticas*, 5ª ed., Lisboa, Instituto Piaget, 2013.

LIMA SOBRINHO, Barbosa, *A Língua Portuguesa e a Unidade do Brasil*, 2ª ed., Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 2000.

LOUCEIRO, Clénir; FERREIRA, Emília; CRUZ, Elisabeth Ceita Vera, *7 Vozes: Léxico coloquial do português luso-afro-brasileiro* Lidel, Lisboa Edições Técnicas, 1997.



MACQUEEN, Norrie, *A descolonização da África Portuguesa: A revolução metropolitana e a dissolução do império*, Mem Martins, Ed. Inquérito, 1998.

MARQUES, António de Oliveira, *Breve História de Portugal*, Lisboa, Ed. Presença, 1995.

MARQUES, Irene Maria Guerra, *Algumas considerações sobre a problemática linguística em Angola*, Luanda, Ed. INALDI, 1985.

MARQUES, Ricardo, *Sociolinguística*, Lisboa, Universidade Aberta, 1995.

\_\_\_\_\_, *Português Língua Segunda*, Lisboa, Universidade Aberta, 2003.

MARTINHO, Ana Maria, *A Língua Portuguesa em África. Educação, Ensino e Formação*, Évora, Pendor Editorial Lda., 1995.

\_\_\_\_\_, *Cânones Literários e Educação: os casos angolano e moçambicano*, Lisboa, Fundação Calouste Gubenkian – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2001.

\_\_\_\_\_(Org. e Coord.), *África: investigações multidisciplinares*, Évora, Ed. NUM, 1999.

MATEUS, Dalila Cabrita; MATEUS, Álvaro, *Purga em Angola - O 27 de Maio de 1977*, Lisboa, Texto Editores, 2009.

MATEUS, Maria Helena Mira (coord.), *Uma política de língua para o português*, Lisboa, Ed. Colibri, 2002.

MATOS, José Mendes Ribeiro Norton de, *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*, vol. I, Lisboa, 1944.

MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia, «Diversidade e Unidade: A aventura Linguística do Português», *Revista ICALP*, vol. 11, Março de 1988, pp. 60-72; *Revista ICALP*, vol. 12-13, Junho - Setembro de 1988, pp. 13-28.

MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, 8 vols., Lisboa, Ed. Estampa, 1993.

MILHAZES, José, *Angola: o princípio do fim da União Soviética*, Lisboa, Nova Vega, 2013.

MINGAS, Amélia, *Interferências do kimbundu no português de Lwanda*, Luanda, Ed. Chá de Caxinde, 2000.

MOLLIKA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (orgs.), *Introdução à sociolinguística – o tratamento da variação*, Editora Contexto, S. Paulo, 2003.

MOREIRA, João Manuel, *Questionários: teoria e prática*, Coimbra, Almedina, 2004.

NEVES, Tony (Coord.), *Arquidiocese do Huambo*, Huambo, Comissão das Comunicações Sociais, 1995.

NGALASSO, Mwatha Musanji, *O ensino das línguas segundas em África. Contribuição da ciência linguística à didáctica* (texto mecanografado), Luanda, Instituto de Línguas Nacionais, 1987.

NTONDO, Zavoni, «A contribuição para uma normalização ortográfica da toponímia angolana», Texto consultado e copiado a partir de <http://pt.scribd.com/doc/48535716/Normalizacao-ortografica-da-toponimia-angolana> [Consultado em 30.02.2013], pp. 97-111.

NUNES, António Pires, *Angola 1961 - Da Baixa do Cassange a Nambuangongo*, Lisboa, Editora Prefácio, 1999.

OLIVEIRA, Jorge Eduardo da Costa, *Memórias de África 1961-2004 – Figuras e factos da minha vida*, Lisboa, Lisboa, MNE/IPAD, 2005.

OSÓRIO, Paulo et al., *Português Língua Segunda e Língua Estrangeira – Das Teorias às Práticas*, Lisboa, Lidel, 2008.

PADRÃO, Fernando Cerviño, *A colonização do Sul de Angola: 1485 - 1974*, Mira-Sintra, Gráfica Europam Lda., 1998.

PÉLISSIER, René, *História das campanhas de Angola: Resistência e revoltas 1845 – 1941*, 2 vols., 2ª edição, Lisboa, Ed. Estampa, 1997.

PEREIRA, Alexandre, *Guia prático de utilização - Análise de dados para as Ciências Sociais e Psicologia*, 5ª Edição, Ed. Sílabo, Lisboa, 2004.

PIMENTEL, Maria do Rosário, *Chão de sombras - Estudos sobre escravatura*, Lisboa, Ed. Colibri, 2010.

PIRES, António, *Desalojados – A tragédia nacional dos “retornados” portugueses expulsos de Angola*, Livraria Popular de Francisco Franco, Lisboa, 1975.

PNUD, *Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008. Combater as alterações climáticas: Solidariedade humana num mundo dividido*, Coimbra, Ed. Almedina, 2007.

PRETTI, Dino, *Sociolinguística. Os níveis de fala*, S. Paulo, EDUSP, 1997.

RAPOSO, Eduardo Paiva, «Algumas observações sobre a noção de “língua portuguesa”», *Boletim de Filologia*, Lisboa, 29, 1984, pp. 585-592.

REDINHA, José, *Etnias e culturas de Angola*, Lisboa, Actualidade Editores, 1975.

REIS, Victorino, *Sociolinguística – Dinâmica funcional vs Problemas funcionais da língua*, Luanda, Editorial Nzila, 2006.

REPÚBLICA DE ANGOLA, *Projectos de Diplomas Reguladores do Subsistema do Ensino Superior*, Luanda, Secretaria de Estado para o Ensino Superior, 2009.

RIBEIRO, Orlando, *A colonização de Angola e o seu fracasso*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1981.

RODRIGUES, Marília dos Prazeres, *A Língua Portuguesa como Língua Segunda na Província do Huambo. Caracterização Educativa e Propostas Pedagógicas para a Formação de Professores do 1º Nível*, [Tese de Doutoramento em Estudos Portugueses/Especialidade Ensino do Português apresentada para defesa na FCSH da Universidade Nova de Lisboa em Junho de] 2012.

SEABRA, José Augusto, «A irradiação internacional da Língua Portuguesa: uma prioridade da política externa», in *Revista Internacional da Língua Portuguesa*, nº 7. Lisboa: AULP, 1992, pp. 9 – 13.

SIERRA, Lázaro Cárdenas, *Angola e África Austral*, Luanda, Mayamba, 2010.

SILVA, Fernando Diogo da, *O Huambo: mão-de-obra rural no mercado de Angola: para a formação de uma política de desenvolvimento equilibrado*, Fundo de Acção Social no Trabalho em Angola (F.A.S.T.A.), Luanda, 1968.

TARALLO, Fernando, *A pesquisa sociolinguística*, 7ª Ed., Editora Ática, S. Paulo, 2002.

TRIFKOVIC, M., *Histórico sobre a criação dos alfabetos em línguas nacionais*, Ed. INALD, Luanda, 1980.

WELLER, Douglas; PÉLISSIER, René, *História de Angola*, Lisboa, Tinta da China, 2009.

VENÂNCIO, José Carlos, *Uma perspectiva etnológica da Literatura Angolana*, 2ª ed., Lisboa Ed. Ulmeiro e autor, 1993.

VENTURA, Margarida, *O stress traumático e suas sequelas nos adolescentes do sul de Angola*, Ed. Nzila, Luanda, 2003.

VV. AA., *A Língua Portuguesa: Presente e Futuro*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.

VV.AA., *Companhia do Caminho de Ferro de Benguela. Uma história sucinta da sua formação e desenvolvimento*, Lisboa, 2008.

VV. AA., *Congresso sobre a situação actual da Língua Portuguesa no mundo. Lisboa: 1983 - Actas, Vol.I*, Lisboa, ICALP, 1985

XAVIER, Maria Francisca; MATEUS, Maria Helena, *Dicionário de termos linguísticos*, Lisboa, Ed. Cosmos, 1990.

ZAU, Filipe Silvino de Pina, *Angola: Trilhos para o desenvolvimento*, Universidade Aberta, Lisboa, 2002.

\_\_\_\_\_, *O Professor do Ensino Primário e o Desenvolvimento dos Recursos Humanos em Angola - uma visão prospectiva*, [Tese de Doutoramento no ramo de Ciências da Educação. Especialidade: Educação Multicultural e Intercultural], Universidade Aberta, Lisboa, 2005.

**Consultas na Internet:**

<http://www.bib.uevora.pt/np-40/> [Consultado a 10 de dezembro de 2013].

<http://www.macauihub.com.mo/pt/2009/02/10/6523/> [Consultado em 20.5.2013].

[http://www.portalangop.co.ao/angola/pt\\_pt/noticias/provincias/huambo.html](http://www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/provincias/huambo.html)  
[Consultado a 11.11.2013]

<http://www.fd.ul.pt/LinkClick.aspx?fileticket=0qBm9m9FO18%3D&tabid=331>  
[Consultado a 08.08.2012].

<https://sites.google.com/site/cfbumahistoriasucinta/> [Consultado a 14.03.2013].

[http://www.adelinotorres.com/.../Sócrates%20Dáskalos\\_](http://www.adelinotorres.com/.../Sócrates%20Dáskalos_) [Consultado a 02.04.2012].

<http://pt.scribd.com/doc/48535716/Normalizacao-ortografica-da-toponimia-angolana>  
[Consultado em 30.02.2013].

<http://www.un.org/spanish/Depts/DPKO/Missions/unavem1/unavemi.htm>;  
[Consultado em 22.03.2012].

<http://www.opais.net/pt/opais/?det=32632&id=1929&mid=271> [Consultado em 25.05.2013].

[http://www.mpla-angola.org/discurs\\_cult.php](http://www.mpla-angola.org/discurs_cult.php) [consultado em 20 de outubro de 2008].

[http://www.ait.pt/recursos/dic\\_term\\_ling/dtl\\_pdf/L.pdf](http://www.ait.pt/recursos/dic_term_ling/dtl_pdf/L.pdf) [consultado e gravado em 10.10.2008].

<http://www.dgidc.min-edu/inovbasic/edicoes/noe/noe51/dossierl.htm> [Consultado a 20.04.2011].

[http://www.ait.pt/recursos/dic\\_term\\_ling/dtl\\_pdf/L.pdf](http://www.ait.pt/recursos/dic_term_ling/dtl_pdf/L.pdf) [Consultado a 10.10.2010].

[http://www.wipo.int/wipolex/en/text.jsp?file\\_id=196464](http://www.wipo.int/wipolex/en/text.jsp?file_id=196464) [Consultado em 18.09.2012].

[http://www.ait.pt/recursos/dic\\_term\\_ling/dtl\\_pdf/L.pdf](http://www.ait.pt/recursos/dic_term_ling/dtl_pdf/L.pdf) [Consultado em 10.10.2008].

[http://www.unicef.org/brazil/tabelas\\_sowc06.pdf](http://www.unicef.org/brazil/tabelas_sowc06.pdf) [Consultado em 28.10.2008]

[http://www.ait.pt/recursos/dic\\_term\\_ling/dtl\\_pdf/L.pdf](http://www.ait.pt/recursos/dic_term_ling/dtl_pdf/L.pdf) [Consultado e gravado em 25 de Outubro de 2007].

<http://horta.0catch.com/huambo/MULEMBA.PDF> [Consultado em 13.03.2012].

<http://sacerpov.blogspot.com/2012/04/5.html> [Consultado a 14.04.2013].

[http://www.mpla-angola.org/discur\\_cult.php](http://www.mpla-angola.org/discur_cult.php) [Consultado em 20.07.2008]

<http://www.bilinguismo.org/bilinguismo6.pdf> [Consultado a 20.08.2010].

[http://www.mpla-angola.org/discur\\_cult.php](http://www.mpla-angola.org/discur_cult.php) [Consultado em 10.11.2008].

<http://www.clog6.com/UNAVEM.html> [Consultado em 22.03.2012].

<http://www.cabinda.net/> [Consultado a 18.11.2012].

<http://ilcao.cedilha.net/?s=mingas> [Consultado em 10.11.2013].

<https://pt.surveymonkey.com/mp/sample-size/> [Consultado em 12.09.2010].

<http://www.macauihub.com.mo/pt/2009/02/10/6523/> [Consultado a 20.5.2013].

<http://aforges.org/conferencia2/05documentos.html> [Consultado em 23.05.2013].

<https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/2468> [Consultado a 20.04.2013].

## ÍNDICE TEMÁTICO

### A

Administração Municipal do Huambo, 96, 104, 106  
Administração Municipal do Lubango, 96, 97  
África do Sul, 27, 32, 52, 66, 193  
Aleatória, 97, 99, 101  
Alfabetos nacionais, 28  
AML, 8, 11, 97, 100  
Amostra, 8, 21, 97, 99, 101, 119, 122, 123, 137, 138, 150, 151, 152, 154, 157, 158, 168, 219, 223  
Amostra aleatória estratificada, 99  
Análises estatísticas, 8, 119  
Análises exploratórias, 6, 8, 119, 168, 195, 198  
Anexo, 8, 20, 22, 77, 85, 87, 96, 98, 106, 111, 115, 120, 130, 132, 138, 169, 189, 222, 230, 247, 250, 253, 262, 270  
Angola, 4, 6, 7, 8, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 46, 48, 49, 50, 51, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 90, 91, 92, 93, 98, 108, 110, 111, 117, 128, 140, 146, 148, 152, 153, 155, 157, 164, 165, 170, 173, 177, 184, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 252, 253, 254, 256, 258, 259, 260, 261, 264

### B

Bacongo, 28, 102, 107, 123, 138, 151, 180  
Bairros, 21, 43, 47, 56, 62, 97, 98, 99, 101, 102, 104, 105, 106, 175, 223, 226, 228, 229  
Banto, 28, 41, 90  
Benguela, 30, 39, 41, 46, 48, 49, 50, 51, 55, 67, 76, 77, 80, 83, 98, 123, 124, 174, 203, 208, 254, 257  
Bibliografia, 25, 88, 93, 229  
Bilingues, 89, 168, 169, 204, 218  
Bilinguismo, 8, 78, 81, 89, 92, 114, 168, 169, 202, 210  
Brasil, 11, 18, 29, 30, 36, 72, 85, 205, 251, 261

### C

Cabinda, 26, 27, 50, 123  
Cabo Verde, 18, 92  
Caminhos de Ferro de Benguela, 11, 50  
Católica, 37, 39, 127  
Católicos, 25, 38, 107, 128, 129, 144  
Censo, 25, 97, 99  
Cidade, 6, 8, 19, 20, 21, 30, 31, 33, 38, 39, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 61, 62, 63, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 83, 98, 108, 110, 111, 112, 116, 119, 120, 121, 123, 124, 133, 136, 138, 139, 140, 141, 152, 153, 154, 160, 161, 162, 166, 169, 171, 173, 175, 182, 204, 249, 263, 265, 267, 275, 279, 300, 301, 311, 312, 313  
Coeficiente Alfa de Cronbach, 114  
Colonização, 21, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 36, 42, 70, 71, 86, 170, 207  
Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, 11  
Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, 12, 193, 194, 252  
Conceitos-chave, 8

Conclusões, 6, 14, 17, 22, 70, 86, 93, 187  
Conferência de Berlim, 27, 33, 36, 71, 92  
Congo, 27, 28, 59, 139, 180  
Correlação, 115, 120, 131, 132, 147, 194  
Correspondência, 8, 222  
Cuanhama, 38, 121, 123  
Cuba, 66, 170, 178  
Cunene, 27, 28, 32, 33, 39, 41

## D

Dados estatísticos, 8, 106  
Dados exploratórios, 6, 20, 113, 117  
Dados oficiais, 8, 230  
Descolonização, 26  
Diglossia, 79, 92, 169  
Domínio da lp, 6, 110, 114, 115, 116, 119, 120, 121, 123, 124, 125, 126, 128, 130, 131, 134, 135, 136, 137, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 165, 166, 180, 189, 194, 252

## E

Enquadramento teórico, 86, 88, 93  
Ensino do Português, 1, 6, 14, 198, 256, 257, 258,  
Escolaridade, 6, 80, 81, 86, 93, 97, 107, 108, 110, 112, 115, 120, 121, 125, 126, 134, 135, 136, 142, 143, 153, 154, 158, 159, 179, 180, 194, 199, 202, 218, 263, 265, 267, 268, 271, 275, 279, 280, 287, 290, 297, 300, 301, 308  
Espanhol, 178, 251  
Estatuto, 8, 20, 38, 49, 81, 84, 88, 90, 93, 107, 108, 110, 112, 116, 117, 121, 129, 136, 146, 154, 160, 180, 189, 190, 192, 195, 198, 199, 201, 219, 252  
Estatuto socioeconómico, 112, 113, 180, 199  
Estimativas, 25, 26, 27, 74, 79, 80  
Estrutura fatorial, 115  
Estudo correlacional, 20  
Etnia, 18, 47, 108, 121, 123, 136, 137, 146, 154

## F

Falante urbano, 1, 6, 14, 20, 108, 111, 168, 197, 200, 223, 224, 226, 228, 229, 249, 257  
FCSH, 22, 88, 208  
Fidelidade, 8, 114  
Francês, 76, 179, 180, 251, 256

## G

Glotofagia, 85  
Governo Provincial da Huíla, 11  
Governo Provincial do Huambo, 69, 106, 138  
GPH, 8, 11, 100, 106  
Gráficos, 23, 45, 114, 120, 136, 142, 156, 176  
Grupo etnolinguístico, 6, 41, 108, 112, 120, 122, 135, 138, 152, 155, 161, 166, 177, 180, 186, 195, 284, 294, 305



Guerra, 17, 31, 41, 57, 62, 67, 68, 69, 70, 74, 76, 80, 83, 98, 109, 124, 174, 254, 257

## H

Hipótese de trabalho, 6, 120, 121, 123, 138, 146, 150, 156, 157, 162, 163, 165, 166, 194

Hipóteses, 8, 21, 107, 111, 115, 118, 119, 127, 135, 138, 144, 166, 198

Hipóteses nulas, 107

Huambo, 1, 5, 6, 7, 8, 11, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 25, 33, 39, 41, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 76, 77, 83, 88, 96, 97, 98, 99, 101, 104, 106, 108, 109, 110, 111, 117, 118, 119, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 144, 145, 148, 150, 151, 152, 154, 160, 161, 163, 166, 167, 168, 169, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 179, 181, 182, 183, 184, 186, 192, 193, 194, 197, 198, 200, 202, 203, 204, 206, 207, 208, 220, 225, 226, 227, 228, 229, 248, 249, 251, 254, 257, 271, 275, 276, 290, 300, 311, 313

Huíla, 8, 11, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 70, 71, 96, 97, 170, 174, 205, 220

## I

Idade, 6, 45, 88, 97, 99, 100, 108, 110, 112, 113, 120, 121, 131, 135, 136, 148, 152, 153, 154, 162, 163, 164, 172, 174, 179, 180, 194, 198, 199, 200, 268, 271, 275, 279, 280, 281, 290, 291, 300, 301, 302

Iliteracia, 98, 114, 118

Inglês, 6, 76, 178, 179, 180, 185, 251

Inquérito, 81, 86, 87, 92, 96, 97, 98, 112, 113, 127, 132, 168, 174, 183, 223, 224, 226, 227

Inquiridos, 84, 86, 87, 92, 98, 101, 102, 106, 113, 114, 117, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 129, 130, 134, 135, 137, 138, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 149, 151, 152, 155, 156, 157, 158, 162, 164, 167, 168, 169, 171, 172, 173, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 186, 187, 188, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 218, 219

Instituto Camões, 11, 15, 27, 193, 194, 203, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 252

Instituto Internacional da Língua Portuguesa, 11, 193, 252

Instituto Nacional de Línguas, 11

Instrumento de análise, 8

Investigação, 8, 14, 15, 17, 20, 21, 85, 96, 99, 118, 119, 200, 202, 205, 222, 223, 225, 226, 254

ISCED, 1, 5, 8, 11, 15, 17, 76, 77, 86, 97, 205, 223, 224, 226, 227, 254, 256, 257

## L

L2, 6, 11, 19, 22, 80, 81, 85, 88, 89, 90, 93, 94, 114, 115, 176, 177, 178, 197, 198, 199, 201, 218, 258, 259

Língua estrangeira, 169, 251, 252, 6, 8, 11, 14, 20, 22, 81, 90, 109, 114, 169, 178, 179, 181, 189, 251

Língua materna, 6, 11, 14, 16, 20, 22, 45, 81, 84, 86, 87, 89, 90, 91, 114, 127, 128, 129, 132, 145, 147, 169, 171, 174, 175, 189, 192, 199, 201, 202, 218, 252

Língua nacional, 6, 12, 15, 20, 22, 28, 79, 84, 91, 92, 109, 164, 181, 189, 191, 201, 205, 208, 251, 252

Língua nativa, 89, 91

Língua oficial, 16, 17, 28, 72, 73, 78, 90, 133, 170, 176, 191, 193

Língua Portuguesa, 8, 12, 16, 19, 20, 27, 45, 72, 73, 75, 76, 78, 80, 82, 83, 84, 88, 108, 109, 113, 120, 132, 149, 150, 152, 166, 181, 183, 189, 193, 194, 197, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 223, 224, 226, 227, 228, 229, 248, 251, 252, 254, 255, 256, 257

Língua segunda, 8, 14, 20, 22, 81, 88, 89, 90, 114, 169, 176, 207

Línguas, 6, 8, 15, 16, 20, 27, 35, 41, 79, 80, 81, 84, 85, 86, 88, 90, 91, 92, 109, 114, 115, 117, 127, 133, 145, 163, 164, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 176, 177, 178, 179, 181, 182, 185, 186, 189, 191, 192, 195, 198, 199, 201, 204, 205, 207, 208, 218, 219, 250, 251, 252, 259

Linguística angolana, 18, 87

LM, 6, 11, 17, 19, 22, 80, 81, 87, 88, 89, 90, 93, 94, 115, 121, 132, 133, 144, 146, 148, 163, 164, 166, 169, 173, 176, 178, 180, 186, 197, 198, 199, 200

LN, 6, 8, 12, 22, 23, 47, 80, 81, 85, 87, 91, 94, 109, 110, 115, 116, 117, 128, 132, 133, 146, 148, 164, 166, 169, 170, 171, 174, 175, 177, 178, 182, 185, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 197, 198, 199, 200, 218, 219, 251, 264

LO, 12, 23, 88, 90, 92, 170, 199, 264

Lobito, 41, 50, 56, 80, 98, 123, 256, 257

LP, 8, 12, 15, 17, 20, 23, 77, 80, 81, 85, 87, 88, 90, 93, 109, 110, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 170, 173, 176, 180, 182, 185, 186, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 198, 199, 200, 218, 219, 251, 252, 253, 264, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 302, 303, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 310, 311, 313

Luanda, 16, 25, 26, 28, 29, 32, 39, 41, 47, 51, 55, 57, 58, 59, 61, 63, 66, 67, 73, 76, 77, 80, 83, 85, 86, 91, 123, 139, 153, 185, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 254, 255, 258

Lubango, 1, 5, 6, 7, 8, 11, 14, 16, 19, 20, 21, 25, 28, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 48, 50, 57, 58, 62, 66, 70, 71, 75, 77, 80, 83, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 106, 108, 109, 110, 111, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 135, 136, 137, 139, 141, 144, 149, 150, 151, 152, 154, 160, 161, 163, 166, 167, 168, 169, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 178, 179, 181, 182, 183, 184, 186, 192, 193, 194, 195, 197, 198, 199, 200, 205, 218, 219, 223, 224, 226, 228, 229, 248, 254, 256, 257, 264, 268, 275, 276, 280, 300, 311, 313

## M

Mapa linguístico, 18, 19, 27, 74, 177

Metodologia, 6, 8, 19, 20, 72, 96, 99, 111, 120, 125, 198, 202, 203, 258, 259

Moçambique, 18, 34, 59, 78, 85, 90

Monolingues, 81, 168, 218

Monolinguismo, 8, 168

MPLA, 12, 47, 58, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 79

## N

Namibe, 28, 39, 41, 50, 58, 123, 124

Namíbia, 26, 27, 66, 70, 170

Naturalidade, 108, 109, 110, 112, 116, 120, 121, 123, 124, 125, 135, 136, 140, 142, 153, 154, 156, 180, 218, 249, 263, 265, 267, 269, 271, 273, 275, 277, 279, 280, 285, 290, 295, 300, 301, 306

Norma, 12, 23, 82, 91, 188, 195, 256, 268

Norma gramatical, 12

Novo acordo ortográfico, 23, 111, 188

Número de falantes, 19, 80, 83, 148, 173, 175

## O

Objetivos, 19, 25, 59, 75, 93, 197

ONU, 12, 27, 63, 67

Opinião, 8, 12, 110, 111, 113, 117, 181, 189, 190

Organização das Nações Unidas, 12, 67

Origem, 27, 30, 37, 38, 47, 48, 57, 61, 71, 80, 90, 92, 108, 109, 110, 112, 116, 120, 121, 123, 124, 135, 136, 140, 141, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 161, 162, 174, 175, 178, 180, 198, 218, 249, 263, 265, 267, 268, 269, 271, 273, 275, 277, 279, 280, 286, 290, 296, 300, 301, 307

Ortografia, 23, 28, 111

Ovahelelo, 28, 41  
Ovakwanyama, 28  
Ovanyaneka, 28, 41  
Ovimbundo, 28, 41, 102, 107, 123, 138, 151

## P

Perfil linguístico, 1, 6, 14, 20, 50, 178, 200, 247, 248, 258  
Planalto Central, 30, 33, 41, 50, 51, 54, 55, 56, 65, 67, 68, 83, 98, 104, 123, 170, 173  
Plano de Desenvolvimento das Nações Unidas, 12  
Política linguística, 87, 203  
População, 6, 8, 14, 17, 21, 25, 26, 27, 39, 43, 44, 45, 47, 50, 54, 61, 65, 66, 73, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 87, 90, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 104, 106, 111, 112, 118, 124, 128, 136, 152, 157, 164, 174, 178, 179, 193, 195, 200, 201, 223, 224, 226, 227, 228, 229, 248, 249  
População total, 21  
Portugal, 11, 18, 23, 28, 29, 33, 34, 36, 47, 48, 51, 54, 58, 59, 60, 61, 77, 78, 180, 206, 251, 258  
Português, 1, 4, 6, 11, 12, 14, 17, 19, 22, 47, 51, 60, 62, 70, 73, 76, 77, 78, 80, 85, 88, 90, 97, 118, 127, 132, 133, 137, 139, 143, 144, 146, 148, 149, 154, 156, 157, 163, 164, 165, 166, 171, 174, 175, 185, 186, 189, 191, 192, 195, 197, 198, 199, 201, 203, 206, 208, 251, 252, 254, 255, 256, 257, 258, 259  
Português do Brasil, 186  
Primeira língua, 87, 89, 164, 169  
Protestante, 36, 38, 127  
Protestantes, 33, 36, 38, 39, 54, 107, 110, 128, 129, 144, 145

## Q

Questionário do perfil sociodemográfico e linguístico, 8, 12, 111  
Quicongo, 28, 171, 177, 185, 249, 251  
Quimbundo, 28, 102, 107, 123, 138, 151, 171, 176, 180, 185, 249, 251  
Quioco, 41, 102, 107, 123, 138, 151, 171, 185, 249

## R

Raça, 6, 53, 108, 109, 110, 112, 120, 121, 122, 135, 136, 137, 138, 139, 152, 154, 161, 173, 195, 263, 265, 267, 268, 271, 275, 279, 280, 283, 290, 293, 300, 301, 304  
Recenseamento Geral de 2014, 17, 26  
Referências bibliográficas, 22, 23, 210  
Religião, 6, 32, 36, 102, 107, 108, 110, 112, 115, 120, 121, 127, 135, 136, 144, 151, 153, 154, 159, 169, 195, 249, 263, 265, 267, 268, 270, 271, 274, 275, 278, 279, 280, 288, 290, 298, 300, 301, 309  
República Democrática de Angola, 61  
República Democrática do Congo, 26, 50  
República do Congo, 27  
Resultados, 8, 15, 17, 21, 22, 25, 32, 45, 62, 64, 66, 67, 73, 74, 81, 86, 120, 121, 122, 124, 126, 127, 130, 131, 133, 135, 136, 137, 138, 140, 142, 144, 145, 147, 149, 150, 153, 154, 155, 156, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 165, 166, 167, 171, 174, 181, 182, 189, 191, 192, 193, 194, 196, 198, 199, 219  
Revisão da literatura, 8, 21, 72, 78, 197, 201  
Rural, 6, 7, 19, 38, 45, 54, 58, 79, 80, 81, 123, 124, 125, 140, 141, 157, 158, 171, 174, 175, 180, 198, 200, 208, 269, 273, 277, 286, 296, 307  
Russo, 178, 179, 251

## S

SADC, 12, 27, 51, 193, 196, 252

Semiurbano, 124

Sexo, 6, 108, 110, 120, 121, 133, 134, 135, 136, 149, 153, 154, 165, 166, 180, 194, 268, 271, 275, 279, 280, 282, 290, 292, 300, 301, 303

Significância, 124, 128, 130, 140, 145, 147, 153, 154, 159, 162, 167

Sociolinguística, 14, 16, 19, 20, 77, 80, 81, 84, 87, 92, 109, 206, 208, 223, 224, 226, 228, 229

SPSS, 8, 12, 21, 119, 130, 131, 262, 263, 268, 270

Subamostra, 8, 21, 101, 106, 120, 121, 127, 135, 136, 137, 141, 144, 148, 149, 150, 169

Subamostra do Huambo, 169

Subamostra do Lubango, 121

Sugestões, 22

Sumbe, 123

## T

Tabela, 101, 102, 106, 115, 116, 120, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 138, 139, 140, 142, 144, 145, 147, 149, 151, 152, 153, 159, 161, 162, 165, 166, 167, 181, 182, 185, 189, 190, 219

Tema, 15, 16, 19, 21, 23, 25, 31, 71, 72, 74, 75, 76, 78, 82, 85, 88, 93, 94, 96, 118, 122, 138, 191, 197, 223, 226, 228, 229

Tese, 1, 2, 14, 18, 58, 76, 85, 86, 88, 146, 147, 192, 197, 198, 200, 208, 209, 225, 226, 228, 229, 256, 257, 261

Testes Qui Quadrado, 115, 119, 120, 128, 135, 152, 166

Tômbua, 123

Toponímia, 56, 62, 98, 207

Trabalho correlacional, 6

## U

UAN, 12, 75, 76, 77, 85, 205, 254

Umbundo, 28, 41, 47, 127, 129, 133, 144, 148, 149, 163, 164, 169, 171, 173, 174, 175, 176, 185, 186, 251, 252

União Africana, 12, 193, 194, 252

UNITA, 12, 41, 47, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68

Urbano, 6, 20, 21, 42, 45, 50, 53, 56, 61, 80, 81, 88, 99, 102, 104, 106, 108, 117, 120, 121, 123, 124, 125, 135, 136, 141, 151, 154, 171, 174, 194, 195, 198, 200, 218, 219, 223, 224, 226, 228, 229

## V

Validade, 8, 115

Variante, 8, 117, 186, 187, 188, 218, 264

Variáveis, 6, 8, 20, 98, 103, 107, 108, 109, 110, 111, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 167, 168, 218, 280, 290, 300, 312

## Z

Zâmbia, 26, 50, 170

Zimbabwe, 27

## ÍNDICE DOS GRÁFICOS

Gráfico 1 - Relação entre as variáveis Domínio da LP e Raça.....	110
Gráfico 2 - Relação entre as variáveis Domínio da LP e Origem .....	113
Gráfico 3 - Relação entre as variáveis Domínio da LP e Naturalidade .....	114
Gráfico 4 - Relação entre as variáveis Domínio da LP e Nível de escolaridade.....	115
Gráfico 5 - Relação entre as variáveis Língua Materna e Religião .....	117
Gráfico 6 - Relação entre as variáveis Domínio da LP e Nível socioeconómico.....	119
Gráfico 7 - Relação entre as variáveis Domínio da LP e Idade .....	120
Gráfico 8 - Relação entre as variáveis Língua materna e Idade .....	121
Gráfico 9 - Relação entre as variáveis Domínio da LP e Sexo.....	122
Gráfico 10 - Relação entre as variáveis Domínio da LP e Raça.....	125
Gráfico 11 - Relação entre as variáveis Domínio da LP e Grupo etnolinguístico .....	127
Gráfico 12 - Relação entre as variáveis Domínio da LP e Origem .....	129
Gráfico 13 - Relação entre as variáveis Domínio da LP e Naturalidade .....	130
Gráfico 14 - Relação entre as variáveis Domínio da LP e Nível de escolaridade.....	131
Gráfico 15 - Relação entre as variáveis Língua Materna e Religião .....	133
Gráfico 16 - Relação entre as variáveis Domínio da LP e Nível socioeconómico .....	134
Gráfico 17 - Relação entre as variáveis Língua Materna e Nível socioeconómico.....	135
Gráfico 18 - Relação entre as variáveis Domínio da LP e Idade .....	136
Gráfico 19 - Relação entre as variáveis Língua materna (Português e Umbundo) e Idade .....	137
Gráfico 20 - Relação entre as variáveis Domínio da LP e Sexo.....	138
Gráfico 21- Relação entre as variáveis Domínio da LP e Raça.....	143
Gráfico 22 - Relação entre as variáveis Domínio da LP/Naturalidade .....	144
Gráfico 23 - Relação entre as variáveis Domínio da LP/Origem.....	145
Gráfico 24 - Relação entre as variáveis Domínio da LP/Escolaridade .....	146
Gráfico 25 - Relação entre as variáveis Domínio da LP e Total socioeconómico .....	147
Gráfico 26 - Relação entre as variáveis Cidade e Total socioeconómico .....	148
Gráfico 27 - Relação entre as variáveis Domínio da LP/Idade .....	150
Gráfico 28 - Relação entre as variáveis LM/Idade.....	151
Gráfico 29 - Relação entre as variáveis Domínio da LP e Sexo.....	152

Gráfico 30 - Relação entre as variáveis Domínio da LP e Cidade .....	154
Gráfico 31 - Percentagem de falantes inquiridos que se consideram monolíngues ou bilingues .....	155
Gráfico 32 – Comparação entre os falantes monolíngues e bilingues, considerando a idade.....	157
Gráfico 33 - Distribuição das línguas maternas faladas pelos inquiridos.....	158
Gráfico 34 - Distribuição das línguas maternas faladas pelos inquiridos no Lubango e no Huambo .....	160
Gráfico 35 - Distribuição das línguas maternas faladas pelos inquiridos.....	163
Gráfico 36 - Distribuição das línguas faladas pelos inquiridos como L2 .....	164
Gráfico 37 - Distribuição das línguas faladas pelos inquiridos como LE .....	165
Gráfico 38 - Canais de televisão mais vistos.....	170
Gráfico 39 - Variante falada preferida.....	173
Gráfico 40 - Variante escrita preferida .....	174
Gráfico 41 - Grau de conhecimento público, nos perímetros urbanos do Lubango e Huambo, das principais instituições ligadas à LP e às LN. ....	179

## ÍNDICE DAS TABELAS

Tabela 1 - Dimensão da amostra .....	90
Tabela 2 - Divisão da subamostra do Lubango por bairros (n=1000) .....	91
Tabela 3 - Características demográficas dos falantes inquiridos no perímetro urbano do Lubango (n=1000) .....	91
Tabela 4 - Divisão da subamostrado Huambo por bairros (n=1000) .....	95
Tabela 5 - Características demográficas dos falantes inquiridos no perímetro urbano do Huambo (n=1000) .....	95
Tabela 6 - estrutura fatorial da escala .....	105
Tabela 7- Resultados do $\chi^2$ em função do domínio da LP (n=1000).....	109
Tabela 8 - Tabela de frequências relativa à variável Grupo Etnolinguístico .....	111
Tabela 9 - Tabela de frequências relativa à variável Religião .....	116
Tabela 10 - Resultados do $\chi^2$ em função do Domínio da LP (n=1000) .....	123
Tabela 11 - Tabela de frequências relativa à variável Grupo Etnolinguístico .....	126
Tabela 12 - Tabela de frequências relativa à variável Religião .....	132
Tabela 13 - Características demográficas do total dos falantes inquiridos no perímetro urbano do Lubango e do Huambo (n=2000).....	139
Tabela 14 - Resultados do $\chi^2$ em função do Domínio da LP (n=2000) .....	141
Tabela 15 - Resultados do $\chi^2$ em função da variável Cidade (n=2000) .....	149
Tabela 16 - Resultados do $\chi^2$ em função da variável Cidade (n=2000) .....	153
Tabela 17 - Tabela comparativa dos dados de opinião sobre o nível de condições de acesso à formação na área das línguas e à cultura no Lubango e no Huambo ....	168
Tabela 18 - Primeira língua preferida na audição de programas de rádio e TV.....	171
Tabela 19 - Segunda língua preferida na audição de programas de rádio e TV .....	171
Tabela 20 - Tabela comparativa dos dados de opinião obtidos sobre a importância, estatuto e dimensão da LP, em paralelo com as LN e LE.....	175





## ÍNDICE DAS FIGURAS

Figura 1 - Localização Geográfica da Província da Huíla .....	29
Figura 2 - Localização Geográfica da Província do Huambo.....	35



## **APÊNDICES**



## **Apêndice A - Correspondência preparatória da investigação**



Exmo. Senhor  
Administrador Municipal  
LUBANGO

13 de Julho de 2006

**ASSUNTO: Pedido de credencial para a realização de um inquérito à população do Lubango, no âmbito de um estudo académico na área da sociolinguística.**

Antes de tudo, as minhas cordiais saudações.

Conforme indica o assunto em epígrafe, socorro-me desta via para solicitar a V. Ex.a se digne autorizar-me a realizar um inquérito à população do perímetro urbano do Lubango para recolha dos dados necessários à definição do *Perfil sociolinguístico do falante urbano do Lubango* – tema da dissertação do mestrado em ensino da Língua Portuguesa que pretendo apresentar e defender no ISCED do Lubango para obtenção do grau de mestre.

Considerando um universo populacional de aproximadamente 500.000 habitantes, defini como amostra credível (passível de uma margem de erro na ordem de +/- 0.1) a inquirição de 662 casos, aleatoriamente selecionados. Dado o número de bairros existentes e a quantidade de inquéritos a realizar, convidei seis alunos finalistas do curso de Licenciatura em Linguística/Português para colaborarem nesta fase da recolha de dados. Para tal, muito agradeço a devida autorização de V. Exa., bem como, se possível, uma credencial passada pelos competentes Serviços da Administração Municipal que nos permita levar a efeito este trabalho de investigação da forma mais correta e proveitosa possível.

Os alunos citados são: Alberto Lucunde, Dinis Vador, Ismael Maurício e Mauro Rosales.

Com os melhores cumprimentos,

Arsénio Cruz

C/c.: Coordenador Administrativo do Curso de *Mestrado em Ensino da Língua Portuguesa*.





Ex. mo Senhor  
Diretor do Gabinete de Estatística  
Administração Municipal do Lubango

LUBANGO

07.08.2006

ASSUNTO: **Pedido de dados estatísticos actualizados.**

Antes de tudo, as minhas cordiais saudações.

No seguimento da audiência concedida pelo Senhor Administrador Municipal do Lubango, na qual pedi autorização para realizar um inquérito à população do perímetro urbano do Lubango venho, por este meio, solicitar a V. Exa. a amabilidade de me facultar dados atualizados referentes à população residente no perímetro urbano do Lubango a fim de recolher os dados necessários para a definição do *Perfil sociolinguístico do falante urbano do Lubango*.

Neste momento, possuo apenas os dados fornecidos pelo *Plano Diretor da Cidade do Lubango 2003-2020: Estudos de caracterização e diagnóstico*. Contudo, verifico que os mesmos encerram muitas lacunas e não indicam o total de habitantes por cada bairro. Deste modo, muito agradeço o V. apoio no sentido de poder obter dados mais completos, atualizados e fidedignos para a definição mais correta da população em estudo e para a sua amostragem. Dado que o estudo incide na área da sociolinguística, agradeço igualmente todos os dados úteis que me possa disponibilizar para o estudo em questão, que, uma vez concluído, terei todo o gosto em colocar ao V. dispor.

Com os melhores cumprimentos,

Arsénio Cruz

C/c.: Senhor Administrador Municipal do Lubango



**Exmo. Senhor  
Decano do Instituto Superior de Ciências  
da Educação  
HUAMBO**

28.04.2009

**ASSUNTO: Pedido de Declaração da Instituição.**

Antes de tudo, as minhas cordiais saudações.

Com o propósito de iniciar a recolha de dados para a investigação que pretendo realizar no âmbito da tese de doutoramento, de que já dei conhecimento a V. Ex.<sup>ª</sup>, e em resposta ao pedido que me foi transmitido pela Senhora Vice-Administradora do Município do Huambo, venho, por este meio, solicitar uma declaração da Instituição que confirme a minha condição de docente da mesma, enquanto Leitor do Instituto Camões, ao abrigo do Protocolo de Cooperação existente entre ambas as instituições, e a minha intenção de levar a efeito a investigação referida, no âmbito do curso de doutoramento, a realizar na Universidade Nova de Lisboa.

Com os melhores cumprimentos,

Arsénio Cruz



**Exmo. Senhor  
Administrador Municipal  
HUAMBO**

28.04.2009

**ASSUNTO: Pedido de autorização e credencial para realização de um inquérito à população do Huambo, no âmbito de um estudo académico na área da sociolinguística.**

Antes de tudo, as minhas cordiais saudações.

Conforme indica o assunto em epígrafe, socorro-me desta via para solicitar a V. Exa. se digne autorizar-me a realizar um inquérito à população do perímetro urbano do Huambo para recolha dos dados necessários à definição do *Perfil sociolinguístico do falante urbano do Lubango e Huambo – Suas implicações para o ensino da Língua Portuguesa*, tema da tese de doutoramento em ensino da Língua Portuguesa que pretendo apresentar e defender na Universidade Nova de Lisboa, para obtenção do respetivo grau.

Dado o número de bairros existentes e a quantidade de inquéritos a realizar - cerca de mil, para respeitar o equilíbrio com os efetuados no Lubango – necessito de convidar três alunos do ISCED do Huambo para colaborarem nesta fase da recolha de dados. Para tal, muito agradeço a devida autorização de V. Exa., bem como, se possível, uma credencial passada pelos competentes Serviços da Administração Municipal que nos permita levar a efeito este trabalho de investigação da forma mais correta e proveitosa possível e com o conhecimento das autoridades competentes.

Com os melhores cumprimentos,

Arsénio Cruz

C/c.: Senhor Decano do Instituto Superior de Ciências da Educação do Huambo



**Exmo. Senhor  
Administrador Municipal  
HUAMBO**

10.06.2009

**ASSUNTO: Pedido de autorização e credencial para realização de um inquérito à população do Huambo, no âmbito de um estudo académico na área do ensino da Língua Portuguesa.**

Antes de tudo, as minhas cordiais saudações.

Em adenda ao pedido anteriormente formulado a V. Exa., em ofício datado de 28.04.2009, relativo ao assunto em epígrafe, venho, por este meio, indicar o nome dos três alunos do 2º ano do curso regular de Matemática do ISCED que irão colaborar na coleta dos dados, através da aplicação dos questionários. São eles:

- 1. Acácio Jorge Malinga**
- 2. Augusto Veríssimo Victor dos Santos**
- 3. Leocádia Delfina da Silva**

Muito agradeço que na credencial solicitada se faça referência aos mesmos a fim de que possam realizar as tarefas sem serem importunados pela falta de autorização oficial.

Com os melhores cumprimentos,

Arsénio Cruz

C/c.: Senhor Decano do Instituto Superior de Ciências da Educação do Huambo





**Exmo. Senhor  
Diretor do Gabinete de Estudo,  
Planeamento e Estatística  
GOVERNO PROVINCIAL DO HUAMBO**

28.04.2009

**ASSUNTO: Pedido de dados estatísticos atualizados.**

Antes de tudo, as minhas cordiais saudações.

Com o objetivo de recolher os dados necessários para a elaboração da tese de doutoramento subordinada ao tema/título: *Perfil sociolinguístico do falante urbano do Lubango e do Huambo - Suas implicações para o ensino da Língua Portuguesa*, venho, por este meio, solicitar a V. Exa. a amabilidade de me facultar informação atualizada referente ao perfil da população residente no perímetro urbano do Huambo e sua distribuição pelos diversos bairros que constituem este município.

Os dados a que até ao momento tive acesso, através de consultas bibliográficas, parecem-me desatualizados e pouco fiáveis. Por isso, muito agradeço o apoio de V. Exa. no sentido de me facultar dados mais completos, atualizados e fidedignos para a definição mais correta da população em estudo e para a sua amostragem. Dado que o estudo incide na área da sociolinguística, agradeço igualmente todos os dados úteis que me possa disponibilizar para o estudo em questão, o qual, uma vez concluído, terei todo o gosto em colocar ao V/ dispor.

Com os melhores cumprimentos,

Arsénio Cruz

C/c.: Senhor Decano do Instituto Superior de Ciências da Educação do Huambo



Exmo. Senhor  
Administrador Municipal  
ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL  
DO HUAMBO

28.04.2009

ASSUNTO: **Pedido de dados estatísticos atualizados.**

Antes de tudo, as minhas cordiais saudações.

Com o objetivo de recolher os dados necessários para a elaboração da tese de doutoramento subordinada ao tema/título: *Perfil sociolinguístico do falante urbano do Lubango e do Huambo – Suas implicações para o ensino da Língua Portuguesa*, venho, por este meio, solicitar a V. Exa. a amabilidade de me facultar informação atualizada referente ao perfil da população residente no perímetro urbano do Huambo e sua distribuição pelos diversos bairros que constituem este município.

Muito agradeço o apoio de V. Exa. no sentido de me facultar dados mais completos, atualizados e fidedignos para a definição mais correta da população em estudo e para a sua amostragem. Dado que o estudo incide na área da sociolinguística, agradeço igualmente todos os elementos e bibliografia que me possa disponibilizar para o estudo em questão, o qual, uma vez concluído, terei todo o gosto em colocar ao V/ dispor.

Com os melhores cumprimentos,

Arsénio Cruz

C/c. Senhor Decano do Instituto Superior de Ciências da Educação do Huambo



## **Apêndice B – Perfil Sociodemográfico e Linguístico (PSDL)**



UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA  
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
Curso de Doutoramento em Ensino da Língua Portuguesa

## **QUESTIONÁRIO**

**Perfil Sociodemográfico e Linguístico da População Urbana  
(do Lubango e do Huambo)  
(PSDL)**

Autor: Arsénio da Silva Cruz





## QUESTIONÁRIO

Bairro: .....	Resp: .....
Hora: .....	Data: .... / .... / .....

(A preencher pelo responsável)

Este questionário é anónimo e visa recolher dados, junto da população maior de 10 anos, para a elaboração do *Perfil linguístico do falante urbano do Huambo*, no âmbito de um trabalho de doutoramento em curso na Universidade Nova de Lisboa. É constituído por três partes: dados pessoais; dados socioeconómicos; e dados linguísticos.

Complete os espaços em branco com uma cruz (X) ou o algarismo que melhor se ajuste à resposta a dar. Caso seja necessário escrever, agradecemos que o faça de modo breve e com letra bem legível.

**Por favor, responda a todas as questões.**

Não há respostas certas ou erradas. Todas serão válidas, desde que sejam sinceras e preenchidas na totalidade.

MUITO OBRIGADO

### A. DADOS PESSOAIS

**A.1. Idade** (complete): |\_\_|\_\_| Anos

**A.2. Sexo** (conforme o Bilhete de Identidade)

☐ 1. Masculino

☐ 2. Feminino

**A.3. Raça** (conforme o Bilhete de Identidade)

☐ 1. Negra

☐ 3. Branca (Caucasiana)

☐ 2. Mista

☐ 4. Outra. Qual? .....

**A.5. Grupo (etno)linguístico**

☐ 1. Nhaneca-humbe

☐ 6. Quimbundo

☐ 2. Ovibumbundo

☐ 7. Herero

☐ 3. Ganguela

☐ 8. Quanhama

☐ 4. Quioco

☐ 9. Europeu/descendentes

☐ 5. Quicongo

☐ 10. Outro. Qual? .....

**A.6. Naturalidade** (conforme o Bilhete de Identidade)

1. Província .....

2. Município .....

**A.7. Origem**

☐ 1. Rural (campo)

☐ 3. Urbana (centro da cidade)

☐ 2. Suburbana (periferia da cidade)

☐ 4. Outra. Qual? .....

**A.8. Nível de Escolaridade:**

☐ 1. Analfabeto

☐ 4. Técnico-profissional

☐ 2. Básico (1ª-8ª classes)

☐ 5. Superior

☐ 3. Médio (9ª-12ª classes)

☐ 6. Outro. Qual? .....

**A.9. Religião**

☐ 1. Sem religião

☐ 5. Protestante

☐ 2. Católica

☐ 6. Testemunha de Jeová

☐ 3. IURD

☐ 7. Tradicional

☐ 4. MANÁ

☐ 8. Outra. Qual? .....

## ***B. DADOS SOCIO-ECONÓMICOS***

### **B.1. Vive em casa**

- |                                     |  |
|-------------------------------------|--|
| <input type="checkbox"/> 1. Alugada | <input type="checkbox"/> 3. Residência oficial do Estado |
| <input type="checkbox"/> 2. Própria | <input type="checkbox"/> 4. Outra. Qual? .....           |

### **B.2. Tipologia**

- |  |  |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> 1. Casa de adobe        | <input type="checkbox"/> 4. Casa/vivenda de construção definitiva em lote urbanizado |
| <input type="checkbox"/> 2. Anexo                | <input type="checkbox"/> 5. Outra. Qual? .....                                       |
| <input type="checkbox"/> 3. Apartamento (prédio) |  |

### **B.3. Número de elementos do agregado familiar**

- |  |  |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> 1. Mais de 15 pessoas | <input type="checkbox"/> 3. De 5 a 9 pessoas |
| <input type="checkbox"/> 2. De 10 a 14 pessoas | <input type="checkbox"/> 4. De 1 a 4 pessoas |

### **B.4. Número de filhos**

- |  |                                      |
|--|--------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> 1. Mais de 11 | <input type="checkbox"/> 3. De 1 a 4 |
| <input type="checkbox"/> 2. De 5 a 10  | <input type="checkbox"/> 4. Não tem  |

### **B.5. Possui:**

	<b>0. Não</b>	<b>1. Sim</b>
a. Casa de campo/fazenda .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
b. Viatura própria .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
c. Computador .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
d. Telefone fixo .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
e. Internet em casa .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
f. Rádio .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
g. Televisão. ....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
h. Antena parabólica .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

### **B.6. Situação profissional** (a escolha pode ser múltipla):

- |  |  |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> 1. Desempregado/a | <input type="checkbox"/> 4. Funcionário/a público/a  |
| <input type="checkbox"/> 2. Negócio de rua | <input type="checkbox"/> 5. Trabalhador/a dependente |
| <input type="checkbox"/> 3. Estudante      | <input type="checkbox"/> 6. Empresário/a             |

### **B.7. Tem rendimentos mensais, em dólares americanos** (ou equivalente em Kwanzas):

- |   |   |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> 1. Não tem rendimentos | <input type="checkbox"/> 4. Entre 500 e 1.000 USD   |
| <input type="checkbox"/> 2. Abaixo de 100 USD   | <input type="checkbox"/> 5. Entre 1.000 e 2.500 USD |
| <input type="checkbox"/> 3. Entre 100 e 500 USD | <input type="checkbox"/> 6. Acima de 2.500 USD      |

## ***C. DADOS LINGÜÍSTICOS***

### **C.1. Considera-se:**

- |  |
|--|
| <input type="checkbox"/> 1. Monolingue, ou seja, domina uma só língua      |
| <input type="checkbox"/> 2. Bilingue, ou seja, domina duas ou mais línguas |

**C.2. Que língua(s) domina? (Indique a ordem pela qual as aprendeu: 1, 2, 3, etc.)**

- |                                    |   |
|------------------------------------|---|
| <input type="checkbox"/> Umbundo   | <input type="checkbox"/> Português          |
| <input type="checkbox"/> Ganguela  | <input type="checkbox"/> Espanhol           |
| <input type="checkbox"/> Nhaneca   | <input type="checkbox"/> Francês            |
| <input type="checkbox"/> Quanhama  | <input type="checkbox"/> Inglês             |
| <input type="checkbox"/> Quicongo  | <input type="checkbox"/> Russo              |
| <input type="checkbox"/> Quimbundo | <input type="checkbox"/> Outra. Qual? ..... |

**C.3. Classifique, comparativamente, o seu grau de domínio da Língua Portuguesa (LP), da língua nacional (LN) e da língua estrangeira (LE) que melhor conhece.** Complete o quadro com o nome das línguas que acima referiu e classifique com um algarismo o grau de domínio de cada uma, usando a seguinte escala:

*1 - Muito mal; 2 - Mal; 3 - Razoável; 4 - Bem; 5 - Muito bem*

	1. LP	2. LN: .....	3. LE: .....
a) Compreende/ouve			
b) Fala			
c) Lê			
d) Escreve			

**C.4. Com que frequência as utiliza?** (Coloque um algarismo de 1 a 5 nas diversas colunas, de acordo com a seguinte escala:

*1 - Nunca; 2 - Poucas vezes; 3 - Mais ou menos; 4 - Muitas vezes; 5 - Sempre*

	1. LP	2. LN	3. LE
a) Fala			
b) Lê			
c) Escreve			

**C.7. Classifique o nível de condições de acesso à formação e à cultura, no Huambo.** Coloque nos espaços da direita os algarismos da escala seguinte:

*1 - Muito fraco; 2 - Fraco; 3 - Razoável; 4 - Bom; 5 - Muito bom*

- |   |   |
|---|---|
| a) Nível de qualidade do ensino da Língua Portuguesa na escola .....            | _ |
| b) Nível de qualidade do ensino das línguas nacionais na escola .....           | _ |
| c) Nível de qualidade do ensino das línguas estrangeiras na escola .....        | _ |
| d) Nível de preparação científico-pedagógica dos professores .....              | _ |
| e) Nível de oferta de locais de venda e consulta pública de livros .....        | _ |
| f) Nível de oferta cultural (cinema, teatro, exposições, festivais, etc.) ..... | _ |
| g) Nível de qualidade da Língua Portuguesa que se fala no Huambo .....          | _ |

**C.8. Que canais da TV em Língua Portuguesa assiste com mais regularidade?** (Coloque-os por ordem de preferência: 1º, 2º e 3º)

- ☐ Angolanos (Canal 1 e 2 da TPA)
- ☐ Brasileiros GLOBO, RECORD, MGM, etc.)
- ☐ Portugueses (RTP, SIC, LUSOMUNDO, etc.)

**C.9. Qual é a variante do português que entende melhor?**

	Falado	Escrito
Português de Portugal (PE) .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Português do Brasil (PB) .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**C.10. Em que língua prefere ouvir os programas na rádio e na televisão?** (Ordene-os por ordem de preferência: 1º, 2º, 3º, etc.)

- |                                    |   |
|------------------------------------|---|
| <input type="checkbox"/> Ganguela  | <input type="checkbox"/> Quanhama           |
| <input type="checkbox"/> Nhaneca   | <input type="checkbox"/> Umbundo            |
| <input type="checkbox"/> Português | <input type="checkbox"/> Outra. Qual? ..... |

**C.11. Considere as seguintes afirmações e indique o seu grau de concordância ou discordância com as**

**mesmas.** Coloque um algarismo de 1 – 5, nos espaços da direita, de acordo com a seguinte escala:

**1 - Discordo completamente; 2 - Discordo um pouco; 3 - Não concordo, nem discordo;**

**4 - Concordo um pouco; 5 – Concordo completamente.**

- |   |    |
|---|----|
| a) A escolarização deve ser feita em línguas nacionais (locais) .....                 | __ |
| b) A escolarização deve ser feita em língua portuguesa .....                          | __ |
| c) É mais útil aprender uma língua nacional local do que uma língua estrangeira ..... | __ |
| d) O português (de Angola) já deveria ser considerado língua nacional .....           | __ |
| e) As línguas nacionais deveriam ser consideradas línguas oficiais .....              | __ |
| f) A LP ajuda a consolidar a unidade e a comunicação entre todos os angolanos .....   | __ |
| g) A LP facilita a administração pública .....  | __ |
| h) A LP ajuda a conseguir um bom emprego .....  | __ |
| i) O domínio da LP é importante para melhorar o estatuto sócio-profissional .....     | __ |
| j) A LP é uma das seis línguas mais faladas no mundo .....                            | __ |
| k) Angola é o segundo país que tem mais falantes de Português no mundo.....           | __ |
| l) O Português é língua materna (1ª língua aprendida) da maioria dos angolanos        | __ |

**C.12. Já ouviu falar nas seguintes instituições?** (Coloque uma cruz (X) na respectiva quadrícula

	0.Não	1.Sim
1. Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa (CPLP) .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Instituto de Línguas Nacionais (de Angola) (ILN) .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. União Africana (UA) .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. União Europeia (UE) .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7. União Latina (UL) .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8. Instituto Camões (ICA) .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9. Instituto Machado de Assis (IMA) .....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

OBRIGADO PELA COLABORAÇÃO!

**Apêndice C – Listagem de trabalhos de graduação e pós-graduação sobre  
a LP em Angola no período pós independência**



## **Quadros angolanos formados na especialidade Língua Portuguesa, depois de 1975**

O levantamento dos quadros (graduação e pós graduação) existentes (e formados ou não) em território nacional angolano, na área específica da Língua Portuguesa e literaturas afins, no período posterior à independência até ao presente, é o principal objetivo desta enumeração. Não pretende ser exaustiva, dadas as dificuldades de recolha destes dados em pouco tempo e, também, ao seu carácter inconclusivo. É um processo em aberto, mas que, ainda assim, poderá ser útil se for continuado futuramente e suficientemente divulgado. Aqui apresentam-se apenas os dados coligidos até à data sem pretensões, como se disse, de ser exaustivos nem completos – quer do ponto de vista material, quer formal. Uma forma de completá-los e torná-los mais interessantes seria constituir desde já um depósito dos trabalhos em suporte digital para mais fácil consulta e controlo. As novas tecnologias abriram novos horizontes à investigação, mas refinaram igualmente vícios antigos. O plágio é um deles e, mercê do progresso da informática e da globalização da *Internet*, torna-se cada vez mais fácil e tentadora a pirataria intelectual. Angola não está isenta deste perigo e a produção académica universitária também não. Por isso, a criação de uma base de dados nacional (por um organismo oficial competente), dotada de *software* específico para o seu rastreio, poderá tornar-se uma ferramenta importante na supervisão da qualidade e originalidade do que é feito, em benefício dos docentes, discentes e da comunidade em geral. O conhecimento, o devido tratamento informático e a divulgação alargada do que já existe (e está a ser feito) poderá abrir pistas de investigação interessantes ou contribuir para colmatar falhas actuais. Os professores e os alunos da especialidade serão os primeiros favorecidos; a mais longo prazo, todos beneficiarão. É, também, uma forma de dar a conhecer as conclusões das pesquisas realizadas, bem como divulgar as não menos importantes sugestões que as acompanham. Fazendo-o, certamente que haverá mudanças positivas na investigação que se faz.

Considerando o elevado investimento realizado nesta última década no Ensino Superior em Angola (incluindo a existência de estudantes, bolseiros ou não, no

estrangeiro) e o considerável incremento que o mesmo apresenta, tornando-o uma realidade nova no momento do pós-guerra civil que se vive, propusémo-nos iniciar o levantamento dos trabalhos de fim de curso, relacionados com (o ensino e investigação sobre) a Língua Portuguesa, defendidos nos diversos graus e estabelecimentos de ensino superior em Angola e no estrangeiro. Não é exaustivo nem definitivo. Começou por ser uma pequena nota de rodapé que foi aumentando a ponto de tornar-se incomportável nesse formato, assumindo este de pequeno – mas provavelmente útil apêndice. Pretende ser apenas prolegómeno de um posterior, mais aturado e amplo trabalho de recolha, que, ainda assim, esperamos possa ter o mérito das primícias e orientar quem o quiser completar. Assim, distribuiu-se o quadro em função das instituições e dos cursos existentes em Angola, de alguma forma ligados à investigação e ao ensino da Língua Portuguesa. Limitámo-nos às mais antigas em funcionamento, ou seja, os ISCED de Lubango, Luanda, Huambo e Benguela e à Faculdade de Letras da UAN de Luanda. Devem acrescentar-se as diversas escolas superiores recentemente criadas, ao abrigo da reforma do subsistema do ensino superior, que se traduziu na reorganização do país em diversas regiões académicas.

## **1. LUANDA**

### **1.1. ISCED de Luanda**

#### **1.1.1. Licenciatura em Linguística/Português**

MIGUEL, Maria Helena, *Dinâmica da pronominalização no Português de Luanda*, Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda, Luanda, 2000.

MUANZA, Manuel, *Ensino da Literatura e Ora(li)tura em Língua Portuguesa: subsídios para um enquadramento curricular da Literatura e Ora(li)tura Angolanas nas escolas do segundo ciclo*, Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda, 1997.

LOURENÇO, Gadeba Gonçalves, *Proposta De Programa De Teoria Da Literatura: Os Modos E Os Géneros Literários (4º ano do ISCED)*, 2005.



GOMES, Francisco da Paixão Gaspar, *Proposta de Didática do Português: Ensino/Aprendizagem do Léxico e da Gramática (3º Ano do Curso De Linguística Portuguesa)*, 2005

VILELA, Guena Teixeira, *Análise Da Obra “O Fio Das Missangas” De Mia Couto*, 2006.

CARVALHO, Imaculada Domingos António de, *Proposta Metodológica Para O Ensino Da Gramática No 1º E 2º Anos Do Centro Pré-Universitário Da Ingombotas Província De Luanda*, 2006.

ALMEIDA, Maria da Conceição do Nascimento, *Os Provérbios De Óscar Ribas Nas Obras Misoso I E Temas Da Vida Angolana E Suas Incidências (A Temática: A Sociedade)*, 2006.

GASPAR, Filomena Simões, *Os Valores Patenteados Nos Provérbios E Expressões Idiomáticas, Que Podem Ser Englobados Na Cultura Tradicional Angolana*, 2005.

SUNGA João, *Elenco De Formas Literárias Obais Do Norte De Angola (Uige-Kimbele)*, 2009.

AGOSTINHO, Isaac Francisco, *Pronominalização Relativa No Português*, 2008.

MUHONGO, José Sebastião, *O Texto E A Aula De Português No III Nível*, 2005.

DOMINGOS, João Quixico, *As Letras Das Canções Dos Óbitos Nas Províncias De Luanda E Malanje (Município De Kalandula)*, 2008.

KARAJE, Maria, *Imagem Da Mulher Na” Trilogia De Camaxilo” De Castro Soromenho 1927-1937*, 2004.

MUDIAMBO, Quibongue, *O Insucesso Escolar Da Língua Portuguesa Na Escola Do Iii Nível Nº 828 “Divina Providência” No Bairro Sapú/Golf Kilamba Kiayi*, 2001.

CALUNGA, Luciano Magalhães, *A Estilística: Sua Problemática No Texto Publicitário (Em Luanda)*, 2009.

SOUSA, Luís Ernesto Pedro de, *Provérbios De Óscar Ribas Nas Obras Misoso I E Temas Da Vida Angolana E Suas Incidências: A Temática Varia (Diversidade Proverbial)*, 2006.

PASCOAL, José Filomeno Luís, *Marcas De Literatura Angolana De Tradição Oral Nos Textos Poéticos De Bonga*, 2008.

TALAIA, Júlia Massoxi da Costa, *O Neo-Realismo Na Poética De Agostinho Neto*, 2007.

DINIS, Rosa Francisco André, *Análise Das Marcas De Oralidade Nos Textos Escritos Por Alunos Da 10ª Classe Do Centro Pré-Universitário “Comandante N’zaji” Capolo I*, 2009.

TEIXEIRA, Osvaldo do Rosário Lopes, *Iniciação À Cultura Poética No Ensino Primário: O Relato De Uma Experiencia Pedagógica*, 2010.

OLIM, Sónia M.L.B. Vieira de, *Marcas De Oralidade Em Lueji: ( O Nascimento Dum Império ) De Pepetela*, 2010.

LEONARDO, Eugénio Caiumba, *A Dissociação Entre O Português Ensinado E O Português Usado E As Suas Implicações Pedagógicas*, 2007.

DOMINGOS, Miguel de Lima, *A Profecia Na Poesia De Neto*, 2009.

ANTÓNIO, Isaac Gomes, *Influencias Sociolinguísticas Nos Erros De Imprensa O Caso Do Jornal De Angola Uma Análise Estrutural*, 2007.

JOÃO, Ramiro José, *A Sociedade Dos Bakongo Nos Provérbios Em Kikongo De Diogo António*, 2005.

QUIALA, Geraldo Ambrósio Quino, *Linguagem Desportiva No Futebol (O Caso De Angola. Brasil E Portugal- Um Estudo Comparado)*, 2007

ARMÉNIO, Gertrudes Cordolina Vieira Sepúlveda, *Proposta De Programa De Literatura Portuguesa Moderna E Contemporânea (Ensino Universitário 2º Ano ISCED) Conteúdos Introdutórios*, 2005.

BRAVO, Glaura Marília da Costa Ferreira, *Proposta De Programa De Literaturas Africanas Em Língua Portuguesa Cabo-Verdiana (3º Ano Do Isced)*, 2005.

TENENTE, Graça Manuel Joaquim, *Organização Temática Dos Jisabu Já Kimbundu (Provérbios Em Kimbundu) (Franciscanos Capuchinhos, Luanda, 1997)*, 2005.

MARTINS, Ana Maria C. S . Rego, *Proposta De Programa De Didáctica Do Português Programação Planificação e Avaliação Em Português (3º Ano Do Curso De Linguística/Português)*, 2005.

SOUSA, Marta Jorge Francisco De, *Influências Sociolinguísticas Dos Erros De Imprensa Caso Jornal De Angola Causas, Efeitos E Soluções*, 2007.

COSTA, Joana Patrícia A., *Proposta De Programa De Literatura Portuguesa Moderna E Contemporanea (Ensino Universitário 2º Ano –Isced )*, 2005.

ROSA, Joana da Silva Araújo, *A Importância Da Leitura*, 2005.

SANTOS, Romualdo Dias dos, *Estudo Sobre A Situação Actual Do Ensino Do Português No III Nivel Do Curso De Adultos - O Caso Especifico Da Escola 17 De Março No Lubango*, 2003.

ANASTÁCIO, Luzia Domingos, *O Insucesso Na Aprendizagem Da Escrita Em Alunos Da 6ª Classe Da Escola Nº 9064 – Viana*, 2009.

DOMINGOS, Moniz, *Influência Fonológica Do Português Nos Antropónimos Do Kikongo, Sua Incidência No Ensino Da Cultura Kongo*, 2010.

PIMENTA, Leonor Madalena Zua, *As Dificuldades No Ensino E Na Aprendizagem Da Lingua Portuguesa Em Alunos Dessa Especialidade No Imne – Garcia Neto*, 2008.

DINIS, Rosa Francisco André, *Análise Das Marcas De Oralidade Nos Textos Escritos Por Alunos Da 10ª Classe Do Centro Pré-Universitário “ Comandante N’zaji “ Capolo I*, 2009.

MARTINHO, Joaquim João, *Marcas Da Oralidade Em Nosso Musseque, De José Luandino Vieira*, 2009.

BENTO, João Pedro, *Desvios Do Português A Nível Da Sintaxe Na Imprensa Sedeada Em Luanda*, 2007.

OLIVEIRA, Américo Hoseas de, *A Sociedade Ovimbundo Através Dos Seus Provérbios (Valente, 1964) Justiça Tradicional*, 2005.

SOARES, Luísa Maria da Silva, *A Utilização Do Provérbio Na Comunidade Tradicional De Luanda*, 2011.

QUIZELA, Maria Liliana Afonso Pascoal, *Os Provérbios De Óscar Ribas Nas Obras Misoso I - Temas Da Vida Angolana E Suas Incidências 2 A Temática Ético – Moral*”, 2008.

BARROS, Amadeu Teófilo de, *Ensino/Aprendizagem Da Língua Portuguesa No Instituto Médio Normal De Educação-Marista (Dificuldades E Desafios)*, 2008.

ARMINDO, Victoriano, *Uso De Provérbios Kimbundu, Na Região Lenge-Malange Reflexões Sobre O Valor Pedagógico Das Máximas Populares*, 2008.

LOURENÇO, Ana Bela Pereira, *Leitura Infantil Na Formação De Competencias Linguíst. : Problemas De Correção E Incorreção Gramatical Em Dez Contos Ao Concurso Grande Prémio De Literatura Intantil 2006 Da U.E.A.*, 2008.

NETO, Domingas Marília Sebastião, *Proposta De Programa De Literaturas Africanas Em Língua Portuguesa: Literatura Moçambicana 3º Ano Do ISCED*, 2005.

MIGUEL, Carlos Cabombo do Nascimento, *Intertextualidade Na Obra Assim Se Fez Madrugada De Jofre Rocha*, 2010.

DOMINGOS, Maria Madalena Freire Dos Santos, *Contributo De Língua Portuguesa*, 2007.

SEBASTIÃO, Manuel Agostinho, *O Rigor Da Acentuação Gráfica Das Palavras Na Língua Portuguesa Uma Experiência Na Sala De Aulas*, 2011.

PAULO, Clara da Conceição José Da Silva Lemos de Almeida, *A Temática Das Obras E Das Expressões Idiomáticas Utilizadas Pelo Autor*, 2005.

FERNANDO, Benjamin, *A Fauna E As Finalidades Didacticas Nos Proverbios Em Kikongo De Diogo António (2001)*, 2005.

MAURICIO, Benevides Eculica, *A Ordem Frásica Das Palavras No Português Falado Em Angola*, 2006.

ANTÓNIO, Bibiana M. Rafael, *Proposta De Programa De Literatura Portuguesa Moderna E Contemporânea (Ensino Universitário 2º Ano-Isced) Texto Dramático*, 2005.

MOURA, Bárbara Morgado de, *A Sociedade Ovimbundu Através Dos Seus Proverbios (Valente,1964) O Casamento Tradicional*, 2005.

CONCEIÇÃO, Ana Paula André Francisco da, *Surgimento De Novos Vocabulos No Português Falado Actualmente Em Luanda*, 2006.

QUINO, António Francisco Mateus, *A Importância Das Línguas Africanas De Angola No Processo De Ensino/Aprendizagem Da Língua Portuguesa*, 2005.

CRUZ, António Pascoal da, *Relação Entre Jornalismo E Literatura (Uma Perspectiva Pós-Independência)*, 2008.

PAXE, Abreu Castelo Vieira dos, *Proposta De Programa De Literatura Angolana ( 2º Ano Do Curso De Linguística/Portuguesa )*, 2004.

CASSANGE, António Félix, *Tendências E Métodos Na Prática Da Leitura Na Sala De Aulas (Compilação De Propostas, Um Contributo Para A Formulação De estratégias No Ensino Médio)*, 2008.

FINDA, Anastácio João, *A Problemática Do Ensino – Aprendizagem Da Língua Portuguesa No Imel Imne Imil E Colégio Jacimar*, 2005.

TCHIVINDA, Agnaldo Jaka, *A Importância Do Conhecimento Do Latim No Ensino E Aprendizagem Do Português*, 2008.

CHICUNA, Alexandre Mavungo, *Interferência Do Português Na Antroponímia Do Mayombe*, 2000.

SILVA, Ana Pita Grós Martins da, *Proposta De Mini Dicionario Bilingue De Saúde*, 2006.

TRINDADE, António Frágoso, *O Negro Em Viriato Da Cruz*, 2009.

ANTÓNIO, Elsa Isabel Marinho Jacinto, *Dificuldades Dos Alunos Da Escola 7043, Do Município Do Cazenga, Na Aprendizagem Da Língua Portuguesa E Proposta De Recuperação*, 2010.

ZAU, Eufrazina Mouzinho Neto, *Texto Proverbial E Expressões Idiomáticas em José Luandino Vieira Nas Obras “ Luanda ” e “ Lourentinho Dona Antónia De Sousa Neto & Eu ”: A Temáticas Dos Provérbios E A Biobliografia Do Autor*, 2005.

DIAS, Maria Normélia Porto de Almeida, *Incorrecções Linguísticas No Discurso Escrito Dos Estudantes De Uma Escola De Formação De Professores*, 2011.

Bondo, António Domingos, *Proposta De Programa De Literatura Portuguesa (Época Classica-Período Renascentista-Séc.Xvi)*, 2007.

#### 1.1.2. Mestrado em Ensino do Português

#### 1.1.3. I Mestrado em ensino da língua e literaturas em Língua Portuguesa

BENVINDO, Adriano Fernando, 2008.

#### 1.1.4. II Mestrado em ensino da língua e literaturas em Língua Portuguesa<sup>174</sup> (em curso, 2012)

NASCIMENTO, Sabino Ferreira do, *Galicismos e Anglicismo na Língua Portuguesa*.

MIACA, Filipe Camilo, *Estudo Comparativo da Língua Fiote e Portuguesa: A Questão Sintáctica (perspectiva didáctica e pedagógica)*.

FILIFE, Luzonzo, *Os Erros na Produção Escrita dos Estudantes dos 1<sup>os</sup> Anos da Faculdade de Letras e Ciências Sociais de Luanda: Causas e soluções*.

CHITONGUA, Inácio, *Competências Linguísticas em Português: O uso dos conectores na Língua Portuguesa Vs na Língua Bantu Umbundu*.

INÁCIO, Emílio de Brito, *Estratégias para melhoramento das habilidades de leitura nos alunos da 4<sup>a</sup> classe da escola primária Sagrada Esperança*.

MARIA, Domingos Francisco, *Criação e evolução do Neo-semantismo em Português*

---

<sup>174</sup> Cf. <http://isced.ed.ao/assets/375/CALENDÁRIO%20DAS%20DEFESAS.pdf> (Consultado em 12.10 2013)

Por motivos de economia e de alguma incerteza, apresentamos apenas o nome do autor e o título da dissertação. A listagem apresentada carece de uma revisão e confirmação junto da respetiva instituição

PASCOAL, Domingos Carlos Manuel, *Tratamento Fonológico e Semântico das palavras Kimbundu no Português*.

ARMINDO, Victoriano, *Estrutura Morfológica dos Verbos Portugueses, sua Implicação no Ensino*.

JAMBA, Miraldina Olga Marcos, *Léxico Umbundu-Português dos instrumentos musicais do Planalto Central de Angola: Análise dos Morfemas Flexionais*.

TCHIVINDA, Agnaldo Jaka, *As Línguas Nacionais como Meios Facilitadores do Ensino e Aprendizagem do Português*.

LUCOQUI, Alberto, *A Questão dos Pronomes Reflexos no Ensino Médio (Caso Particular da Escola de Formação de Professores “Cor Mariae” Uíge*.

DOMINGOS, Nunes José, *Incongruência na Concordância dos Determinantes com os Nomes e Adjectivos*.

FIRMINO, Anabela Inês, *A Importância do Uso do Dicionário no Ensino Primário para o Ensino do Léxico na 6ª Classe*.

CAMBOLO, Domingos, *Análise Contrastiva no Ensino do Sintagma Nominal em Português e Kimbundu*.

MANUEL, Isaías Nsexi, *Ensaio de uma Estratégia para o Desenvolvimento do Léxico dos Alunos na Escola de Formação de Professores “Cor Mariae” - Uije*.

CHITUNGO, Catarina Daniel Chissoca, *Os Principais Problemas de Aprendizagem de Leitura e da escrita no ensino Primário (Caso da escola 22 de Novembro do Município de Balombo-Benguela)*.

ANTÓNIO, Mariana Chilombo Armando, *Influência da Língua Kikongo na Divisão Silábica e Translineação das Palavras Portuguesas*

DOMINGOS, Ercília, *Influência do Português nos Antropónimo do Umbundu e sua incidência no ensino*.

SILVA, Alice Júlio Matari, *Influência da Língua Portuguesa nos Topónimos em Kimbundu na Província do Uíge (Municípios de Alto-Kauale e Negage)*.

BALTAZAR, Liliana, *Léxico Português – Umbundu do Corpo Humano: Análise dos Morfemas Flexionais*.

BENTO, João Pedro, *Desvios do Português a Nível da Sintaxe nos Jornais Publicados em Luanda*.

CASSAMBI, Hebo Helena, *O Ensino-Aprendizagem da Escrita no Ensino Primário (Caso da escola nº 1001 do município da Samba)*.

SAMACUMBI, Arlete Ngueve, *A importância do uso do dicionário no ensino do léxico na 9ª classe na escola 1029 – Distrito da Samba*.

AUGUSTO, Moisés Alves, *A Implícita Didáctica Literária no Yaka de Pepetetela*.

FERRAZ, Esperança, *A Intertextualidade na Música de Matias Damásio (Maria do Calundus)*.

TRINDADE, António, *Apresentação e Análise do Romance Histórico «AS Furnas do Lobito» de Augusto Bastos*.

JÚLIO, António Agostinho, *Análise Comparada no Ensino da Literatura na Vertente da Intertextualidade das Obras Wanga de Óscar Ribas e O Segredo da Morta de António de Assis Júnior*.

Domingos, João Quixico, *Representação da morte nas letras das canções dos óbitos, nas Províncias de Malange e Luanda*.

METANGE, Dias Carlos, *Cultos Religiosos na Literatura Angolana Hoje: Verdades e Oportunismo*.

DOMINGOS, Miguel, *O Tradicional e Moderno como Factor de Estética em Mia Couto e Pepetela*.



CRUZ, António, *Neologismos na Narrativa de Jacinto de Lemos (Uma abordagem léxico-literária)*.

MARTINHO, Joaquim, *O real e o ficcionário em Terra Sonâmbula de Mia Couto – Uma abordagem pós-colonial*.

## **1.2. Faculdade de Letras**

### **1.2.1. Licenciatura em Língua e Literaturas**

### **1.2.2. Mestrado em Terminologia**

### **1.2.3. Mestrado em**

## **2. LUBANGO**

### **2.1.1. ISCED do Lubango**

Para eventual (e futura) utilidade, oferece-se uma listagem dos trabalhos apresentados com vista à obtenção do título de licenciatura em Língua Portuguesa e arquivados no ISCED do Lubango, desde a sua criação. Refiro o Dr. Agnelo Carrasco que, não sendo licenciado em Língua Portuguesa é, no entanto, um dos responsáveis pela sua criação, em 1987, e uma referência incontornável na formação dos seus licenciados.

### **2.1.2. Licenciatura em Língua Portuguesa**

CARRASCO, Agnelo, Subsídios para o estabelecimento da norma do Português em Angola; Lubango, ISCED, 1988. (Tese apresentada ao Sector de Língua Portuguesa/Francês)

BLACK, Carla, Capacidade de realização de aulas de Português após a aprendizagem da Didáctica Especial. Uma experiência pessoal no III Nível Regular, Lubango, ISCED, 1995.

LEITE, Bertelim Nelson, Análise à situação do ensino da Língua Portuguesa no Instituto Médio Normal C.dte Kwenha do Lobito - Proposta de trabalho, Lubango, ISCED, 1995.

MOREIRA Licínio, *Estudo sobre a situação actual do ensino do Português nos cursos médios do Instituto Médio de Economia do Lubango*, Lubango, ISCED, 1996.

MANUEL, Agostinho, *Para a história do Português e do seu ensino em Angola*; Lubango, ISCED, 1996.

FÁTIMA, Teresa Jacinto de, *O meio sócio-cultural e sua influência sobre a aprendizagem da Língua Portuguesa em Angola como um factor a ter em conta pelo professor da disciplina*, Lubango, ISCED, 1999.

CABRAL Lisender Vicente, *O papel da Língua Portuguesa para o Enriquecimento da Cultura Geral do Aluno*, Lubango, ISCED, 2002.

JACINTO, Luís Luciano, *Estudo sobre a situação do ensino do Português no III nível, curso regular. O caso específico da Escola Saidy Vieira Dias Mingas «Lutuima», no Lobito*, Lubango, ISCED, 2003.

BAPTISTA, Samuel Gabriel; CHIENGO, Orlando Lucumua Nondongo, NAMBALO, Hilário Sabonete; *O erro ortográfico nos textos produzidos pelos alunos da 10ª classe da Escola do II Ciclo do Ensino Secundário de Quipungo*. Lubango: ISCED, 2013.

NASCIMENTO, Ana Maria Samuel, *Algumas propostas de melhoramento das dificuldades na acentuação gráfica nos textos produzidos pelos alunos da 6ª classe do Ensino Primário nº 200 do Lubango*. Lubango: ISCED, 2013.

SANTOS, Fernanda Filomena dos; CATIVA, Irene Bernarda Tchilombo, VASCO, Nito Luís Nguembo; CASTRO, Rosalina de, *Propostas de Actividades Metodológicas para o Desenvolvimento da Competência de Leitura do Aluno da 9ª classe da Escola do I Ciclo do Ensino Secundário da Humpata*. Lubango: ISCED, 2013.

FUTY, Edson, *Outros Subsídios Didáctico/Metodológicas para a superação dos erros ortográficos em produções de alunos da 10ª classe do IMNE*, Lubango: ISCED, 2012.

JAIME, Sónia Marly Dandi; LOURENÇO, Cesaltina, *Termos e Expressões Giriáticos. Análise dos textos escritos dos alunos da Escola do I Ciclo do Ensino Secundário “1 de Dezembro”*, Lubango: ISCED, 2010.

HAMINA, Teresa Sibila; JAVA, Maria Fernanda; QUINTAS, Emiliana Napopia, *Análise dos termos gíriáticos nos textos escritos dos alunos da Escola do I Ciclo do Ensino Secundário “11 de Novembro”*, Lubango: ISCED, 2010.

LIÚNDA, João Aníbal; MANUEL, Carlos Kwelé, *Análise dos erros ortográficos em produções de alunos da 11ª classe do IMEL*, Lubango: ISCED, 2010.

MUCONGO, Egídio Firmino, *A Prática de Leitura de Textos Literários nas Aulas de Português pelos Alunos da 9ª classe da Escola ao Campo do Ensino Primário e do I Ciclo do Ensino Secundário – Tchivinguiro. Proposta Alternativa para a Interpretação*, Lubango: ISCED, 2010.

SANTOS, Ivanilda dos; SANTOS, Lídia Figueiredo dos; NUNES, Luísa; ROSALES, Mauro Paulo, *Estratégias metodológicas para a superação dos erros ortográficos em produções de alunos da 10ª classe do IMNE*, Lubango: ISCED, 2008.

CASIMIRO, Maria Amélia Diogo, *Estratégias de enriquecimento lexical*, Lubango, ISCED, 2013.

KAPETULA, José Gueleka, *Uma proposta de guião de leitura da obra ‘o planalto e a estepe’ para a 11ª classe*, Lubango, ISCED, 2013.

MARCOLINO, Castilho Tavares Munjanga; JOÃO, Manuel Mateus; KANUKU, Miguel Cambinda Ngueve, *Sugestões metodológicas para o ensino da gramática na Escola do I Ciclo do Ensino Secundário de Quipungo*, Lubango, ISCED, 2013.

NAMBALO, Hilário Sabonete; CHIENGO Orlando Lucumua Nondongo; BAPTISTA Samuel Gabriel, *O erro ortográfico nos textos produzidos pelos alunos da 10ª classe da Escola do II Ciclo do Ensino Secundário de Quipungo*, Lubango, ISCED, 2013.

NASCIMENTO, Ana Maria Samuel, *Algumas propostas de melhoramento das dificuldades na acentuação gráfica nos textos escritos dos alunos da 6ª classe da Escola do Ensino Primário nº 200 do Lubango*, Lubango, ISCED, 2013.

PODI, Hélio Tito; BERNARDO, NKANGA, Matondo Joaquim, *Análise de métodos de ensino/aprendizagem da LP utilizados no ICRA/regional do Lubango*, na 11ª e 12ª classes, em vista da sua eficácia, Lubango, ISCED, 2012.

SALDANHA, João Chama Nkai; e ROSÁRIO Rita Maria do, *Implicações didático-metodológicas do desfasamento entre o português ensinado e o português vivido*, Lubango, ISCED, 2013.

SANTOS, Fernanda Filomena dos; CATIVA, Irene Bernardo Tchilombo; VASCO, Nito Luís Guembo, CASTRO, Rosalina Oliveira de, *Propostas de actividades metodológicas para o desenvolvimento da competência da leitura do aluno da 9ª classe da escola do I Ciclo de Ensino Secundário da Humpata*, Lubango, ISCED, 2013.

### **2.1.3. Mestrado em Ensino do Português**

CRUZ, Arsénio da Silva, *Perfil linguístico do falante urbano do Lubango e sua relação com factores económicos e sociais*, Lubango, ISCED, 2008.

RIBEIRO, Jorge, *Estratégia pedagógica para o melhoramento da formação investigativa dos estudantes do curso de Linguística/Português do ISCED do Lubango*, ISCED, 2010.

## **3. BENGUELA**

### **3.1.1. ISCED de Benguela**

### **3.1.2. Licenciatura em Linguística/Português**

## **4. HUAMBO**

### **4.1.1. ISCED do Huambo**

### **4.1.2. Licenciatura em Linguística/Português**

O curso de graduação teve o seu reinício em 2012, pois havia sido interrompido por causa da guerra, em 1992. Prevêem-se as primeiras defesas de tese de licenciatura a partir de 2016.

De acordo com a legislação em vigor, só depois de concluído o 1º ciclo de formação será possível a implementação de um curso de mestrado (pós-graduação) nesta área de ensino.

## 5. ESTRANGEIRO

### 5.1. Portugal

#### 5.1.1. Universidade de Lisboa

##### Licenciatura

COSTA, Teresa Manuela Camacho José da, “Colocação de Clíticos no Português em Angola” (Monografia apresentada à FLUL para a obtenção da Licenciatura em Março), 2003.

##### Mestrado

COSTA, Teresa Manuela Camacha José da, *Os Empréstimos das Línguas Nacionais no Português Falado em Angola* (Kimbundu, Umbundu e Kikoongo), Mestrado em Língua e Cultura Portuguesa - Área de Especialização: Metodologia do Ensino do Português- Le/L2, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2005.

CABRAL, Lisender Vicente, *Complementos Verbais Preposicionados do Português em Angola*, Mestrado em Linguística. Área de Especialização Linguística Portuguesa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2005.

MIGUEL, Afonso João, *Sobre a Referência Indeterminada de Sujeito e Agente da Passiva em Português Europeu*, Mestrado em Linguística (Linguística Portuguesa), Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa 2006.

NETO, Conceição Garcia, *O Perfil Linguístico E Comunicativo dos Alunos da Escola de Formação de Professores “Garcia Neto” (Luanda - Angola)*, Mestrado em Língua e Cultura Portuguesa - Área de Especialização: Metodologia do Ensino do Português- Le/L2, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2009.

## **Doutoramento**

### **5.1.2. Universidade Nova de Lisboa**

#### **Mestrado**

#### **Doutoramento**

CHICUNA, Alexandre Mavungo, Tratamento lexicográfico dos portuguesismos em Kiyombe, Tese dout. Linguística (Lexicologia), Fac. de Ciências Sociais e Humanas, Univ. Nova de Lisboa, 2009

(COSTA, Teresa Manuela Camacha José da, 2010 - Doutoranda em Linguística, na especialidade de Lexicologia, Lexicografia e Terminologia, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.)

(CABRAL, Lisender Vicente, 2010 - Doutorando em Linguística, especialidade: Lexicologia, Lexicografia e Terminologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.)

### **5.1.3. Universidade do Minho**

#### **Mestrado**

#### **Doutoramento**

COSTA, António Fernandes da, *Rupturas estruturais do português e línguas bantas em Angola. Para uma análise diferencial*, Universidade do Minho, Braga, 1997.

### **5.1.4. Universidade de Coimbra**

#### **Mestrado**

INVERNO, Liliana, *Angola's Transition to Vernacular Portuguese*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2006.

#### **Doutoramento**

INVERNO, Lílíana *Contact-induced restructuring or Portuguese morphosyntax in interior Angola: evidence from Dundo (Lunda Norte)*. Universidade de Coimbra, Coimbra, 201.

## **Brasil**

### **5.1.5. Universidade de São Paulo**

#### **Mestrado**

SANTOS, Eduardo Ferreira dos, *A periferia esquerda da sentença no português de Angola*, Tese de mestrado em Filologia e Língua Portuguesa apresentada à Universidade de São Paulo, 2010.

#### **Doutoramento**

BARROS, Elizabete Umbelino de, *Línguas e linguagens nos candomblés de nação Angola*. Tese de doutoramento em Semiótica e Linguística Geral submetida à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2007.

## **5.2. França**

MINGAS, Amélia Arlete Dias Rodrigues [v. título tese de doutoramento em Linguística Geral], Universidade René Descartes, Paris [s/d]





## **ANEXOS**



## **Anexo 1 - Dados oficiais**





República de Angola  
GOVERNO DA PROVÍNCIA DA HUÍLA  
ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DO LUBANGO  
(Gabinete do Administrador)

---

### CREDENCIAL

Mestrando e Pós-Graduado em Direito, VIGÍLIO ADRIANO TYOVA, Administrador do Município do Lubango, Credencia o Dr. Arsénio da Silva Cruz, a realizar um inquérito à população do perímetro urbano do Lubango, para a recolha de dados necessários à definição do perfil sociolinguístico do falante urbano do Lubango, coadjuvado por seis estudantes finalistas do Curso de Linguística/Português do ISCED Lubango.

Por ser verdade e me ter sido solicitado, mandei passar a presente Credencial que vai por mim assinada e autenticada com o selo branco em uso nesta Administração.

GABINETE DO ADMINISTRADOR DO MUNICÍPIO DO LUBANGO, 7  
de Agosto de 2006.

O ADMINISTRADOR DO LUBANGO,  
*Vigílio Adriano Tyova*  
- Vigílio Adriano TYOVA -  
(Mestrando e Pós-Graduado em Direito)

---

Rua Dr. António Agostinho Neto, n.º 305  
Telefone: 261 220 041  
Caixa Postal n.º 13  
E.mail:- [amlubango@gmail.com](mailto:amlubango@gmail.com) ou [amlubango@yahoo.com](mailto:amlubango@yahoo.com)





República de Angola  
GOVERNO DA PROVÍNCIA DA HUÍLA  
ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DO LUBANGO  
Secção de Estudos, Planeamento e Estatística

---

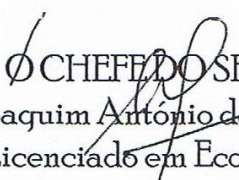
AO EXMO SENHOR  
ARSÊNIO CRUZ  
LEITOR DO INST. CAMÕES DO LUBANGO

02 /SEPE.AML/06

ASSUNTO: Envio de dados estatísticos atualizados

Em resposta a S/pedido s/nº de 7JUL.86, em anexo junto se remete o mapa da população estimada do Município do Lubango.

SECÇÃO DE ESTUDOS, PLANEAMENTO E ESTATÍSTICA DA AML,  
*aos 07 de Agosto de 2006.*

  
O CHEFE DO SEPE  
Joaquim António da Costa  
«Licenciado em Economia»





POPULACAO ESTIMADA DO MUNICIPIO DO LUBANGO

N/O	NIVEL ADMINISTRATIVO	DESIGNACAO	SEXO		TOTAL
			Masculino	Feminino	
1	Comuna	Arimba	23.454	30.498	53.952
2	Comuna	Hoque	46.135	47.578	93.714
3	Comuna	Huila	32.279	47.885	80.165
4	Comuna	Quilemba	14.574	15.697	30.387
5	Administração de Bairro	A Luta Continua / Lucrecia	64.858	189.302	254.161
6	Administração de Bairro	Cdte Cow-Boy	85.380	86.434	171.815
7	Administração de Bairro	Comercial	20.040	23.228	43.269
8	Administração de Bairro	Dr. A. A.Neto / Nzaji	21.972	26.673	48.645
9	Administração de Bairro	Ferrovía	13.398	20.665	34.064
10	Administração de Bairro	Helder Neto	51.664	62.246	113.911
11	Administração de Bairro	Mapunda	23.669	18.113	41.773
12	Administração de Bairro	Mbula Matady / Lalula	49.491	63.899	113.391
13	Administração de Bairro	Mitcha	27.138	38.291	65.430
14	Administração de Bairro	Nambambe	37.496	44.316	81.813
15	Administração de Bairro	Patrice Lumumba / 14 de Abril / Dak-Doy	46.508	56.150	102.659
16	Administração de Bairro	Tchioco	14.514	16.105	30.620
17	Administração de Bairro	Valódia / Joaquim Kapango	28.148	26.199	54.348
TOTAL ESTIMADO			600.718	813.279	1.414.115

Lubango, aos 15 de Maio de 2006

O CHEFE DO SEPE

Joaquim Antonio da Costa  
Licenciado em Economia





REPÚBLICA DE ANGOLA  
**GOVERNO DA PROVÍNCIA DA HUÍLA**  
(GABINETE DE ESTUDOS, PLANEAMENTO E ESTATÍSTICA)

---

AO  
CENTRO DE LÍNGUA PORTUGUESA/  
INSTITUTO CAMÕES

LUBANGO

104/GEPE/GPH/2006

Assunto: **Envio de Dados Estatísticos**

Em resposta a vossa solicitação, de 10 de Agosto do ano em curso, remetermos o número de habitantes por bairro do perímetro urbano do Lubango.

Sem mais, as nossas saudações laborais.

GABINETE DE ESTUDOS, PLANEAMENTO E ESTATÍSTICA, no Lubango, aos 30 de Agosto de 2006.-

O DIRECTOR,  
  
/Fernando Pontes Pereira/

**MAPA DE CONTROLO DA POPULAÇÃO DA SEDE DO MUNICIPIO DO LUBANGO**

N/O	Designação	SEXO		TOTAL
		Homens	Mulheres	
0	1	2	3	4
1	Dr. A.A Neto	7.369	10.120	17.489
2	A Luta Continua/Lucrécia	22.465	33.420	55.885
3	Mapunda	8.604	5.956	14.560
4	Helder Neto	25.330	39.313	64.643
5	Comercial	18.202	19.593	37.795
6	Ferrovia	2.278	2.406	4.684
7	Valodia/Joaquim Kapango	9.407	9.948	19.355
8	Nambambe	13.064	15.440	28.504
9	Chioco	5.057	5.611	10.668
10	Comandante Kow-Boy	29.747	30.114	59.861
11	Mitcha	9.455	13.301	22.756
12	Patrice Lumbumba/14 de Abril/Dack-Doy	17.238	18.275	35.513
13	Bula Matady	17.243	22.263	39.506
<b>TOTAL.....</b>		<b>185.459</b>	<b>225.760</b>	<b>411.219</b>

Fonte: ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DO LUBANGO



REPÚBLICA DE ANGOLA  
GOVERNO DA PROVÍNCIA DO HUAMBO  
GABINETE DE ESTUDOS, PLANEAMENTO E ESTATÍSTICA

---

AO  
CENTRO DE LÍNGUA  
PORTUGUESA-INSTITUTO  
CAMÕES

HUAMBO


02209 DEPTº EST/GEP/-GP/HBO

DATA 14/05/2009

**ASSUNTO: ENVIO DE DADOS ESTATÍSTICOS**

Satisfazendo o solicitado da nota s/nº datada aos 28. de Abril do ano em curso em anexo se remete o mapa de controlo da população da sede do Município do Huambo.

Os nossos melhores cumprimentos

  
O DIRECTOR PROVINCIAL  
HENRIQUE MENDES TEIXEIRA



\*  
**REPÚBLICA DE ANGOLA**  
**GOVERNO DA PROVÍNCIA DO HUAMBO**  
**ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DO HUAMBO**

**MAPA DE CONTROLO DA POPULAÇÃO DA SEDE DO MUNICÍPIO DO HUAMBO**

N/O	DESIGNAÇÃO	SEXO		TOTAL
		M	F	
1	Cidade Alta	22653	28830	51483
2	Cidade Baixa	34971	36972	73943
3	Capango Urbano	19110	19187	34679
4	Capango Suburbano	18649	18927	37576
5	Fátima Urbano	20330	20715	41045
6	Fátima Suburbano	30969	31164	62133
7	Santo António	29621	29781	59402
8	Benfica	35378	45591	80969
9	S. João	184933	173568	358501
10	S Pedro Urbano	2499	3173	5672
11	Calomanda	21067	23067	44134
12	Albano Machado	1545	1930	3475
13	Calombringo	14205	15038	29243
14	Caquelewa	8202	4456	12656
15	Bairro Cemitério	4335	4421	8756
16	Brigada	3647	3254	6901
17	Bom Pastor	2668	2868	5536
18	Cacilhas Norte	4590	4572	9162
19	Cacilhas Sul	20447	20460	40983
20	Compão Alto	1096	1096	2182
21	Compão Baixo	3257	3847	7104
22	Rua do Comércio	2319	3276	5595
23	S Bento	2421	3286	5707
total		488912	68171	986828

Huambo, aos 12 de Maio de 2009.





REPÚBLICA DE ANGOLA

GOVERNO PROVINCIAL DO HUAMBO  
ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DO HUAMBO

POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DO HUAMBO POR COMUNA E FAIXA ETÁRIA - 2012

COMUNHA SEDE		N.º	POVOAÇÃO DO VILAR																								TOTAL Bº/ALDEIA	TOTAL Bº/ALDEIA
0 - 5			6 - 10		11 - 15		16 - 20		21 - 25		26 - 35		36 - 45		46 - 55		56 - 65		65 +									
M	F		M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F						
KM2																												
1 S. João Urbano																												
2 Casongue																												
3 Cinata																												
4 S. José A																												
5 S. José Rua Nova																												
6 Bomba Baixa																												
7 S. Barolomieu																												
8 Kilombo																												
9 Vila Graça																												
10 Vinte e Sete Chingua																												
11 C. Rei Chiva																												
12 Refinaria Chiva																												
13 R. Nova Chiva																												
14 S. Inaculada Chiva																												
15 S. Joaquim																												
16 Fé Chiva																												
17 Cangula																												
20 S. Matias																												
21 Uralmo																												
22 Capuacuta																												
23 Mongonga I																												
24 Mongonga II																												
25 S. Ngoti																												

152



N/O	POVOAÇÃO DO NZAGI	KM2	0 - 5		6 - 10		11 - 15		16 - 20		21 - 25		26 - 35		36 - 45		46 - 55		56 - 65		65+		TOTAL Bº/ALDEIA		TOTAL Bº/ALDEIA
			M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
1	Calomanda		1.268	4.650	2.036	3.502	4.503	4.162	4.132	4.203	3.786	5.708	4.866	5.989	4.802	64	3.943	4.118	3.608	4.813	3.516	2.207	39.996	46.865	167.999
2	Aviçã		141	330	164	145	200	211	981	400	90	75	100	152	41	64	76	52	69	190	60	37	1.922	1.656	3.578
3	Mungonema		146	193	206	239	67	82	53	67	36	41	37	76	21	107	18	47	4	12	6	10	594	874	1.468
4	Trugufa		64	73	72	78	77	68	255	264	84	92	86	94	348	400	410	369	363	379	244	268	2.203	2.730	4.933
5	Caluhulu		34	100	66	260	63	98	49	86	30	42	36	72	45	55	65	75	12	28	29	30	429	846	1.275
6	Bunga		43	22	27	30	23	19	17	18	19	23	6	14	11	13	6	13	14	14	9	7	175	173	348
7	Babayela		23	24	18	24	14	14	16	26	12	31	14	15	9	10	14	15	4	6	6	8	131	172	303
8	Ussamba		21	30	19	21	18	30	8	32	11	23	20	43	9	11	5	7	24	28	13	12	148	237	385
9	Caluassi		31	32	11	22	9	14	7	11	8	21	2	19	2	10	26	9	19	23	14	4	129	165	294
10	Samutacu		20	52	14	56	9	11	12	20	10	15	13	22	12	16	11	13	9	10	7	0	117	215	332
11	Deolinda Rodrigues		34	49	24	21	14	18	10	22	16	17	24	17	10	3	3	7	3	1	0	0	138	155	293
12	Ngongonga		57	62	28	36	21	41	44	58	69	49	65	100	24	79	46	54	41	78	19	23	934	580	1.514
13	Albano		120	210	73	91	40	171	70	132	111	199	98	184	68	192	130	257	249	491	215	384	1.174	2.311	3.485
14	Chimndula		9	20	16	22	23	14	21	21	10	26	10	22	6	12	1	16	3	4	5	5	104	167	271
15	Subtotal	132	2.011	5.847	2.774	4.547	5.081	4.953	5.675	5.360	4.292	6.362	5.397	6.819	5.408	6.278	4.754	5.052	4.422	6.077	4.143	2.990	48.194	57.146	186.478

Nº	POVOAÇÃO XAVIER SAMACAU	KM2	0 - 5		6 - 10		11 - 15		16 - 20		21 - 25		26 - 35		36 - 45		46 - 55		56 - 65		65+		TOTAL Bº/ALDEIA		TOTAL Bº/ALDEIA
			M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
1	Infêrnia		309	418	122	307	21	89	121	307	681	991	89	113	138	521	163	462	134	163	26	31	1.804	3.402	5.206
2	Belém do Huambo		212	232	103	203	80	119	103	205	198	382	98	283	102	107	194	382	12	15	2	5	1.104	1.933	3.037
3	Dungo		155	222	169	185	984	115	169	185	122	167	66	101	82	89	123	166	13	16	20	23	1.903	1.269	3.172
4	Chipa-Chiwa		30	37	12	15	12	26	13	17	52	66	31	38	22	36	52	65	8	11	12	15	244	326	570
5	Jongolo		224	236	227	242	126	129	228	243	87	118	56	69	37	55	89	116	54	96	146	168	1.274	1.472	2.746
6	Calussanisse		227	338	122	189	445	848	126	181	226	335	123	134	109	151	223	336	96	119	175	186	1.872	2.817	4.689
7	Casque I		169	245	168	123	285	85	168	223	333	220	409	120	233	208	333	220	449	89	95	113	2.642	1.546	4.188
8	Casque II		113	132	151	159	64	72	154	163	232	235	126	134	112	124	236	261	19	56	28	113	1.235	1.469	2.704
9	Casque III		173	189	232	346	198	202	241	303	117	128	116	141	119	148	89	128	7	19	11	27	1.303	1.631	2.934
10	Ussolo		143	247	59	151	48	57	68	153	47	83	27	34	28	37	46	62	19	26	9	34	494	884	1.378
11	Sayungui		427	479	119	214	113	122	119	215	98	147	49	101	51	65	89	143	21	39	72	79	1.158	1.604	2.762
12	Cachindombe		757	856	432	494	312	367	436	497	798	839	492	539	99	122	291	396	39	49	52	68	3.708	3.134	6.842
13	Calondeia		618	812	336	487	341	463	322	487	329	341	128	132	116	128	112	136	31	48	42	54	2.375	3.088	5.463
14	Petroleo		72	84	128	207	116	123	177	207	207	322	202	303	102	128	117	136	29	36	45	56	1.195	1.602	2.797
15	Rimundo		138	196	149	207	226	307	112	141	116	245	109	146	77	102	141	219	13	32	11	24	1.092	1.619	2.711
16	Quissila		79	58	49	53	116	243	58	59	61	73	28	45	17	29	48	68	11	177	7	18	474	823	1.297
17	Tchimo Petroleo		112	192	72	92	49	113	59	63	84	107	99	114	63	122	55	109	102	114	19	222	714	1.248	1.962
18	Tchimo Sapato		119	147	232	286	96	119	209	285	89	109	46	59	46	53	85	121	121	132	9	16	1.052	1.327	2.379
19	Caillongue Petroleo		89	109	121	138	126	397	79	109	58	112	51	79	56	68	86	109	32	59	9	16	707	1.196	1.903
20	Livongue Petroleo		179	246	196	203	123	251	42	49	93	139	103	193	119	124	46	98	32	49	12	31	945	1.383	2.328
21	Kakelewa		585	712	326	421	1.123	1.165	316	932	759	1.214	1.241	196	951	312	102	251	159	241	21	210	5.583	5.854	11.437
22	Kalundo		2.865	4.215	928	2.101	919	1.015	912	1.120	901	941	419	489	701	823	203	469	165	162	58	94	8.071	11.429	19.500
23	S Bento		1.198	1.319	136	179	173	272	275	421	103	215	212	271	212	276	276	421	89	159	116	149	2.790	3.682	6.172
24	Kalombirigo		125	689	603	679	265	386	609	679	1.346	2.149	1.006	1.145	351	1.009	1.346	2.152	395	902	123	210	6.169	10.000	16.169
25	Lissimo		206	309	329	369	142	198	323	369	267	286	156	172	102	135	274	284	39	63	46	89	1.884	2.274	4.158
26	Caillongue		708	739	695	946	419	816	563	936	339	992	703	989	206	468	306	712	209	458	102	241	4.250	7.297	11.547
27	S Pedro Urbano		482	513	115	211	109	206	116	213	407	732	206	452	201	206	412	521	59	69	52	66	2.159	3.189	5.348
28	Munda		526	675	625	858	326	369	813	462	136	421	206	854	546	746	254	678	285	336	102	117	3.519	5.516	9.335
29	Chivela		1.234	1.625	1.231	1.652	745	978	328	605	1.256	1.685	936	1.254	756	935	546	865	79	86	25	35	7.156	9.720	16.876
30	Munda Paiva		452	825	163	342	245	348	125	346	121	336	459	721	438	984	502	685	184	256	85	96	2.794	4.939	7.733
31	Munda Tenente		186	223	365	584	123	256	523	645	421	678	235	357	201	312	125	215	216	279	39	86	2.434	3.635	6.069
32	Chivela Teixeira		498	785	925	625	162	225	339	621	354	531	423	702	222	316	202	353	98	124	69	88	2.692	4.370	7.062



N/O	POVOAÇÃO XAVIER SAMACAU	KM2	0 - 5		6 - 10		11 - 15		16 - 20		21 - 25		26 - 35		36 - 45		46 - 55		56 - 65		65+		TOTAL Bº/ALDEIA		TOTAL Bº/ALDEIA
			M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
33	Munda Kongue		669	936	236	344	745	839	723	889	621	914	146	238	243	447	669	993	223	244	85	123	4.360	5.967	10.327
34	Munda Bernardo		723	1.203	323	507	353	712	412	614	228	621	342	514	203	354	513	649	132	243	89	103	3.318	5.520	8.838
35	Munda Baixa		623	938	742	988	836	899	744	989	318	523	310	353	728	929	189	243	132	242	79	99	4.701	6.203	10.904
36	Munda Catavola		283	443	423	636	312	438	429	638	226	312	415	112	303	122	227	239	442	79	88	112	3.148	3.131	6.279
37	Munda Cassoko		314	614	404	513	353	471	407	515	183	227	102	123	89	106	181	223	89	93	99	102	2.221	2.987	5.208
38	Sujepele		51	56	38	47	26	37	17	28	39	62	29	41	12	22	39	62	28	38	8	17	287	410	697
39	Taka Kessongo		28	32	24	31	17	22	28	36	17	22	23	16	21	19	28	18	26	19	24	28	236	243	479
40	Samissassa		15	24	17	28	13	31	19	38	44	59	23	37	29	43	17	38	14	22	8	19	199	339	538
41	Honbo		29	37	22	31	28	37	17	29	33	41	36	49	23	39	16	23	26	31	7	11	237	328	565
42	Lumbo		31	38	22	29	17	24	19	28	32	58	21	37	19	29	38	56	14	19	7	11	220	329	549
43	Cossango		36	47	29	38	17	22	23	28	26	39	13	19	11	23	26	37	16	29	10	14	207	296	503
44	Calicoque		48	66	26	39	21	48	47	98	57	58	37	93	29	59	53	57	17	98	9	21	344	637	981
45	Ngege		31	48	17	29	16	24	17	32	29	36	19	24	17	22	31	37	12	19	6	9	195	280	475
46	Clindungo		14	27	23	32	17	23	23	36	19	23	17	22	33	36	13	19	5	11	4	11	168	240	408
47	Lucata		19	23	17	29	15	28	19	32	53	69	27	39	25	33	53	69	16	19	21	23	265	364	629
	Subtotal		16.344	22.636	11.403	16.589	11.418	14.136	11.190	15.471	12.363	18.423	10.210	12.197	8.420	11.422	9.259	14.102	4.411	5.686	2.184	3.483	97.202	132.932	229.854





N/O	POV. BANDEIRA	Km2	0 - 5		6 - 10		11 - 15		16 - 20		21 - 25		26 - 35		36 - 45		46 - 55		56 - 65		65+		TOTAL Bº/ALDEIA		TOTAL Bº/ALDEIA
			M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
33	POV. BANDEIRA		356	265	227	227	227	250	324	301	187	200	328	369	306	311	295	294	130	133	200	197	2.580	2.547	5.127
34	Compão C.F.B.		456	407	307	357	289	344	274	282	200	123	321	362	320	328	397	387	127	133	192	200	2.883	2.923	5.806
35	Belém Canlie		201	208	202	258	201	258	241	215	221	309	176	362	240	360	323	230	312	302	196	353	2.322	2.855	5.177
	Cavalo Branco		12.470	11.708	10.285	12.718	11.017	12.428	7.436	7.560	10.205	10.723	11.616	12.374	11.638	12.045	11.194	11.886	5.854	6.027	6.914	8.249	99.093	105.144	204.237
	Subtotal	65																							



N/O	P. DAS CACILHAS	KM2	0 - 5		6 - 10		11 - 15		16 - 20		21 - 25		26 - 35		36 - 45		46 - 55		56 - 65		65+		TOTAL Bº/ALDEIA		TOTAL Bº/ALDEIA
			M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
1	Cacilhas Centro		2.800	2.590	2.460	2.780	2.993	3.200	3.120	3.180	3.300	3.050	3.012	3.003	3.010	2.000	2.100	1.980	1.780	214	210	214	24.743	24.579	49.322
2	Compaço Alto		355	324	308	240	301	221	244	215	228	252	264	304	342	230	222	99	101	10	10	14	2.234	2.358	4.592
3	Cacilhas Norte		520	630	440	515	413	504	402	480	399	410	380	408	377	389	324	340	224	200	28	31	3.507	3.907	7.414
4	Compaço Baixo		741	601	324	331	300	312	315	321	280	291	293	244	201	188	194	207	78	61	15	13	2.741	2.569	5.310
5	Kamusamba		574	642	547	770	414	390	351	383	488	509	374	390	311	322	255	251	205	191	32	38	3.551	3.886	7.437
6	Fátima-sub-urban		335	348	289	291	308	315	345	329	284	318	301	318	410	501	374	400	91	102	6	8	2.743	2.930	5.673
7	Sassonde		345	421	325	403	289	200	138	145	124	201	284	254	188	210	97	99	84	83	9	8	1.883	2.024	3.907
8	Kamilquehento I		96	85	76	77	57	85	52	63	50	71	35	58	36	41	76	82	15	19	7	10	500	591	1.091
9	Kamilquehento II		210	300	350	358	220	190	110	99	88	91	155	98	121	119	87	89	35	38	5	8	1.381	1.390	2.771
10	Itunda		99	88	79	85	70	80	65	68	58	73	81	92	51	58	32	34	16	25	7	11	558	614	1.175
11	Kapilongo		171	113	108	112	98	104	95	90	78	87	66	71	69	78	51	57	49	55	6	9	791	776	1.567
12	Lossambo		128	121	101	111	98	95	78	69	83	86	78	81	37	48	25	35	16	18	12	11	656	675	1.331
13	Chitritua 1º		206	180	91	101	87	96	68	72	57	62	94	91	96	100	89	78	28	24	14	12	830	816	1.646
14	Chitritua 2º		159	138	97	109	99	83	79	81	80	84	68	72	64	71	54	61	32	38	8	12	740	749	1.489
15	Cavongue alto		510	432	344	352	304	310	243	251	190	201	342	383	306	314	282	279	84	75	9	12	2.614	2.609	5.223
15	Ngulonda		295	287	232	208	133	190	101	188	104	154	109	122	203	208	152	198	99	101	13	11	1.461	1.667	3.128
	SUBTOTAL	668	7.544	7.300	6.321	6.601	5.910	6.248	5.863	6.003	5.758	6.166	5.962	5.958	5.777	5.999	4.322	4.532	3.085	2.911	391	422	50.933	52.140	103.076

[illegible]





## **Anexo 2 – Tabelas do SPSS**



## Reliability<sup>175</sup>

### Warnings

The covariance matrix is calculated and used in the analysis.

The determinant of the covariance matrix is zero or approximately zero. Statistics based on its inverse matrix cannot be computed and they are displayed as system missing values.

### Case Processing Summary

		N	%
Cases	Valid	879	44,0
	Excluded(a)	1121	56,1
	Total	2000	100,0

a Listwise deletion based on all variables in the procedure.

### Reliability Statistics

Cronbach's Alpha	Cronbach's Alpha Based on Standardized Items	N of Items
,601	,704	58

### Summary Item Statistics

	Mean	Minimum	Maximum	Range	Maximum / Minimum	Variance	N of Items
Inter-Item Correlations	,039	-,691	,893	1,584	-1,292	,019	58

The covariance matrix is calculated and used in the analysis.

### Item-Total Statistics

	Scale Mean if Item Deleted	Scale Variance if Item Deleted	Corrected Item-Total Correlation	Squared Multiple Correlation	Cronbach's Alpha if Item Deleted
cidade	150,72	196,507	-,018	.	,602
raça	150,92	195,298	,087	.	,599
grupoetnoling	149,18	185,967	,098	.	,603
naturalidade	150,27	197,670	-,124	.	,604
origem	150,03	194,015	,081	.	,599
escolaridade	149,35	185,161	,378	.	,581
religião	148,68	190,328	,068	.	,603
B1casa	150,27	196,538	-,022	.	,603
B2tipo	149,95	189,848	,148	.	,595
B3agregado	149,04	195,295	,027	.	,602
B4filhos	148,83	197,710	-,082	.	,607
B5riqueza	148,99	182,401	,285	.	,582

<sup>175</sup> A análise da fidelidade do instrumento foi inicialmente realizada no SPSS, versão 13.0.

B6profissão	148,65	188,564	,230	.	,590
B7salário	150,03	186,511	,298	.	,585
totalsocioec	150,09	190,697	,369	.	,590
lingdomina	150,40	192,946	,264	.	,594
linguamater	146,61	195,207	-,079	.	,636
linguasegunda	149,12	189,739	-,034	.	,638
linguaestrang	150,33	172,326	,402	.	,565
dominioLP	148,02	187,308	,393	.	,584
dominioLN	149,52	184,944	,200	.	,590
dominioLE	150,67	174,828	,441	.	,565
freqLP	147,63	189,063	,316	.	,588
freqLN	149,70	191,462	,104	.	,598
freqLE	150,31	182,716	,447	.	,576
EnsinoLP	148,56	190,010	,213	.	,592
EnsinoLN	150,46	194,695	,033	.	,602
EnsinoLE	149,20	191,189	,167	.	,594
Prof	148,71	193,230	,095	.	,598
Livros_livrarias	149,69	194,475	,034	.	,602
Cultura	149,70	194,075	,042	.	,602
NívelLP_Lubango	148,71	192,741	,120	.	,597
CanaisTV	150,83	194,873	,097	.	,599
Variante_falada	150,81	196,625	-,026	.	,602
Variante_escrita	151,00	195,975	,041	.	,601
Língua1TV_rádio	150,86	194,999	,027	.	,602
Língua2TV_radio	150,43	177,057	,255	.	,582
EscolarizaçãoLN	149,53	195,172	-,021	.	,610
EscolarizaçãoLP	147,72	190,215	,183	.	,593
MelhorLNqueLE	148,84	194,413	-,005	.	,609
LP_é_LN	148,61	189,036	,128	.	,597
LN_ser_LO	149,01	194,353	-,007	.	,609
LP_factorUnidadeNacio nal	147,55	191,086	,187	.	,594
LP_facilitaAdmPúb	147,54	189,536	,270	.	,590
LP_favoreceemprego	147,69	191,206	,156	.	,595
LP_dastatuto	147,66	191,381	,173	.	,594
LP_6ªmundial	147,80	190,286	,172	.	,594
Angola_2ºlusófono	148,41	191,615	,088	.	,599
LP_maioria	148,07	190,883	,107	.	,598
ConheceCPLP	150,33	193,429	,249	.	,595
ConheceIILP	150,75	193,243	,227	.	,595
ConheceINL	150,65	193,391	,207	.	,596
ConheceSADC	150,23	193,840	,276	.	,596
ConheceUA	150,31	192,521	,335	.	,593
ConheceUE	150,38	192,855	,277	.	,594
ConheceUL	150,93	194,552	,171	.	,598
ConheceICA	150,57	193,220	,218	.	,595
ConheceIMA	150,94	195,172	,117	.	,599

## Factor Analysis

### Communalities

	Initial	Extraction
cidade	1,000	,401
raça	1,000	,462
grupoetnoling	1,000	,563
naturalidade	1,000	,276
origem	1,000	,529
escolaridade	1,000	,563
religião	1,000	,055
B2tipo	1,000	,492
B3agregado	1,000	,190
B4filhos	1,000	,476
B5riqueza	1,000	,611
B6profissão	1,000	,461
B7salário	1,000	,589
totalsocioec	1,000	,726
lingdomina	1,000	,572
linguamater	1,000	,576
linguasegunda	1,000	,679
linguaestrang	1,000	,705
dominioLP	1,000	,508
dominioLN	1,000	,694
dominioLE	1,000	,729

Extraction Method: Principal Component Analysis.

### Total Variance Explained

Component	Initial Eigenvalues			Extraction Sums of Squared Loadings		
	Total	% of Variance	Cumulative %	Total	% of Variance	Cumulative %
1	4,600	21,905	21,905	4,600	21,905	21,905
2	3,024	14,402	36,307	3,024	14,402	36,307
3	1,943	9,253	45,560	1,943	9,253	45,560
4	1,291	6,147	51,707	1,291	6,147	51,707
5	1,228	5,850	57,557			
6	1,073	5,109	62,665			
7	,959	4,566	67,231			
8	,900	4,284	71,515			
9	,863	4,111	75,626			
10	,747	3,556	79,182			
11	,635	3,026	82,207			
12	,557	2,651	84,858			
13	,536	2,550	87,408			
14	,526	2,506	89,914			
15	,487	2,320	92,235			
16	,470	2,236	94,471			
17	,385	1,834	96,305			
18	,278	1,326	97,632			
19	,204	,973	98,605			
20	,196	,933	99,537			
21	,097	,463	100,000			

Extraction Method: Principal Component Analysis.

**Component Matrix(a)**

	Component			
	1	2	3	4
totalsocioec	,728	,205	-,242	,309
dominioLP	,650	,267	,105	,053
origem	,648	-,268	,084	-,175
linguamater	,630	-,381	,186	-,011
B5riqueza	,614	,129	-,189	,426
escolaridade	,595	,389	,239	-,013
B2tipo	,540	-,144	-,265	,330
dominioLE	,517	,497	,430	-,173
linguaestrang	,501	,469	,463	-,141
lingdomina	-,241	,713	,071	-,020
dominioLN	-,485	,670	,072	,066
B7salário	,282	,616	-,351	,080
linguasegunda	-,459	,614	-,258	-,158
B6profissão	,387	,414	-,371	,042
raça	,345	-,171	-,532	-,175
grupoetnoling	,380	-,081	-,483	-,422
B4filhos	,382	-,316	,479	-,038
religião	-,014	,070	,222	-,024
cidade	-,145	-,028	,307	,534
naturalidade	-,324	-,009	,065	,409
B3agregado	,145	,102	,194	-,347

Extraction Method: Principal Component Analysis.

a. 4 components extracted.





## Frequências (Lubango)

### Estatísticas

	idade	sexo	raça	grupoetnoling	Natur.	origem	escolaridade	religião	Totalsocioec
N	Válido	1000	994	1000	992	996	998	998	990
	Ausente	0	6	0	8	4	2	12	10

### Tabela de Frequências

#### Idade

	Frequência	Porcentual <sup>176</sup>	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	10 aos 15 anos	170	17,0	17,0
	16 aos 25 anos	395	39,5	56,5
	26 aos 35 anos	171	17,1	73,6
	36 aos 50 anos	151	15,1	88,7
	mais de 50 anos	113	11,3	100,0
	Total	1000	100,0	

#### Sexo

	Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	masculino	560	56,0	56,3
	feminino	434	43,4	100,0
	Total	994	99,4	
Ausente	99	6	,6	
Total	1000	100,0		

#### Raça

	Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	negra	801	80,1	80,1
	mista	176	17,6	97,7
	branca	23	2,3	100,0
	Total	1000	100,0	

<sup>176</sup> Manteve-se a grafia em norma brasileira usada pelo programa SPSS versão 20.

**Grupo etnolinguístico**

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Nhaneca-humbe	207	20,7	20,9	20,9
	ovimbundo	451	45,1	45,5	66,3
	ganguela	64	6,4	6,5	72,8
	quioco	28	2,8	2,8	75,6
	bacongo	31	3,1	3,1	78,7
	quimbundo	75	7,5	7,6	86,3
	herero	24	2,4	2,4	88,7
	quanhama	23	2,3	2,3	91,0
	européu/descend	82	8,2	8,3	99,3
	outro	7	,7	,7	100,0
	Total	992	99,2	100,0	
Ausente	99	8	,8		
Total		1000	100,0		

**Naturalidade**

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	litoral	167	16,7	16,8	16,8
	interior	829	82,9	83,2	100,0
	Total	996	99,6	100,0	
Ausente	99	4	,4		
Total		1000	100,0		

**Origem**

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	rural	332	33,2	33,3	33,3
	suburbana	273	27,3	27,4	60,6
	urbana	393	39,3	39,4	100,0
	Total	998	99,8	100,0	
Ausente	99	2	,2		
Total		1000	100,0		

### Escolaridade

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	analfabeto	93	9,3	9,3	9,3
	basico 1-8 classes	443	44,3	44,4	53,7
	medio 9-12 classes	331	33,1	33,2	86,9
	técnicoprofissional	24	2,4	2,4	89,3
	superior	107	10,7	10,7	100,0
	Total	998	99,8	100,0	
Ausente	99	2	,2		
Total		1000	100,0		

### Religião

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Sem religião	55	5,5	5,6	5,6
	Católica	463	46,3	46,9	52,4
	IURD	20	2,0	2,0	54,5
	MANA	43	4,3	4,4	58,8
	Protestante	300	30,0	30,4	89,2
	Testemunha Jeová	95	9,5	9,6	98,8
	Tradicional	4	,4	,4	99,2
	outra	8	,8	,8	100,0
	Total	988	98,8	100,0	
Ausente	99	12	1,2		
Total		1000	100,0		

Anexo 5 – Tabelas do SPSS

### Total socioeconómico

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	baixo (até15)	174	17,4	17,6	17,6
	médio (16-22)	673	67,3	68,0	85,6
	alto (23 ou mais)	143	14,3	14,4	100,0
	Total	990	99,0	100,0	
Ausente	99	10	1,0		
Total		1000	100,0		



## Frequências (Huambo)

### Observações

Saída criada		13-NOV-2013 21:05:15	
Comentários			
Entrada	Dados	C:\Users\Utilizador_2\Desktop\TESE DIVIDIDA\ANEXOS	
	Conjunto de dados ativo	TESE\Matriz_Hbo.sav	
	Filtro	Conjunto_de_dados2	
	Peso	<none>	
	Arquivo dividido	<none>	
Tratamento de valor ausente	N de linhas em arquivo de dados de trabalho	1000	
	Definição de ausente	Os valores ausentes definidos pelo usuário são tratados como ausentes.	
	Casos utilizados	As estatísticas estão baseadas em todos os casos com dados válidos.	
Sintaxe		FREQUENCIES VARIABLES=idade sexo raça grupoetnoling naturalidade	
		origem escolaridade religião	
Recursos		totalsocioec	
		/ORDER=ANALYSIS.	
		Tempo do processador	00:00:00,03
		Tempo decorrido	00:00:00,03

### Estatísticas

	idade	sexo	raça	grupoetnoling	naturalidade	origem	escolaridade	religião	totalsocioec
N Válido	1000	998	983	960	992	979	992	989	950
Ausente	0	2	17	40	8	21	8	11	50



## Tabela de Frequências

### Idade

	Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido 10 aos 15 anos	191	19,1	19,1	19,1
16 aos 25 anos	364	36,4	36,4	55,5
26 aos 35 anos	185	18,5	18,5	74,0
36 aos 50 anos	125	12,5	12,5	86,5
mais de 50 anos	135	13,5	13,5	100,0
Total	1000	100,0	100,0	

### Sexo

	Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido masculino	541	54,1	54,2	54,2
feminino	457	45,7	45,8	100,0
Total	998	99,8	100,0	
Ausente 99	2	,2		
Total	1000	100,0		

### Raça

	Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido negra	895	89,5	91,0	91,0
mista	85	8,5	8,6	99,7
branca	3	,3	,3	100,0
Total	983	98,3	100,0	
Ausente 99	17	1,7		
Total	1000	100,0		

### Grupo etnolinguístico

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	nhaneca-humbe	12	1,2	1,3	1,3
	ovimbundo	843	84,3	87,8	89,1
	ganguela	10	1,0	1,0	90,1
	quioco	23	2,3	2,4	92,5
	bacongo	11	1,1	1,1	93,6
	quimbundo	52	5,2	5,4	99,1
	européu/descend	8	,8	,8	99,9
	fiote	1	,1	,1	100,0
	Total	960	96,0	100,0	
Ausente	99	40	4,0		
Total		1000	100,0		

### Naturalidade

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	litoral	111	11,1	11,2	11,2
	interior	881	88,1	88,8	100,0
	Total	992	99,2	100,0	
Ausente	99	6	,6		
	Sistema	2	,2		
	Total	8	,8		
Total		1000	100,0		

### Origem

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	rural	296	29,6	30,2	30,2
	suburbana	462	46,2	47,2	77,4
	urbana	221	22,1	22,6	100,0
	Total	979	97,9	100,0	
Ausente	99	21	2,1		
Total		1000	100,0		



### Escolaridade

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	analfabeto	92	9,2	9,3	9,3
	basico 1-8 classes	356	35,6	35,9	45,2
	medio 9-12 classes	418	41,8	42,1	87,3
	técnicoprofissional	18	1,8	1,8	89,1
	superior	108	10,8	10,9	100,0
	Total	992	99,2	100,0	
Ausente	99	8	,8		
Total		1000	100,0		

### Religião

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Sem religião	40	4,0	4,0	4,0
	Católica	499	49,9	50,5	54,5
	IURD	5	,5	,5	55,0
	MANA	12	1,2	1,2	56,2
	Protestante	366	36,6	37,0	93,2
	Testemunha Jeová	52	5,2	5,3	98,5
	Tradicional	2	,2	,2	98,7
	outra	7	,7	,7	99,4
	tocoista	6	,6	,6	100,0
	Total	989	98,9	100,0	
Ausente	99	11	1,1		
Total		1000	100,0		

### Total socioeconómico

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	baixo (até15)	239	23,9	25,2	25,2
	médio (16-22)	597	59,7	62,8	88,0
	alto (23 ou mais)	114	11,4	12,0	100,0
	Total	950	95,0	100,0	
Ausente	99	50	5,0		
Total		1000	100,0		

### Observações

Saída criada	10-DEC-2013 18:31:33	
Comentários		
	Dados	C:\Users\admin\Desktop\TESE DIVIDIDA\ANEXOS TESE\Matriz_Hbo+Lbgo.sav
	Conjunto de dados ativo	Conjunto_de_dados1
Entrada	Filtro	<none>
	Peso	<none>
	Arquivo dividido	<none>
	N de linhas em arquivo de dados de trabalho	2000
	Definição de ausente	Os valores ausentes definidos pelo usuário são tratados como ausentes.
Tratamento de valor ausente	Casos utilizados	As estatísticas estão baseadas em todos os casos com dados válidos.
		FREQUENCIES VARIABLES=cidade idade sexo raça grupoetnoling naturalidade origem escolaridade religião totalsocioec /ORDER=ANALYSIS.
Sintaxe		
	Tempo do processador	00:00:00,00
Recursos	Tempo decorrido	00:00:00,01

### Estatísticas

	cidade	idade	sexo	raça	grupoetnoling	naturalidade	origem	escolaridade	religião	Total socioec
N Válido	2000	2000	1992	1983	1952	1988	1977	1990	1971	1940
Ausente	0	0	8	17	48	12	23	10	29	60

**Tabela de Frequências**

**Cidade**

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
	Lubango	1000	50,0	50,0	50,0
Válido	Huambo	1000	50,0	50,0	100,0
	Total	2000	100,0	100,0	

**Idade**

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
	10 aos 15 anos	361	18,1	18,1	18,1
	16 aos 25 anos	759	38,0	38,0	56,0
Válido	26 aos 35 anos	356	17,8	17,8	73,8
	36 aos 50 anos	276	13,8	13,8	87,6
	mais de 50 anos	248	12,4	12,4	100,0
	Total	2000	100,0	100,0	

**Sexo**

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
	masculino	1101	55,1	55,3	55,3
Válido	feminino	891	44,6	44,7	100,0
	Total	1992	99,6	100,0	
Ausente	99	8	,4		
Total		2000	100,0		

**Raça**

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
	negra	1696	84,8	85,5	85,5
Válido	mista	261	13,1	13,2	98,7
	branca	26	1,3	1,3	100,0
	Total	1983	99,2	100,0	
Ausente	99	17	,9		
Total		2000	100,0		

### Grupo etnolinguístico

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
	Nhaneca-humbe	219	11,0	11,2	11,2
	ovimbundo	1294	64,7	66,3	77,5
	ganguela	74	3,7	3,8	81,3
	quioco	51	2,6	2,6	83,9
	bacongo	42	2,1	2,2	86,1
Válido	quimbundo	127	6,4	6,5	92,6
	herero	24	1,2	1,2	93,8
	quanhama	23	1,2	1,2	95,0
	européu/descend	90	4,5	4,6	99,6
	outro	8	,4	,4	100,0
	Total	1952	97,6	100,0	
Ausente	99	48	2,4		
Total		2000	100,0		

### Naturalidade

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
	litoral	278	13,9	14,0	14,0
Válido	interior	1710	85,5	86,0	100,0
	Total	1988	99,4	100,0	
	99	10	,5		
Ausente	Sistema	2	,1		
	Total	12	,6		
Total		2000	100,0		

### Origem

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
	rural	628	31,4	31,8	31,8
Válido	suburbana	735	36,8	37,2	68,9
	urbana	614	30,7	31,1	100,0
	Total	1977	98,9	100,0	
Ausente	99	23	1,2		
Total		2000	100,0		

### Escolaridade

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	analfabeto	185	9,3	9,3	9,3
	basico 1-8 classes	799	40,0	40,2	49,4
	medio 9-12 classes	749	37,5	37,6	87,1
	técnicoprofissional	42	2,1	2,1	89,2
	superior	215	10,8	10,8	100,0
	Total	1990	99,5	100,0	
Ausente	99	10	,5		
Total		2000	100,0		

### Religião

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Sem religião	95	4,8	4,8	4,8
	Católica	962	48,1	48,8	53,6
	IURD	25	1,3	1,3	54,9
	MANA	55	2,8	2,8	57,7
	Protestante	666	33,3	33,8	91,5
	Testemunha Jeová	147	7,4	7,5	98,9
	Tradicional	6	,3	,3	99,2
	outra	15	,8	,8	100,0
	Total	1971	98,6	100,0	
Ausente	99	29	1,5		
Total		2000	100,0		

### Total socioeconómico

		Frequência	Porcentual	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	baixo (até15)	413	20,7	21,3	21,3
	médio (16-22)	1270	63,5	65,5	86,8
	alto (23 ou mais)	257	12,9	13,2	100,0
	Total	1940	97,0	100,0	
Ausente	99	60	3,0		
Total		2000	100,0		

### Observações

Saída criada		14-NOV-2013 15:23:49
Comentários		
	Dados	C:\Users\Utilizador_2\Desktop\TESE DIVIDIDA\ANEXOS TESE\Matriz_Hbo+Lbgo.sav
	Conjunto de dados ativo	Conjunto_de_dados2
Entrada	Filtro	<none>
	Peso	<none>
	Arquivo dividido	<none>
	N de linhas em arquivo de dados de trabalho	2000
	Definição de ausente	Os valores ausentes definidos pelo usuário são tratados como ausentes.
Tratamento de valor ausente	Casos utilizados	As estatísticas estão baseadas em todos os casos com dados válidos. FREQUENCIES VARIABLES=idade sexo cidade raça grupoetnoling naturalidade origem escolaridade religião totalsocioec dominioLP /ORDER=ANALYSIS.
Sintaxe		
	Tempo do processador	00:00:00,05
Recursos	Tempo decorrido	00:00:00,04

### Observações

Saída criada		14-NOV-2013 15:25:16
Comentários		
	Dados	C:\Users\Utilizador_2\Desktop\TESE DIVIDIDA\ANEXOS TESE\Matriz_Hbo+Lbgo.sav
	Conjunto de dados ativo	Conjunto_de_dados2
Entrada	Filtro	<none>
	Peso	<none>
	Arquivo dividido	<none>
	N de linhas em arquivo de dados de trabalho	2000
	Definição de ausente	Os valores ausentes definidos pelo usuário são tratados como ausentes.
Tratamento de valor ausente	Casos utilizados	As estatísticas para cada análise têm como base os casos sem dados ausentes para qualquer variável na análise. ONEWAY idade sexo raça grupoetnoling naturalidade origem escolaridade religião totalsocioec dominioLP BY cidade /STATISTICS DESCRIPTIVES /MISSING ANALYSIS.
Sintaxe		
	Tempo do processador	00:00:00,11
Recursos	Tempo decorrido	00:00:00,46

## Tabulações cruzadas (Lubango)

### Observações

Saída criada		15-NOV-2013 21:40:03
Comentários		
Entrada	Dados	C:\Users\Utilizador_2\Desktop\TESE DIVIDIDA\ANEXOS TESE\Matriz_Lbgo.sav
	Conjunto de dados ativo	Conjunto_de_dados1
	Filtro	<none>
	Peso	<none>
	Arquivo dividido	<none>
	N de linhas em arquivo de dados de trabalho	1000
	Definição de ausente	Os valores ausentes definidos pelo usuário são tratados como ausentes.
Tratamento de valor ausente		As estatísticas de cada tabela são baseadas em todos os casos com dados válidos no(s) intervalo(s) especificado(s) para todas as variáveis de cada tabela.
	Casos utilizados	CROSSTABS  /TABLES=dominioLP BY idade sexo raça grupoetnoling naturalidade origem escolaridade religião totalsocioec  /FORMAT=AVALUE TABLES  /STATISTICS=CHISQ  /CELLS=COUNT  /COUNT ROUND CELL  /METHOD=MC CIN(99) SAMPLES(10000).
Sintaxe		
Recursos	Tempo do processador	00:00:02,92
	Tempo decorrido	00:00:03,11
	Dimensões solicitadas	2
	Células disponíveis	174762
	Time for Exact Statistics	0:00:02,88

### Resumo do processamento de caso

	Casos					
	Válido		Ausente		Total	
	N	Porcentagem	N	Porcentagem	N	Porcentagem
dominioLP * idade	994	99,4%	6	0,6%	1000	100,0%
dominioLP * sexo	988	98,8%	12	1,2%	1000	100,0%
dominioLP * raça	994	99,4%	6	0,6%	1000	100,0%
dominioLP *						
grupoetnoling	986	98,6%	14	1,4%	1000	100,0%
dominioLP *						
naturalidade	990	99,0%	10	1,0%	1000	100,0%
dominioLP * origem	992	99,2%	8	0,8%	1000	100,0%
dominioLP *						
escolaridade	992	99,2%	8	0,8%	1000	100,0%
dominioLP * religião	982	98,2%	18	1,8%	1000	100,0%
dominioLP *						
totalsocioec	986	98,6%	14	1,4%	1000	100,0%



## Domínio LP \* idade

### Tabulação cruzada

Contagem

	idade					Total
	10 aos 15 anos	16 aos 25 anos	26 aos 35 anos	36 aos 50 anos	mais de 50 anos	
dominioLP muito mal	4	6	2	2	8	22
mal	6	6	6	7	29	54
razoavel	49	58	20	33	27	187
bem	78	195	74	55	20	422
muito bem	33	124	69	54	29	309
Total	170	389	171	151	113	994

### Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)	Sig. Monte Carlo (2 lados)			Sig. Monte Carlo (1 lado)		
				Sig.	Intervalo de confiança 99%		Sig.	Intervalo de confiança 99%	
					Limite inferior	Limite superior		Limite inferior	Limite superior
Chi-quadrado de Pearson	169,709 <sup>a</sup>	16	,000	,000 <sup>b</sup>	,000	,000			
Razão de probabilidade	134,134	16	,000	,000 <sup>b</sup>	,000	,000			
Fisher's Exact Test	132,629			,000 <sup>b</sup>	,000	,000			
Associação Linear por Linear	12,590 <sup>c</sup>	1	,000	,001 <sup>b</sup>	,000	,001	,000 <sup>b</sup>	,000	,001
N de Casos Válidos	994								

a. 4 células (16,0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 2,50.

b. Baseado em 10000 tabelas amostradas com valor inicial 2000000.

c. A estatística padronizada é -3,548.

## Domínio LP \* sexo

### Tabulação cruzada

Contagem

		sexo		Total
		masculino	feminino	
dominioLP	muito mal	8	14	22
	mal	20	34	54
	razoavel	102	85	187
	bem	237	183	420
	muito bem	189	116	305
Total		556	432	988

### Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)	Sig. Monte Carlo (2 lados)			Sig. Monte Carlo (1 lado)		
				Sig.	Intervalo de confiança 99%		Sig.	Intervalo de confiança 99%	
					Limite inferior	Limite superior		Limite inferior	Limite superior
Chi-quadrado de Pearson	15,914 <sup>a</sup>	4	,003	,003 <sup>b</sup>	,001	,004			
Razão de probabilidade	15,877	4	,003	,003 <sup>b</sup>	,002	,005			
Fisher's Exact Test	15,766			,003 <sup>b</sup>	,002	,004			
Associação Linear por	13,364 <sup>c</sup>	1	,000	,000 <sup>b</sup>	,000	,000			
Linear									
N de Casos Válidos	988								

a. 0 células (,0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 9,62.

b. Baseado em 10000 tabelas amostradas com valor inicial 2000000.

c. A estatística padronizada é -3,656.

## Domínio LP \* raça

### Tabulação cruzada

Contagem

		raça			Total
		negra	mista	branca	
dominioLP	muito mal	18	4	0	22
	mal	38	16	0	54
	razoavel	161	26	0	187
	bem	337	82	3	422
	muito bem	241	48	20	309
Total		795	176	23	994

### Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)	Sig. Monte Carlo (2 lados)		Sig. Monte Carlo (1 lado)			
				Sig.	Intervalo de confiança 99%		Sig.	Intervalo de confiança 99%	
					Limite inferior	Limite superior		Limite inferior	Limite superior
Chi-quadrado de Pearson	42,926 <sup>a</sup>	8	,000	,000 <sup>b</sup>	,000	,000			
Razão de probabilidade	42,529	8	,000	,000 <sup>b</sup>	,000	,000			
Fisher's Exact Test	36,178			,000 <sup>b</sup>	,000	,000			
Associação Linear por Linear	4,394 <sup>c</sup>	1	,036	,035 <sup>b</sup>	,030	,040			
N de Casos Válidos	994								

a. 4 células (26,7%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é ,51.

b. Baseado em 10000 tabelas amostradas com valor inicial 2000000.

c. A estatística padronizada é 2,096.

## Domínio LP \* grupo etnolinguístico

### Tabulação cruzada

Contagem

		grupoetnoling										Total
		Nhaneca-humbe	ovimbundo	ganguela	quico	bacongo	quimbundo	herero	quanhama	Europeu /desc.	outro	
Domínio LP	muito mal	10	10	2	0	0	0	0	0	0	0	22
	mal	11	24	4	2	1	0	4	3	5	0	54
	razoavel	31	105	12	5	2	9	5	4	10	0	183
	bem	96	173	38	16	17	23	13	5	32	7	420
	muito bem	57	135	8	5	11	43	2	11	35	0	307
Total		205	447	64	28	31	75	24	23	82	7	986

### Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)	Sig. Monte Carlo (2 lados)			Sig. Monte Carlo (1 lado)		
				Sig.	Intervalo de confiança 99%		Sig.	Intervalo de confiança 99%	
					Limite inferior	Limite superior		Limite inferior	Limite superior
Chi-quadrado de Pearson	98,663 <sup>a</sup>	36	,000	,000 <sup>b</sup>	,000	,000			
Razão de probabilidade	108,016	36	,000	,000 <sup>b</sup>	,000	,000			
Fisher's Exact Test	90,810			,000 <sup>b</sup>	,000	,000			
Associação Linear por Linear	12,981 <sup>c</sup>	1	,000	,000 <sup>b</sup>	,000	,001			
N de Casos Válidos	986								

a. 22 células (44,0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é ,16.

b. Baseado em 10000 tabelas amostradas com valor inicial 2000000.

c. A estatística padronizada é 3,603.

## Domínio LP \* naturalidade

### Tabulação cruzada

Contagem

		naturalidade		Total
		litoral	interior	
dominioLP	muito mal	0	22	22
	mal	5	47	52
	razoavel	12	175	187
	bem	83	337	420
	muito bem	67	242	309
Total		167	823	990

### Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)	Sig. Monte Carlo (2 lados)			Sig. Monte Carlo (1 lado)		
				Sig.	Intervalo de confiança 99%		Sig.	Intervalo de confiança 99%	
					Limite inferior	Limite superior		Limite inferior	Limite superior
Chi-quadrado de Pearson	28,596 <sup>a</sup>	4	,000	,000 <sup>b</sup>	,000	,000			
Razão de probabilidade	35,796	4	,000	,000 <sup>b</sup>	,000	,000			
Fisher's Exact Test	31,871			,000 <sup>b</sup>	,000	,000			
Associação Linear por Linear	22,324 <sup>c</sup>	1	,000	,000 <sup>b</sup>	,000	,000	,000 <sup>b</sup>	,000	,000
N de Casos Válidos	990								

a. 1 células (10,0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 3,71.

b. Baseado em 10000 tabelas amostradas com valor inicial 2000000.

c. A estatística padronizada é -4,725.

## Domínio LP \* origem

### Tabulação cruzada

Contagem

		origem			Total
		rural	suburbana	urbana	
dominioLP	muito mal	20	0	2	22
	mal	38	12	4	54
	razoavel	99	43	45	187
	bem	108	129	185	422
	muito bem	65	89	153	307
Total		330	273	389	992

### Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)	Sig. Monte Carlo (2 lados)			Sig. Monte Carlo (1 lado)		
				Sig.	Intervalo de confiança 99%		Sig.	Intervalo de confiança 99%	
					Limite inferior	Limite superior		Limite inferior	Limite superior
Chi-quadrado de Pearson	137,817 <sup>a</sup>	8	,000	,000 <sup>b</sup>	,000	,000			
Razão de probabilidade	141,042	8	,000	,000 <sup>b</sup>	,000	,000			
Fisher's Exact Test	135,562			,000 <sup>b</sup>	,000	,000			
Associação Linear por Linear	109,270 <sup>c</sup>	1	,000	,000 <sup>b</sup>	,000	,000	,000 <sup>b</sup>	,000	,000
N de Casos Válidos	992								

a. 0 células (,0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 6,05.

b. Baseado em 10000 tabelas amostradas com valor inicial 2000000.

c. A estatística padronizada é 10,453.

## Domínio LP \* escolaridade

### Tabulação cruzada

Contagem

		escolaridade					Total
		analfabeto	basico 1-8 classes	medio 9-12 classes	técnicoprofissional	superior	
Domínio LP	muito mal	18	4	0	0	0	22
	mal	43	11	0	0	0	54
	razoavel	23	137	16	5	6	187
	bem	7	201	185	3	26	422
	muito bem	2	88	126	16	75	307
	Total	93	441	327	24	107	992

### Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)	Sig. Monte Carlo (2 lados)			Sig. Monte Carlo (1 lado)		
				Sig.	Intervalo de confiança 99%		Sig.	Intervalo de confiança 99%	
					Limite inferior	Limite superior		Limite inferior	Limite superior
Chi-quadrado de Pearson	700,868 <sup>a</sup>	16	,000	,000 <sup>b</sup>	,000	,000			
Razão de probabilidade	517,339	16	,000	,000 <sup>b</sup>	,000	,000			
Fisher's Exact Test	495,978			,000 <sup>b</sup>	,000	,000			
Associação Linear por Linear	279,435 <sup>c</sup>	1	,000	,000 <sup>b</sup>	,000	,000	,000 <sup>b</sup>	,000	,000
N de Casos Válidos	992								

a. 5 células (20,0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é ,53.

b. Baseado em 10000 tabelas amostradas com valor inicial 2000000.

c. A estatística padronizada é 16,716.

## Domínio LP \* religião

### Tabulação cruzada

Contagem

		religião								Total
		Sem religião	Católica	IURD	MANA	Protestante	Testemunha Jeová	Tradicional	outra	
Domínio LP	muito mal	2	14	2	0	4	0	0	0	22
	mal	2	31	0	1	18	2	0	0	54
	razoavel	11	85	0	7	65	17	0	0	185
	bem	24	180	11	24	135	36	2	4	416
	muito bem	16	149	7	11	76	40	2	4	305
Total		55	459	20	43	298	95	4	8	982

### Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)	Sig. Monte Carlo (2 lados)			Sig. Monte Carlo (1 lado)		
				Sig.	Intervalo de confiança 99%		Sig.	Intervalo de confiança 99%	
					Limite inferior	Limite superior		Limite inferior	Limite superior
Chi-quadrado de Pearson	39,533 <sup>a</sup>	28	,073	,086 <sup>b</sup>	,079	,094			
Razão de probabilidade	48,290	28	,010	,010 <sup>b</sup>	,008	,013			
Fisher's Exact Test	36,547			,067 <sup>b</sup>	,061	,074			
Associação Linear por Linear	2,788 <sup>c</sup>	1	,095	,092 <sup>b</sup>	,085	,100			
N de Casos Válidos	982								

a. 18 células (45,0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é ,09.

b. Baseado em 10000 tabelas amostradas com valor inicial 2000000.

c. A estatística padronizada é 1,670.



### Tabulação cruzada

Contagem

		totalsocioec			Total
		Baixo (até15)	Médio (16-22)	Alto (23 ou mais)	
dominioLP	muito mal	18	4	0	22
	mal	31	22	1	54
	razoavel	45	135	7	187
	bem	49	311	60	420
	muito bem	29	199	75	303
Total		172	671	143	986

### Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)	Sig. Monte Carlo (2 lados)			Sig. Monte Carlo (1 lado)		
				Sig.	Intervalo de confiança 99%		Sig.	Intervalo de confiança 99%	
					Limite inferior	Limite superior		Limite inferior	Limite superior
Chi-quadrado de Pearson	188,141 <sup>a</sup>	8	,000	,000 <sup>b</sup>	,000	,000			
Razão de probabilidade	160,680	8	,000	,000 <sup>b</sup>	,000	,000			
Fisher's Exact Test	155,375			,000 <sup>b</sup>	,000	,000			
Associação Linear por Linear	134,150 <sup>c</sup>	1	,000	,000 <sup>b</sup>	,000	,000	,000 <sup>b</sup>	,000	,000
N de Casos Válidos	986								

a. 2 células (13,3%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 3,19.

b. Baseado em 10000 tabelas amostradas com valor inicial 2000000.

c. A estatística padronizada é 11,582.



## Tabulações cruzadas (Huambo)

### Observações

Saída criada		15-NOV-2013 22:05:29
Comentários		
Entrada	Dados	C:\Users\Utilizador_2\Desktop\TESE
	Conjunto de dados ativo	DIVIDIDA\ANEXOS TESE\Matriz_Hbo.sav
	Filtro	Conjunto_de_dados2
	Peso	<none>
	Arquivo dividido	<none>
	N de linhas em arquivo de dados de trabalho	1000
Tratamento de valor ausente	Definição de ausente	Os valores ausentes definidos pelo usuário são tratados como ausentes.
	Casos utilizados	As estatísticas de cada tabela são baseadas em todos os casos com dados válidos no(s) intervalo(s) especificado(s) para todas as variáveis de cada tabela.
Sintaxe		CROSSTABS
		/TABLES=dominioLP BY idade sexo raça grupoetnoling naturalidade origem escolaridade religião totalsocioec
		/FORMAT=AVALUE TABLES
		/STATISTICS=CHISQ
		/CELLS=COUNT
		/COUNT ROUND CELL
Recursos		/METHOD=MC CIN(99) SAMPLES(10000).
	Tempo do processador	00:00:03,62
	Tempo decorrido	00:00:03,62
	Dimensões solicitadas	2
	Células disponíveis	174762
	Time for Exact Statistics	0:00:03,51

### Resumo do processamento de caso

	Casos					
	Válido		Ausente		Total	
	N	Porcentagem	N	Porcentagem	N	Porcentagem
dominioLP * idade	982	98,2%	18	1,8%	1000	100,0%
dominioLP * sexo	980	98,0%	20	2,0%	1000	100,0%
dominioLP * raça	965	96,5%	35	3,5%	1000	100,0%
dominioLP * grupoetnoling	943	94,3%	57	5,7%	1000	100,0%
dominioLP * naturalidade	975	97,5%	25	2,5%	1000	100,0%
dominioLP * origem	962	96,2%	38	3,8%	1000	100,0%
dominioLP * escolaridade	975	97,5%	25	2,5%	1000	100,0%
dominioLP * religião	972	97,2%	28	2,8%	1000	100,0%
dominioLP * totalsocioec	935	93,5%	65	6,5%	1000	100,0%

## Domínio LP \* idade

### Tabulação cruzada

Contagem

		idade					Total
		10 aos 15 anos	16 aos 25 anos	26 aos 35 anos	36 aos 50 anos	mais de 50 anos	
dominioLP	não domina	0	0	0	7	29	36
	muito mal	1	0	3	1	2	7
	mal	2	2	1	7	6	18
	razoavel	38	52	35	21	26	172
	bem	95	194	100	51	41	481
	muito bem	52	107	45	35	29	268
	Total	188	355	184	122	133	982

### Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)	Sig. Monte Carlo (2 lados)			Sig. Monte Carlo (1 lado)		
				Sig.	Intervalo de confiança 99%		Sig.	Intervalo de confiança 99%	
					Limite inferior	Limite superior		Limite inferior	Limite superior
Chi-quadrado de Pearson	194,071 <sup>a</sup>	20	,000	,000 <sup>b</sup>	,000	,000			
Razão de probabilidade	156,141	20	,000	,000 <sup>b</sup>	,000	,000			
Fisher's Exact Test	144,685			,000 <sup>b</sup>	,000	,000			
Associação Linear por Linear	81,690 <sup>c</sup>	1	,000	,000 <sup>b</sup>	,000	,000	,000 <sup>b</sup>	,000	,000
N de Casos Válidos	982								

a. 11 células (36,7%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é ,87.

b. Baseado em 10000 tabelas amostradas com valor inicial 79996689.

c. A estatística padronizada é -9,038.

## Domínio LP \* sexo

### Tabulação cruzada

Contagem

		sexo		Total
		masculino	feminino	
dominioLP	não domina	15	21	36
	muito mal	3	4	7
	mal	5	13	18
	razoavel	98	73	171
	bem	260	221	481
	muito bem	148	119	267
Total		529	451	980

### Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)	Sig. Monte Carlo (2 lados)			Sig. Monte Carlo (1 lado)		
				Sig.	Intervalo de confiança 99%		Sig.	Intervalo de confiança 99%	
					Limite inferior	Limite superior		Limite inferior	Limite superior
Chi-quadrado de Pearson	8,511 <sup>a</sup>	5	,130	,133 <sup>b</sup>	,124	,141			
Razão de probabilidade	8,606	5	,126	,143 <sup>b</sup>	,134	,152			
Fisher's Exact Test	8,465			,133 <sup>b</sup>	,124	,142			
Associação Linear por Linear	2,708 <sup>c</sup>	1	,100	,109 <sup>b</sup>	,101	,117	,055 <sup>b</sup>	,049	,061
N de Casos Válidos	980								

a. 2 células (16,7%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 3,22.

b. Baseado em 10000 tabelas amostradas com valor inicial 79996689.

c. A estatística padronizada é -1,646.

## Domínio LP \* raça

### Tabulação cruzada

Contagem

		raça			Total
		negra	mista	branca	
dominioLP	não domina	34	1	0	35
	muito mal	7	0	0	7
	mal	16	0	0	16
	razoavel	159	9	0	168
	bem	439	37	1	477
	muito bem	224	36	2	262
Total		879	83	3	965

### Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)	Sig. Monte Carlo (2 lados)			Sig. Monte Carlo (1 lado)		
				Sig.	Intervalo de confiança 99%		Sig.	Intervalo de confiança 99%	
					Limite inferior	Limite superior		Limite inferior	Limite superior
Chi-quadrado de Pearson	17,923 <sup>a</sup>	10	,056	,103 <sup>b</sup>	,095	,111			
Razão de probabilidade	19,691	10	,032	,014 <sup>b</sup>	,011	,017			
Fisher's Exact Test	18,455			,049 <sup>b</sup>	,043	,055			
Associação Linear por Linear	13,100 <sup>c</sup>	1	,000	,000 <sup>b</sup>	,000	,001	,000 <sup>b</sup>	,000	,000
N de Casos Válidos	965								

a. 9 células (50,0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é ,02.

b. Baseado em 10000 tabelas amostradas com valor inicial 79996689.

c. A estatística padronizada é 3,619.

## Domínio LP \* grupo etnolinguístico

### Tabulação cruzada

Contagem

		grupoetnoling								Total
		nhaneca -humbe	ovimbund o	ganguela	quioco	bacong o	quimbu ndo	europ <u>e</u> u /descen d	fiote	
Domínio LP	não domin a	1	33	0	1	0	1	0	0	36
	muito mal	0	7	0	0	0	0	0	0	7
	mal	1	17	0	0	0	0	0	0	18
	razoav el	3	156	2	0	0	3	0	0	164
	bem	5	400	7	15	7	24	4	1	463
	muito bem	2	217	1	6	4	22	3	0	255
Total		12	830	10	22	11	50	7	1	943

### Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)	Sig. Monte Carlo (2 lados)		Sig. Monte Carlo (1 lado)			
				Sig.	Intervalo de confiança 99%		Sig.	Intervalo de confiança 99%	
					Limite inferior	Limite superior		Limite inferior	Limite superior
Chi-quadrado de Pearson	32,355 <sup>a</sup>	35	,596	,456 <sup>b</sup>	,443	,469			
Razão de probabilidade	42,552	35	,178	,044 <sup>b</sup>	,039	,049			
Fisher's Exact Test	41,852			,252 <sup>b</sup>	,241	,263			
Associação Linear por Linear	13,037 <sup>c</sup>	1	,000	,001 <sup>b</sup>	,000	,001	,000 <sup>b</sup>	,000	,000
N de Casos Válidos	943								

a. 35 células (72,9%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é ,01.

b. Baseado em 10000 tabelas amostradas com valor inicial 79996689.

c. A estatística padronizada é 3,611.

## Domínio LP \* naturalidade

### Tabulação cruzada

Contagem

		naturalidade		Total
		litoral	interior	
dominioLP	não domina	1	35	36
	muito mal	1	6	7
	mal	0	18	18
	razoavel	18	152	170
	bem	44	437	481
	muito bem	46	217	263
Total		110	865	975

### Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)	Sig. Monte Carlo (2 lados)			Sig. Monte Carlo (1 lado)		
				Sig.	Intervalo de confiança 99%		Sig.	Intervalo de confiança 99%	
					Limite inferior	Limite superior		Limite inferior	Limite superior
Chi-quadrado de Pearson	17,352 <sup>a</sup>	5	,004	,008 <sup>b</sup>	,006	,011			
Razão de probabilidade	19,230	5	,002	,002 <sup>b</sup>	,001	,003			
Fisher's Exact Test	16,163			,005 <sup>b</sup>	,003	,007			
Associação Linear por Linear	9,709 <sup>c</sup>	1	,002	,003 <sup>b</sup>	,001	,004	,000 <sup>b</sup>	,000	,001
N de Casos Válidos	975								

a. 3 células (25,0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é ,79.

b. Baseado em 10000 tabelas amostradas com valor inicial 79996689.

c. A estatística padronizada é -3,116.



## Domínio LP \* origem

### Tabulação cruzada

Contagem

		origem			Total
		rural	suburbana	urbana	
dominioLP	não domina	31	5	0	36
	muito mal	7	0	0	7
	mal	11	3	3	17
	razoavel	68	78	23	169
	bem	116	254	99	469
	muito bem	57	114	93	264
Total		290	454	218	962

### Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)	Sig. Monte Carlo (2 lados)			Sig. Monte Carlo (1 lado)		
				Sig.	Intervalo de confiança 99%		Sig.	Intervalo de confiança 99%	
					Limite inferior	Limite superior		Limite inferior	Limite superior
Chi-quadrado de Pearson	127,752 <sup>a</sup>	10	,000	,000 <sup>b</sup>	,000	,000			
Razão de probabilidade	125,094	10	,000	,000 <sup>b</sup>	,000	,000			
Fisher's Exact Test	116,193			,000 <sup>b</sup>	,000	,000			
Associação Linear por Linear	92,923 <sup>c</sup>	1	,000	,000 <sup>b</sup>	,000	,000	,000 <sup>b</sup>	,000	,000
N de Casos Válidos	962								

a. 4 células (22,2%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 1,59.

b. Baseado em 10000 tabelas amostradas com valor inicial 79996689.

c. A estatística padronizada é 9,640.

## Domínio LP \* escolaridade

### Tabulação cruzada

Contagem

		escolaridade					Total
		analfabeto	basico 1-8 classes	medio 9-12 classes	técnicoprofissional	superior	
dominioLP	não domina	32	4	0	0	0	36
	muito mal	4	1	1	0	1	7
	mal	10	6	2	0	0	18
	razoavel	17	91	53	1	10	172
	bem	24	165	231	8	48	476
	muito bem	4	82	123	9	48	266
	Total	91	349	410	18	107	975

### Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)	Sig. Monte Carlo (2 lados)			Sig. Monte Carlo (1 lado)		
				Sig.	Intervalo de confiança 99%		Sig.	Intervalo de confiança 99%	
					Limite inferior	Limite superior		Limite inferior	Limite superior
Chi-quadrado de Pearson	412,794 <sup>a</sup>	20	,000	,000 <sup>b</sup>	,000	,000	,000 <sup>b</sup>	,000	,000
Razão de probabilidade	259,812	20	,000	,000 <sup>b</sup>	,000	,000			
Fisher's Exact Test	246,941			,000 <sup>b</sup>	,000	,000			
Associação Linear por Linear	149,191 <sup>c</sup>	1	,000	,000 <sup>b</sup>	,000	,000			
N de Casos Válidos	975								

a. 13 células (43,3%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é ,13.

b. Baseado em 10000 tabelas amostradas com valor inicial 79996689.

c. A estatística padronizada é 12,214.

## Domínio LP \* religião

### Tabulação cruzada

Contagem

		religião								Total
		Sem religião	Católica	IURD	MANA	Protestante	Testemunha Jeová	Tradicional	outra	
Domínio LP	não domina	6	18	0	0	7	3	1	0	35
	muito mal	1	3	0	0	3	0	0	0	7
	mal	3	9	1	0	2	1	0	0	16
	razoável	6	89	1	3	59	12	0	2	172
	bem	13	241	2	4	186	22	1	3	474
	muito bem	11	131	1	4	102	13	0	2	268
Total		40	491	5	11	359	51	2	7	972

### Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)	Sig. Monte Carlo (2 lados)			Sig. Monte Carlo (1 lado)		
				Sig.	Intervalo de confiança 99%		Sig.	Intervalo de confiança 99%	
					Limite inferior	Limite superior		Limite inferior	Limite superior
Chi-quadrado de Pearson	67,661 <sup>a</sup>	40	,004	,056 <sup>b</sup>	,050	,062			
Razão de probabilidade	45,521	40	,253	,096 <sup>b</sup>	,088	,103			
Fisher's Exact Test	59,035			,024 <sup>b</sup>	,020	,028			
Associação Linear por Linear	4,880 <sup>c</sup>	1	,027	,026 <sup>b</sup>	,022	,030	,012 <sup>b</sup>	,009	,015
N de Casos Válidos	972								

a. 37 células (68,5%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é ,01.

b. Baseado em 10000 tabelas amostradas com valor inicial 79996689.

c. A estatística padronizada é 2,209.

## Domínio LP \* total socioeconómico

### Tabulação cruzada

Contagem

		totalsocioec			Total
		baixo (até15)	médio (16-22)	alto (23 ou mais)	
dominioLP	não domina	35	1	0	36
	muito mal	6	1	0	7
	mal	14	3	0	17
	razoavel	62	96	5	163
	bem	91	319	43	453
	muito bem	26	170	63	259
Total		234	590	111	935

### Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)	Sig. Monte Carlo (2 lados)			Sig. Monte Carlo (1 lado)		
				Sig.	Intervalo de confiança 99%		Sig.	Intervalo de confiança 99%	
					Limite inferior	Limite superior		Limite inferior	Limite superior
Chi-quadrado de Pearson	233,579 <sup>a</sup>	10	,000	,000 <sup>b</sup>	,000	,000			
Razão de probabilidade	218,422	10	,000	,000 <sup>b</sup>	,000	,000			
Fisher's Exact Test	207,776			,000 <sup>b</sup>	,000	,000			
Associação Linear por Linear	180,433 <sup>c</sup>	1	,000	,000 <sup>b</sup>	,000	,000	,000 <sup>b</sup>	,000	,000
N de Casos Válidos	935								

a. 6 células (33,3%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é ,83.

b. Baseado em 10000 tabelas amostradas com valor inicial 79996689.

c. A estatística padronizada é 13,433.

## Total

(Lubango e Huambo)

### Tabulações cruzadas

#### Observações

Saída criada	15-NOV-2013 22:15:46	
Comentários		
	Dados	C:\Users\Utilizador_2\Desktop\TESE DIVIDIDA\ANEXOS TESE\Matriz_Hbo+Lbgo.sav
	Conjunto de dados ativo	Conjunto_de_dados3
Entrada	Filtro	<none>
	Peso	<none>
	Arquivo dividido	<none>
	N de linhas em arquivo de dados de trabalho	2000
	Definição de ausente	Os valores ausentes definidos pelo usuário são tratados como ausentes.
Tratamento de valor ausente	Casos utilizados	As estatísticas de cada tabela são baseadas em todos os casos com dados válidos no(s) intervalo(s) especificado(s) para todas as variáveis de cada tabela.
		CROSSTABS /TABLES=dominioLP BY idade sexo raça grupoetnoling naturalidade origem escolaridade religião totalsocioec cidade
Sintaxe		/FORMAT=AVALUE TABLES /STATISTICS=CHISQ /CELLS=COUNT /COUNT ROUND CELL /METHOD=MC CIN(99) SAMPLES(10000).
	Tempo do processador	00:00:07,19
	Tempo decorrido	00:00:07,24
Recursos	Dimensões solicitadas	2
	Células disponíveis	174762
	Time for Exact Statistics	0:00:07,09

### Resumo do processamento de caso

	Casos					
	Válido		Ausente		Total	
	N	Porcentagem	N	Porcentagem	N	Porcentagem
dominioLP * idade	1976	98,8%	24	1,2%	2000	100,0%
dominioLP * sexo	1968	98,4%	32	1,6%	2000	100,0%
dominioLP * raça	1959	98,0%	41	2,0%	2000	100,0%
dominioLP * grupoetnoling	1929	96,4%	71	3,6%	2000	100,0%
dominioLP * naturalidade	1965	98,2%	35	1,8%	2000	100,0%
dominioLP * origem	1954	97,7%	46	2,3%	2000	100,0%
dominioLP * escolaridade	1967	98,4%	33	1,6%	2000	100,0%
dominioLP * religião	1948	97,4%	52	2,6%	2000	100,0%
dominioLP * totalsocioec	1921	96,0%	79	4,0%	2000	100,0%
dominioLP * cidade	1976	98,8%	24	1,2%	2000	100,0%

## Domínio LP \* idade

### Tabulação cruzada

Contagem

		idade					Total
		10 aos 15 anos	16 aos 25 anos	26 aos 35 anos	36 aos 50 anos	mais de 50 anos	
dominioLP	não domina	0	0	0	7	29	36
	muito mal	5	6	5	3	10	29
	mal	8	8	7	14	35	72
	razoavel	87	110	55	54	53	359
	bem	173	389	174	106	61	903
	muito bem	85	231	114	89	58	577
	Total	358	744	355	273	246	1976

### Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)	Sig. Monte Carlo (2 lados)			Sig. Monte Carlo (1 lado)		
				Sig.	Intervalo de confiança 99%		Sig.	Intervalo de confiança 99%	
					Limite inferior	Limite superior		Limite inferior	Limite superior
Chi-quadrado de Pearson	330,247 <sup>a</sup>	20	,000	,000 <sup>b</sup>	,000	,000			
Razão de probabilidade	256,606	20	,000	,000 <sup>b</sup>	,000	,000			
Fisher's Exact Test	246,176			,000 <sup>b</sup>	,000	,000			
Associação Linear por Linear	84,365 <sup>c</sup>	1	,000	,000 <sup>b</sup>	,000	,000	,000 <sup>b</sup>	,000	,000
N de Casos Válidos	1976								

a. 4 células (13,3%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 3,61.

b. Baseado em 10000 tabelas amostradas com valor inicial 1291153757.

c. A estatística padronizada é -9,185.

## Domínio LP \* sexo

### Tabulação cruzada

Contagem

		sexo		Total
		masculino	feminino	
dominioLP	não domina	15	21	36
	muito mal	11	18	29
	mal	25	47	72
	razoavel	200	158	358
	bem	497	404	901
	muito bem	337	235	572
Total		1085	883	1968

### Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)	Sig. Monte Carlo (2 lados)			Sig. Monte Carlo (1 lado)		
				Sig.	Intervalo de confiança 99%		Sig.	Intervalo de confiança 99%	
					Limite inferior	Limite superior		Limite inferior	Limite superior
Chi-quadrado de Pearson	21,621 <sup>a</sup>	5	,001	,000 <sup>b</sup>	,000	,001			
Razão de probabilidade	21,613	5	,001	,001 <sup>b</sup>	,000	,001			
Fisher's Exact Test	21,477			,001 <sup>b</sup>	,000	,001			
Associação Linear por Linear	13,555 <sup>c</sup>	1	,000	,000 <sup>b</sup>	,000	,000			
N de Casos Válidos	1968								

a. 0 células (,0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 13,01.

b. Baseado em 10000 tabelas amostradas com valor inicial 1291153757.

c. A estatística padronizada é -3,682.



## Domínio LP \* raça

### Tabulação cruzada

Contagem

		raça			Total
		negra	mista	branca	
dominioLP	não domina	34	1	0	35
	muito mal	25	4	0	29
	mal	54	16	0	70
	razoavel	320	35	0	355
	bem	776	119	4	899
	muito bem	465	84	22	571
Total		1674	259	26	1959

### Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)	Sig. Monte Carlo (2 lados)			Sig. Monte Carlo (1 lado)		
				Sig.	Intervalo de confiança 99%		Sig.	Intervalo de confiança 99%	
					Limite inferior	Limite superior		Limite inferior	Limite superior
Chi-quadrado de Pearson	54,165 <sup>a</sup>	10	,000	,000 <sup>b</sup>	,000	,000			
Razão de probabilidade	53,824	10	,000	,000 <sup>b</sup>	,000	,000			
Fisher's Exact Test	45,880			,000 <sup>b</sup>	,000	,000			
Associação Linear por Linear	14,736 <sup>c</sup>	1	,000	,000 <sup>b</sup>	,000	,000	,000 <sup>b</sup>	,000	,000
N de Casos Válidos	1959								

a. 6 células (33,3%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é ,38.

b. Baseado em 10000 tabelas amostradas com valor inicial 1291153757.

c. A estatística padronizada é 3,839.

## Domínio LP \* grupo etnolinguístico

### Tabulação cruzada

Contagem

	grupoetnoling										Total
	Nhane ca- humb e	ovimbu ndo	gang uela	quio co	bacon go	quimb undo	here ro	quan ham a	Europeu /descen d	outro	
não domina	1	33	0	1	0	1	0	0	0	0	36
muito mal	10	17	2	0	0	0	0	0	0	0	29
mal	12	41	4	2	1	0	4	3	5	0	72
razoavel	34	261	14	5	2	12	5	4	10	0	347
bem	101	573	45	31	24	47	13	5	36	8	883
muito bem	59	352	9	11	15	65	2	11	38	0	562
Total	217	1277	74	50	42	125	24	23	89	8	1929

### Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)	Sig. Monte Carlo (2 lados)			Sig. Monte Carlo (1 lado)		
				Sig.	Intervalo de confiança 99%		Sig.	Intervalo de confiança 99%	
					Limite inferior	Limite superior		Limite inferior	Limite superior
Chi-quadrado de Pearson	142,377 <sup>a</sup>	45	,000	,000 <sup>b</sup>	,000	,000			
Razão de probabilidade	149,808	45	,000	,000 <sup>b</sup>	,000	,000			
Fisher's Exact Test	125,549			,000 <sup>b</sup>	,000	,000			
Associação Linear por Linear	23,496 <sup>c</sup>	1	,000	,000 <sup>b</sup>	,000	,000	,000 <sup>b</sup>	,000	,000
N de Casos Válidos	1929								

a. 31 células (51,7%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é ,12.

b. Baseado em 10000 tabelas amostradas com valor inicial 1291153757.

c. A estatística padronizada é 4,847.

## Domínio LP \* naturalidade

### Tabulação cruzada

Contagem

		naturalidade		Total
		litoral	interior	
dominioLP	não domina	1	35	36
	muito mal	1	28	29
	mal	5	65	70
	razoavel	30	327	357
	bem	127	774	901
	muito bem	113	459	572
Total		277	1688	1965

### Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)	Sig. Monte Carlo (2 lados)			Sig. Monte Carlo (1 lado)		
				Sig.	Intervalo de confiança 99%		Sig.	Intervalo de confiança 99%	
					Limite inferior	Limite superior		Limite inferior	Limite superior
Chi-quadrado de Pearson	34,000 <sup>a</sup>	5	,000	,000 <sup>b</sup>	,000	,000	,000 <sup>b</sup>	,000	,000
Razão de probabilidade	37,112	5	,000	,000 <sup>b</sup>	,000	,000			
Fisher's Exact Test	33,900			,000 <sup>b</sup>	,000	,000			
Associação Linear por Linear	31,424 <sup>c</sup>	1	,000	,000 <sup>b</sup>	,000	,000			
N de Casos Válidos	1965								

a. 1 células (8,3%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 4,09.

b. Baseado em 10000 tabelas amostradas com valor inicial 1291153757.

c. A estatística padronizada é -5,606.

## Domínio LP \* origem

### Tabulação cruzada

Contagem

		origem			Total
		rural	suburbana	urbana	
dominioLP	não domina	31	5	0	36
	muito mal	27	0	2	29
	mal	49	15	7	71
	razoavel	167	121	68	356
	bem	224	383	284	891
	muito bem	122	203	246	571
Total		620	727	607	1954

### Testes de chi-quadrado

Testes de Chi-quadrado									
	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)	Sig. Monte Carlo (2 lados)			Sig. Monte Carlo (1 lado)		
				Sig.	Intervalo de confiança 99%		Sig.	Intervalo de confiança 99%	
					Limite inferior	Limite superior		Limite inferior	Limite superior
Chi-quadrado de Pearson	256,907 <sup>a</sup>	10	,000	,000 <sup>b</sup>	,000	,000			
Razão de probabilidade	256,716	10	,000	,000 <sup>b</sup>	,000	,000			
Fisher's Exact Test	246,693			,000 <sup>b</sup>	,000	,000			
Associação Linear por Linear	199,421 <sup>c</sup>	1	,000	,000 <sup>b</sup>	,000	,000	,000 <sup>b</sup>	,000	,000
N de Casos Válidos	1954								

a. 0 células (,0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 9,01.

b. Baseado em 10000 tabelas amostradas com valor inicial 1291153757.

c. A estatística padronizada é 14,122.

## Domínio LP \* escolaridade

### Tabulação cruzada

Contagem

		escolaridade					Total
		analfabeto	basico 1-8 classes	medio 9-12 classes	Técnico profissional	superior	
dominioLP	não domina	32	4	0	0	0	36
	muito mal	22	5	1	0	1	29
	mal	53	17	2	0	0	72
	razoavel	40	228	69	6	16	359
	bem	31	366	416	11	74	898
	muito bem	6	170	249	25	123	573
Total		184	790	737	42	214	1967

### Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)	Sig. Monte Carlo (2 lados)			Sig. Monte Carlo (1 lado)		
				Sig.	Intervalo de confiança 99%		Sig.	Intervalo de confiança 99%	
					Limite inferior	Limite superior		Limite inferior	Limite superior
Chi-quadrado de Pearson	1069,561 <sup>a</sup>	20	,000	,000 <sup>b</sup>	,000	,000			
Razão de probabilidade	719,569	20	,000	,000 <sup>b</sup>	,000	,000			
Fisher's Exact Test	697,307			,000 <sup>b</sup>	,000	,000			
Associação Linear por Linear	407,458 <sup>c</sup>	1	,000	,000 <sup>b</sup>	,000	,000	,000 <sup>b</sup>	,000	,000
N de Casos Válidos	1967								

a. 7 células (23,3%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é ,62.

b. Baseado em 10000 tabelas amostradas com valor inicial 1291153757.

c. A estatística padronizada é 20,186.

## Domínio LP \* religião

### Tabulação cruzada

Contagem

contagem

		religião							Total	
		Sem religião	Católica	IURD	MANA	Protestante	Testemunha Jeová	Tradicional		outra
dominioLP	não domina	6	18	0	0	7	3	1	0	35
	muito mal	3	17	2	0	7	0	0	0	29
	mal	5	40	1	1	20	3	0	0	70
	razoavel	17	174	1	10	124	29	0	2	357
	bem	37	421	13	28	321	58	3	7	888
	muito bem	27	280	8	15	178	53	2	6	569
Total		95	950	25	54	657	146	6	15	1948

### Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)	Sig. Monte Carlo (2 lados)			Sig. Monte Carlo (1 lado)		
				Sig.	Intervalo de confiança 99%		Sig.	Intervalo de confiança 99%	
					Limite inferior	Limite superior		Limite inferior	Limite superior
Chi-quadrado de Pearson	53,296 <sup>a</sup>	35	,025	,048 <sup>b</sup>	,042	,053			
Razão de probabilidade	48,725	35	,062	,053 <sup>b</sup>	,047	,059			
Fisher's Exact Test	42,932			,091 <sup>b</sup>	,083	,098			
Associação Linear por Linear	6,140 <sup>c</sup>	1	,013	,014 <sup>b</sup>	,011	,017	,008 <sup>b</sup>	,005	,010
N de Casos Válidos	1948								

a. 23 células (47,9%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é ,09.

b. Baseado em 10000 tabelas amostradas com valor inicial 1291153757.

c. A estatística padronizada é 2,478.

## Domínio LP \* total socioeconómico

### Tabulação cruzada

Contagem

		totalsocioec			Total
		baixo (até15)	médio (16-22)	alto (23 ou mais)	
dominioLP	não domina	35	1	0	36
	muito mal	24	5	0	29
	mal	45	25	1	71
	razoavel	107	231	12	350
	bem	140	630	103	873
	muito bem	55	369	138	562
Total		406	1261	254	1921

### Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)	Sig. Monte Carlo (2 lados)			Sig. Monte Carlo (1 lado)		
				Sig.	Intervalo de confiança 99%		Sig.	Intervalo de confiança 99%	
					Limite inferior	Limite superior		Limite inferior	Limite superior
Chi-quadrado de Pearson	415,512 <sup>a</sup>	10	,000	,000 <sup>b</sup>	,000	,000			
Razão de probabilidade	369,900	10	,000	,000 <sup>b</sup>	,000	,000			
Fisher's Exact Test	358,915			,000 <sup>b</sup>	,000	,000			
Associação Linear por Linear	317,608 <sup>c</sup>	1	,000	,000 <sup>b</sup>	,000	,000	,000 <sup>b</sup>	,000	,000
N de Casos Válidos	1921								

a. 2 células (11,1%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 3,83.

b. Baseado em 10000 tabelas amostradas com valor inicial 1291153757.

c. A estatística padronizada é 17,822.

## Domínio LP \* cidade

### Tabulação cruzada

Contagem

		cidade		Total
		Lubango	Huambo	
dominioLP	não domina	0	36	36
	muito mal	22	7	29
	mal	54	18	72
	razoavel	187	172	359
	bem	422	481	903
	muito bem	309	268	577
Total		994	982	1976

### Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)	Sig. Monte Carlo (2 lados)			Sig. Monte Carlo (1 lado)		
				Sig.	Intervalo de confiança 99%		Sig.	Intervalo de confiança 99%	
					Limite inferior	Limite superior		Limite inferior	Limite superior
Chi-quadrado de Pearson	69,083 <sup>a</sup>	5	,000	,000 <sup>b</sup>	,000	,000			
Razão de probabilidade	84,219	5	,000	,000 <sup>b</sup>	,000	,000			
Fisher's Exact Test	79,612			,000 <sup>b</sup>	,000	,000			
Associação Linear por Linear	1,420 <sup>c</sup>	1	,233	,235 <sup>b</sup>	,224	,246	,118 <sup>b</sup>	,109	,126
N de Casos Válidos	1976								

a. 0 células (,0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 14,41.

b. Baseado em 10000 tabelas amostradas com valor inicial 1291153757.

c. A estatística padronizada é -1,192.



## Tabulações cruzadas

### Observações

Saída criada		15-NOV-2013 22:17:52
Comentários		
	Dados	C:\Users\Utilizador_2\Desktop\TESE DIVIDIDA\ANEXOS TESE\Matriz_Hbo+Lbgo.sav
	Conjunto de dados ativo	Conjunto_de_dados3
Entrada	Filtro	<none>
	Peso	<none>
	Arquivo dividido	<none>
	N de linhas em arquivo de dados de trabalho	2000
	Definição de ausente	Os valores ausentes definidos pelo usuário são tratados como ausentes. As estatísticas de cada tabela são baseadas em todos os casos com dados válidos no(s) intervalo(s) especificado(s) para todas as variáveis de cada tabela.
Tratamento de valor ausente	Casos utilizados	CROSSTABS /TABLES=cidade BY dominioLP /FORMAT=AVALUE TABLES /STATISTICS=CHISQ /CELLS=COUNT /COUNT ROUND CELL /METHOD=MC CIN(99) SAMPLES(10000).
Sintaxe		
	Tempo do processador	00:00:00,50
	Tempo decorrido	00:00:00,55
Recursos	Dimensões solicitadas	2
	Células disponíveis	174762
	Time for Exact Statistics	0:00:00,50

### Resumo do processamento de caso

	Casos					
	Válido		Ausente		Total	
	N	Porcentagem	N	Porcentagem	N	Porcentagem
cidade * dominioLP	1976	98,8%	24	1,2%	2000	100,0%

### Cidade \* domínio LP Tabulação cruzada

#### Contagem

		dominioLP						Total
		não domina	muito mal	mal	razoavel	bem	muito bem	
cidade	Lubango	0	22	54	187	422	309	994
	Huambo	36	7	18	172	481	268	982
Total		36	29	72	359	903	577	1976

### Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)	Sig. Monte Carlo (2 lados)			Sig. Monte Carlo (1 lado)		
				Sig.	Intervalo de confiança 99%		Sig.	Intervalo de confiança 99%	
					Limite inferior	Limite superior		Limite inferior	Limite superior
Chi-quadrado de Pearson	69,083 <sup>a</sup>	5	,000	,000 <sup>b</sup>	,000	,000			
Razão de probabilidade	84,219	5	,000	,000 <sup>b</sup>	,000	,000			
Fisher's Exact Test	79,612			,000 <sup>b</sup>	,000	,000			
Associação Linear por Linear	1,420 <sup>c</sup>	1	,233	,243 <sup>b</sup>	,232	,254	,122 <sup>b</sup>	,114	,131
N de Casos Válidos	1976								

a. 0 células (,0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 14,41.

b. Baseado em 10000 tabelas amostradas com valor inicial 1905543110.

c. A estatística padronizada é -1,192.